

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CLEITON LUIZ FOSTER JARDEWESKI

**ANÁLISE DAS ONGs AMBIENTALISTAS ATUANTES NO LITORAL DO
PARANÁ, SOB A ÓTICA DA GESTÃO COSTEIRA**

**PONTAL DO PARANÁ
2011**

CLEITON LUIZ FOSTER JARDEWESKI

**ANÁLISE DAS ONGs AMBIENTALISTAS ATUANTES NO LITORAL DO
PARANÁ, SOB A ÓTICA DA GESTÃO COSTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Sistemas Costeiros e Oceânicos.

Linha de pesquisa: Manejo Integrado da Zona Costeira

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Náina Pierri

**PONTAL DO PARANÁ
2011**

J37a Jardeweski, Cleiton Luiz Foster
Análise das ONGs ambientalistas atuantes no litoral do Paraná,
sob a ótica da gestão costeira / Cleiton Luiz Foster Jardeweski. –
Pontal do Paraná, 2011.
263 f.; 29 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Náina Pierri.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Sistemas Costeiros e Oceânicos, Centro de Estudos do Mar, Setor
de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

Gestão Costeira. 2. ONGs. 3. ONGs ambientalistas 4. Ter-
ceiro Setor - Paraná - Brasil. I. Título. II. Náina Pierri. III. Univer-
sidade Federal do Paraná.

CDD 551.457

*“Análise das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná, sob a ótica da
Gestão Costeira”*

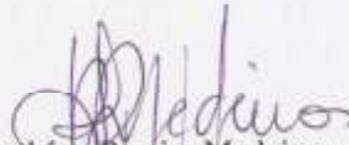
POR

Cleiton Luiz Foster Jardeweski

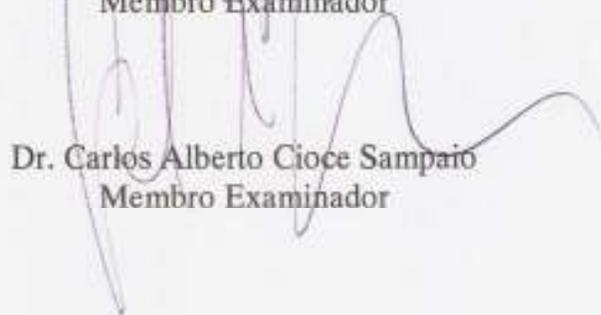
Dissertação nº 87 aprovada como requisito parcial do grau de Mestre no
Curso de Pós-Graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos da
Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos
professores:



Dr^a Naina Pierri Estades
Orientadora e Presidente



Dr. Rodrigo Pereira Medeiros
Membro Examinador



Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Membro Examinador

Pontal do Paraná, 30/03/2011.

TERMO DE APROVAÇÃO

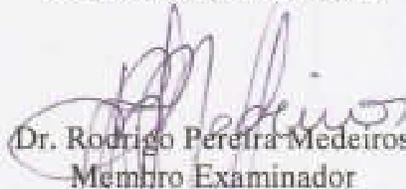
Cleiton Luiz Foster Jardeweski

Análise das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná, sob a ótica da Gestão Costeira

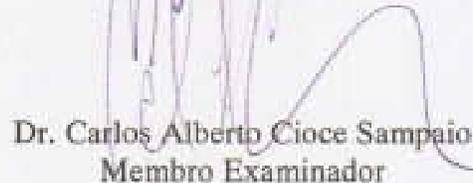
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Sistemas Costeiros e Oceânicos, da Universidade Federal do
Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Dr^a. Náina Pierri Estades
Orientadora e Presidente



Dr. Rodrigo Pereira Medeiros
Membro Examinador



Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio
Membro Examinador

Pontal do Paraná, 30/03/2011.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família: Lylían & Pedro!! Os meus maiores motivos e motivadores!!

Agradeço a meus Pais, Clénir & Jairton, e meus irmãos, Cley & Gustavo, por todo o apoio, força e união!

À minha orientadora Naina por ter me orientado e dado dicas essenciais e fundamentais a esta pesquisa! Ao professor Andriquetto e o professor Carlos Sampaio por mais dicas essenciais ao trabalho!

Agradeço também as minhas “duas” turmas do PGSISCO, ao pessoal do Laboratório Socioambiental, e aos Professores da Pós-Graduação pelas contribuições teóricas a minha formação!!

Gostaria de agradecer também às pessoas e instituições entrevistadas que cederam seu tempo para a coleta de informações, e que sem estas pessoas o trabalho não seria possível!! Aliás, como disse meu amigo Beto, instituições são formadas por pessoas!! Portanto se compreendermos elas entenderemos as instituições!!!

Agradeço a todas as outras pessoas que contribuíram de certa maneira para que eu conseguisse terminar mais esta batalha! Em especial a toda galera Auiuu, que só quem participa ou participou desta época entende, e também Beto, André Frota, Dalmo, Daniel Sargenti, Suzana, Irene, Flávia, Rosa, Cirilo, Felipe, Athila, Maira, Maikon, Alexandre, Pollyana, Fabian, Carol, Thiago, Zaleski, Rafael Cassiano, Nina, Akal, Sandesh, Guru Dass, Lucyla, Brayam, Dalton, Rafaely, Norton, Lorena, Luciano, Arthur, Julia, Laura, Bibi, Luiz, Martha e as outras que porventura eu tenha esquecido! E a toda trilha sonora que me acompanhou nestes últimos tempos: Otto, Jam da Silva, Do Amor, Krishna Dass, Volta Seca, Curumin, Cidadão Instigado, Eddie, Cibelle, Nina Simone e Nego Moçambique!!! Auiuuuu!!!

*“E lembrando de Chico comecei a pensar
que me organizando posso desorganizar”*

D2

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a identificar e descrever as Entidades Ambientalistas do Terceiro Setor (EATS) que atuam no litoral do Paraná e analisar as potencialidades e limites que têm como agentes do Gerenciamento Costeiro. O Terceiro Setor apresentou desenvolvimento massivo ao redor do globo nas últimas décadas, incorporando um novo modelo de administração pública. As ONGs ambientalistas trazem consigo novas demandas de conservação e preservação ambiental. Questiona-se o papel destas organizações como atores participantes do processo de Gestão Costeira. A implantação do Gerenciamento Costeiro no Brasil já possui mais de 23 anos, e sua eficiência é contestada sob diversos aspectos. O litoral paranaense, com sua pequena linha de costa, apresenta singularidades socioambientais únicas. No estado do Paraná existem cerca de 43 ONGs que atuam na defesa do meio ambiente e no litoral foram identificadas apenas 12 entidades. Um questionário e uma entrevista foram elaborados para se levantar dados destas instituições e analisar a relação destas com a Gestão Costeira. Foram entrevistadas 6 dessas 12 entidades. Os resultados indicam que existem ONGs de diferentes escalas de atuação, da esfera municipal até a internacional. A sua atuação como agentes da gestão costeira ocorre principalmente na gestão dos recursos ambientais e nas unidades de conservação existentes, concentradas na região norte do litoral. Os papéis desempenhados por elas na região são diferenciados, com um maior número de entidades com tendências preservacionistas. Foram verificadas ONGs financiadoras de projetos, outras executoras de políticas públicas e serviços para terceiros, entidades que gerenciam extensas áreas naturais, e ainda outras com agendas específicas para a região. Destaca-se a importância das ONGs ambientalistas, formadas por um grupo de pessoas extremamente comprometidas e preocupadas com a manutenção da vida, no litoral do Paraná.

Palavras chave: Gestão Costeira. ONGs. ONGs Ambientalistas. Terceiro Setor. Paraná. Brasil.

ABSTRACT

This research aims to identify and describe the Environmental Organizations of the Third Sector (EOTS) which act on the coast of Paraná and analyze the possibilities and limitations that have as agents of Coastal Management. The third sector presented massive development around the globe in the recent decades, bringing a new model of public administration. The Environmental NGOs bring new demands for environmental conservation and preservation. This work questions the role of these organizations as participants in the process of Coastal Management. The implementation of Coastal Management in Brazil has over 23 years, and its effectiveness can be contested in many ways. The coast of Paraná, with your small coastline, presents an unique social and environmental singularities. In Paraná State there are about 43 active NGOs working to protect the environment, and at the coast there are 12 institutions of this nature. Half of this organizations (6) were interviewed. The results indicate that there are NGOs of different scales of operation, from the municipal to the international spheres. The principal actions of the NGOs in the process of Coastal Management mainly occur in the environmental resources management and in the conservation areas concentrated in the north region of the coast. The roles performed by the NGOs are differentiated, presenting a larger number of entities with preservationist tendencies. The research found project financiers, executors of public policies, service providers for third parties, entities responsible for managing extensive natural areas and NGOs with specific agendas for the region. The study highlights the importance of Environmental NGOs in the coast of Parana State, formed by a group of people extremely concerned and committed with the maintenance of life on the coast.

Key words: Coastal Management. NGOs. Environmental NGOs. Third Sector. Paraná. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipologia das Concepções Ambientalistas.....	28
Tabela 2 - Análise de Relações de Poder entre Organizações, Grupos Sociais e Pessoas	43
Tabela 3 - Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e da população total, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Sul – 2005	50
Tabela 4 - Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades no Brasil e no Paraná – 2005.....	54
Tabela 5 - Distribuição das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo Grandes Regiões e Estados da Região Sul – 2005	56
Tabela 6 - Distribuição de ONGs ambientalistas no país	58
Tabela 7 - Quantidade de ONGs atuando por Biorregiões.....	58
Tabela 8 - Número de ONGs ambientalistas na ECOLISTA no ano de 2009.....	59
Tabela 9 - Número de ONGs Ambientalistas no CNEA, por região e estados do Sul em 2010.....	60
Tabela 10 - Comparação entre os valores registrados nos cadastros realizados por regiões.....	61
Tabela 11 - Número de ONGs Ambientalistas registradas no estado do Paraná.	62
Tabela 12 - Composição do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense. ...	72
Tabela 13 - Itens do Questionário Semi-Estruturado.	78
Tabela 14 - Itens do Questionário Estruturado.....	78
Tabela 15 - Pessoas entrevistadas nas EATS selecionadas.....	78
Tabela 16 - Aspectos Fundamentais das ONGs Ambientalistas.....	79
Tabela 17 - Lista das ONGs ambientalistas com atuação no litoral do Paraná.....	89
Tabela 18 - Instâncias Deliberativas nas que o Mater Natura participou.....	93
Tabela 19 - Fonte dos Recursos Financeiros do Mater Natura entre os anos de 2004 e 2008.....	98
Tabela 20 - Composição atual da Cúpula Diretora e do Conselho Fiscal da ADEMADAN.....	105
Tabela 21 - Recursos Financeiros da ADEMADAN de 2004 a 2008.....	105
Tabela 22 - Instâncias Deliberativas que a FGBPN participa.....	111
Tabela 23 - Fonte dos Recursos Financeiros da FGBPN entre os anos de 2006 e 2010	113
Tabela 24 - Instâncias Deliberativas em que a Mar Brasil Participa.....	116
Tabela 25 - Receitas e despesas anuais da MarBrasil. 2004 a 2009.....	120
Tabela 26 - Instâncias Deliberativas em que a SPVS participa.....	126
Tabela 27 - Receitas da SPVS segundo fontes de financiamento. 2005 a 2009.	130
Tabela 28 - Instâncias Deliberativas em que o IPÊ participa.....	136
Tabela 29 - Receitas do IPÊ por fontes de financiamento 2005 a 2009.	141
Tabela 30 - Data de Criação e Idade das ONGs Ambientalistas do litoral do PR.	143
Tabela 31 - Escala de Atuação das ONGs Ambientalistas estudadas.....	144

Tabela 32 - Regiões de Atuação (Biomás) das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná.....	145
Tabela 33 - Áreas de Atuação das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná.....	145
Tabela 34 - Recursos Humanos das ONGs Ambientalistas estudadas.....	149
Tabela 35 - Ativo Permanente Imobilizado das ONGs estudadas.....	154
Tabela 36 - Raiz Ideológica Ambientalista das ONGs estudadas.....	170
Tabela 37 - Síntese das Tipologias Ambientalistas presentes nas ONGs analisadas.....	177
Tabela 38 - Análise do Grau de Desenvolvimento Institucional das ONGs Ambientalistas estudadas.....	178
Tabela 39 - Médias do Grau de Desenvolvimento Institucional por Áreas Institucionais.....	179
Tabela 40 - Análise das Ações do Mater Natura no Litoral do Paraná.....	194
Tabela 41 - Listagem dos Projetos da ADEMADAN e ano de execução.....	198
Tabela 42 - Análise das Ações da ADEMADAN no Litoral do Paraná.....	200
Tabela 43 - Projetos Apoiados pela FGBPN no litoral do Paraná.....	201
Tabela 44 - Análise das Ações da FGBPN no Litoral do Paraná.....	203
Tabela 45 - Listagem dos Projetos da SPVS e período de execução.....	207
Tabela 46 - Análise das Ações da MarBrasil no Litoral do Paraná.....	209
Tabela 47 - Listagem dos Projetos da SVPS e período de execução.....	214
Tabela 48 - Análise das Ações da SPVS no Litoral do Paraná.....	215
Tabela 49 - Listagem dos Projetos do IPÊ e período de execução.....	218
Tabela 50 - Análise das Ações do IPÊ no Litoral do Paraná.....	219
Tabela 51 - Síntese dos papéis desempenhados pelas ONGs Ambientalistas na costa do Paraná.....	225

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Princípios da Gestão Costeira Integrada.....	41
Figura 2 - Governança Costeira Interativa	45
Figura 3 - Distribuição das FASFIL segundo grandes regiões e os estados da região sul.....	51
Figura 4 - Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL segundo faixas de ano de Fundação no Brasil.	52
Figura 5 - Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL segundo faixas de ano de Fundação na região Sul.	53
Figura 6 - Distribuição Relativa das Entidades sem fins lucrativos por Atividade no Brasil e Paraná – 2005	54
Figura 7 - Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL de meio ambiente e proteção animal, segundo faixas de ano de Fundação no Brasil.....	56
Figura 8 - Distribuição Relativa das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo Grandes Regiões do país e estados da Região Sul – 2005.	57
Figura 9 - Distribuição relativa das EATS no Brasil, segundo cadastros realizados.	62
Figura 10 - Modelo Conceitual da Pesquisa.	75
Figura 11 - Modelo de Maturidade de Processo (Fonte - SIQUEIRA, 2011).....	83
Figura 12 - Lototipo da Mater Natura	90
Figura 13 - Organograma da Estrutura Organizacional da MATERNATURA	96
Figura 14 - Distribuição Total dos Recursos Financeiros do Mater Natura segundo fontes de financiamento entre 2004 e 2008.....	99
Figura 15 - Logotipo da ADEMADAN.....	101
Figura 16 - Organograma da Estrutura Organizacional da ADEMADAN.....	104
Figura 17 - Distribuição Total Estimada dos Recursos Financeiros da ADEMADAN segundo fontes de financiamento entre 2006 e 2010.	106
Figura 18 - Sede da ADEMADAN.....	107
Figura 19 - Logotipo da FGBPN.....	108
Figura 20 - Localização da RPPN Salto Morato.....	109
Figura 21 - Organograma da Estrutura Organizacional da FGBPN.....	112
Figura 22 - Logotipo da MarBrasil.....	115
Figura 23 - Organograma da Estrutura Organizacional da Mar Brasil (2010).....	118
Figura 24 - Distribuição das receitas da MarBrasil segundo fontes de financiamento (2008 e 2009).....	121
Figura 25 - Logotipo da SPVS.....	122
Figura 26 - Localização das RPPNs da SPVS	125
Figura 27 - Organograma da Estrutura Organizacional da SPVS.....	127
Figura 28 - Distribuição das Receitas da SPVS por fonte de financiamento (2005 a 2009).	131
Figura 29 - Logotipo do IPÊ	132
Figura 30 - Modelo IPÊ de Conservação.....	134
Figura 31 - Organograma da Estrutura Organizacional do IPÊ.....	137

Figura 32 - Estrutura Institucional do IPÊ.....	138
Figura 33 - Receitas do IPÊ segundo Fontes dos Recursos. 2008.	141
Figura 34 - Receitas Anuais das ONG estudadas entre os anos de 2004 e 2010.	151
Figura 35 - Comparação das Receitas totais das ONGs Ambientalistas entre os anos de 2006 e 2008.	151
Figura 36 - Fontes das Receitas das ONGs Ambientalistas.	153
Figura 37 - Grau de Desenvolvimento por Área Institucional nas ONGs Ambientalistas avaliadas.	180
Figura 38 - Projetos Executados ou em Execução pelo Mater Natura no Litoral do PR (I).....	191
Figura 39 - Projetos Executados ou em Execução pelo Mater Natura no Litoral do PR (II).....	192
Figura 40 - Síntese dos Resultados	226

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1. DEFINIÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA	13
1.2 OBJETIVOS.....	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos.....	18
2 MARCO CONCEITUAL	19
2.1 ONGs.....	19
2.2 ONGs E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	23
2.3 CONCEPÇÕES AMBIENTALISTAS	27
2.4 ONGs AMBIENTALISTAS	34
2.5 GESTÃO COSTEIRA.....	38
2.6 ONGs AMBIENTALISTAS E GESTÃO COSTEIRA	45
3 ANTECEDENTES GERAIS	49
3.1 ONGs NO BRASIL E NO PARANÁ.....	49
3.2 ONGs AMBIENTALISTAS NO BRASIL E NO PARANÁ.....	55
3.3 GESTÃO COSTEIRA NO BRASIL.....	63
4 ANTECEDENTES PARTICULARES	69
4.1 ÁREA DE ESTUDO: LITORAL DO PARANÁ.....	69
4.2.GESTÃO COSTEIRA NO ESTADO DO PARANÁ	71
5 METODOLOGIA	75
5.1 COLETA DE DADOS.....	76
5.2 ANÁLISE DE DADOS	79
5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	87
6. RESULTADOS E ANÁLISE COMPARATIVA	89
6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ONGS AMBIENTALISTAS ATUANTES NO LITORAL PARANAENSE	89

6.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO LITORAL DO PARANÁ.....	90
6.2.1 Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura.....	90
6.2.2 Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina – ADEMADAN	100
6.2.3 Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza – FGBPN	107
6.2.4 Associação Mar Brasil.....	114
6.2.5 Sociedade de Proteção à Vida Selvagem – SPVS.....	122
6.2.6 Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ	132
6.3 COMPARAÇÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS DO LITORAL DO PARANÁ....	142
6.3.1 Criação e Histórico.....	142
6.3.2 Escalas, Áreas e Formas de Atuação	143
6.3.3 Recursos Humanos	148
6.3.4 Recursos Financeiros	150
6.3.5 Recursos Materiais	153
6.4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES DAS ONGS SOBRE OS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA REGIÃO LITORÂNEA, AS ONGS E A GESTÃO COSTEIRA	154
6.4.1 Percepção sobre os Problemas Ambientais do Litoral e seus responsáveis	154
6.4.2 Percepção do papel das ONGs ambientalistas no litoral.....	157
6.4.3 Percepção sobre o Gerenciamento Costeiro.....	160
7. DISCUSSÃO	166
7.1 ANÁLISE DOS TIPOS DE ONGs AMBIENTALISTAS NO LITORAL DO PR	166
7.2 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES AMBIENTALISTAS	167
7.3 ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	177
7.4 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROJETOS DAS ONGs AMBIENTALISTAS NA ZONA COSTEIRA DO PARANÁ	184
7.4.1 Mater Natura.....	184
7.4.2 ADEMADAN	195
7.4.3 FGBPN	200

7.4.4 Associação MarBrasil.....	204
7.4.5 SPVS	209
7.4.6 IPÊ.....	215
7.5 SÍNTESE E COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS	220
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	233
ANEXOS.....	243
ANEXO A – Entrevista Semi-Estruturada – Liderança da Entidade.	243
ANEXO B – Questionário Estruturado – Gestor da Entidade.	249
ANEXO C – Indicadores utilizados na Análise Institucional.....	254

1 INTRODUÇÃO

1.1. DEFINIÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se propõe identificar e descrever as Entidades Ambientistas do Terceiro Setor (EATS) que atuam no litoral do Paraná e analisar as potencialidades e limites que têm como agentes do Gerenciamento Costeiro. "Terceiro Setor" é um termo que foi concebido inicialmente na década de 70, sendo utilizado nos Estados Unidos para designar o conjunto de organizações sem fins lucrativos (*non-profit*) que se voltava para prestação de serviços públicos (TUDE; RODRIGUES, 2007). Contudo, esta nomenclatura foi mais difundida a partir das pesquisas realizadas pelo Institute for Policy Studies da John Hopkins University, sob a coordenação de Helmut Salamon, a partir do final da década de 1980 (FERREIRA, 2005¹ *apud* TUDE; RODRIGUES, 2007). A expressão Terceiro Setor parte de serem considerados como o Primeiro Setor a área governamental e o Segundo Setor a área empresarial privada.

Mendes (1999) contextualiza a crise que estabelece o macrocenário em que se desenvolveu o Terceiro Setor, como inserida nas contradições e crises peculiares dos tempos atuais, por alguns denominados *sociedade pós-capitalista*, *Estado pós-fordista*, *globalização da economia*, *pós-modernidade*, *neoliberalismo* e outras conceituações. E enuncia que o desenvolvimento do Terceiro Setor no Brasil teve lugar no contexto da crise de identidade do Estado, suas reformas decorrentes e, em particular, a (re)construção da sociedade civil posterior à ditadura, a partir do reposicionamento de atores e papéis ainda pouco visíveis e pertencentes a um segmento difuso da sociedade brasileira.

A expressão "Terceiro Setor" começou a ser utilizada no Brasil há poucos anos, e também abriga, além das ONGs (Organizações Não Governamentais), outros segmentos com identidades diversas, como entidades filantrópicas e institutos empresariais (ABONG, 2005). Segundo Machado e Predebon (2008) várias denominações têm sido dadas – e usadas

¹ FERREIRA, V. C. P. **ONGs no Brasil: um estudo sobre suas características e fatores que têm induzido seu crescimento**. Tese de Doutorado – Administração, FGV, Rio de Janeiro, 2005.

indiscriminadamente – para certo grupo de organizações que surgem no seio da sociedade civil: organizações sem fins lucrativos; voluntárias; não-governamentais; público não-estatal; economia social; setor de caridade; setor filantrópico; e Terceiro Setor.

No mesmo estudo destaca-se o contraste da expressão utilizada por Bresser-Pereira e Grau (1999² apud MACHADO; PREDEBON, 2008) que utiliza a sentença “público não-estatal” para se referir a organizações ou formas de controle “públicas”, porque estão voltadas ao interesse geral; que são “não-estatais”, porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos ou por não coincidir com os agentes políticos tradicionais. Já Alves (2002) aponta que o “Terceiro Setor” é um termo guarda-chuva em que se incluem vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se também diferentes marcos teóricos.

Essas denominações variam conforme o propósito ou interesse de quem as utiliza. Coelho (2000) afirma que ao se procurar certa precisão terminológica, essas denominações, apesar de serem freqüentemente utilizadas para um mesmo objeto, podem significar coisas diferentes. Essa multiplicidade apenas demonstra a falta de precisão conceitual, o que, por sua vez, revela a dificuldade de enquadrar toda a diversidade de organizações em parâmetros comuns.

A ABONG (2005) critica a expressão "Terceiro Setor", pois esta carrega uma idéia de indiferença, unidade, convergência e consenso. Mas, contudo, sabe-se que a sociedade civil no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, construída ao longo de séculos e marcada por processos brutais de exclusão, concentração de renda e violação de direitos. As organizações naturalmente expressam os conflitos e contradições existentes em nossa sociedade.

Estas trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são re-significadas e tendem a se diluir em um conceito homogeneizador. Para a ABONG (2005) é importante afirmar a

² BRESSER-PEREIRA, L.C.; GRAU, N.C. **Entre o Estado e o Mercado: O Público Não-Estatal**. In Bresser-Pereira, L.C. e Nuria Cunill Grau, orgs., *O Público Não-Estatal na Reforma do Estado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: 15-48.

identidade própria de cada grupo e campo político de organizações da sociedade civil brasileira. Isto significa marcar suas diferenças e os pontos em que convergem.

Mendes (1999) destaca a importância e a atualidade do tema, confirmada pelo governo federal brasileiro, o qual tem reconhecido, em vários momentos e de formas diversas, as influências do Terceiro Setor, ao admitir como relevante a necessidade de desenvolver parcerias com as suas organizações e atores. O governo também percebe, ainda que de forma relutante, por exemplo, que a reforma ou desenvolvimento do Estado passa pelo reconhecimento das ações políticas e sociais dessas organizações, apesar das dificuldades para caracterizá-las e distingui-las nos diferentes subconjuntos em que se apresentam: a crescente absorção de atividades sociais pelo Terceiro Setor tem sido uma marca recorrente em processos de reforma do Estado nas democracias contemporâneas.

Cardoso (1997) ressalta a importância do Terceiro Setor como meio de uma revolução nos papéis sociais tradicionais, afirmando que seu conceito “descreve um espaço de participação e experimentação de novos modos de pensar e agir sobre a realidade social. Sua afirmação tem o grande mérito de romper a dicotomia entre público e privado, na qual público era sinônimo de estatal e privado de empresarial. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social”.

Portanto trata-se de um movimento que é portador de um novo modelo de administração pública, baseado no estabelecimento de alianças estratégicas entre Estado e sociedade, quer para atenuar disfunções operacionais daquele, quer para maximizar os resultados da ação social em geral (MENDES, 1999).

Atualmente o mundo enfrenta uma crise ambiental sem precedentes. Esta situação motivou o surgimento do movimento ambientalista no fim da década de 60 e início da década de 70 do século XX, de trajetória relevante para denunciar a crise e para pressionar por soluções em diferentes escalas (PIERRI, 2003).

Um dos maiores marcos do movimento ambientalista, em território nacional, foi a realização no Rio de Janeiro da ECO 92 - Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A

repercussão internacional do evento evidenciou as lutas e protestos de cunho ambiental em todo o Brasil e no mundo. Particularmente, o Fórum Mundial de ONGs que aconteceu em paralelo à reunião oficial, deu especial visibilidade a esse novo tipo de organizações privadas, com sentido público e não lucrativo. Nesse fórum foi elaborado um documento que até hoje é referência nas propostas alternativas em prol de uma sociedade e um mundo melhor (PIERRI, 2003).

Assim, no contexto da crise ambiental atual, no Brasil, como em outros países, o chamado movimento ambientalista se conformou, em grande parte, agregando ONGs nascidas ou voltadas para o tema. Por outro lado, muitas organizações do Terceiro Setor já existentes, começaram a formular ou assumir projetos relativos à conservação e preservação ambiental, devido à importância do tema, à disponibilidade de financiamento nacional e internacional e à demanda do Estado por serviços que este deixou de assumir (FERREIRA, 1999).

Muitas destas iniciativas desenvolveram-se entre grupos de pesquisa, cientistas engajados e a juventude acadêmica que, sensibilizados com os gritantes problemas ambientais brasileiros mobilizaram-se na criação de estratégias de conservação e proteção do meio ambiente em todo o território nacional (VIOLA; LEIS, 1995a).

As ONGs Ambientalistas trazem consigo novos signos da contemporaneidade, pois denunciam a crise ambiental vigente, cujo somatório dos impactos do homem sobre o meio ambiente e os contrastes sociais cada vez maiores podem comprometer a sobrevivência de nossa própria espécie. Estas propõem um novo estilo de desenvolvimento calcado na sustentabilidade, equilibrando forças socioeconômicas com o cuidado da natureza.

A região costeira é um território chave na sobrevivência humana, pois abriga diversos elementos, tais como recursos naturais, locais para o turismo e o lazer, portos, áreas de exploração de petróleo, indústria, comércio, cidades, ecossistemas frágeis, entre outros. O acesso e o uso destes elementos pela sociedade geralmente trazem consigo diversos contrastes e impactos socioambientais. A Gestão Costeira (GC) é um campo de trabalho e pesquisa

que procura entender e resolver alguns destes conflitos no litoral (ANDRIGUETTO FILHO, 2004).

Para assegurar que todos desfrutem da região, tal como prevê a constituição, é necessário criar instrumentos que adequem os usos de forma racional permitindo a manutenção do ecossistema para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988b). O Brasil, no ano de 1988, lança o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Contudo poucos avanços são percebidos, pois os conflitos de uso e a degradação dos ambientes costeiros aumentam a cada dia e muitos permanecem sem solução (POLETTE, 2008). Este problema reflete uma série de deficiências na cultura institucional do país e na possibilidade de enfrentamento dos problemas por parte do estado.

Ratificando o anterior, Andriguetto Filho (1990) realiza uma das primeiras revisões sobre a evolução do Gerenciamento Costeiro (GC) no Brasil, apresentando desde as primeiras discussões em nível nacional até a concretização da primeira lei federal, e já nesta revisão exaltava a lentidão e ineficiência do PNGC. O autor também faz a primeira referência sobre o estado do GC no Paraná, enaltecendo a vanguarda da iniciativa da realização de um dos primeiros macrozoneamentos na costa brasileira, liderado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT), mas com disparidades dos objetivos e metodologias do programa estadual em relação ao nacional, no decorrer da década de 80.

Frente a este quadro, diversas iniciativas de proteção ambiental e manejo dos recursos naturais são tomadas por ONGs Ambientalistas na região costeira do país, ora em parceria com o governo, ora por iniciativa própria, nas que as ONGs tratam de angariar recursos variados para a realização de suas missões institucionais

Todavia poucos trabalhos avaliam a importância das ONGs Ambientalistas para a região costeira. Entretanto constata-se um contínuo envolvimento das ONGs Ambientalistas na gestão dos recursos naturais da região costeira do estado, particularmente no manejo de recursos naturais e nas áreas protegidas, por meio de suas lideranças e projetos ambientais.

Este fato indica que estas entidades desempenham papéis de agentes da Gestão Costeira, pois acabam executando uma gestão informal do ponto de vista da governança estatal e colaborando na gestão formal. Assim, a partir dos

elementos expostos, justifica a pertinência de pesquisar a relevância das entidades ambientalistas para a gestão costeira do estado do Paraná.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a relevância das ONGs ambientalistas para a Gestão Costeira paranaense.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar as principais ONGs ambientalistas atuantes no litoral paranaense;
2. Descrever os aspectos fundamentais destas instituições e suas principais ações;
3. Verificar quais os tipos de ONGs Ambientalistas presentes no Litoral do Paraná; e
4. Analisar o papel que as ONGs Ambientalistas têm para a Gestão Costeira do estado do Paraná.

2 MARCO CONCEITUAL

2.1 ORIGEM E CONCEITO DAS ONGS

A denominação genérica Organização Não Governamental (ONG) foi criada pelas Nações Unidas em 1950 (Resolução 288 do ECOSOC) para sintetizar um conjunto muito variado e heterogêneo de organizações internacionais não oriundas de acordos governamentais e atuantes no âmbito supranacional. Entre os europeus e norte-americanos a denominação ONG engloba indistintamente o associativismo de cidadãos, os institutos, as fundações e os movimentos sociais; e no Brasil, as ONGs são identificadas como aquelas que têm mais organicidade, como institutos e fundações (PIGNATTI, 2005).

A imprecisão do termo ONG foi tornando-se mais evidente à medida que novas organizações civis internacionais eram criadas e, sobretudo, a partir do expressivo aumento das entidades civis nacionais (GONÇALVES, 1995 *apud* FERREIRA, 1999). Na sociedade civil, essas organizações ocupavam espaços de atuação local, com projetos de curto alcance, ou pouca visibilidade, e com presença marcante da Igreja.

Vargas (1989) classifica as ONGs da América Latina, segundo suas principais atividades e as tendências que induzem seu desenvolvimento e transformação, apresentando três grupos:

1. As ONGs que propõem um desenvolvimento alternativo mediante o desenvolvimento e adaptação de tecnologias apropriadas (agricultura orgânica, medicina popular, tecnologias alternativas, moradias populares, etc.);
2. As ONGs que realizam investigações sociais como alternativas ao que fazem os aparatos oficiais (tais como a FLACSO³); e
3. As que realizam ações de promoção social (desenvolvimento de organizações populares, educação popular, dinâmicas de grupo, etc.).

³ Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) – é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pelos Estados latino-americanos, a partir de uma proposta da UNESCO (fonte: www.flacso.org.br).

Atualmente, as ONGs são o principal identificador do chamado Terceiro Setor (TACHIZAWA, 2010). Dentro do mundo das ONGs assim circunscrito, segundo Grohmann (1997), podemos associar as ONGs com os seguintes enfoques, tomando em conta sua orientação, e fazendo ressalvas, por suposto, de que existem diversas coincidências entre elas:

1. **Beneficência e Ajuda:** o auxílio caritativo para assistência social e casos de emergência foi o enfoque clássico de ajuda ao Terceiro Mundo e na atualidade esta tendo certo renascer. Geralmente é de duração limitada, se dirige a grupos-meta não organizados e não ataca as causas estruturais da pobreza. Uma ONG como esta tem uma função puramente distribuidora;
2. **Desenvolvimento:** mediante o respaldo de projetos específicos com assistência técnica e recursos financeiros se busca colocar ao grupo meta em condições de melhorar ante todo o longo prazo de sua situação econômica, utilizando a autoajuda. As ONGs com essa tendência são organizações profissionais que tem conhecimentos específicos, técnicos, técnico-sociais e ou de administração de empresas;
3. **Habilitação (empowerment):** a partir da análise da pobreza como problemática político-estrutural, e através de um trabalho de organização e conscientização muitas vezes unido a medidas para a autoajuda econômica, se busca colocar os grupos pobres em condições de articular seus interesses em forma autônoma ante os organismos públicos e privados e induzir câmbios estruturais. A ONG assume um papel de catalizador em um processo determinado idealmente pelo o próprio grupo-meta; e
4. **Representação:** partindo da opinião de que o grupo-meta não dispõe da capacidade necessária para representar autonomamente seus interesses aos níveis superiores (regional, nacional ou internacional), as grandes ONGs assumem esta função, em parte com um trabalho simultâneo nas bases, em parte apoiando-se exclusivamente no trabalho de investigação. Esse trabalho de “lobby” ou grupo de pressão se baseia em uma argumentação racional-

científica e/ou na representação de interesses do grupo-meta respectivo ou de uma coalizão de ONGs.

Estas trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são re-significadas e tendem a se diluir em um conceito homogêneo. Para a ABONG (2005) é importante afirmar a identidade própria de cada grupo e campo político de organizações da sociedade civil brasileira. Isto significa marcar suas diferenças e os pontos em que convergem.

Em síntese verifica-se que as ONGs acompanharam e refletiram contrastes e mudanças na sociedade brasileira e mundial, muitas vezes configuraram parcelas de movimentos sociais que além de reivindicarem direitos realizavam ações de promoção social. Gohn (2007) mapeia os paradigmas e teorias sobre os movimentos sociais, apresentando as abordagens norte-americanas, européias e latino-americanas, revisando as recentes teorias sobre os novos movimentos sociais, que contrastam com o antigo paradigma tradicional marxista, da década de 60, com as novas propostas de influência pós-estruturalista, pós-modernista, e neomarxista com ênfase na cultura, ideologia, solidariedade, lutas sociais cotidianas e processos de identidade, deixando o nível de determinações e passando a novas dimensões da vida social (cultura).

Esta nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, pré-determinado, e enxerga os participantes das ações coletivas como atores sociais, configurados em um sujeito coletivo, difuso e não hierárquico, e pensando o poder na sociedade civil e não apenas no estado. Os atores são analisados sob a ótica de suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada, pois não acreditam mais nos canais convencionais de participação democrática ocidentais, nas estruturas de classe, nem nas ideologias e estratégias de mobilização tradicionais da classe trabalhadora (GOHN, 2007).

Gohn (2010) verifica que a sociedade civil organizada passou a orientar suas ações coletivas e associações por outros eixos, focada menos nos pressupostos ideológicos e políticos, predominantes nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980, e mais nos vínculos sociais comunitários organizados segundo critérios de cor, raça, idade, gênero, faixas etárias, questões ecológicas e socioambientais, étnicas, raciais, religiosas etc., além dos fóruns,

conselhos, câmaras, etc., que compõem o novo quadro do associativismo brasileiro.

As atuais formas de associações civis organizadas em redes são compostas por movimentos sociais, associações comunitárias, ônus, fóruns, conselhos, câmaras, assembléias, etc. Estes podem ser divididos, segundo Gohn (2010), em três grandes blocos:

1. Os movimentos e ações de grupos identitários que lutam por direitos: sociais, econômicos, políticos, e mais recentemente culturais. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente);
2. Movimentos e organizações de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para – terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário, etc; e
3. Os movimentos globais, ou globalizantes como o Fórum Social Mundial. São lutas que atuam em redes sócio-políticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, etc. Estas lutas são também responsáveis pela articulação e globalização de muitos movimentos sociais locais, regionais, nacionais ou transnacionais. Na realidade, esta forma de movimento constitui a grande novidade deste novo milênio.

Neste sentido, para efeitos de diferenciação de outras formas de associação, são consideradas ONGs:

1. as entidades do primeiro mundo que captam recursos para o terceiro mundo, viabilizando políticas de solidariedade, tais como entidades internacionais de co-financiamento que buscam carrear recursos para a execução de programas de ação do Terceiro Mundo – as Trangos (ONGs internacionais), Quangos (quase ONGs) ou BINGOS (grandes ONGs);
2. os institutos e fundações do Terceiro Mundo que recebem tais recursos e que buscam o desenvolvimento social, a animação e a organização de atores políticos coletivos, tais como as

Associações Privadas de Desenvolvimento e/ou Serviços de Movimentos Populares; e

3. as associações civis de cidadãos independentes, em torno de questões de interesse público, como é o caso das entidades ambientalistas e outras assemelhadas (HERCULANO, 2000 *apud* PIGNATTI, 2005).

As quatro classificações anteriores apresentam, de certa maneira, uma evolução temporal e teórica na interpretação destes recentes agentes sociais. Vargas (1989) apresenta uma classificação mais endógena, ou seja, procura dividi-las quanto às suas possibilidades de desenvolvimento e ação. Grohmann (1997) às classifica quanto as suas orientações e enfoques de trabalho no ambiente urbano. Pignatti (2005) tipifica as ONGs de acordo com as tendências atuais no Brasil, de movimentos populares ou por movimentos identitários, e principalmente sua escala hierárquica de atuação. Gohn (2010) as subdivide sob o ponto de vista da organização em rede, trazendo consigo as novas temáticas interpretativas da sociologia política e analisando as organizações principalmente pela sua identidade coletiva, ou seja, através de suas relações comunitárias e vínculos institucionais.

Verifica-se que uma divisão única e estanque não é possível, uma vez que cada autor traz suas visões e interpretações de mundo, além disto muitas das classes se permeiam e se complementam em muitos casos.

2.2 ONGS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Uma organização é uma entidade dinâmica num mundo em constante mudança, que luta continuamente para cumprir sua missão, alcançando objetivos a curto, médio e longo prazo (DEVINE et al., 2001). Existe atualmente uma série de formas de se administrar e gerir uma ONG, que vão desde formas mais simples e informais a processos de gestão totalmente formalizados, monitorados e em constante melhoria. Isto se deve principalmente ao crescimento e desenvolvimento do Terceiro Setor nas últimas décadas em todo o mundo, e à grande variedade de ações, projetos e serviços que são

realizados por este ramo da sociedade, que conseqüentemente traz novas formas de se administrar e aprimorar as ações das organizações (DRUCKER, 1994).

Apesar da crescente importância sócio-econômica que o Terceiro Setor desempenha no Brasil, há grandes dificuldades em criar modelos de gestão para tais organizações. Parte das dificuldades resulta da forte dependência das organizações de doações, voluntariado e parcerias. Devido a suas origens, muitas vezes associadas a iniciativas de auto-gestão de trabalhadores ou a movimentos voltados a objetivos sociais não atendidos pela economia de mercado, essas organizações desenvolveram resistência à adoção de práticas de gestão, que eram vistas como ferramentas a serviço do capitalismo, forma de organização da produção que se pretendia substituir ou modificar (BATISTA et al., 2007).

Os modelos de gestão do Terceiro Setor giram em torno da identificação de estratégias aplicáveis, hierarquização de decisões estratégicas e operacionais, e caracterização dos diferentes agentes e instituições que se integram à ONG (TACHIZAWA, 2010). Essa preocupação atingiu às ONGs maiores e mais antigas, e só recentemente, e em proporções diferenciadas, é que as áreas de apoio (gestão, administração, finanças, recursos humanos, etc.) passaram a fazer parte da pauta de discussões permanentes dentro das entidades. Isto se deve, em parte, à pulverização de recursos internacionais, e nacionais, frente ao crescimento acelerado de organizações sem fins lucrativos no país, sendo agravado por crises cambiais e econômicas, ou por canalizações de recursos para outras ações (SALOMON, 1997).

Muitas carências orgânicas e funcionais identificadas no setor não foram solucionadas, ou ainda apresentam encaminhamentos insatisfatórios. A década de 1980 foi marcada pelo redirecionamento dos recursos financeiros internacionais para os países africanos e do leste europeu. Como conseqüência, as organizações latino-americanas tiveram de buscar alternativas de financiamento. Foi nesse período que teve início o engajamento do setor privado nas questões sociais, aumentando as parcerias entre este e as ONGs (ASHOKA; MICKINSEY & COMPANY, 2001).

Em decorrência de seu modo de gestão e de seu caráter, conforme observam Meira e Rocha (2003⁴ *apud* OLIVEIRA, 2006), as ONGs enfrentam problemas administrativos e financeiros. Essas dificuldades parecem estar relacionadas à falta e clareza de propósitos e, por consequência, à falta de definição de modelos de gestão adequados. A indefinição de propósitos resulta da própria realidade atual: as ONGs deparam agora com incentivos do governo e apoio de empresas, que buscam parcerias em ações ambientalmente corretas, ou seja, estão buscando agentes antes opostos.

No contexto da discussão da sobrevivência dessas organizações se alerta para a necessidade de se rever as relações com agências governamentais, com organismos do setor privado e com a própria sociedade civil. Portanto, uma maior visibilidade das instituições do Terceiro Setor traz consigo uma nova ênfase que remete à essência atual destas organizações emergentes, que não deve ser negligenciada no momento de se definir e eleger modelos e mecanismos administrativos, organizacionais e gerenciais. Torna-se necessário o reconhecimento de que mobiliza os atores e movimentam as forças propulsoras e inibidoras próprias do segmento a que pertencem para então se propor dinâmicas, técnicas, e instrumentos administrativos e gerenciais adequados à cultura dessas organizações (OLIVEIRA, 2006).

Oliveira (2006) analisou a utilização de instrumentos de gestão ambiental em ONGs Ambientalistas, utilizando fundamentos da economia do meio ambiente, e examinou a questão da aplicação dos instrumentos de gestão por elas, principalmente quanto à sua contribuição para o alcance dos objetivos das mesmas. Neste estudo foram avaliados quatro modelos organizacionais comumente utilizados em organizações do Terceiro Setor: o modelo SIGOS, que é um modelo sistêmico e estratégico; o modelo Tachizawa (2010), que é um esboço de modelo de gestão para o Terceiro Setor; o modelo *Balanced Score Card* (BSC), que é um modelo de gestão baseado em indicadores; e o modelo de Organizações em Redes, utilizado comumente por organizações do

⁴ MEIRA, L. C. de C. e ROCHA, G. S. **Modelos de Gestão de ONGs Ambientalistas: um Estudo Comparativo em Três Organizações Baianas**. Grupo de Trabalho XXVII Encontro da ANPAD Atibaia-SP – 20 a 24 de Setembro de 2003 in OLIVEIRA, A. E. S. *ONGs Ambientalistas: Desafios e Gestão de Agentes Voluntários de Políticas Ambientais*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UnB, Pós-Graduação em Economia – Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura, 2006.

Terceiro Setor. O autor constata que a maior deficiência das ONGs refere-se à ausência de definições claras de indicadores quantitativos e qualitativos que favoreçam a análise da eficácia e da eficiência da gestão das entidades.

Pode se verificar que a análise de modelos de gestão de ONGs permite que se identifique sua eficácia e sua efetividade, sua relação com o ambiente interno e o ambiente externo, e pode ser útil à própria ONG, a parceiros e colaboradores para que se promova a melhoria da organização, tendo como referência a missão da ONG, seus recursos e o modo de se movimentar rumo à sua realização (OLIVEIRA, 2006).

Diante do caráter difuso da atuação das ONGs, não se deve negar que elas também podem cometer falhas de mercado e de governo, à medida que se propõem a atuar nas questões ambientais e socioambientais, desempenhando funções desses agentes e indo além deles. Deve-se reconhecer que o Terceiro Setor pode levar vantagem nessa atuação, justamente pelo seu caráter voluntário, que atrai pessoas mais envolvidas, mais comprometidas com as causas em que se envolvem e, ainda pelos seus modos de gestão mais colaborativos e flexíveis (OLIVEIRA, 2006).

Sampaio (2000) alerta para o risco das organizações do Terceiro Setor disfarçar as mazelas tanto da ótica do mercado, de eficácia de resultados econômicos sobrepondo-se à efetividade da distribuição da renda, como da ótica do estado, de ineficácia de resultados econômicos e sociais. E essas quando comportadas desta maneira, podem, certamente, ser incorporadas em um viés tradicional de organizações corporativistas e centralizadoras.

Oliveira (2006) sugere a necessidade da formulação de indicadores quantitativos e qualitativos adequados à realidade da ONG. Tais esforços favorecem a convergência entre os fatores subjetivos e objetivos existentes na atuação de organização e mesmo nos seus objetivos. Os Modelos de Gestão favorecem a gestão da ONG, ou seja, o planejamento, a organização, a direção e o controle de sua atuação, e por meio desses pode-se considerar a pertinência da atuação das ONGs, bem como seu papel de agente de transformação de políticas públicas de meio ambiente.

Sampaio (2010) vai mais além e sugere que a gestão de empresas, de organizações públicas, de ONGs, bem como o arranjo inter-organizacional composto por estes três tipos de organizações, deva ser conduzido e pautado

por critérios extra-organizacionais, no sentido de incorporar demandas sociais oriundas do território no qual a inter-organização esta instalada, isto é, do território à organização; onde a racionalidade seja conduzida pelo cálculo de conseqüências societárias, privilegiando as dimensões sócio-econômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios intra-organizacionais (para dentro da organização), baseado numa racionalidade econômica de cálculo de conseqüências apenas organizacionais.

O processo que permite uma organização a se adaptar com sucesso é conhecido como Desenvolvimento Institucional, ou Processo de Avaliação Institucional (DEVINE et al., 2001). À medida que a equipe e os membros do conselho evoluem, a estrutura da organização também avança. Dada a constante mudança interna e externa, os líderes da organização se deparam com um desafio importante: como se adaptar continuamente às mudanças sem perder de vista a missão da organização.

Análises de administração institucional, geralmente, é ponto de partida inicial para o desenvolvimento de iniciativas de aperfeiçoamento da organização, expresso em um plano de ação que detalhe as estratégias mais adequadas para alcançar objetivos de aperfeiçoamento, permitindo um planejamento adequado para crescimento e desenvolvimento futuro, potencializando os pontos fortes atuais e ajudando a superar as limitações e deficiências (DEVINE et al., 2001).

2.3 CONCEPÇÕES AMBIENTALISTAS

Atualmente existe uma ampla bibliografia sobre a problemática ambiental, em que autores pertencentes as mais variadas posições políticas expressam suas propostas e alternativas nem sempre fáceis de relacionar com suas posturas ideológicas (FOLADORI, 2005). Torna-se necessário elaborar uma visão de conjunto que permita analisar quais as interpretações existentes sobre a questão ambiental, através de uma tipologia que simplifique e sistematize as diferenças entre as principais posições.

Entre as várias tipologias já desenvolvidas sobre o tema (PIERRI, 2005; FOLADORI, 2005; VIOLA; LEIS, 1995a; 1995b; ALEXANDRE, 2005)

pode se fazer uma adaptação e complementação destes tipos pré-estabelecidos.

Verificam-se 11 ideologias ambientalistas estabelecidas, divididas em três grupos: ecocentristas, antropocentristas e híbridos. O grupo dos ecocentristas é dividido em ecologistas profundos e preservacionistas; o grupo dos híbridos são ideologias menos comuns e de difícil avaliação quanto ao ponto de vista ético sobre a natureza ou a vida, consistindo nos ecoanarquistas (comunitárias e espiritualistas) e ecofeministas. Os antropocentristas podem ser subdivididos em duas classes: os tecnocráticos e os críticos; as categorias dos conservacionistas (etnoconservacionistas), dos movimentos pró-qualidade de vida, do ambientalismo moderado, dos cornucopianos e dos ecocapitalistas ficaram no grupo tecnocrático; e os codesenvolvimentistas e os marxistas ficaram no grupo dos críticos (FOLADORI, 2005; ALEXANDRE, 2005).

Esta categorização é baseada, primeiramente, segundo o ponto de vista ético, no sentido de que polo se hierarquiza o binómio Homem-Natureza. Se existir um critério de comportamento ético embasado na crença que a natureza tem valor intrínseco, externo à sociedade humana, e que deve ser privilegiada, a posição é ecocentrista. E se considerar o interesse humano como orientador da relação com o meio ambiente e a natureza em geral, a posição é antropocentrista (FOLADORI, 2005). A categoria dos híbridos são classes que não possuem definição nítida quanto a este posicionamento (ALEXANDRE, 2005).

Tabela 1: Tipologia das Concepções Ambientalistas.

Ecocentristas		1	Ecologia Profunda
		2	Preservacionistas
Antropocentristas	Tecnocráticos	3	Conservacionistas (Etnoconservacionistas)
		4	Movimentos Pró-Qualidade de Vida
		5	Ambientalismo Moderado
		6	Ecocapitalistas
	Críticos	7	Cornucopianos
		8	Ecodesenvolvimentistas
		9	Marxistas e Ecomarxistas
Híbridos		10	Ecoanarquistas Comunitários e Espiritualistas
		11	Ecofeminismo

Fonte: PIERRI, 2005; FOLADORI, 2005; VIOLA; LEIS, 1995a; 1995b; ALEXANDRE, 2005.

Os ecologistas profundos defendem a integração cosmológica do ser humano com os outros seres, que serve para superar o egoísmo e reverenciar a vida das futuras gerações, através de um intrínseco igualitarismo biosférico (bioética). Os humanos não tem nenhum direito a reduzir a riqueza e a diversidade, exceto para satisfazer as necessidades vitais. Deter o crescimento urbano-industrial e o populacional são questões chave na solução da crise ambiental, consistindo numa mudança ideológica de apreciar a qualidade de vida, vivendo situações de valor inerente, mais do que aderir a um padrão de vida cada vez mais alto (FOLADORI, 2005).

Os preservacionistas reverenciam a natureza por seus valores inerentes e querem preservá-la do desenvolvimento, não se preocupando, essencialmente, no valor de uso e importância para a espécie humana, pois concebem que existem limites físicos ao desenvolvimento humano (FOLADORI, 2005). A proposta desta categoria implica em uma alternativa radical da atual sociedade capitalista, representando a manifestação de uma mudança e aprofundamento cultural por um novo paradigma, em que a política tenha uma nova dimensão global e supere a dualidade dos posicionamentos de direita ou esquerda, e na confiança que o individualismo liberal seja o principal instrumento consciente para transformar a sociedade (ALEXANDRE, 2005).

Os conservacionistas originaram as políticas reformistas de conservação de recursos ou de uso sustentado dos recursos naturais renováveis, consistindo na idéia utilitarista da persecução do maior bem para o maior número, incluindo as futuras gerações, através da redução dos resíduos e eficiência alocativa na exploração e consumo dos recursos não-renováveis, e em assegurar a máxima sustentabilidade na exploração dos recursos naturais renováveis (FOLADORI, 2005).

Recentemente desenvolveu-se uma corrente inovadora de conservacionismo o chamado “etnoconservacionismo” que propõe aliar o saber científico ao tradicional restringindo impulsos utilitaristas, esta surge com a preocupação de questionar a ecopresevação e os ganhos econômicos do capitalismo industrial que não respeitam fronteiras culturais (ALEXANDRE, 2005).

Os movimentos pró-qualidade de vida estão interessados na defesa da qualidade e bem-estar da população urbano-industrial, questionam a degeneração total do ambiente, como consequência da produção do desenvolvimento econômico, científico e tecnológico. Acreditam numa total reorientação das necessidades humanas e procuram um maior proveito dos estilos de vida ecológicos. Podem ser representados pelo movimento “Not in My Back Yard” (NIMBY) de defesa comunitária do próprio espaço em relação aos agentes poluidores (CASTELLS, 1999). Em termos práticos estão associados a movimentos pró-criação de políticas ecológicas como áreas verdes de recreação, uso de tecnologias apropriadas, agricultura orgânica, medicina alternativa, reciclagem e transporte coletivo. Neste sentido podem ser classificados tanto como antropocêntricos quanto ecocêntricos, sendo todavia mais ligados aos primeiros, já que não apresentam tanta ênfase nas mudanças concretas de suas práticas sociais (ALEXANDRE, 2005).

O ambientalismo moderado tem em seu foco principal gerenciar a crise ambiental e os recursos naturais através do estado, por meio de políticas e instrumentos de gestão ambiental de comando e controle, e secundariamente de mercado. Não estão interessados na “qualidade de vida”, se não em que os problemas ambientais não limitem o crescimento econômico (FOLADORI, 2005). Representam a política ambientalista praticada na maioria dos governos, não discutindo essencialmente o caráter da produção capitalista, portanto keynesiana, e tratando exclusivamente do alcance de níveis “razoáveis” ou “ótimos” de contaminação e exploração dos recursos, configurado no conceito de externalidade⁵ e a consequente participação estatal na economia (VIOLA; LEIS, 1995a).

Estas políticas ambientais são de dois tipos: (1) o comando e controle, e (2) os instrumentos de mercado; a primeira regula a utilização de recursos ou o despejo de resíduos a partir de normas, como por exemplo limites de contaminação, manejo e proibição de áreas, quotas de uso de recursos naturais, controle de processos industriais (filtros), etc. A segunda incorpora ao mercado os elementos sem preço da natureza, “interiorizando as

⁵ As externalidades são resultados involuntários das atividades econômicas sobre bens comuns que são afetados negativamente (ou positivamente).

externalidades”, através da valoração monetária destes bens, tais como taxas, subsídios, créditos de carbono, etc. (FOLADORI, 2005).

Os ecocapitalistas são chamados de economistas verdes. Estes importam-se mais com o controle e disciplina do mercado do que em suplantar mecanismos de preço e lucro privado, confiam ao desenvolvimento tecnológico e ao mercado a solução dos problemas ambientais, seja por aumentos de preços aos recursos escassos ou substituindo matérias primas e fontes energéticas, ou ainda melhorando a tecnologia para um uso mais eficiente dos mesmos recursos. As iniciativas desta categoria configuram-se no desenvolvimento de idéias de fortalecimento de cooperativas de trabalho, reformas institucionais próprias de um chamado “capitalismo social”, com melhoria de renda e qualidade da produção, e na concessão de selos de qualidade para produtores (ALEXANDRE, 2005).

A categoria dos cornucopianos⁶ difere-se dos ecocapitalistas pela crença de que não há crise ambiental ou que os problemas ambientais não são tão graves como é colocado pelos ecologistas e que serão resolvidos pela ação espontânea do mercado e, secundariamente, pela tecnologia. Representam a posição neoliberal menos sensível à questão ambiental e à social (FOLADORI, 2005).

Os codesenvolvimentistas acreditam que a causa da crise ambiental é o modelo produtivista e consumista imposto pelos países hegemônicos em um mundo historicamente desigual. Embasam-se na proposta de uma nova ordem econômica internacional de “estilos de desenvolvimento auto-sustentado”, baseados no potencial ecológico das diferentes regiões, na capacidade própria dos povos do terceiro mundo, na integração rural-urbana, satisfação das necessidades sociais, respeito a outras culturas, e na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral. A idéia geral dos codesenvolvimentistas é compatibilizar a economia, ou o contexto sociocultural, com a ecologia, reconhecendo o fenômeno da diversidade e sugerindo uma pluralidade de soluções à problemática do desenvolvimento. Estes colocam no centro do seu debate a possibilidade de “modelos” ou “estilos” de desenvolvimento alternativos, que tenham foco na satisfação das

⁶ Cornucopianos de cornucopia ou “chifre da abundância” (O’RIORDAN, 1976 *apud* FOLADORI, 2005).

necessidades, primeiramente dos mais pobres e das sociedades mais necessitadas; na demanda de participação (“*bottom-up*”); e na idéia de tecnologias apropriadas. Esta lógica possui uma ótica essencialmente comunitaria e terceiro mundista, e vêm de uma concepção da economia ambiental que interpreta os problemas ambientais como externalidades do sistema, onde o ecodesenvolvimento buscaria integrar o ambiental ao processo de desenvolvimento, estabelecida em um princípio de responsabilidade diacrônica com as gerações futuras e na negação da dependência cultural e técnica dos países desenvolvidos (SACHS, 1974⁷ *apud* PIERRI, 2005).

O Marxismo se diferencia das outras categorias por considerar que a sociedade humana forma parte da natureza e pela interpretação dialética e histórica da relação da humanidade com seu entorno, significando que a natureza tem sentido para o ser humano apenas quanto as suas ações, além de considerar a sociedade diferenciada em classes. O Marxismo atribui à lógica capitalista, e à intrínseca tendência à busca do incremento do lucro e da taxa de ganância, a culpa pela geração de níveis crescentes de depredação e contaminação da natureza. E mesmo com a restrição de mercado mediante políticas de comando e controle, instrumentos de defesa ambiental, ou mesmo a tecnologia, que seria produto da própria dinâmica capitalista, o sistema (capitalista) não poderia impedir que a própria lógica mercantil pressione a natureza e seus recursos, nem o aumento do desemprego, da pobreza, e da perda da diversidade cultural, intrínsecos à acumulação de capital (FOLADORI, 2005).

Portanto os elementos atuais considerados causas dos problemas ambientais resultam, dentro da análise marxista, resumidos ao funcionamento da própria sociedade capitalista e suas contradições. Para os mesmos antes que os limites físicos operam os limites sociais para criar e explorar a crise ambiental atual. Por meio desta perspectiva, não há validação de nenhuma ética derivada de leis “externas” (biológicas ou físicas) à sociedade humana. Os ecomarxistas supõem que a própria dinâmica do capitalismo leva indubitavelmente à crise ambiental, devido à incapacidade do capitalismo em

⁷ Sachs, I. 1974, “**Ambiente y estilos de desarrollo**”, *Comercio Exterior*, 24 (4): 363.

reproduzir as condições gerais de sua produção, ou seja, o âmbito externo da natureza na qual esta estabelecido (FOLADORI, 2005).

Os ecoanarquistas ou ecologistas sociais autodefinem-se, filosoficamente, como estando além do ecocentrismo e do antropocentrismo, porém muitas vezes assumem ambos simultaneamente, pretendendo sintetizar a crítica ecologista e a social, e superar os extremos da ecologia radical e do antropocentrismo irresponsável que caracteriza a sociedade, representados pelo ideário utilitarista de dominação e pela conversão da sociedade humana em uma simples comunidade de animais. São contrários tanto aos marxistas como aos ecocapitalistas, e principalmente às hierarquias de dominação social e ambiental. Propõem a abolição do estado moderno, lutando para conferir o máximo de autonomia política e econômica às comunidades locais (PIERRI, 2005).

Apesar disto possuem contrastes internos de tendências libertárias e de rígidas restrições tanto em práticas antropocêntricas como ecocêntricas (ALEXANDRE, 2005). Murray Bookchin é considerado um dos principais teóricos da ecologia social, e afirma que a alternativa à crise ambiental é uma profunda mudança social, que substitua a sociedade capitalista por uma sociedade ecológica que não seja hierárquica ou classista, e que deve eliminar o conceito de domínio sobre a natureza. Estes diferenciam-se do marxismo em em que a hierarquia esta posta na dominação e não na exploração, entendida como uma forma da primeira (PIERRI, 2005).

Alexandre (2005) subdivide os ecoanarquistas em duas correntes: os ecoanarquistas comunitários e os ecoanarquistas espirituais. Estes últimos caracterizam-se basicamente por buscar uma renovação cultural por meio do desenvolvimento espiritual de sacralização da natureza, e os comunitaristas buscam o desenvolvimento de uma cultura política independente de cooperação e ajuda mútua, contrapondo à crescente centralização do poder do estado-nação, adaptadas aos valores e à natureza dos locais em que determinado grupo vive.

O ecofeminismo identifica-se com a simbologia das mulheres ocupando um espaço de contato e familiaridade com a reprodução e desenvolvimento natural da vida. Argumentam que os problemas ambientais decorrem de uma

visão predominantemente patriarcal, de uma forma machista de se relacionar com a natureza (ALEXANDRE, 2005).

2.4 ONGS AMBIENTALISTAS

As ONGs ambientais são definidas por Prince e Finger (1996⁸, *apud* FERREIRA, 1999) como grupos “não lucrativos com base ou atividades em mais de um país, cuja missão principal é impedir a degradação ambiental e promover formas sustentáveis de desenvolvimento”. Buscam solução para os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento nos espaços local, regional e global, algumas vezes em colaboração com o Estado, mas, em muitas outras, suas ações passam ao largo da política tradicional do Estado Nação. Apesar da grande variedade de ONGs quanto a formas e conteúdos, elas inegavelmente podem ser reconhecidas como agentes de aprendizado social, pois são capazes de eleger um campo de luta e mobilizar pessoas, recursos e instituições em defesa do meio ambiente (FERREIRA, 1999).

As ONGs ambientalistas são organizações que levantam a bandeira do movimento ambientalista, alertando o mundo quanto à crise ambiental, que motivou o surgimento de um movimento ambientalista no fim da década de 60 e início da década de 70 do século XX, de trajetória relevante para denunciar a crise e para pressionar por soluções em diferentes escalas (PIERRI, 2000).

No Brasil, na década de 70, o ambientalismo se aproximou mais da dinâmica do sistema internacional, do que os outros países da América Latina. Isto se deve também à força e a origem do ambientalismo no Brasil, promovido por “cima” e por “baixo”, com a estruturação de agências estatais e associações ambientalistas, respectivamente. Isto que Viola e Leis (1995b) denomina de “bissetorialismo” conflui na definição da problemática ambiental recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela preservação de ecossistemas naturais, e na relação contraditória e complementar destes dois pólos.

As associações ambientalistas surgidas neste período foram influenciadas diretamente pelo movimento ambientalista norte-americano e

⁸ PRINCEN & FINGER. **Environmental NGOs in world politics**. London, Routledge, 1996.

européu, e marcaram suas atuações pela denúncia e a conscientização pública sobre a degradação ambiental. Contudo a perspectiva do movimento era exclusivamente ambiental, ou seja, não incluíam em seu discurso, e muito menos em seus projetos, questões socioambientais. A mesma temática foi adotada pelas agências estatais, com ações iniciadas com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, e a definição da problemática pautada exclusivamente pelo controle da poluição e a preservação de algumas amostras de ecossistemas naturais. A relação inicial entre as agências estatais e as entidades ambientalistas deu-se simultaneamente como conflito e cooperação (VIOLA; LEIS, 1995a).

O surgimento do campo ambientalista brasileiro foi configurado através da dialética entre sociedade e estado, diferentemente dos países desenvolvidos, onde, a rigor, encontra-se forte preeminência e antecedência histórica no papel das organizações da sociedade civil. Até meados da década de 1980, a maioria dos ambientalistas brasileiros era externa ao problema de desenvolvimento; ecologia e economia eram percebidas como duas realidades antagônicas (BOEIRA, 2003).

A progressiva preocupação pública, interna e externa ao país, com a deterioração ambiental transforma o ambientalismo em um movimento multissetorial e complexo, na segunda metade da década de 80, com a emergência de três novos setores:

- a) o socioambientalismo constituído por ONGs e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, que incorporaram a proteção ambiental como uma nova dimensão em seu escopo de atuação;
- b) os grupos e as instituições científicas que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental; e
- c) um reduzido setor de gerentes do empresariado que começam a pautar seus processos produtivos e investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental (VIOLA; LEIS, 1995a).

Estes três setores, mais os dois antigos, configuram a complexidade do ambientalismo brasileiro, quebrando ainda a dicotomia da fase anterior e

passando a intercambiar e receber influências e demandas de atores com dinâmicas mais profissionalizadas (VIOLA; LEIS, 1995a).

Em síntese, esta preocupação pública pela questão ambiental no Brasil deflagrou o surgimento e o desenvolvimento dos seguintes grupos:

1. Organizações não governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental, com alguns deles atuando em escala internacional;
2. Agências estatais (federais, estaduais e municipais) encarregadas de proteger o meio ambiente;
3. Grupos e instituições científicas que pesquisam problemas ambientais;
4. Um setor administrativo-gerencial que implementa um paradigma de gestão dos processos produtivos baseado na eficiência no uso de materiais, na conservação da energia, na redução da poluição, e no controle total da qualidade;
5. Um mercado consumidor verde que demanda agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, tecnologias limpas, matérias primas sustentáveis, entre outras coisas;
6. Agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais que ultrapassam as fronteiras nacionais (ex.: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (VIOLA; LEIS, 1995a).

A esta nova realidade de diversificação de atores envolvidos na questão ambiental Viola e Leis (1995a) chamam de "ambientalismo multissetorial". Este processo gerou uma transfiguração generalizada das associações ambientalistas para um desenvolvimento institucional mais acentuado, tanto pelas práticas como pela gestão das entidades, representando uma dramática inovação na cultura ambientalista brasileira. As organizações profissionais não tinham mais o objetivo puro da denúncia, mas sim de um novo objetivo central de afirmação de uma alternativa viável de conservação ou recuperação do ambiente danificado (VIOLA; LEIS, 1995a).

Observa-se diversos papéis desempenhados pelos movimentos ambientalistas ou diferentes componentes deste. Gabaldón (1994) cita os que

trabalham para alcançar diferentes reivindicações relacionadas com o melhoramento do entorno físico, como é o caso do amplo movimento vicinal que durante a década de 80 se disseminou pela Venezuela. Também as associações conservacionistas interessadas na preservação da natureza em geral e que, através da vigilância e denúncia, aportam um valioso mecanismo de alerta frente aos delitos ecológicos e se constituem em elemento de pressão política neste sentido. Há organizações para canalizar as ações legais populares em matéria ambiental.

Viola e Leis (1995b) afirmam que as características da conjuntura internacional reforçam a necessidade de conceber o ambientalismo multissetorial e o projeto de desenvolvimento sustentável como eixos de convergência das relações entre sociedade e estado. Colocam que a partir da dinâmica internacional pode-se prever também que no ambientalismo multissetorial brasileiro haverá de aumentar a responsabilidade do setor empresarial em conjunto com as associações ambientalistas e o socioambientalismo. Estes autores consideravam, em meados dos anos 90, que sendo dominantes no cenário internacional as forças com um enfoque comunitário, a capacidade de convergência e cooperação entre os três setores mencionados haveria de condicionar fortemente o modelo possível de desenvolvimento sustentável no Brasil.

Tormo (1993) analisa o papel das ONGs ambientais perante a política ambiental e apresenta seis diferentes perfis:

1. Organizações internacionais que atuam regionalmente mediante grupos nacionais;
2. Organizações estruturadas em torno a uma área geográfica especialmente ameaçada;
3. Organizações estabelecidas para proteger espécies animais específicas, geralmente em perigo de extinção;
4. Grupos especializados em educação ambiental, orientados a um público urbano, que atuam como grupos de pressão e líderes de opinião com o objetivo de modificar políticas governamentais;
5. Grupos que compreendem diversas associações e que atuam de forma federativa; e

6. Organizações que trabalham com grupos sociais, mediante programas econômicos, sociais e ambientais.

2.5 GESTÃO COSTEIRA

De maneira geral, a palavra gestão esta relacionada à tomada de decisão sobre a utilização de determinado recurso balizada por regras e normas, assim como o uso de critérios determinados a fim de administrar o recurso da melhor maneira possível e de impedir sua escassez ou degradação (SHULT; EDUARTE; BOHN, 2006). O objetivo maior da gestão ambiental deve ser a busca permanente de melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente interno e externo de trabalho de qualquer organização pública ou privada.

A zona costeira, devido às suas especificidades ambientais e sociais merece cuidados especiais, de onde surge um campo específico da ciência (ANDRIGUETTO FILHO, 2004) e do gerenciamento ambiental (OLSEN, 2000), o chamado “Gerenciamento Costeiro” ou “Gestão Costeira” (GC).

As experiências de mais de 35 anos e a discussão sobre a Gestão Costeira levaram à proposta de Manejo Integrado da Zona Costeira (MIZC) ou Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) sendo que o termo **integrado** foi incluído quando se tornou claro que uma abordagem de integração, ao invés de uma abordagem parcializada e setorial, é essencial para uma gestão costeira efetiva (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998). No entanto, este prisma teórico é raramente aplicado na realidade, principalmente em países tropicais como o Brasil (OLSEN; CHRISTIE, 2000; BILLÉ, 2007), uma vez que o jogo da política ambiental é um terreno complexo e com muitos interesses conflitantes (LACKEY, 2006).

As práticas correntes na GC são influenciadas e formadas pela visão de mundo das pessoas envolvidas em sua prática. Atualmente as abordagens no GC podem ser agrupadas em duas visões de mundo distintas: uma chama para a proteção ambiental e a outra para a governança de ecossistemas. A questão não esta em quem estaria certo ou errado, mas que na realidade elas são significativamente diferentes, e aqueles que trabalham e estudam o

gerenciamento costeiro precisam entender as diferenças e as implicações entre as abordagens (OLSEN, 2000).

Aqueles que acreditam que a GC não deva ser mais que uma forma de proteção ambiental têm uma visão de mundo, que assume que o futuro será “mais ou menos” uma extensão suave e lógica do presente. E enxergam o meio ambiente como sendo algo externo à humanidade, procurando identificar, mitigar e, em algumas vezes, controlar atividades ambientalmente danosas (BOULDING⁹, 1966¹⁰ *apud* OLSEN, 2000.).

Esta abordagem é tipicamente defensiva e remediadora em suas práticas, sua ação conta primariamente com regulações e zoneamentos para determinar limites de danos ambientais. As estratégias de se reservar pequenas áreas para preservação em suas condições naturais ou com poucos distúrbios são ferramentas comuns e importantes. Este tipo de Gestão Costeira é a prática mais comum e familiar, funcionando muito bem em sociedades politicamente estáveis onde os governos têm os recursos e a vontade de se impor regulações, construir infra-estruturas e a sociedade aceitar os custos financeiros de ambos (OLSEN, 2000).

A crença em que os desafios da soma das pressões antrópicas em regiões costeiras necessitam de sistemas de governança ecossistêmica que conduzam ao progresso de formas sustentáveis de desenvolvimento, é enraizada na percepção de que existem limitações na capacidade do sistema vivo de nosso planeta e, conseqüentemente, na quantidade e qualidade da atividade humana que pode sustentá-la. Este tipo de perspectiva mudou o modesto objetivo de realizar um zoneamento costeiro marinho que procura evitar erros de desenvolvimento e mitigar alguns dos impactos negativos do processo de desenvolvimento contemporâneo, para um mais ambicioso e complexo empreendimento que busca integrar firmemente os ecossistemas e as sociedades humanas em sistemas interdependentes (OLSEN, 2000). Esta abordagem é a mais próxima do conceito de Gerenciamento Costeiro Integrado.

⁹ Kenneth Boulding é um economista e teorista sistêmico, que descreveu a visão de mundo que gerou o movimento de proteção ambiental na década de 70, chamado de “fronteiras econômicas”.

¹⁰ Boulding K. E. - **Environmental quality in a growing economy: essays from the Sixth RFF forum, Resources for the future**. Baltimore, MD: Johns Hopkins Press [1966].

O Gerenciamento Costeiro Integrado (GCI) define-se como sendo um processo pelo qual decisões racionais são feitas a respeito da conservação e uso sustentável do espaço e dos recursos costeiros e oceânicos. O processo é desenhado para suprir a fragmentação inerente à abordagem de manejo de um simples setor (pesca, petróleo, etc.), pela divisão de jurisdições entre diferentes níveis de governo e na interface terra-água (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998).

O processo do GCI caracteriza-se pela sua amplitude e dinâmica. Requer envolvimento ativo e constante do público e dos atores interessados em como os recursos costeiros são apropriados, utilizados e os conflitos mediados. O processo idealizado de GCI provê meios pelos quais as preocupações de nível local, regional e nacional são discutidos e os futuros direcionamentos são negociados (GESAMP, 1996; SILVA, 2002).

Através destes conceitos podem-se enfatizar duas distintas características do processo de GCI: balanceia desenvolvimento e conservação, garantindo planejamento multissetorial, e prevê a participação e a mediação dos conflitos pela sociedade. Portanto o propósito central do GCI é criar condições para um esforço constante em que

...o objetivo fundamental é reformar os objetivos, estruturas e processos de governança que controlam como os recursos costeiros são alocados, em quais taxas os recursos são utilizados, e como os conflitos entre os grupos de usuários são resolvidos (CHRISTIE, 2005).

Segundo o GESAMP (1996) o conceito de uma abordagem **integrada** no gerenciamento de áreas costeiras é intencionalmente amplo e possui quatro elementos fundamentais:

1. Geográfico: leva em conta as inter-relações e interdependências (físicas, químicas, biológicas e ecológicas) entre os componentes terrestres, estuarinos, litorâneos e de mar aberto nas regiões costeiras;
2. Temporal: suporta o planejamento e a implementação de ações de gerenciamento em um contexto estratégico de longo-termo;
3. Setorial: leva em consideração as inter-relações entre os vários usos humanos e recursos das áreas costeiras e também interesses e valores socioeconômicos associados; e

4. Político/Institucional: provê o maior diálogo possível entre os setores governamentais, sociais e econômicos e a comunidade no desenvolvimento político, planejamento, resolução de conflitos e regulações pertencentes a todas as matérias que afetem o uso e a proteção das áreas, recursos e amenidades costeiras.

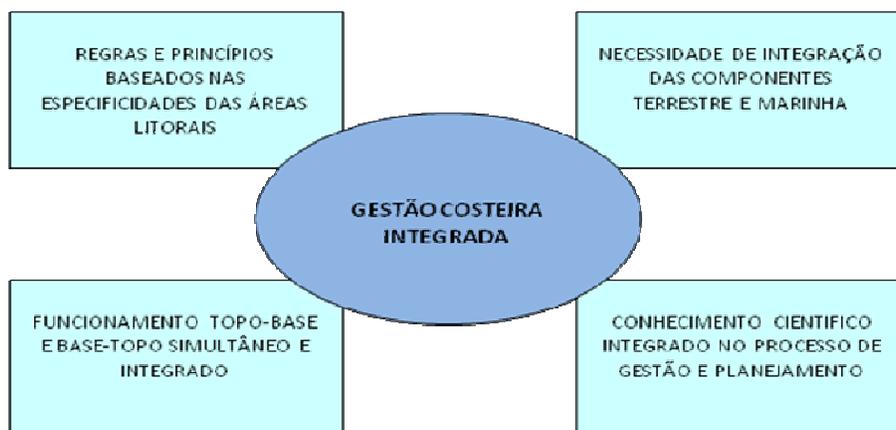


Figura 1: Princípios da Gestão Costeira Integrada
Fonte: SILVA, 2002.

Os programas de GCI, elaborados sob a bandeira do desenvolvimento sustentável, colocam maior ênfase na equidade social, os processos sociais, e a redefinição de objetivos de desenvolvimento, do que no estabelecimento de ajustes tecnológicos e regulatórios de problemas específicos (STOJANOVIC; BALLINGERA; LALWANI, 2004).

Desta forma, a governança ecossistêmica e os objetivos de desenvolvimento sustentável lidam com dois conceitos principais: a utilização ótima e de longo termo dos ecossistemas; e a equidade na distribuição de recursos, não apenas entre uma dada sociedade, mas também entre regiões (e conseqüentemente entre nações ricas e pobres) e entre gerações. Desta forma, a medida do sucesso deve ser avaliada observando as condições econômicas, ambientais, e o nível de equidade que a sociedade em questão pretenda atingir ou esteja disposta a aceitar já que implicará certas renúncias para a geração atual (BURBRIDGE, 1997).

Olsen e Christie (2000) identificam que iniciativas de Gerenciamento Costeiro em países tropicais fazem emergir questões difíceis quanto à

distribuição de autoridade, responsabilidade e poderes dentro de uma nação. Na maioria dos países em desenvolvimento, a autoridade e a responsabilidade de gerir esses recursos não está investida em instituições locais, mas em distantes agências governamentais e poderosos interesses privados. Isto resulta na prevalências de uma forma anárquica em que ambos, os ricos e os pobres, agem de acordo com seus próprios interesses limitados. Em um contexto de concorrência não mediada, os pobres muitas vezes são os perdedores, mesmo aqueles envolvidos em um lugar específico são motivados a se comportarem diferentemente, onde raramente existe uma instituição local com capacidade de promover e sustentar um sistema alternativo de governança que compactue com as expectativas dos mais pobres.

Lélé (1991¹¹, apud CHANG, 2004) destaca que a participação social foi incorporada na discussão ambiental, verificada na necessidade da participação efetiva dos cidadãos e suas comunidades na tomada de decisão e a criação de condições para lutar por um sistema internacional mais democrático. E denuncia que alguns setores querem cercear o compromisso da diminuição da pobreza, procurando substituí-lo ou relativizá-lo com a participação.

Olsen (2000) reconhece que o processo de GCI é incremental e resultado de um decurso orgânico e dinâmico, e também declara que as pontes que conduzem à governança costeira são baseadas em valores societais, adquirindo um papel central em todas as formas de manejo costeiro.

Para ser eficaz, a gestão costeira deve ser apoiada pelo poder. Jentoft (2006) questiona a implementação e a execução das tomadas de decisão, segundo os atos de poder, pois estes nem sempre são fáceis de revelar, uma vez que os bastidores das políticas permanecem na sombra da sociedade, onde o poder não tem sempre um rosto, mas podem ser incorporados por estruturas sociais, cultura e língua. Mas a gestão também pode provocar poder e, portanto, encontrar resistências que irão torná-las menos potentes.

Seria de se esperar que o poder deva ser inerente a todas as relações sociais em nível micro e macro, incluindo as que existem entre os dois, que vão desde o nível mundial ao nível local. É importante notar que este enfoque mais

¹¹ Lélé, M.S. Sustainable Development: a critical review. In: World Development, Great Britain, v.19, n.16, p. 607-621, 1991.

amplo causaria que as instituições de manejo costeiro devam ser consideradas não apenas como instrumentos do poder, mas também o resultado dele (JENTOFT, 2006).

Um quadro interessante que foi desenvolvido para analisar as relações de gênero, mas pode ser tranquilamente utilizado para se analisar as relações de poder entre as organizações, entre grupos sociais, ou de dentro de uma organização, foi feito por March et. al. (1999¹² *apud* MANGONÉS, 2004) e esta demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2: Análise de Relações de Poder entre Organizações, Grupos Sociais e Pessoas

Tomada de Decisões					
Consultas					
Partilhar Informação					
Beneficiária					
Beneficiária Passiva					
	Bem Estar	Acesso	Conscientização	Participação	Controle

Fonte: Adaptado de MARCH et. al., 1999 *apud* MANGONÉS, 2004.

Este quadro estabelece claramente a relação direta entre a natureza da relação entre duas entidades e suas respectivas posições ou status. Pode se também extrapolar que, enquanto a natureza da relação move-se de um beneficiário passivo e recipiente da generosidade, para uma relação que se baseia no compartilhamento de informação e/ou na tomada de decisão coletiva, o estado relativo da parte subordinada irá mudar e tornar-se cada vez mais similar ao estado da parte dominante. Ao examinar a noção de participação a partir deste ponto de vista, levantam-se questões sobre a maneira que as organizações trabalham com seus parceiros, e o grau em que elas trabalham consistentemente em direção ao fortalecimento destes (MARCH et. al., 1999¹³ *apud* MANGONÉS, 2004).

Mangonés (2004) propôs uma tipologia de como a participação é definida entre os processos de governança de organizações que trabalham com o manejo de recursos naturais. A tipologia é baseada nas crenças, formas, e tipos de organização, de forma que a missão de uma organização define a

¹² March, C, et al. 1999. **A Guide to Gender Analysis Frameworks**. OXFAM GB, London.

¹³ *id.*

forma de posicionamento perante o mundo, e a forma como se definem suas ações. Os seguintes tipos podem ser identificados:

1. **Participação como meio:** organizações que definem sua missão em relação à conservação e preservação de recursos naturais, com um foco primário em requerimentos técnicos para a conservação de recursos. Para estas organizações, o conceito de participação é um meio de se atingir objetivos técnicos e sua missão, em outras palavras, a participação é subsidiária para os objetivos da conservação e não constitui um fim em si mesmo;
2. **Participação como um fim em si:** organizações que definem sua missão em relação a uma abordagem holística e centrada nas pessoas para o desenvolvimento. A maioria deste tipo de organização são ONGs provenientes de movimentos de justiça social da década de 80, onde a noção de participação cidadã e empoderamento são centrais em sua visão; e
3. **Participação como um meio e um fim:** as organizações que são informadas pelo discurso de desenvolvimento sustentável, em que a participação dos cidadãos constitui um objetivo em si mesmo, a noção de participação tornou-se um método de se atingir a sustentabilidade. Estas organizações definem seu trabalho, num quadro que visa conciliar os dois processos e resultados.

A teoria da governança aparece em diferentes versões e escolas, mas todas dividem a visão que a governança vai além dos governos. Isto implica que de fato é possível ter mais governança, mas menos governo, e que a solução para muitos dos desafios do presente não estão em um só governo, mas também envolve outros setores da sociedade na forma de parcerias e arranjos público-privados. Isto se deve a diversidade, dinâmica e complexidade da sociedade que ocorre em diferentes escalas, as quais tornam impossível para o estado governar isoladamente (JENTOFT; CHUENPAGDEE, 2009).

Um segundo elemento para se aproximar a uma definição alude a outra perspectiva que é amplamente consentida entre os teóricos da governança, que a governança é mais ampla que o manejo. E o governo, é funcionalmente entendido como um exercício técnico da utilização dos meios para alcançar

determinadas metas. A governança, pelo contrário, inclui também a deliberação e determinação de valores e princípios básicos e relevantes que devem nortear o modo que os governadores definem suas tarefas e funções (Figura 2), chamada meta-ordem de governança (CHUENPAGDEE; JENTOFT, 2009).

Assim apresenta-se o termo “Governança Interativa” que Kooiman et al. (2005¹⁴, *apud* JENTOFT; CHUENPAGDEE, 2009) definiram como:

...todas as interações tomadas para se resolver problemas sociais e criar oportunidades sociais, incluindo a formulação e aplicação de princípios orientadores destas interações e os cuidados para que as instituições lhe permitam ou possibilitem estas oportunidades.

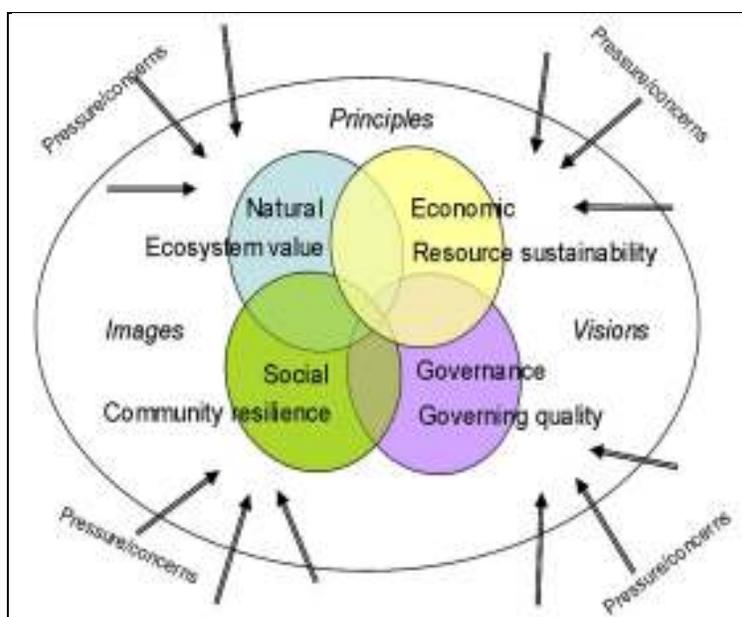


Figura 2: Governança Costeira Interativa.
Fonte: CHUENPAGDEE, 2006.

2.6 ONGS AMBIENTALISTAS E GESTÃO COSTEIRA

Poucos artigos específicos no Brasil abordam as relações entre a Gestão Costeira e outros agentes sociais, tais como as ONGs ambientalistas. Alexandre (2005) analisa o papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do estado brasileiro, através de um estudo

¹⁴ Kooiman J., Bavinck M, Jentoft S. and Pullin R. (Eds.) **Fish for Life: Interactive Governance for Fisheries**. Amsterdam University Press, 2005.

de caso sobre as diretrizes políticas de investimentos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente, entre os anos de 1990 e 2001, e verifica novas características das políticas ecológicas, as quais denotam um ambientalismo: político, seletivo e diferencial presentes nos projetos realizados por ONGs ambientalistas e financiados pelo governo federal.

Polette *et al* (2009) analisaram as parcerias entre os programas estaduais de GC e as instituições de pesquisa que atuam no litoral brasileiro, e concluem que ainda existe uma nítida distância para uma gestão compartilhada da zona costeira. Os autores consideram que a plena integração entre as universidades e os programas estaduais de gerenciamento costeiro é um dos fatores condicionantes de eficácia e eficiência de implementação de estratégias de gestão na zona costeira no país.

Polette *et al* (2009) analisam as percepções da comunidade científica e do Terceiro Setor sobre a Gestão Costeira no país, e verificam que o PNGC, a imagem de outros macro-programas governamentais não saiu do papel, talvez porque sua efetivação pressuponha a adoção de um novo estilo de desenvolvimento e de um novo projeto de sociedade em flagrante contradição com o “*status quo*”. As ONGs e os pesquisadores consultados no estudo indicaram que estão se tornando mais conscientes das contradições entre discurso e prática do GC. Os discursos de ambos tendem a convergir no reconhecimento das fraturas mais essenciais do sistema que foi instituído no país. Todavia, apesar da contundência das críticas, os ambientalistas e pesquisadores mantêm, na prática, relações superficiais, fragmentadas e descontínuas com o sistema. Os autores ressaltam que a nova versão do conceito de ambientalismo multissetorial, que emergiu no transcurso dos anos 1990, parece apontar favoravelmente ao fortalecimento do potencial de experimentação coordenada com novas estratégias de desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira.

Mattos e Drummond (2005) avaliaram os efeitos da interação entre novas formas de gestão pública descentralizada no contexto de políticas de despoluição urbana, com foco em projetos de recuperação ambiental na baía de Guanabara, e a atuação da sociedade civil, representada pelas ONGs ambientalistas e verificaram que vários projetos ambientais desenvolvidos mobilizaram voluntários e meios de comunicação, sensibilizando a população

para as questões ecológicas, contribuindo para a educação de comunidades urbanas de baixa renda, e definindo novos atores sociais. A partir disto estes autores sugeriram que as ONGs ambientalistas, atuando em conjunto com o governo, são um eficiente instrumento de planejamento e execução de políticas públicas na área ambiental: promovem o trabalho voluntário, despertam o sentimento de cidadania, valorizam o bem público, e constroem fóruns de debates abertos à sociedade civil, nos quais se consubstanciam soluções para problemas ambientais locais.

Polette (2008) faz considerações quanto aos aspectos da governança costeira, em relação ao panorama nacional, e conclui que o conjunto de mecanismos e procedimentos oficiais e não-oficiais existentes não tem sido suficiente para que a sociedade possa realmente tomar e executar suas decisões, por meio de uma ação ou pelo efeito de governar de forma integrada e participativa.

Raynault et. al. (2007) discutem o conceito de desenvolvimento sustentável e as praticas adotadas por ONGs Ambientalistas no litoral do Paraná, e colocam que os critérios adotados que caracterizam o “ponto de equilíbrio”, sobre a sustentabilidade, pode mudar de acordo com as definições mantidas pelos atores. Portanto dependendo do ponto de vista adotado para avaliar a sustentabilidade de um programa de desenvolvimento, ou de um projeto ambiental, dificuldades poderão surgir na viabilidade econômica, na preservação de frágeis equilíbrios ecológicos, ou ainda na necessidade de garantir acessos adequados, saudáveis e equitativos à recursos naturais, ou produzidos pelo homem para diferentes categorias de produtores e consumidores, tanto agora como no futuro. Entre tanta diversidade de abordagens, contradições podem aparecer entre as várias definições de sustentabilidade adotadas, assim como entre os princípios que podem ser colocados avante, quando políticas concretas são implementadas. Os mesmos autores indicam algumas conseqüências negativas de políticas preservacionistas (ecocentristas) em áreas de pequenos produtores familiares (agricultores, pescadores, coletor-caçadores), com pouca capacidade de resistir perante políticas impostas por poderosos agentes, tanto governo como ONGs.

Chang (2004) analisa o seqüestro florestal de carbono no Brasil, em suas dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas. Estuda, entre outros, o projeto “Ação Contra Aquecimento Global” (ACAG) executado pela SPVS dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, que conjuga os objetivos de geração de créditos de carbono e a conservação ecológica. A autora identifica a forte tônica preservacionista da entidade, principalmente em suas primeiras ações na região, e o esforço desta em buscar uma identidade institucional e a manutenção da unidade interna por meio de métodos que transitem à um conservacionismo participativo.

3 ANTECEDENTES GERAIS

3.1 ONGS NO BRASIL E NO PARANÁ

O IBGE (2008) propôs critérios de enquadramento para as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) no Brasil, baseadas nas seguintes características:

- I. Privadas, não integrantes, portanto do aparelho de Estado;
- II. Sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins;
- III. Institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas;
- IV. Auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades;
- V. Voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores.

Vários tipos de organizações se enquadram nestes pré-requisitos, no caso brasileiro, e esses critérios correspondem a três figuras jurídicas dentro do novo Código Civil: associações, fundações e organizações religiosas. As associações, de acordo com o art. 53 do novo Código regido pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, constituem-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. As fundações são criadas por um instituidor, mediante escritura pública ou testamento, a partir de uma dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destinam, e declarando, se quiserem, a maneira de administrá-los. E, também, as organizações religiosas que foram consideradas como uma terceira categoria através da Lei número 10.825, de 22 de dezembro de 2003, que estabeleceu como pessoa jurídica de direito privado as organizações religiosas, que anteriormente se enquadravam na figura de associações (IBGE, 2008).

Outras organizações em nossa sociedade tais como: Serviço Notarial e Registral (cartório); Serviço Social Autônomo; Condomínio em Edifícios;

Unidade Executora (Programa Dinheiro Direto na Escola); Comissão de Conciliação Prévia; Entidade de Mediação e Arbitragem; Partido Político; Entidade Sindical; e Fundação ou Associação Domiciliada no Exterior, são identificadas como entidades sem fins lucrativos, mas não se enquadram, simultaneamente, aos cinco critérios estabelecidos pelo IBGE.

Feita esta depuração de critérios, o universo das FASFIL no país em 2005 registrado pelo IBGE é de trezentas e trinta e oito mil cento e sessenta e duas (338.162) Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (FASFIL) oficialmente no Brasil. Sua importância é revelada pelo fato de este grupo de instituições representar mais da metade (56,2%) do total de 601,6 mil entidades sem fins lucrativos e uma parcela significativa (5,6%) do total de 6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não-lucrativas, que compunham o Cadastro Central de Empresas – CEMPRE neste mesmo ano.

A distribuição das FASFIL no Território Nacional tende a acompanhar a distribuição da população, com as regiões sudeste, nordeste e sul concentrando a maioria das FASFIL do país, e a região norte e centro-oeste apresentado menor quantidade destas entidades. A Região Sul ocupa a terceira posição, tanto em número de instituições quanto em número de habitantes, no entanto, neste caso, as proporções se diferenciam, evidenciando uma concentração mais acentuada das FASFIL nos estados sulinos. A tabela e a figura abaixo demonstram os resultados.

Tabela 3: Distribuição, absoluta e relativa, das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos e da população total, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação da Região Sul – 2005

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Distribuição			
	Fundações Privadas e Associações		População total	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativa (%)
Norte	16.164	4,8	14.698.878	8,0
Nordeste	79.998	23,7	51.019.091	27,7
Sudeste	143.444	42,4	78.472.017	42,6
Centro-Oeste	21.668	6,4	13.020.767	7,1
Sul	76.888	22,7	26.973.511	14,6
Santa Catarina	21.771	6,4	5.866.568	3,2
Rio Grande do Sul	29.645	8,8	10.845.087	5,9
Paraná	25.472	7,5	10.261.856	5,6

Brasil	338.162	100,0	184.184.264	100,0
--------	---------	-------	-------------	-------

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

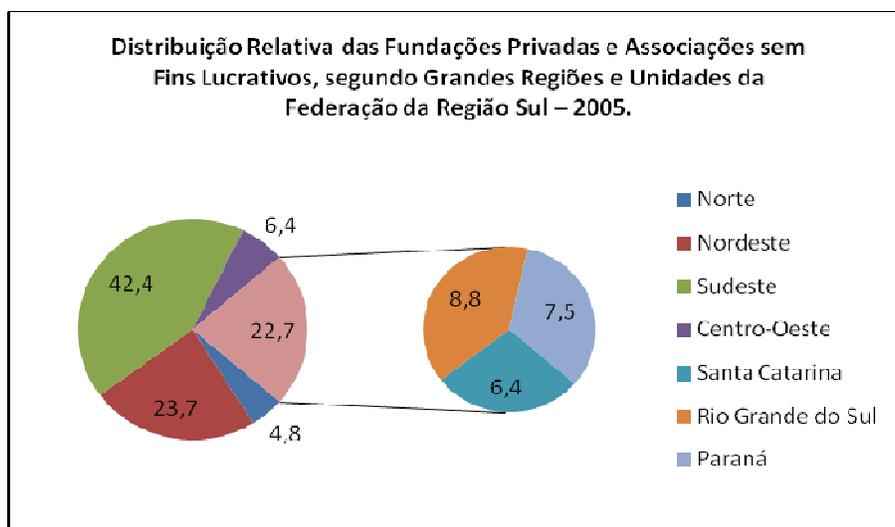


Figura 3: Distribuição das FASFIL segundo grandes regiões e os estados da região sul
Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

A idade média das FASFIL de todo o país, em 2005, era de 12,3 anos, sendo que a maior parte delas (41,5%) foi criada na década de 1990. Entre os diversos fatores que contribuíram, naquele momento, para o crescimento acelerado dessas entidades se destacam o fortalecimento da democracia e da participação da sociedade civil na vida nacional. Os dados do período 2003 a 2005 podem estar sinalizando uma desaceleração no crescimento das entidades sem fins lucrativos no País.

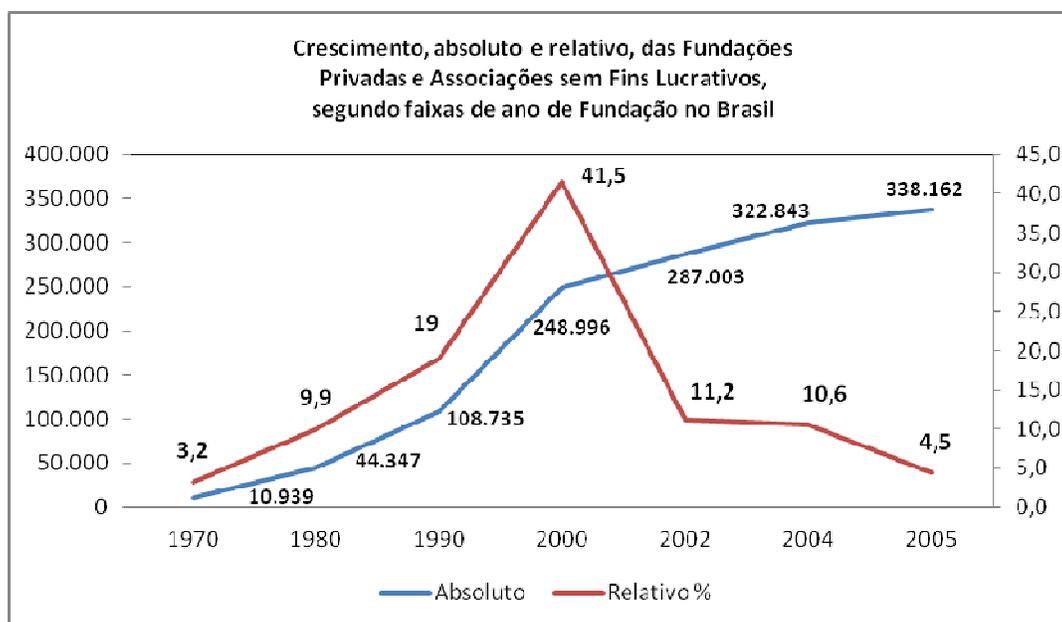


Figura 4: Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL segundo faixas de ano de Fundação no Brasil.

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

As mesmas tendências de crescimento das FASFIL são detectadas na região sul do país, com um grande aumento a partir da década de 1990 e com uma relativa desaceleração deste crescimento a partir do ano 2000. Apenas os dados absolutos entre os anos de 2002 e 2005, referentes ao estado do Paraná, foram apresentados na pesquisa, com 20.802 e 25.472 entidades respectivamente, que demonstram que o setor ainda está em desenvolvimento na região.

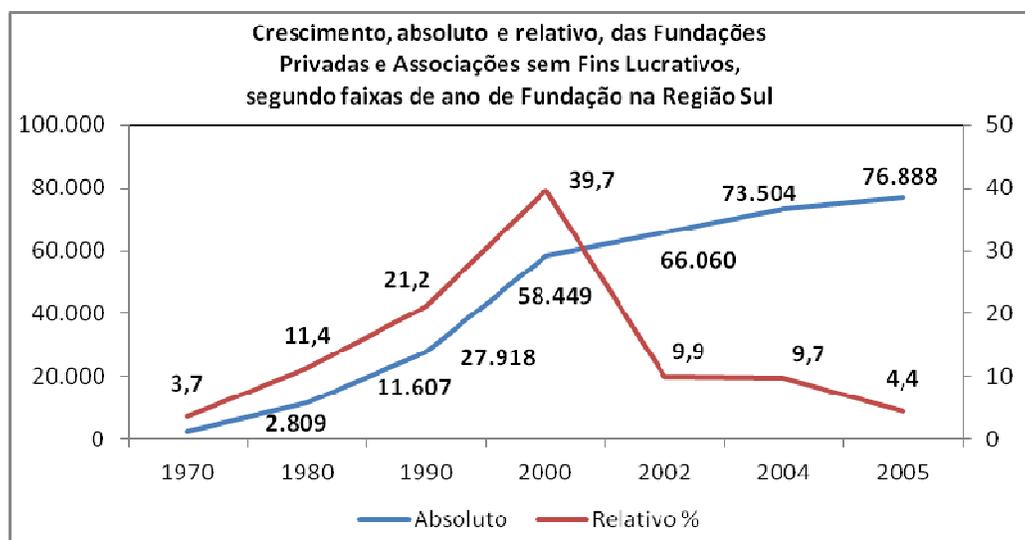


Figura 5: Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL segundo faixas de ano de Fundação na região Sul.
Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Analisando as atividades realizadas pelas FASFIL observa-se forte presença de ações de cunho religioso, estas representam isoladamente um quarto do total das FASFIL, vale destacar que a influência da religião não se restringe a esse grupo de instituições, posto que milhares de entidades assistencial, educacional e de saúde, para citar apenas alguns exemplos, são de origem religiosa, embora não esteja classificado como tal, o que impede dimensionar a abrangência efetiva das ações de influência religiosa. Um segundo bloco de atividades que se destaca nas FASFIL, correspondendo a mais de um terço (35,2%) do total, sendo a defesa e interesse dos cidadãos (17,8%) juntamente com associações patronais e profissionais (17,4%).

Verifica-se um terceiro e quarto blocos caracterizados pelos grupos de organizações voltadas para a cultura e recreação (13,9%) e assistência social (11,6%), este último não segue necessariamente a distribuição da pobreza no país, possivelmente devido à amplitude de atribuições do setor e a falta de precisão no entendimento geral do que seja o campo de atuação de assistência social. Por último, apenas 8,1% do total, cerca de 27,4 mil entidades, possuem a finalidade de desenvolver ações de Educação pesquisa, Saúde, Meio ambiente e proteção animal e Habitação.

No estado do Paraná, praticamente, a mesma distribuição das entidades por campo de atuação acontece, com algumas diferenças maiores no setor religioso e de assistência social. Destaca-se no estado o grande número de FASFIL que desenvolvem atividades relativas ao setor de Habitação, correspondendo a quase um quinto (17,8%) de todas as instituições do país.

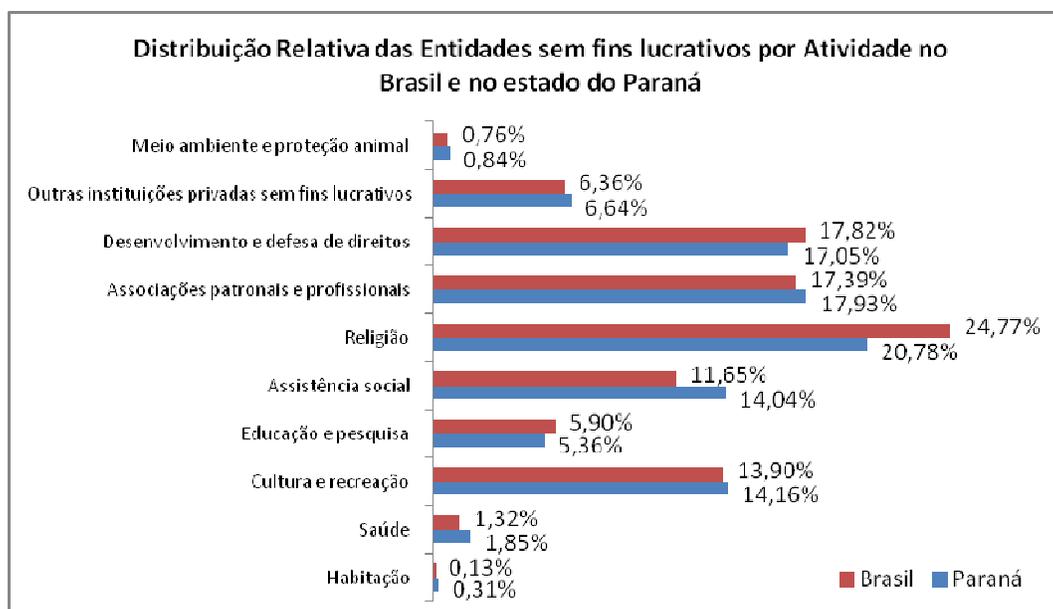


Figura 6: Distribuição Relativa das Entidades sem fins lucrativos por Atividade no Brasil e Paraná – 2005

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Tabela 4: Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos, segundo classificação das entidades no Brasil e no Paraná – 2005

Classificação das entidades sem fins lucrativos	Número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos	
	Paraná	Brasil
Habitação	81	456
Saúde	476	4.464
Cultura e recreação	3.645	46.999
Educação e pesquisa	1.380	19.940
Assistência social	3.615	39.395
Religião	5.348	83.775
Associações patronais e profissionais	4.616	58.796

Desenvolvimento e defesa de direitos	4.388	60.259
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	1.708	21.516
Meio ambiente e proteção animal	215	2.562
Total	25.472	338.162

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

3.2 ONGs Ambientalistas no Brasil e no Paraná

As FASFIL pertencentes às classes de atividades relacionadas ao meio ambiente e proteção animal, segundo metodologia adotada pelo IBGE (2008), compõe o grupo dos objetos de estudo da presente pesquisa. Estas foram classificadas, segundo a mesma instituição, como:

1. As associações de defesa do meio ambiente, ecológicas, e de proteção da natureza;
2. As atividades dos hospitais veterinários para tratamentos cirúrgicos e odontológicos;
3. A assistência veterinária em estabelecimentos agropecuários, domicílios e consultórios;
4. O diagnóstico clínico-patológico em animais;
5. Os serviços de vacinação em animais;
6. Os serviços de esterilização em animais;
7. As atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas.
8. Atividades de ambulâncias para animais.

Ao analisarmos as FASFIL da categoria de meio ambiente e proteção animal em relação a seu ano de fundação, verificamos um crescimento vertiginoso destas entidades a partir da década de 90, possivelmente devido a ECO-92 que expôs as entidades que lutavam pela causa ambiental no cenário internacional e nacional principalmente. E apesar da desaceleração deste crescimento observa-se que 37,47% das entidades foram criadas entre os anos de 2001 e 2004, indicando que esta categoria, dentro do Terceiro Setor, ainda apresenta crescimento em todo o país.

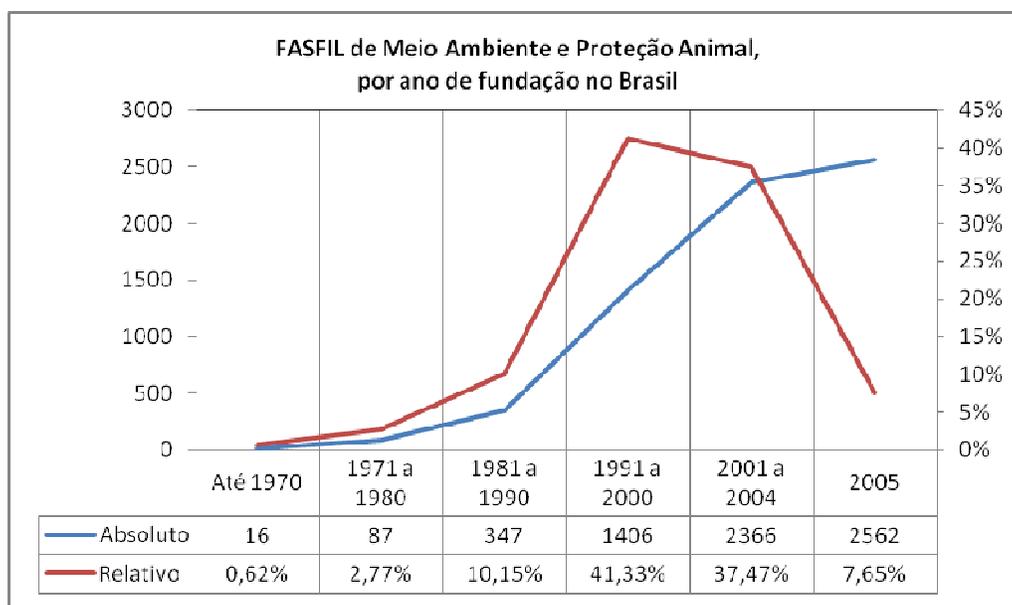


Figura 7: Crescimento, absoluto e relativo, das FASFIL de meio ambiente e proteção animal, segundo faixas de ano de Fundação no Brasil
Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Ao verificarmos a distribuição relativa das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo as grandes regiões no país, constata-se que há uma grande concentração destas na região Sudeste (49%) do país, seguido pelas regiões Sul (24%) e Nordeste (13%). Os valores apresentados para as regiões Norte (8%) e a Centro-Oeste (6%) foram menos expressivos. Os estados da região sul apresentam destaque, pois apresentam percentuais próximos ou maiores que regiões inteiras, tais como a região norte e centro-oeste. O Estado do Paraná apresentou 215 entidades nesta categoria até o ano de 2005.

Tabela 5: Distribuição das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo Grandes Regiões e Estados da Região Sul – 2005

Distribuição das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo Grandes Regiões e Estados da Região Sul – 2005.		
Norte	164	6,40%
Nordeste	330	12,88%
Sudeste	1243	48,52%
Centro-Oeste	211	8,24%
Santa Catarina	155	6,05%
Rio Grande do Sul	244	9,52%
Paraná	215	8,39%
Total	2562	100%

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

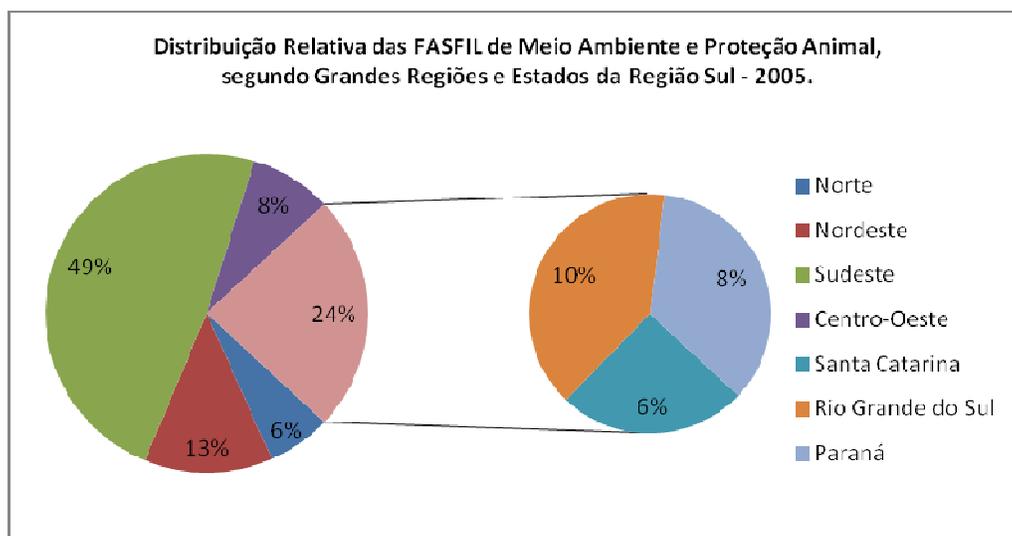


Figura 8: Distribuição Relativa das FASFIL de Meio Ambiente e Proteção Animal, segundo Grandes Regiões do país e estados da Região Sul – 2005.

Fonte: Adaptado de IBGE, 2008.

Outro veículo informativo sobre as entidades que atuam na área de meio ambiente no Brasil e nos estados da federação é a ECOLISTA, que consiste numa base de dados sobre as instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam na área do meio ambiente no Brasil. Reúne em um único local as informações de outras listagens, propiciando o intercâmbio e a visibilidade destas organizações.

A iniciativa deste sítio destaca-se, pois apesar do importante papel das entidades ambientalistas sem fins lucrativos, o caráter informal e a pouca estrutura de muitas ONGs dificultava a comunicação entre elas e inviabilizava cadastros de informação que fossem sistematicamente atualizados. E mesmo havendo alguns diretórios locais ou regionais de ONGs, não existiam cadastros nacionais produzidos e atualizados segundo critérios padronizados e conhecidos.

O cadastro da ECOLISTA existe desde 1992, iniciado por meio do lançamento do Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas, elaborado pelo Mater Natura, em parceria com o World Wildlife Foundation (WWF). Em 1996, foi disponibilizada uma segunda edição ampliada e revisada deste diretório, rebatizado com seu nome atual: ECOLISTA - Cadastro Nacional de

Instituições Ambientalistas, onde vários resultados relativos às configurações político-organizacionais são apresentados e discutidos (CRESPO; CARNEIRO, 1997).

Este estudo demonstrou haver 985 instituições públicas e privadas sem fins lucrativos no país que atuavam na área de meio ambiente, sendo que 725 (73,6%) correspondiam a ONGs. Somente 39,2% das 985 instituições levantadas foram fundadas a mais de 10 anos (até 1986), com a maior parte existindo a menos de 5 anos (1991).

Tabela 6: Distribuição de ONGs ambientalistas no país

Região	ONGs	%
Sudeste	346	47,72%
Nordeste	90	12,41%
Centro-Oeste	69	9,52%
Norte	55	7,59%
Sul	165	22,76%
Paraná	58	8,00%
Santa Catarina	38	5,24%
Rio Grande do Sul	69	9,52%
Total	725	100,00%

Fonte: Adaptado de CRESPO; CARNEIRO, 1997.

Destaca-se o fato que 53,24% das ONGs concentram seu trabalho na Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, devido a dinâmicas complementares: a grande concentração de organizações ambientalistas no Sudeste do Brasil, combinada à tendência ao exercício da ação local, e a expressão do consenso de que a Mata Atlântica constitui o bioma mais ameaçado do Brasil. O estudo também revelou que os temas de biodiversidade, unidades de conservação, problemas urbanos e educação ambiental eram as áreas temáticas mais trabalhadas pelas entidades no ano de 1996 (CRESPO; CARNEIRO, 1997).

Tabela 7: Quantidade de ONGs atuando por Biorregiões

Biorregião	ONGs	%
Mata Atlântica	386	53,24%
Cerrado	150	20,69%
Amazônia	119	16,41%
Caatinga	65	8,97%

Mata de Araucária	67	9,24%
Ecosistemas Costeiros	56	7,72%
Pantanal	53	7,31%
Outras	70	9,66%

Fonte: Adaptado de Crespo & Carneiro, 1997.

No ano 2010, segundo pesquisa realizada no *website* da ECOLISTA¹⁵, existiam 463 ONGs ambientalistas cadastradas. A região sudeste foi a que apresentou maior número de entidades cadastradas (47,73%), seguida da região sul com 110 entidades (23,76%) e da região nordeste com 66 entidades cadastradas (15,24%), e as regiões norte (4,97%) e centro-oeste (9,29%) apresentando, novamente, menor quantidade de entidades. O estado do Paraná apresentou 43 entidades cadastradas, o que corresponde a 9,29% do total de cadastros, um expressivo número se formos comparar com outros estados e regiões, isto se deve provavelmente a grande influência da MATERNATURA, a executora da iniciativa, no Paraná, o que acaba facilitando o registro de um número maior de entidades no estado.

A ECOLISTA informa que na Eco-região denominada de "Ecosistemas Costeiros" em 2010 existiam cerca de 80 entidades cadastradas em todo o país, e 8 somente no PR. Cabe destacar que duas destas ONGs possuem sede em Maringá e Guarapuava, 5 em Curitiba e somente 1 no Litoral (Guaratuba). Isto indica que o sistema de cadastro possui alguns problemas técnicos operacionais ou erros de preenchimento dos dados.

Tabela 8: Número de ONGs ambientalistas na ECOLISTA no ano de 2010.

Região	ONGS	%
Sudeste	221	47,73%
Nordeste	66	14,25%
Centro-Oeste	43	9,29%
Norte	23	4,97%
Sul	110	23,76%
Paraná	43	9,29%
Santa Catarina	34	7,34%
Rio Grande do Sul	33	7,13%
Total	463	100,00%

Fonte: ECOLISTA (2010).

¹⁵ Última consulta realizada em 02/09/2010.

O segundo veículo consultado foi o Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas (CNEA) que foi criado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) através da Resolução 006/1989, e foi instituído com o objetivo de manter em banco de dados o registro das Entidades Ambientistas não-governamentais atuantes no país, cuja finalidade principal seja a defesa do meio ambiente. E segundo o website o CNEA é acessado por inúmeros organismos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, que se servem das informações disponibilizadas para o estabelecimento de parcerias, habilitação em projetos, convênios e divulgações em geral.

O CONAMA, em particular, o utiliza como pré-requisito para a eleição dos representantes das cinco regiões geográficas que ocupam a vaga de Conselheiro Representante das Entidades Ambientistas Civis no Plenário do CONAMA pelo período de dois anos, sendo que as entidades candidatas e votantes deverão estar inscritas no CNEA por igual período.

As entidades cadastradas devem seguir um conjunto de princípios, debatidos entre o ano de 2006 e 2007, que norteiam a ação dos representantes segundo as premissas estabelecidas tais como atuar no mandato de forma crítica, visando o equilíbrio ecológico do planeta, a promoção da democracia participativa e a justiça social; e referenciar-se na tradição do movimento ambientalista nacional e internacional, expressa em seus documentos orientadores, preservando e buscando ampliar suas conquistas; entre outros.

A consulta ao cadastro disponível no website do CNEA indicou a presença de 573 entidades cadastradas, com a região Sudeste (43,8%) apresentando o maior número de entidades, seguido da região Nordeste (19,72%) e Sul (19,02%). As regiões Centro-Oeste (11,34%) e Norte (6,11%) apresentaram valores menos expressivos. O estado do Paraná possui trinta e oito entidades cadastradas, que corresponde a cerca de 6,63% do total, além disto possui entidades que compõe as vagas do conselho representante do CNEA no plenário do CONAMA.

Tabela 9: Número de ONGs Ambientistas no CNEA, por região e estados do Sul em 2010.

Região	ONGs	%
Sudeste	251	43,80%
Norte	35	6,11%

Nordeste	113	19,72%
Centro-Oeste	65	11,34%
Sul	109	19,02%
Paraná	38	6,63%
Santa Catarina	28	4,89%
Rio Grande do Sul	43	7,50%
Total	573	100,00%

Fonte: CNEA (2010).

Ao estabelecer comparações entre os cadastros apresentados verificam-se algumas diferenças nos valores absolutos, principalmente no cadastro do IBGE devido a própria classificação estabelecida pelo órgão, onde inclui hospitais veterinários para tratamentos cirúrgico e odontológico; assistência veterinária em estabelecimentos agropecuários, domicílios e consultórios; diagnóstico clínico-patológico em animais; serviços de vacinação em animais; serviços de esterilização em animais; atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas; e atividades de ambulâncias para animais.

Estas atividades não constam explicitamente nos outros cadastramentos realizados, devido a diferenças inerentes aos objetivos diferenciados em cada estudo ou cadastramento. Apesar desta diferença nos valores quantitativos, a proporção dos valores absolutos em todos os cadastros apresentam distribuições nas regiões do país muito similares em todos os cadastros, com a região sudeste apresentando a maior concentração de ONGs, seguida pela região sul e nordeste.

Tabela 10: Comparação entre os valores registrados nos cadastros realizados por regiões.

Região	Número de ONGs Cadastradas			
	Ecolista 1996	Ecolista 2010	CNEA 2010	IBGE 2005
Sudeste	346	221	251	1243
Nordeste	90	66	113	330
Centro-Oeste	69	43	65	211
Norte	55	23	35	164
Sul	165	110	109	614
Total	725	463	573	2562

Fonte: O AUTOR (2011).

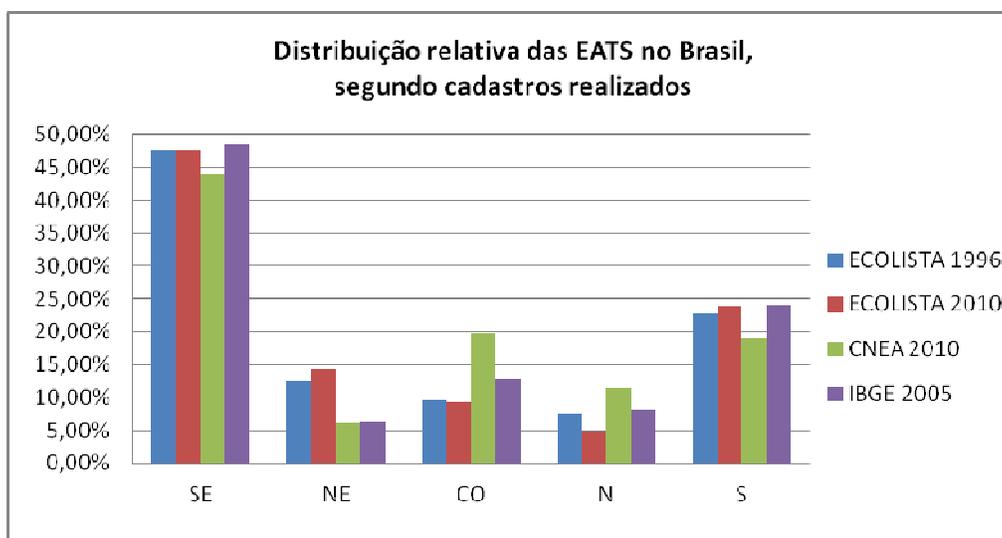


Figura 9: Distribuição relativa das EATS no Brasil, segundo cadastros realizados.
Fonte: O AUTOR (2011).

O estado do Paraná apresentou valores diferentes entre todos os estudos, com os cadastros relativos a ECOLISTA apresentando variação entre o ano de 1996 e 2010. Isto pode ser decorrente de vários fatores não explicitados anteriormente, tais como mudança de metodologia e extinção de entidades. O cadastro do IBGE mostra valores maiores, mas deve-se principalmente a inclusão de outras entidades que desenvolvem trabalhos relacionados a bioética e proteção de animais.

Tabela 11: Número de ONGs Ambientalistas registradas no estado do Paraná.

Cadastro	ONGs no Paraná
Ecolista 1996	58
Ecolista 2010	43
CNEA 2010	38
IBGE 2005	215

Fonte: O AUTOR (2011).

Verifica-se que a composição do panorama geral das EATS no Brasil apresenta uma grande concentração de entidades na região sudeste, seguida pelas regiões sul e nordeste, acompanhando relativamente a distribuição e concentração da população brasileira. Outro fato importante é de que na região sudeste encontra-se o bioma mais ameaçado, a Mata Atlântica, e também corresponde a região mais desenvolvida economicamente no país. Estas

características influenciaram diretamente o quadro dos atores relativos à conservação ambiental vigente.

3.3 GESTÃO COSTEIRA NO BRASIL

Analisando a evolução das políticas ambientais no Brasil, entre 1971 e 1991, e os dilemas socioambientais envolvidos, verifica-se que o país passou de um bissetorialismo preservacionista, representado pelas primeiras agências estatais de meio ambiente e as primeiras associações civis de proteção ambiental, para um multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável, configurado pela polissemia deste conceito e o surgimento de novos grupos que lidam com a questão ambiental (VIOLA; LEIS, 1995a). No final deste período a constituição brasileira foi reelaborada e garantiu para que todos desfrutassem da região costeira. Tal como é previsto, seria necessário criar instrumentos que adequassem os usos de forma racional permitindo a manutenção do ecossistema para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988b).

No entanto, a análise e a execução de um programa de gerenciamento costeiro não é uma tarefa trivial em um país de dimensões continentais como o Brasil, haja vista a extensão de sua costa (aproximadamente 8.500 km), a complexidade e a diversidade de ecossistemas, assim como a gama das instituições que são responsáveis pelo seu planejamento e desenvolvimento.

A ideia inicial de criação do Programa Nacional de GC surgiu no Comitê Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) em 1982, com a criação de uma Subcomissão exclusiva, que organizou no ano seguinte o Seminário Internacional sobre Gerenciamento Costeiro, que originou as primeiras ideias de um programa de abrangência nacional. A partir deste marco as discussões e estudos em nível nacional e regional aumentam culminando na primeira versão do Programa de GC estabelecido pela CIRM no ano de 1987 (MORAES, 1999).

No ano seguinte a Lei 7.661 institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, que se constitui na base legal fundamental do planejamento ambiental da zona costeira do Brasil, que previa três instrumentos de ação:

1. A criação de um Sistema Nacional de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), composto de um banco de dados georreferenciados e da constituição de uma rede on-line articulando todos os dezessete estados litorâneos;
2. A implementação de um programa de zoneamento da zona costeira, executado de forma descentralizada pelos órgãos de meio ambiente estaduais, coordenados pelo governo federal; e
3. A elaboração, também descentralizada e participativa, de planos de gestão e programas de monitoramento para atuação mais localizada em áreas críticas ou de alta relevância ambiental da zona costeira.

A metodologia de implementação do PNGC previa a integração destes três instrumentos, de forma que todos estes se estabelecessem com a realização de um macro zoneamento da costa brasileira, e desta forma, seriam implementados em momentos posteriores, e teriam a conclusão deste zoneamento como pressuposto (MORAES, 1999).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) do Brasil, por meio da Resolução 01/90, define o gerenciamento costeiro como um conjunto de atividades e procedimentos que, por meio de instrumentos específicos, permite a gestão da utilização dos recursos da zona costeira, e expressa um importante compromisso com o desenvolvimento sustentável da Zona Costeira, considerada um patrimônio nacional.

O PNGC tem como finalidade primordial promover o ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, bem como identificar suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências existentes. Para que o mesmo possa ser implantado na sua totalidade, é exigida a participação da sociedade de forma responsável e compromissada nas tomadas de decisões, especialmente em nível municipal e regional, contribuindo desta forma, para elevar a qualidade de vida da população do litoral, bem como a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural (BRASIL, 1988b).

No Brasil, o gerenciamento costeiro está institucionalizado a nível nacional e estadual, caracterizando-se como um sistema com complexa estrutura e dinâmica que tem evoluído através de uma miríade de processos e controles de natureza política, econômica, institucional, ecológica,

administrativa e espacial. Criado com o intuito de implementar os objetivos do gerenciamento costeiro integrado, este programa apresentou avanços consideráveis, embora também tenha demonstrado deficiências e fragilidades (ASMUS; KITZMANN, 2004).

Moraes (1999) apresenta um histórico detalhado sobre as ações do PNGC, principalmente em sua primeira década de existência. E destaca o acúmulo de conhecimento significativo, devido a experiência e aprendizado com o cotidiano, e a autocrítica do PNGC que possibilitou inovações metodológicas e institucionais. A revisão e melhoramento do PNGC culminaram no PNGC II, que reafirmou o modelo institucional adotado, e criou o GIGERCO, subgrupo de integração dos programas estaduais, que possuía princípios de descentralização executiva em uma ação cooperativa entre os níveis de governo. Esta segunda versão teve acentuada presença das esferas federal e municipal, e da sociedade civil na condução do programa, a metodologia de macrozoneamento foi simplificada. Os instrumentos básicos (zoneamento, sistemas de informação, planos de gestão e monitoramento) também foram reafirmados, e salientou também a referência a outros instrumentos (licenciamento, fiscalização, estudos de impacto ambiental, etc.) existentes no escopo da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

Em síntese, houve grandes avanços e modificações nos campos operacional e institucional do PNGC II, em destaque aos níveis de estruturação e institucional atingidos perante o programa, tanto na coordenação nacional quanto estaduais, expressados: na atualização da legislação federal, criação de legislação estadual específica, conhecimento político da importância da matéria, aparelhamento técnico operacional e treinamento de pessoal. Em 1999 apenas 3 dos 17 estados litorâneos não possuíam algum tipo de plano de gestão (PI, ES, RS) (MORAES, 1999).

Além dos instrumentos de gerenciamento ambiental previstos no Art. 9º da Lei 6938/81, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, o PNGC apresenta os seguintes instrumentos de gestão:

1. **O Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC**, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC, visando a implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, incluindo a

definição das responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução;

2. **O Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro – PMGC**, legalmente estabelecido, deve explicitar os desdobramentos do PNGC e do PEGC, visando a implementação da Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, incluindo as responsabilidades e os procedimentos institucionais para a sua execução. O PMGC deve guardar estreita relação com os planos de uso e ocupação territorial e outros pertinentes ao planejamento municipal;
3. **O Sistema de Informações de Gerenciamento Costeiro – SIGERCO**, componente do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (SINIMA), se constitui em um sistema que integra informações do PNGC, proveniente de banco de dados, sistema de informações geográficas e sensoriamento remoto, devendo propiciar suporte e capilaridade aos subsistemas estruturados/gerenciados pelos Estados e Municípios;
4. **O Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA-ZC** se constitui na estrutura operacional de coleta de dados e informações, de forma contínua, de modo a acompanhar os indicadores de qualidade sócio-ambiental da Zona Costeira e propiciar o suporte permanente dos Planos de Gestão;
5. **O Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira – RQA-ZC** consiste no procedimento de consolidação periódica dos resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e, sobretudo, de avaliação da eficiência e eficácia das medidas e ações da gestão desenvolvidas. Esse Relatório será elaborado, periodicamente, pela Coordenação Nacional do Gerenciamento Costeiro, a partir dos Relatórios desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais;
6. **O Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro – ZEEC** se constitui no instrumento balizador do processo de ordenamento territorial necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento da Zona Costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional;
7. **O Plano de Gestão da Zona Costeira – PGZC** compreende a formulação de um conjunto de ações estratégicas e programáticas, articuladas e localizadas, elaboradas com a participação da sociedade, que visam orientar a execução do Gerenciamento Costeiro. Esse plano poderá ser aplicado nos diferentes níveis de governo e em variadas escalas de atuação.

Moraes (1999) aponta os dois principais problemas na primeira década de operação do PNGC. Em primeiro lugar a dificuldade de aplicação de um modelo descentralizado de operação, principalmente devido ao universo tão desigual do ponto de vista espacial como o Brasil, marcado por profundas

disparidades entre as regiões e suas unidades da federação. Este efeito acarreta na multiplicação de agentes executores e na variedade de condições reais de execução. Esta heterogeneidade emerge, na perspectiva de funcionamento do programa, como um elemento de irracionalidade (MUÑOZ, 1998).

Em segundo lugar, aparece a descontinuidade administrativa na história do PNGC, notadamente nas equipes estaduais do programa. Isto ocorre menos no arranjo institucional e mais nas equipes e rotatividade de seus técnicos, causando oscilação quanto ao número de pessoas envolvidas e a prioridade atribuída em cada órgão conveniado, expressado nas contrapartidas estaduais e na porcentagem de funcionários com dedicação exclusiva ao programa (MORAES, 1999). No Paraná, por exemplo, só há uma pessoa encarregada pela execução do Plano Estadual.

Observa-se um descompasso entre a sofisticação dos instrumentos de gestão utilizados nos planos e diagnósticos diante da capacidade de atuação prática efetivamente realizada pelos órgãos ambientais, onde a própria legislação se caracteriza por leis extremamente severas e restritivas, mas com baixíssima aplicabilidade efetiva (POLETTE, 2008).

A grande maioria das publicações acadêmicas sobre o GCI no Brasil comunica em uníssono a diferença entre as leis e os discursos estatais com a realidade concreta (CICIN-SAIN; KNECHT, 1998; ANDRIGUETTO FILHO, 1990; ASMUS; KITZMANN, 2004).

Polette et. al., (2006, *apud* KALIKOSKI, 2007) fazem uma análise sobre a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro do Brasil, em que infelizmente a denuncia como um processo lento e distante da realidade, sem a implementação de ações voltadas para a sociedade costeira, e que tem gerado desconfiças quanto a sua efetividade ao longo dos últimos 20 anos. Tal política também não tem sido eficiente visto que se caracteriza por ser centralizadora e personalista, bem como há dificuldades de integração e pleno envolvimento de atores sociais considerados importantes para sua implementação.

Ratificando o anterior, Andriguetto Filho (1990) realiza uma das primeiras revisões sobre a evolução do GC no Brasil, apresentando desde as primeiras discussões em nível nacional até a concretização da primeira lei

federal, e já nesta revisão exaltava a lentidão e a ineficiência do PNGC. Jablonski e Filet (2008) avaliam as razões possíveis do fracasso do complexo conjunto legal existente no Brasil e sugerem que a gestão participativa e ações combinadas com as partes interessadas são os elementos chave para os casos de sucesso.

Verifica-se uma grande contradição entre a ausência de vontade política de implementação do PNGC, e as numerosas cartas de boas intenções promulgadas pelos representantes políticos partidários da sociedade brasileira. A fragmentação institucional que caracteriza a dinâmica dos macro-programas incidentes sobre a zona costeira, a centralização dos processos decisórios cruciais, a falência dos escritórios estaduais e a ausência de escritórios municipais seriam indicadores expressivos desta contradição (POLETTE et al, 2009).

Apesar do grande descompasso do PNGC com a realidade da região costeira, com os acelerados processos de degradação ambiental e com a acentuação de contrastes sociais e econômicos verificados no litoral brasileiro, nota-se alguma eficiência com outros instrumentos de gestão da PNMA, principalmente os processos de licenciamento ambiental, com seus EIA/RIMAs; os planos diretores municipais, atualizados pela questão ambiental; alguns conselhos de bacias hidrográficas; e alguns dos conselhos de UCs na região costeira, com maior efetividade e participação da sociedade.

4 ANTECEDENTES PARTICULARES

4.1 ÁREA DE ESTUDO: LITORAL DO PARANÁ

O litoral paranaense possui uma paisagem singular em relação a outras regiões do estado e da costa brasileira. Abrange de norte a sul os municípios de Guaraqueçaba, Morretes, Antonina, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. A região pode ser subdivida em duas sub-regiões de características contrastantes: a orla da serra e a planície litorânea (IPARDES, 1980). A primeira sub-região é conformada pela porção oeste do complexo orográfico denominado Serra do Mar, cuja base geológica é conformada por rochas de idade pré-cambriana, predominantemente metamórficas e intrusivas. E a segunda sub-região é uma planície com altura nunca superior a 20m, constituída basicamente por sedimentos marinhos, eólicos e fluviais do quaternário (Pleistoceno Superior e Holoceno), aparecendo também pequenas elevações de rochas cristalinas (BIGARELLA, 2001).

A cobertura vegetal integra uma das áreas mais preservadas da Mata Atlântica brasileira e as bacias de drenagem litorânea possuem um elevado poder erosivo, decorrente da alta instabilidade natural dessas regiões de serras e morros (NOERNBERG, 2001). Coexistem na região várias unidades ambientais tais como manguezais, restingas, dunas, planícies aluviais (com e sem solos hidromórficos), terrenos ondulados, serras e montanhas. Existem dois corpos d'água principais limitados pelo Oceano Atlântico e pelas escarpas da sub-região da orla da serra. O Complexo Estuarino de Paranaguá, situado ao Norte, com 551,8 km² de superfície líquida (NOERNBERG et al., 2004) e a Baía de Guaratuba ao Sul, com 50,19 km² (ANGELOTTI et al, 2002).

Estas baías são ambientes de extrema importância ecológica (IPARDES, 1989), onde coexistem extensos manguezais preservados, atividades portuárias, concentrações urbanas, atividades agropecuárias, pesca artesanal, maricultura, turismo e atividades de recreação. A diversidade de usos de recursos e espaços costeiros traz consigo diversos conflitos e contrastes socioambientais na região (PIERRI et al, 2006).

Os projetos oficiais de desenvolvimento implantados no litoral, principalmente na região norte acentuaram a degradação dos ecossistemas

costeiros (floresta tropical, mangue, estuário), pois as políticas adotadas contrastam drasticamente com a existência de 31 unidades de conservação que cobrem 82,48% do território na região (DENARDIN; LOUREIRO; SULZCABH, 2008). E a implantação destas políticas, fundamentadas em instrumentos legais exclusivamente conservacionistas e repressivos, e a falta de conhecimento científico sobre as práticas agrícolas nesta região, induziram aos agricultores, e produtores rurais a desenvolverem uma série de modificações no modo de utilização dos recursos naturais, que acentuaram a crise agrícola e os impactos ambientais na região (MIGUEL; ZANONI, 1998).

Rodrigues et. al., (2002; 2003) diferentemente da maioria das pesquisas realizadas na região, conclui que as determinantes da insustentabilidade econômica dos sistemas não estão nas restrições da legislação ambiental. Ainda que identificadas como restrições aos processos produtivos e, portanto, também à sua eficiência econômica, estas não são determinantes da inviabilidade da maioria dos sistemas de produção. Os níveis de fertilidade dos solos, a produtividade da mandioca e da banana, por exemplo, não inviabilizam a competitividade da produção física em relação a outras regiões. O que torna inviável economicamente os sistemas de produção atuais são as condições de mercado, o baixo preço de venda dos produtos, as condições de transporte, além da qualidade, da escala de produção, e da escassa diversificação da oferta de produtos mercantis.

PIERRI et. al., (2006) analisa as formas atuais principais do uso do solo costeiro no Paraná, portuário, pesqueiro, turístico e conservacionista; e conclui que os usos não atendem primeiramente, nem principalmente, à população litorânea. Por um lado verifica-se que a conservação atende às gerações presentes e as futuras em geral e de uma forma difusa, e o uso portuário atende ao comércio internacional, à economia do país e do estado e, em particular, aos setores produtivos exportadores. Secundariamente, o litoral destina parte de seu solo para o uso balneário, em que o cidadão curitibano e o turista desfrutam do descanso na região em certas épocas do ano. Já o uso pesqueiro, é o único cujos principais beneficiários são parte da população permanente: os pescadores que vivem no litoral o ano todo. Estas características formulam o paradoxo do contraste entre riqueza natural e pobreza social, e também o contraste entre tanta riqueza social de outros,

externos à região, e a pobreza dos locais. Assim, concluem os autores que “os principais usos historicamente determinados do solo do litoral do Paraná alienam à sua população de seus principais benefícios”.

4.2.GESTÃO COSTEIRA NO ESTADO DO PARANÁ

O litoral do estado do Paraná possui ações de Gestão Costeira que datam desde 1980, em que foi aprovada a Lei Estadual 7389 que considera áreas e locais de interesse turístico, para fins do disposto da Lei Federal 6513/77, as áreas e localidades situadas nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá, a qual especifica – Lei de Uso do Solo. A Lei Federal 6513/77 dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.

Leal (2000) observa-se que esta lei federal cria, na verdade, os fundamentos e o conceito de área protegida do ponto de vista legal, pois através do seu primeiro artigo, define como de interesse turístico os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde estas ocorram; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer; as fontes hidrominerais aproveitáveis; e as localidades que apresentam condições climáticas especiais (LEAL, 2000; JABLONSKI; FILET, 2008).

Após várias negociações de membros do Estado com a sociedade civil e os representantes dos municípios, em 26 de dezembro de 1984, o Decreto Estadual 4605 institui o Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense (COLIT), para assessorar a Administração Pública Estadual na aplicação das normas que dispõe sobre o disciplinamento da ocupação do solo, a orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo nas Áreas Especiais de Interesse Turístico do Litoral Paranaense.

Sua história demonstra que suas ações foram incisivas na determinação da volumetria edificada e da manutenção da qualidade das faixas de praias no tocante à insolação e ventilação. Com uma Secretaria Executiva

aquém das necessidades, conseguiu, ao longo desses dezesseis anos de sua existência, manter em níveis satisfatórios as densidades populacionais para as zonas urbanas legalmente instituídas (LEAL, 2000). Esta é uma das primeiras instâncias em território nacional que rege diretamente a zona costeira de um estado inteiro. Atualmente o COLIT, segundo o Decreto Estadual 2154/96 (CONSELHO DO LITORAL, 2002), é composto pelos membros indicados na tabela abaixo:

Tabela 12: Composição do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense.

I	Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (presidente do COLIT)	XII	O Prefeito Municipal de Paranaguá
II	O Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano	XIII	O Prefeito de Pontal do Paraná
III	O Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	XIV	Um representante das categorias patronais, indicado de comum acordo pelas suas federações estaduais
IV	O Secretário de Estado do Esporte e do Turismo	XV	Um representante dos trabalhadores, indicado de comum acordo pelas suas federações estaduais
V	O Secretário de Estado dos Transportes	XVI	Um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 7ª Região
VI	O Secretário de Estado da Cultura	XVII	Um representante da Promotoria de Proteção do Meio Ambiente
VII	O Prefeito Municipal de Antonina	XVIII	Um representante das entidades ambientalistas do Paraná que atuam no Litoral Paranaense
VIII	O Prefeito Municipal de Guaraqueçaba	XIX	Um representante das colônias de pescadores do Litoral Paranaense
IX	O Prefeito Municipal de Guaratuba	XX	Um representante das entidades da Construção Civil, incorporadoras e do mercado imobiliário
X	O Prefeito Municipal de Matinhos	XI	Dois representantes das associações comunitárias do Litoral Paranaense
XI	O Prefeito Municipal de Morretes		

Fonte: LEAL, 2000.

O Conselho do Litoral tem uma composição que permite a participação da sociedade nas decisões que dizem respeito à ocupação do solo (CONSELHO DO LITORAL, 2002). Porém, um processo de desenvolvimento, no qual as necessidades básicas da maioria da população deveriam ser contempladas, necessita claramente de uma maior vontade política dos dirigentes governamentais para implantação de mecanismos que reduzam as privações humanas das populações carentes e levem oportunidades de

emprego, melhor qualidade nos serviços de educação, saúde e do ambiente físico-territorial em que vivem as populações da zona costeira (LEAL, 2000).

Andriguetto Filho (1990) faz uma das primeiras citações científicas sobre o status da gestão costeira no Paraná, enaltecendo a vanguarda da iniciativa de realização de um dos primeiros macrozoneamentos na costa brasileira, mas com disparidades dos objetivos e metodologias do programa estadual em relação ao nacional, no final da década de 80. O macrozoneamento foi solicitado pelo COLIT, sendo analisado e discutido por vários grupos e entidades interessadas com atuação na região litorânea (IPARDES, 1989).

A Resolução 014/99 constituiu e compôs a Câmara de Assessoramento Técnico ao COLIT para o PNGC, que foi formada por um grupo de 35 profissionais, cada um proveniente de uma das agências estaduais e municipais do litoral participantes. A câmara tinha como objetivo compartilhar as responsabilidades e os princípios adotados pelo PNGC no estado do Paraná (CONSELHO DO LITORAL, 2002).

No Paraná posteriormente foi criado o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) através da Lei Estadual 13.164/2001, que conceitua este como sendo o conjunto de atividades e procedimentos institucionais que, através de instrumentos específicos, permitem a implantação da Política Estadual para a região, orientando o processo de ocupação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Paraná. Na mesma lei através do Artigo 11º, coube a coordenação e execução do PEGC à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que estipula a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense como coordenadora do programa no estado (CONSELHO DO LITORAL, 2002).

Em 2006 foi publicada a obra “Paraná Mar e Costa” que consiste num subsídio ao ordenamento das áreas estuarinas e costeiras do estado, por meio de mapas e diagnósticos das características ambientais, sociais, econômicas e legais da área marinha paranaense. A apresentação destas informações buscava subsidiar uma proposta de ordenamento concreta em que as instituições federais, estaduais e municipais adotassem instrumentos normativos específicos. E apesar do próprio documento afirmar isto, verificado

no trecho abaixo, nenhum instrumento legal foi criado com base nas informações subsidiadas.

O resultado desse processo convergirá para a estruturação do Zoneamento Econômico-Ecológico *do Estado* e a elaboração do Plano de Ordenamento e Gestão dos ambientes costeiros, associado a um programa de monitoramento. Assim, teremos elementos para atualizar o ordenamento dos usos e ocupação de áreas estuarinas e marinhas, de modo que as instituições federais, estaduais e municipais respectivas adotem instrumentos normativos específicos (CASTELLA, et al., 2006).

Em termos práticos e legais, verifica-se que o COLIT e o macrozoneamento do litoral configuram a gestão costeira na porção continental do estado, e a sua posterior articulação política com o PNGC, e a criação do PEGC com suas ações decorrentes configuram ações na porção aquático-marinha do litoral do estado.

Posteriormente não houve maiores alterações legais na estrutura da Gestão Costeira do Paraná, somente ações setoriais e localizadas dos governos e municípios da região. O Conselho do Litoral pelo caráter democrático de sua composição e abrangência de suas ações, poderá ser um importante instrumento para a elaboração e execução de políticas públicas que viabilizem o processo de desenvolvimento.

Embora com uma grande representação na composição do Conselho, a sociedade tem sido privada das discussões e reflexões sobre a ocupação do solo no território litorâneo, assim como das definições das políticas públicas para o litoral, em face da inexistência da vontade política governamental em promover a reunião e o debate neste órgão gestor (LEAL, 2000).

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa cumpre fins exploratórios, descritivos e analíticos sobre o objeto de estudo. Este, como já dito, é a verificação do papel que cumprem as ONGs ambientalistas que atuam no litoral do Paraná e na gestão costeira. Como não se verificam, praticamente, antecedentes sobre este objeto, a pesquisa, é em um sentido exploratória, produzindo uma aproximação sistemática inicial ao tema. Essa aproximação requer um levantamento de dados que componha as principais características das ONGs identificadas e de suas ações. Esses dados sistemáticos constituem uma descrição exaustiva de cada ONG, que é a base para qualquer análise posterior. A partir desses elementos, consegue-se, primeiramente, fazer a comparação de diferentes aspectos, permitindo compreender melhor a realidade de cada organização e do contexto de inserção. Finalmente, em base a esses dados, se analisa o papel das ONGs na gestão costeira do litoral do Paraná.

O universo de estudo esta delimitado pelas ONGs Ambientalsitas, enquanto atores da Gestão Costeira. A área de estudo é o litoral paranaense, e os objetos de estudo são as ONGs Ambientalistas que atuam na região costeira do Paraná. Um modelo conceitual foi elaborado a fim de facilitar a visualização da abordagem da pesquisa.

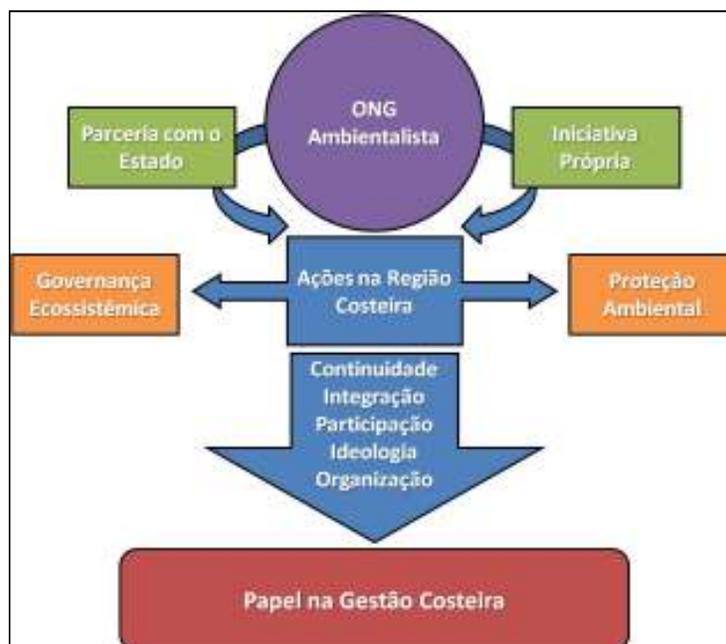


Figura 10: Modelo Conceitual da Pesquisa.

5.1 COLETA DE DADOS

A pesquisa foi construída em 6 etapas: revisão bibliográfica, etapa exploratória, elaboração de instrumentos de geração de dados primários, aplicação dos instrumentos nas ONGs identificadas, sistematização de dados coletados, e análise de dados.

A revisão bibliográfica foi realizada desde o início da pesquisa, e focou nos seguintes temas: Terceiro Setor, ONGs, movimento ambientalista, ONGs ambientalistas, e gestão costeira em geral e para o caso do Brasil e do Paraná. Por outro lado, se procurou a literatura sobre a área de estudo, definida a *priori* como o Litoral do Paraná, relativa à suas características biofísicas e sociais gerais, e mais particularmente sobre a gestão costeira e as ONGs atuantes na região.

Na etapa exploratória, o objetivo principal foi identificar as ONGs ambientalistas presentes no Litoral do Paraná e coletar informações sobre as mesmas, mediante revisão bibliográfica, mas, devido à pouca literatura existente, resultou fundamental a pesquisa digital via internet e o estabelecimento de contatos com profissionais e acadêmicos atuantes na área.

O documento base “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2005” do IBGE (2008) foi avaliado e as informações relativas ao tema da pesquisa foram extraídas para se obter um panorama descritivo e quantitativo das ONGs ambientalistas no país e no estado do Paraná. A pesquisa digital foi baseada em dois sítios principais: a ECOLISTA e o CNEA, que são *websites* que agregam informações e contatos sobre entidades ambientalistas no território nacional. Estas bases subsidiaram informações relativas às ONGs ambientalistas atuantes no litoral do Paraná, principalmente os contatos e a localização. E por meio dos *websites*, principalmente, foram identificadas as ONGs atuantes na região e a obtenção de informações secundárias essenciais relativas às organizações identificadas e seus projetos, permitindo uma primeira composição de lugar do universo de estudo.

A partir desta etapa foi iniciada a elaboração de instrumentos de geração de dados primários para serem aplicados às ONGs do litoral do

estado, onde foram estabelecidos dois tipos principais: uma entrevista, para ser realizada à liderança principal da organização, perguntando sobre a origem da instituição e seus objetivos; e um questionário estruturado, para ser realizado com um gestor da entidade, perguntando sobre aspectos de estrutura e funcionamento.

As entrevistas podem ser consideradas conversas com finalidade e se classificam de acordo com sua organização (MINAYO, 1999). As entrevistas realizadas foram elaboradas mediante um questionário semi-estruturado, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender (muito) à indagação formulada. O questionário estruturado é um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema de pesquisa (RUDIO, 2003).

A entrevista procurou obter informações sobre o histórico, os objetivos, as áreas de atuação, a percepção dos problemas ambientais, as dificuldades, as qualidades, os projetos, os espaços de participação; os aspectos políticos; a percepção sobre outras ONGs; os vínculos com outras ONGs; e a percepção da Gestão Costeira.

O questionário procurou obter informações sobre os aspectos organizacionais das ONGs, tais como a estrutura organizacional, as tomadas de decisões, as dificuldades, as qualidades, os objetivos, as áreas de atuação, os projetos, os recursos financeiros, as fontes de financiamento, as parcerias com outras ONGs, a situação legal, os recursos materiais, a infraestrutura e os recursos humanos.

Após a elaboração e definição dos instrumentos foi realizada a aplicação destes nas ONGs identificadas. Esta etapa foi feita segundo a disponibilidade das pessoas selecionadas, onde foram marcados encontros para a realização das entrevistas semi-estruturadas com as lideranças de cada ONGs, e o fornecimento dos questionários estruturados para os gestores indicados. O material utilizado para a obtenção de dados primários consistiu em dois questionários elaborados para preenchimento e um gravador digital para registro de toda a entrevista, especialmente das perguntas abertas. Os itens dos questionários se detalham nas tabelas 13 e 14, a seguir, os questionários completos estão nos Anexos A e B.

Tabela 13: Itens do Questionário Semi-Estruturado.

1	Histórico	14	Aprendizado
2	Objetivos	15	Espaços Participativos
3	Problemas Ambientais	16	Políticas Públicas
4	Tomadas de Decisões	17	Avaliação do Terceiro Setor
5	Enquadramento Legal	18	Vínculos com o Terceiro Setor
6	Escala de Atuação	19	Objetivos no Litoral
7	Dificuldades e Superação	20	Histórico no Litoral
8	Qualidades	21	Percepção sobre o PNGC
9	Futuro da Entidade	22	Percepção sobre o PEGC
10	Áreas de Atuação e Expertise	23	Percepção sobre o COLIT
11	Manifestações	24	Gestão Costeira Formal
12	Projetos	25	Gestão Costeira Informal
13	Projetos Socioambientais		

Tabela 14: Itens do Questionário Estruturado.

1	Gestão Estratégica	10	Projetos
2	Estrutura Organizacional	11	Recursos Financeiros
3	Tomadas de Decisão	12	Fontes de Financiamento
4	Enquadramento Legal	13	Recursos Humanos
5	Escala de Atuação	14	Parcerias com o Terceiro Setor
6	Dificuldades e Superação	15	Recursos Materiais e Infraestrutura
7	Qualidades	16	Situação Legal
8	Objetivos	17	Títulos Públicos
9	Áreas de Atuação	18	Índices de Gestão

Os critérios de aplicação da entrevista em cada ONG identificada foram condicionados às pessoas mais influentes na organização, podendo ser o(s) fundador(es), o presidente ou diretor da entidade. Para os questionários com os gestores de cada organização foi selecionada uma pessoa responsável por este tipo de atividade no cotidiano da ONG.

Tabela 15: Pessoas entrevistadas nas EATS selecionadas.

Entidade	Entrevistados			
	Liderança	data	Gestor	Data
MATER NATURA	Paulo Pizzi	22/7/2008	Paulo Pizzi	29/10/2009
ADEMADAN	Eliane Bee Boldrini	17/3/2009	Cleonice da Silva Cordeiro	9/12/2009
FGBPN	Tatiana Bogucheski	23/1/2009	Tatiana Bogucheski	23/1/2009
MARBRASIL	Frederico Brandini	16/2/2009	Alexandre Arten	22/2/2010
SPVS	Clovis Borges	27/5/2010	Natália J. de Sampaio	13/4/2008
IPÊ	Humberto Malheiros	27/1/2010	Humberto Malheiros	27/1/2010

As visitas às ONGs serviram para complementar os dados através de observação visual e registros fotográficos dos locais e sedes visitadas, suas instalações e infraestrutura, tais como bibliotecas, empregados, local de trabalho, laboratórios, equipamentos, infraestrutura, computadores, sistemas de informação e veículos. Também nessas oportunidades foram solicitados documentos que complementassem as informações, tais como folhetos, publicações, projetos, informes, etc.

Uma sistematização dos dados foi realizada através da descrição preliminar das informações primárias e secundárias coletadas. Esta etapa foi necessária devido à quantidade e qualidade das informações obtidas, onde se verificou uma grande amplitude das informações e respostas apresentadas, tanto pelas lideranças como pelos gestores de cada ONG. As informações incompletas ou aqueles aspectos relevantes que faltaram foram novamente coletadas ou requisitadas.

5.2 ANÁLISE DE DADOS

A identificação das principais ONGs ambientalistas atuantes no litoral paranaense foi realizada pelos cadastros da ECOLISTA, CNEA e entrevistas com profissionais e pesquisadores relacionados ao tema. Os aspectos fundamentais das ONGs entrevistadas foram descritos individualmente e uma comparação foi realizada posteriormente em todos os aspectos relevantes e fundamentais (Tabela 15).

Tabela 16: Aspectos Fundamentais das ONGs Ambientalistas.

Principais Aspectos das ONGs entrevistadas	
A	Quem São?
B	Origem, Histórico e Tempo de Atuação?
C	O que Fazem e Como Fazem? (Projetos, Ações e Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas)
D	Como se Organizam?
E	O que Possuem? (Recursos Financeiros, Humanos e Materiais)

F	Com Quem se Relacionam?
---	-------------------------

A análise dos principais aspectos foi realizada com base nas respostas e nas informações encontradas nos documentos e nos *websites* das entidades. Os aspectos relativos à atuação das ONGs foram analisados segundo os projetos, ações e políticas públicas em que a organização participou ou executou.

A verificação do papel que as ONGs ambientalistas têm para a Gestão Costeira do estado do Paraná foi feita na compilação de dados disponibilizados sobre os projetos e ações desenvolvidas na região.

A análise dos tipos de ONGs Ambientalistas presentes no litoral do Paraná foi feita segundo as classificações apresentadas no marco teórico, tanto pelos aspectos gerais das ONGs como pela especificidade das tipologias de ONGs Ambientalistas.

A análise das percepções das lideranças quanto à região costeira, o PNGC, o PEGC, e o COLIT foi realizada segundo a interpretação dos discursos perante os conceitos de GCI.

A análise das concepções ambientalistas foi feita por uma abordagem heurística, baseada na aproximação progressiva dos 10 tipos definidos e das ações, projetos e percepções das ONGs estudadas. Inicialmente verificou-se a raiz ideológica das entidades no momento de seu surgimento por meio da interpretação do contexto sociopolítico e das práticas iniciais de trabalho. Posteriormente a mesma abordagem foi realizada na leitura da progressão dos projetos, ações e programas de cada entidade, identificando as características ideológicas que fundamentaram as práticas, a fim de se classificar os tipos ideológicos existentes em cada instituição e se houve alguma mudança da visão institucional quanto à questão ambiental. A concepção ambiental de uma entidade indica qual a visão de mundo do grupo e como se fundamentam as principais ações da instituição,

A análise do desenvolvimento institucional das ONGs Ambientalistas estudadas teve como objetivo mensurar o estágio de desenvolvimento atual das entidades, e estabelecer uma linha de comparação entre os objetos e a sua eficiência institucional. Os dados avaliados foram baseados nas

informações qualitativas sobre a estruturação e conjuntura internas dos objetos estudados, estipulados segundo a maturidade de seus processos gerenciais, estratégicos e programáticos, segundo uma abordagem evolutiva de melhoria institucional, em que ações de melhoria de previsibilidade, controle e eficácia das ações da entidade foram detectadas.

Uma adaptação metodológica foi realizada entre um modelo de maturidade (SANTOS, 2003) e o manual *Auto Avaliação Institucional: Uma ferramenta para o fortalecimento de organizações sem fins lucrativos* (DEVINE et al., 2001), com base na adequação dos elementos adquiridos pelos instrumentos de coleta de dados e na aplicabilidade das duas metodologias às informações disponíveis.

Foram selecionados seis elementos característicos das instituições para serem avaliados: (1) planejamento estratégico; (2) processos de tomada de decisão, liderança e representação social; (3) administração organizacional, legal e financeira; (4) capacidade programática; (5) sustentabilidade econômica; e (6) relações externas.

A base do termo maturidade, segundo Siqueira ([s.d.]), consiste na premissa de que organizações maduras fazem as coisas de modo sistemático e que as imaturas atingem seus resultados graças aos esforços “heroicos” de indivíduos usando abordagens que eles criam mais ou menos espontaneamente. Portanto organizações maduras atingem seus objetivos de qualidade, prazos e custos de forma consistente e eficiente, e organizações imaturas criam objetivos, mas com frequência perdem seus propósitos por largas margens de erro.

Um modelo de Maturidade de Processos fornece uma abordagem disciplinada para identificação dos processos críticos e definição de ações de melhoria alinhadas com os objetivos estratégicos da instituição e consistentes com o estágio de maturidade de seus processos (SANTOS, 2003).

Este modelo é estruturado em cinco níveis de desenvolvimento, onde cada nível corresponde a um conjunto de atributos que caracterizam o estágio da capacidade dos processos da organização, e a capacidade nos níveis inferiores provê progressivamente as bases para os estágios superiores (SIQUEIRA, [s.d.]). Todas estas fases representam, de maneira geral, o acompanhamento da evolução de uma organização de uma estrutura de

gestão informal para uma verdadeiramente centrada em seus processos essenciais.

Siqueira ([s.d.]) sintetiza os cinco níveis de maturidade como:

Nível 1 – Informal

- As atividades básicas são geralmente executadas, mas falta rigor no planejamento e na execução.
- O desempenho das atividades pode ser confuso, imprevisível e inconsistente e resultar em produtos de baixa qualidade, incertezas quanto aos prazos de entrega e estouro do orçamento de custos.
- O desempenho depende de habilidades e dedicação individuais (“heróis” e “bombeiros”).

Nível 2 – Organizado

- Produtos conforme padrões e requisitos especificados.
- A execução dos principais processos é planejada, gerenciada e caminha progressivamente para processos bem estruturados.
- Os resultados destes processos são previsíveis.
- Subprocessos e atividades podem não ser bem definidos.
- A relação entre processos específicos e macro-processos não é bem definida.

Nível 3 – Bem estruturado

- As atividades básicas são desempenhadas segundo um processo bem definido, seguindo padrões adotados por toda a organização.
- Subprocessos e atividades são definidos.
- Relações entre processos e macro-processos são definidas.
- Início do uso de medições para ajudar no gerenciamento de processos.

Nível 4 – Gerenciado

- A organização está focada no gerenciamento de processos.
- Medições de desempenho detalhadas são coletadas e analisadas.
- Conhecimento da capacidade do processo.
- Boa margem de acerto nas previsões de desempenho.
- Mais objetividade no gerenciamento do desempenho.
- A qualidade do produto é quantificada.

- Desempenho do processo é quantitativamente conhecido e controlado.

Nível 5 – Otimizado

- Metas de desempenho baseadas nos objetivos do negócio são quantitativamente estabelecidas.
- Medições sistemáticas para fornecer “*feedback*” sobre o desempenho do processo e orientar as ações de melhoria e inovação.
- Há uma permanente ação de melhoria e refinamento de métodos, orientada para os objetivos estratégicos da organização.

A figura a seguir demonstra os cinco níveis evolutivos do modelo, com suas definições e características (Figura 11).



Figura 11: Modelo de Maturidade de Processo (Fonte: SIQUEIRA, 2011).

Devine et. al., (2001) também adotam, em sua metodologia auto-avaliativa, cinco escalas de referência. Esta escala foi planejada para descrever certo espectro no qual uma ONG típica se desenvolve ao longo do tempo, e que para chegar à uma referência seguinte dentro de um indicador, a organização deve também preencher as referências prévias dentro do grupo característico.

Estes modelos avaliativos foram adaptados e aplicados em cada uma das seis áreas institucionais selecionadas, e em cada uma destas áreas foram selecionadas características equivalentes à realidade das organizações do Terceiro Setor ambientalista, para serem analisadas (Anexo C).

A área correspondente ao **planejamento estratégico** equivale às seguintes características: Missão Organizacional e Plano Estratégico. À medida que uma cultura de planejamento vai sendo estabelecida em uma ONG, o grupo passa a ser capaz de aplicar orientações estratégicas de longo prazo em planos anuais ligados a recursos disponíveis que possibilitem a realização desses planos (DEVINE et al., 2001). A clareza de propósito e orientação é geralmente vista como marca de eficácia das organizações.

A área correspondente ao **processo de tomada de decisão, liderança e representatividade social** equivale as seguintes características: Processo de Tomadas de Decisão; Composição do Conselho; e Gerenciamento de Mudanças Organizacionais. Liderança como conceito está mais relacionada a uma característica situacional do que uniforme. Em muitas organizações, um dos recursos menos utilizados na liderança são os membros do conselho. O potencial de líderes voluntários da comunidade para ajudar a guiar a direção de uma ONG, para contribuir como profissionais técnicos e para dar credibilidade à organização, não pode ser subestimado. Muitas das ONGs mais eficazes têm sido capazes de formar uma equipe de trabalho com o diretor executivo, a equipe mais antiga e os membros do conselho (DEVINE et al., 2001).

A área correspondente à **administração organizacional, legal e financeira** equivale as seguintes características: Estrutura da Organização; Enquadramento Legal e Títulos Jurídicos; e Sistemas de Contabilidade. O crescimento de uma organização implica numa maior necessidade de sistemas de gerenciamento e procedimentos para assegurar seus doadores e o público em geral que a ONG esta sendo bem administrada. A medida que as organizações crescem e evoluem, são continuamente desafiadas a manter o equilíbrio entre maior eficácia e a capacidade de resposta, características de uma entidade menor (DEVINE et al., 2001).

A área correspondente a **capacidade programática** equivale às seguintes características: Identificação e Planejamento de Projetos e Programas; Monitoramento dos Progressos e Impactos; e Capacitação e Serviços. Os programas e projetos de uma organização demonstram o quanto a sua missão esta sendo colocada em pratica. No entanto organizações que dizem seguir uma missão, mas implementam projetos em outras áreas,

geralmente baseados em oportunidades de financiamento disponíveis, acabam deixando clara a contradição, mais cedo ou mais tarde, para doadores, beneficiários, aliados estratégicos e o público em geral. As organizações com sucesso também desenvolvem a capacidade de monitorar o progresso de seus projetos e podem fazer correções de acordo com as circunstâncias. Elas também adquirem a habilidade de medir o impacto de seu trabalho em relação a sua missão e isto as ajuda a obter recursos para seus programas (DEVINE et al., 2001).

A área correspondente à **sustentabilidade econômica**, ou desenvolvimento de recursos, equivale às seguintes características: Plano para Captação de Recursos e Desenvolvimento; Diversificação de Fontes de Financiamento; Geração de Renda de Uso Irrestrito; e Investimento de Longo Prazo. Esta área institucional auxilia a identificação das necessidades de financiamento de longo prazo, e o desenvolvimento de um plano para captação de recursos que corresponda às necessidades e criar uma estratégia para ampliar sua fonte de recursos financeiros. Da mesma forma, uma organização pode começar a planejar atividades que permitirão gerar uma porcentagem de seus próprios recursos dando-lhe autonomia, dependendo das preferências dos doadores e condições de obtenção de recursos. Além disso para organizações com fundos permanentes ou outros recursos financeiros, um planejamento financeiro apropriado assegura a implementação de reservas adequadas e o estabelecimento de uma estrutura para dar estabilidade de longo prazo aos recursos financeiros (DEVINE et al., 2001).

A área correspondente às **relações externas** equivale às seguintes características: Relações de Trabalho com Outras Organizações; Relações Governamentais; e Legitimidade na Área de Atuação. O sucesso de uma ONG depende de suas habilidades em estabelecer relações mutuamente proveitosas com entidades externas, pois nenhuma organização pode operar de maneira eficaz isoladamente. Um plano estratégico de uma ONG deve refletir tais alianças em forma de uma comunicação e ou estratégia de mercado (DEVINE et al., 2001).

A análise de todas estas áreas supracitadas foi realizada segundo o modelo de maturidade e as escalas apresentadas, quando não havia informações suficientes foi feita uma comparação média com as outras

entidades e os outros valores apresentados no mesmo grupo característico da entidade.

Os resultados da avaliação foram expressos em uma tabela com os valores estipulados em cada área institucional. As ONGs ambientalistas entrevistadas foram cotejadas área a área e por meio de um somatório geral, fornecendo uma linha base de comparação relativa ao desenvolvimento institucional das entidades ambientalistas do Terceiro Setor atuantes no litoral do Paraná. Esta análise expressa também a consistência institucional das ações, projetos e programas realizados pelas entidades.

Finalmente, a análise das Ações e Projetos desenvolvidos pelas ONGs Ambientalistas no litoral do Paraná foi realizada segundo os seguintes aspectos:

- abordagem do projeto (proteção ambiental ou governança ecossistêmica);
- continuidade das ações (contínua, fragmentada ou pontual);
- iniciativa (própria ou execução de política pública);
- integração (relacionamento com outras instituições e setores); e
- participação (baseada nas crenças, formas, tipos dos projetos e organizações).

As qualificações destes projetos, ações e programas foram realizadas a fim de se verificar as principais tendências das ONGs Ambientalistas e os papéis desempenhados na Gestão Costeira da região.

A abordagem do projeto foi avaliada segundo classificação de Olsen (2000), ou seja, se o projeto ou programa era de proteção ambiental ou governança ecossistêmica, em que os objetivos e a ideologia da ação foram interpretados.

A continuidade das ações foi categorizada segundo a progressão do projeto, se o projeto era de médio à longo prazo, configurando uma forma contínua de trabalho pela ONG, ou fragmentada, se por exemplo a entidade por falta de financiamento ou outro problema executou a ação em etapas, e se foi apenas uma ação pontual.

A iniciativa foi avaliada segundo a elaboração da proposta, em que o financiamento e o proponente foram interpretados segundo o tipo de edital do projeto ou a captação de recurso para a ventura.

Os aspectos de integração e participação não foram avaliados em todos os projetos e ações. A integração foi interpretada segundo a articulação de parcerias com o estado, Terceiro Setor, empresas e comunidade.

A participação foi feita segundo Mangonés (2004) que propôs uma tipologia de como a participação é definida através da missão da entidade, ou seja, como a organização define sua forma de posicionamento e ações perante o mundo. Esta análise foi realizada segundo a abordagem (proteção ambiental ou governança ecossistêmica) utilizada nos projetos de cada entidade e características e limites inerentes aos projetos.

Os papéis das ONGs Ambientalistas na Gestão Costeira foram interpretados na conjugação destes resultados, mais a síntese dos resultados anteriores, resumidos em uma tabela, em que procurou se estabelecer quais as principais funções desempenhadas por cada entidade no litoral do Paraná.

5.3 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

O limite principal desta pesquisa está dado pelas principais fontes dos dados, que são pessoas das mesmas ONGs, no sentido de que a pesquisa não estuda as ONGs diretamente nem as suas ações, alcances e efeitos na realidade regional. Na impossibilidade de um desenho de pesquisa desse tipo, esses informantes passam a ser a melhor fonte de dados, mas se trata de dados não testados pelo pesquisador na sua veracidade nem consistência.

O estudo limita-se a fazer uma análise qualitativa do papel das ONGs ambientalistas no Litoral do Paraná. Devido à grande quantidade e à qualidade de dados apresentados pelas ONGs, as informações mais específicas sobre os projetos realizados pelas entidades na região costeira foram mais superficiais, o que limitou as análises sobre este aspecto.

Todavia os resultados gerados pela metodologia indicam certas tendências das ONGs e seus projetos e permitem uma composição de lugar bem informada de como são e do papel que cumprem. Ainda assim, futuras

pesquisas, se possível com abordagens mais diretas e complementares a esta, serão oportunas para obter informações mais aprofundadas sobre o assunto.

6. RESULTADOS E ANÁLISE COMPARATIVA

6.1 IDENTIFICAÇÃO DAS ONGS AMBIENTALISTAS ATUANTES NO LITORAL PARANAENSE

Através da pesquisa realizada foram identificadas 12 ONGs que atuam, ou atuavam, no litoral do Paraná com ações exclusivas na área ambiental. Outras entidades também foram identificadas, mas tinham ações exclusivas de turismo e cultura. A lista abaixo apresenta as entidades identificadas durante a etapa exploratória.

Tabela 17: Lista das ONGs ambientalistas com atuação no litoral do Paraná.

No.	Nome das ONGs Ambientalistas com atuação no Litoral Paranaense.
1	Sociedade de Proteção à Vida Selvagem – SPVS
2	Associação Mar Brasil
3	Instituto de Estudos Ambientais - Mater Natura
4	Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza – FGBPN
5	Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN
6	Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE
7	Instituto de Pesquisas Cananéia – IpeC
8	Instituto ECOPLAN
9	Instituto de Pesquisa e Conservação da Natureza – IDÉIA AMBIENTAL
10	The Nature Conservancy – TNC
11	Movimento de Ação Ecológica – MAE
12	Ecologia Urbana

Fonte: O AUTOR (2011).

As ONGs identificadas foram contatadas, primeiramente, por telefone e email, onde buscou-se um primeiro contato para realização da entrevista com uma das lideranças de cada entidade. E apenas 6 ONGs foram solícitas quanto ao fornecimento de informações e a disponibilidade para a entrevista e questionário. O IPE, ECOPLAN e TNC não apresentaram disponibilidade para a realização da entrevista e do questionário. As entidades MAE e IDÉIA AMBIENTAL foram excluídas do universo de pesquisa devido as suas atuações serem muito pontuais no litoral, não configurando ações de médio e longo prazo na região. A ONG Ecologia Urbana não existe mais, esta realizou apenas uma ação com catadores de lixo reciclável no município de Pontal do Paraná. A ECOPLAN não atua mais na região costeira do Paraná.

Depois desta identificação foram estudadas efetivamente seis (6) entidades que atuam no litoral do Paraná, sendo: Instituto de Estudos

Ambientais Mater Natura, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), Associação Mar Brasil, Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza (FGBPN) e Sociedade de Proteção a Vida Selvagem (SPVS). Portanto a amostragem foi significativa, pois representa cerca de 75% das ONGs identificadas e que estão atualmente realizando alguma ação na região costeira do Paraná.

6.2 ASPECTOS FUNDAMENTAIS DAS ONGS AMBIENTALISTAS DO LITORAL DO PARANÁ

6.2.1 Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura

a. Quem é a Mater Natura?

A Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais, segundo sua apresentação institucional, é uma associação civil ambientalista, sem fins lucrativos, de caráter científico, educacional e cultural, possui título de OSCIP, e formula seu propósito final como o de

contribuir na preservação, conservação da diversidade biológica e cultural, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais (MATER NATURA, 2010).



Figura 12: Lototipo da Mater Natura
Fonte: Mater Natura – Site Oficial

b. Qual sua Origem, Histórico e Tempo de Atuação?

A entidade surgiu a partir de estudantes do Curso de Biologia da PUC-PR, em 1983, que assistiram a palestras de outras entidades ambientalistas, tais como a extinta ONG Sete Quedas do Iverá e da Associação de Defesa do Meio Ambiente Araucária, sobre a questão de agrotóxicos, seu uso intensivo e abusivo nas culturas do estado.

A partir deste marco surge a idéia de criar um movimento ambiental, de caráter estudantil, sem muitas pretensões iniciais, onde se quer legalizaram a instituição, ficando 2 a 3 anos sem registro formal ou estatuto. Em seus primeiros anos de atuação o grupo realizou atividades como palestras e exposições informais, paralelas às atividades acadêmicas, além da organização de extensão universitária e o estímulo à formação de grupos temáticos de discussão.

A organização também se engajou em campanhas de Educação Ambiental em escolas e em ações populares tais como: manifestações contra a caça de baleias no litoral brasileiro; retratação a favor do fechamento da Estrada do Colono, que cortava ilegalmente o Parque Nacional do Iguaçu; e contra a tentativa de construir a porção paranaense da BR 101, situada na região onde se encontra a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

O histórico de atuação foi pautado em duas estratégias básicas: ações relativas a políticas públicas e execução de projetos de meio ambiente. As ações de políticas públicas, conforme o Relatório de Atividades 1983-2009 (MATER NATURA, 2010), refere-se: a “(...) um conjunto de denúncias, realização ou participação em campanhas e manifestos, contribuição para discussão e aprovação de normas legais, participação em redes e conselhos”.

A segunda estratégia corresponde à realização de projetos na área de preservação e da recuperação do meio ambiente, pesquisas de habitats e espécies ameaçados, manejo de áreas naturais e geração de informação qualificada para a sociedade, devido à carência de informações sistematizadas sobre o meio ambiente no Brasil.

A entidade possui vinte e oito anos de existência (1983-2011) e passou por diversas mudanças, a começar pela própria denominação: seu primeiro nome era Movimento Ecológico Mãe Nature, mas em maio de 1987 foi oficialmente registrado como Movimento Ecológico Mater Natura. O nome

atual, Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura, foi adotado a partir de janeiro de 1993.

c. O que Faz e Como Faz a Mater Natura?

i. Ações e Projetos

A área de atuação da entidade pode ser dividida em gestão de recursos naturais, pesquisas em biodiversidade e produção e difusão de informações, com 46 projetos já realizados (até 2009).

As ações relacionadas à gestão dos recursos naturais englobam as ações da entidade relativas às áreas protegidas, áreas privadas e uso sustentável do patrimônio natural com promoção da qualidade de vida. Estas ações são realizadas através de fomento à criação e gestão de Unidades de Conservação (UC) e outras áreas protegidas; elaboração de planos de manejo; capacitação de conselhos gestores; incentivo de práticas sustentáveis; recuperação e monitoramento de áreas privadas urbanas e rurais; conciliação dos usos do patrimônio natural; educação ambiental; e manutenção de biodiversidade.

As ações relativas às pesquisas em biodiversidade são realizadas através de promoção e realização de estudos científicos nas áreas da biologia, meio ambiente e tecnologia. E as ações relativas a produção e difusão de informações são realizadas através de publicações, educação ambiental e capacitação.

As ações desenvolvidas pela preservação de ecossistemas e biomas nacionais, e valorização das sociedades humanas adjacentes seguem sete objetivos principais: difusão de informações, capacitação, pesquisa e manejo do patrimônio natural, planejamento e gestão de áreas protegidas, políticas públicas, codesenvolvimento e educação ambiental, todos estes considerados estratégicos pela ONG.

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

A entidade participou efetivamente em diversas instâncias deliberativas, tais como conselhos estatais (federal, estadual e municipal), conselhos consultivos de UCs, conselhos de fauna, redes temáticas, fóruns e

câmaras técnicas. A tabela abaixo apresenta as instâncias participativas e o nível de participação em cada espaço, segundo o *website*.

Tabela 18: Instâncias Deliberativas nas que o Mater Natura participou.

Instância Deliberativa	Período	Tipo de Participação
Conselho de Desenvolvimento do Litoral do PR	Desde 2010	Representante das ONGs Ambientalistas
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CNRMA	Quadriênio 2007-2011	Representante das ONGs da Região Sul/RMA
Conselho Consultivo da APA de Guaratuba	Biênio 2007/2009	Representante das ONGs
Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi	Biênios 2005/2007 e 2008/2009	Representante das ONGs
Conselho da APA de Guaraqueçaba	Biênios 2005/2007 e 2008/2009	Representante das ONGs
Conselho Estadual de Proteção à Fauna Nativa – ConFauna	Biênio 2005/2007	Representante das ONGs paranaenses
Conselho Deliberativo do PDA (Projetos Demonstrativos tipo A)	Biênio 2004-2008	Representante suplente das ONGs da Região Sul do Brasil
Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA	Desde 2003	Incluído pela portaria 321 de 19/08/09 do Ministério do Meio Ambiente.
Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação – Rede Pró-UC	Desde 2002	Integrante do conselho diretor no biênio 2007/2009
Rede de ONGs da Mata Atlântica - RMA	Desde 1992	Membro da Coordenação Nacional nos Biênios 2003/2005 e 2007/2009 (suplente).
Câmara Técnica Multidisciplinar - Floresta Ombrófila Mista (PR) 16.	Setembro de 2004 a Dezembro de 2005	Representante das ONGs paranaenses
Rede Semente Sul	Desde 2002	Integrante e Representante na região metropolitana de Curitiba e Litoral PR
Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMA	Biênio 2001/2003 e Biênio 2003/2005	Representante das ONGs paranaenses
Coalizão Rios Vivos	Desde 2000	Membro
Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA	Biênio 1997/1999 e Biênio 2003/2005	Representante das ONG's da Região Sul no Comitê Deliberativo do FNMA
Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais	Desde 1997	Membro da Coordenação Nacional no Biênio 1998/1999
Conselho Municipal de Meio Ambiente (Curitiba)	Biênio 1995/1997	Representante das ONG's de Curitiba
Fórum Brasileiro de ONG's e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS	Desde 1992	Membro participante dos GTs clima, educ. ambiental, Agenda21 e sociobiodiversidade.
Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná	Novembro 2004	Indicado para a coordenação do

¹⁶ Instituída pela Portaria Conjunta IBAMA/IAP N°023/2004, de 23 de setembro de 2004.

	a Dezembro de 2005	Fórum
Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA	Desde 2003	Membro
Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável - CBTS	Entre 2002 e 2004	Eleito para a Câmara Setorial
GT Araucária, Instituído pelo MMA	Instituído em fevereiro de 2002	Uma das duas ONGs paranaenses do GT
Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul	Desde 2002	Membro fundador
Condomínio da Biodiversidade da Região Metropolitana de Curitiba - ConBio	Desde 2000	Membro fundador
Fórum de ONGS Ambientalistas da Região Metropolitana de Curitiba	De 1986 a 1997	Membro fundador
União das Entidades Ambientalistas do Paraná - UNEAP	De 1991 a 2002	Membro fundador

Verifica-se que Mater Natura tem atuação marcante no estado do Paraná e no bioma Mata Atlântica. A participação em Conselhos de UCs no litoral também se destaca, uma vez que estas têm uma extensa distribuição no litoral paranaense e fazem parte do cotidiano de muitas comunidades litorâneas.

A entidade tem nas ações relativas a políticas públicas um dos seus principais objetivos institucionais. A participação nos conselhos de unidades de conservação reforça esta característica da organização. Segundo o *website*, a instituição vem desde sua fundação, atuando para incidir em políticas públicas para o meio ambiente, junto à sociedade, órgãos públicos, políticos, empresas e tomadores de decisão, onde seu objetivo é influenciar decisões, atitudes e legislações, tanto locais como federais, favorecendo a conservação da natureza, do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

Outra característica é o reconhecimento da importância da articulação institucional com outras organizações para o desenvolvimento de atividades como: acompanhamento do poder público na elaboração de legislações, planos e programas de cunho ambiental; difusão de informações que propiciem a participação da sociedade civil em defesa de seus direitos e interesses; participação em redes e colegiados temáticos relativos à causa ambiental; denúncias de danos ambientais; e campanhas de mobilização social de defesa da integridade de ecossistemas, áreas protegidas, e de espécies da fauna.

No próprio *website* existe um histórico da atuação da entidade, onde destaca sua participação em várias ocasiões no âmbito estadual e nacional, tais como: discussão na elaboração da Constituição Nacional (1987-1988) e paranaense (1988-1989); participação na elaboração do Anteprojeto da Lei Estadual de Meio Ambiente; assessorias aos poderes legislativo e executivo; apresentação do anteprojeto da Lei 8.946 (abril de 1989 – Proibição de maus tratos aos animais, caça e pesca predatória no estado do Paraná)¹⁷; indicação de membros ambientalistas à subcomissão do Meio Ambiente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) – Seção do Estado do Paraná (Portaria No. 27/95 da OAB-PR); participação na organização do “I, II e III Workshop: Guaraqueçaba, Conservação e Rumos do Desenvolvimento” (abril, maio e agosto de 1998)¹⁸; assessoria jurídica ao Fórum das Entidades Ambientistas da Região Metropolitana de Curitiba (1994-1995); assessoria técnica e administrativa ao Fórum das Entidades Ambientistas de Curitiba (1986 a 1997); promoção de oficinas de trabalho sobre apresentação de projetos ao Sub-Programa – Projetos Demonstrativos – PD/A para 30 ONGs da região sul do país, no âmbito do Programa Piloto para Proteção as Florestas Tropicais do Brasil (Ministério do Meio Ambiente e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 1995); e, desde 1995, participa de inúmeros grupos de trabalho e câmaras técnicas que discutiram ou discutem temas diversos, como as macropolíticas ambientais em âmbito estadual, bem como de âmbito nacional.

d. Como esta organizada a Mater Natura?

A Mater Natura possui níveis estatutários hierárquicos, com a Assembleia Geral de Associados, de frequência anual, sendo o organismo diretivo superior. Abaixo deste estão a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo. Embora haja previsão estatutária, a entidade ainda não implementou o Conselho Consultivo, mas possui outras estruturas informais de apoios internos, que a ONG reúne de acordo com as necessidades. Estas

¹⁷ A lei 8.946 (abril de 1989) possui teor similar ao art.32 da Lei Federal no. 9.605 (12/02/1998) – a Lei de Crimes Ambientais, indicando certa vanguarda da instituição na participação e elaboração de políticas públicas.

¹⁸ O Workshop teve a finalidade de congregar uma agenda comum das instituições privadas e governamentais que atuam na APA de Guaraqueçaba.

estruturas informais são compostas por coordenadores de projetos e uma pessoa do setor administrativo. O presidente afirmou que as principais decisões da entidade são tomadas por ele, com as devidas consultas à diretoria, conselho fiscal e equipes técnicas, conforme a situação. A figura a seguir apresenta a estrutura organizacional da instituição.

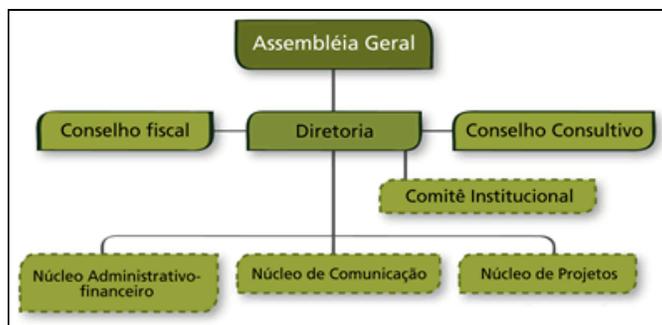


Figura 13: Organograma da Estrutura Organizacional da MATERNATURA
Fonte: Mater Natura – Site Oficial

A entidade realiza planejamento estratégico desde 2002, sendo ao todo já realizado em três oportunidades nos anos de 2002, 2006 e 2009. Este último foi realizado para o próximo triênio (2009-2011). A liderança ressaltou que nos últimos anos esta havendo uma cultura de maior fortalecimento no planejamento estratégico da entidade.

A principal dificuldade enfrentada pela entidade é a falta de disponibilidade de recursos financeiros para seus projetos e ações. A liderança atesta que na captação de recursos há poucas linhas de financiamento para o trabalho de associações na área de conservação da natureza. Em consequência disto, outras dificuldades correlacionadas se apresentam tais como a manutenção da equipe e da infraestrutura da ONG.

A entidade, até 2008, tinha um enfoque maior na captação de recursos públicos e participações governamentais em projetos de demanda espontânea, mas segundo a liderança há uma dificuldade cada vez maior de disponibilidade e flexibilidade de utilização destes recursos. A partir desta dificuldade a entidade esta começando a interagir mais com o setor privado. Isto já foi iniciado através dos planejamentos estratégicos, a partir de parcerias com

outras instituições empresariais, requerendo um processo gradual de aprendizado e expansão deste tipo de parceria e captação de recurso. A entidade também procura participar do maior número de editais públicos, que se encaixem na missão da ONG, e tenta diversificar as fontes de financiamento com aproximações a instituições internacionais.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

Os recursos humanos do Mater Natura são cerca de 70 membros, que segundo o seu estatuto (Capítulo 3 - artigo 3º), se dividem em fundadores, efetivos, colaboradores e honorários, mas segundo o gestor existem outras formas de participação tais como voluntários e pessoas contratadas em projetos.

A equipe principal de funcionários gira em torno de 25 pessoas, e a permanência de contratação varia conforme a demanda dos projetos aprovados. Atualmente são 12 funcionários contratados, divididos em 1 cargo técnico-administrativo e 11 coletores de informação, além de mais 8 membros que são contratados como autônomos pela entidade.

Analisando a composição da equipe principal, verifica-se a presença maciça de biólogos (17 de 25, dentro destes um estudante) na equipe principal, Além desta formação verifica-se 1 cientista social, 1 engenheiro florestal, 1 técnico sanitário, 1 contadora, 2 estudantes (jornalismo e biologia) e 2 membros sem identificação formativa profissional. A pós-graduação na equipe corresponde quantitativamente a 2 doutores, 8 mestres e 2 especialistas, entre as quais predominam formações na área ambiental.

O tempo na instituição variou entre o máximo de 26 anos (presidente) e o mínimo de 3 anos (estagiários), sendo que a média no tempo de atuação da equipe principal é de 9,7 anos. Entre as funções exercidas pela equipe existem cargos técnicos, estágios, coordenação administrativo-financeira e coordenação de projetos. Constata-se um predomínio na distribuição de sexo, onde as mulheres são a maioria na equipe (15 de 25).

ii. Recursos Financeiros

As fontes de financiamentos do Mater Natura são diversificadas, destacando-se as estatais, internacionais e privadas, mas todas as fontes são condicionadas a projetos de curto prazo, ou seja, não são contínuas. O destaque é para os financiamentos estatais, pois a entidade participa nas três escalas (federal, estadual e municipal).

A entidade movimentou R\$ 3.619.418,76, entre 2004 e 2008, variando entre um máximo de 1.021.919,98, em 2007, e um mínimo de 317.338,74, em 2005, apresentando uma média anual de movimentação financeira de R\$ 723.896,35 no período. Nesta renda de origem diversificada podem-se distinguir algumas características tais como: um grande crescimento e predominância de recursos estatais (49%); um crescimento de recursos de empresas (20%); a presença de algumas fontes internacionais (9%) e a diminuição dos recursos vindos da prestação de serviços. A tabela e o gráfico a seguir demonstram a distribuição total dos recursos financeiros entre os anos de 2004 e 2008.

Tabela 19: Fonte dos Recursos Financeiros do Mater Natura entre os anos de 2004 e 2008.

Fonte de Recurso	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Fontes sem discriminação	22.500,00	0,00	20.624,98	42.295,24	14.903,42	100.323,64
Prestação de Serviço	294.875,00	44.000,00	72.980,00	0,00	3.211,63	415.066,63
Doação Pessoa Física	231,1	8.945,00	11.789,61	13.111,26	9.429,53	43.506,50
Doação Pessoa Jurídica	1.000,00	0,00	0,00	10.940,00	70.282,03	82.222,03
Recurso Governamental	145.789,00	160.820,00	329.416,00	479.404,65	666.341,70	1.781.771,35
Recurso de Empresas	67.499,00	65.073,74	190.361,47	287.062,72	118.955,83	728.952,76
Recurso de Instituição Nacional (ONGs)	0,00	38.500,00	26.294,70	31.497,22	53.304,37	149.596,29
Recurso de Instituição Internacional (ONGs)	0,00	0,00	122.961,16	157.608,89	37.472,51	318.042,56
Total	531.894,10	317.338,74	774.427,92	1.021.919,98	973.901,02	3.619.481,76

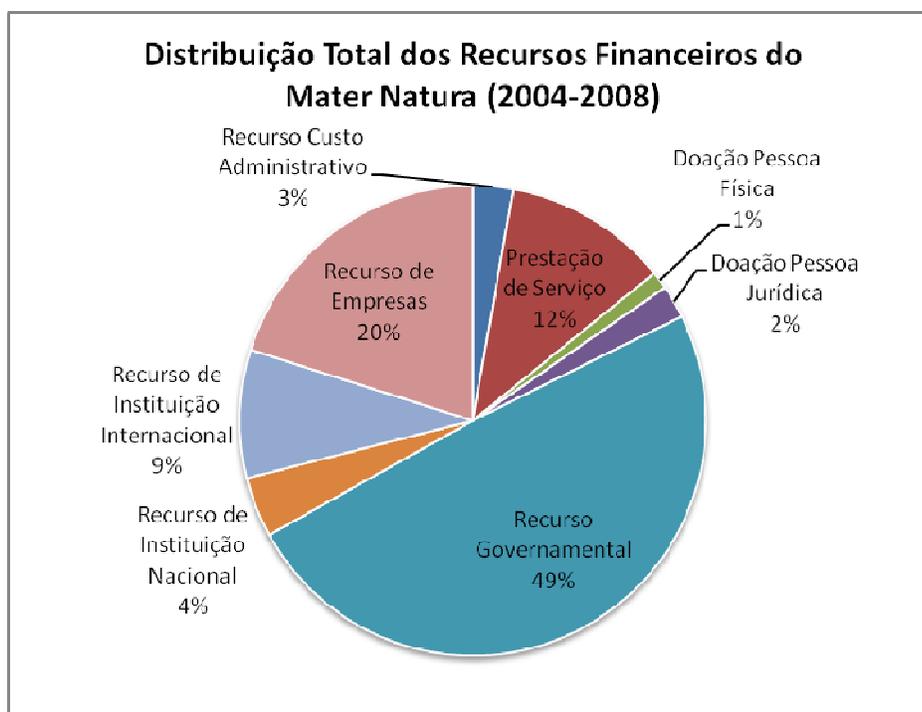


Figura 14: Distribuição Total dos Recursos Financeiros do Mater Natura segundo fontes de financiamento entre 2004 e 2008.

Fonte: O AUTOR (2011).

iii. Recursos Materiais

A entidade possui dois imóveis alugados que funcionam como sede e depósito, e não possui nenhuma base de projeto externo à sede, atualmente. A sede possui uma biblioteca, duas salas de reunião e uma recepção de visitantes. Segundo o gestor, as instalações atuais são adequadas às necessidades da ONG, assim como os materiais de campo e equipamentos atendem as necessidades de trabalho atual.

O gestor estimou o valor destes materiais entre R\$ 15.000,00 e R\$ 50.000,00. A instituição não possui veículos e os aluga quando necessário. Os sistemas de informação, cujo valor estimado é entre R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00, segundo o entrevistado, não atendem às necessidades atuais de trabalho; havendo necessidade de ampliação e renovação de computadores e softwares. As informações fornecidas e os valores estimados pelo gestor

correspondem ao relatório financeiro da entidade (2007-2008), pois o Ativo Permanente Imobilizado¹⁹ é de R\$ 33.386,43.

f. Com quem se relaciona?

A Mater Natura se relaciona e participa em diversas instâncias e setores, tais como o estado, empresas, Terceiro Setor e ONGs ambientalistas, ONGs internacionais, comunidades e população em geral, conselhos nacionais, conselhos consultivos de Áreas de Proteção Ambiental (APA), conselhos de Fauna, redes temáticas, conselhos estaduais, conselhos municipais, fóruns, câmaras técnicas e financiadores. Esta ampla gama de relações da ONG é consequência da sua eficiência institucional e de sua área e formas de atuação, na execução de projetos, na participação em instâncias públicas e participativas, na influência em políticas ambientais e na necessidade de financiamento de suas ações.

6.2.2 Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina – ADEMADAN

a. Quem é a ADEMADAN?

A Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN) é uma associação civil ambientalista, sem fins lucrativos, com atuação marcante no município de Antonina, exclusivamente nas questões portuárias e socioambientais da região, por meio do desenvolvimento de projetos em parceria com diversas instituições acadêmicas, governamentais, iniciativa privada, movimentos sociais e Terceiro Setor.

O objetivo da entidade, segundo a liderança, é desenvolver projetos de educação ambiental e geração de renda em áreas de Unidade de Conservação, com enfoque no bioma da Mata Atlântica da APA de Guaraqueçaba e atuação no município de Antonina, através da integração do ensino, da pesquisa e da extensão.

¹⁹ Ativo Permanente Imobilizado é representado pelos direitos que tenham por objeto os Bens destinados à manutenção das atividades da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial. Exemplo: Computadores, Imóveis, Moveis e Utensílios, Veículos, Instalações etc.



Figura 15: Logotipo da ADEMADAN
Fonte: ADEMADAN – Site oficial

b. Qual o Histórico e o Tempo de Atuação?

A ONG foi criada em março de 1997, e seu surgimento está intimamente ligado a um dos seus fundadores, a Sra. Eliane Bee Boldrini, psicóloga de formação e com mestrado na área de educação, sendo a principal responsável por toda a criação, desenvolvimento e estruturação da ADEMADAN. Este ímpeto criativo foi originado quando Eliane começou a estudar a questão ambiental e fundiária no município de Guaraqueçaba; um dos locais mais discutidos, pesquisados e estudados no litoral paranaense. Segundo ela, através de sua interpretação marxista da realidade, acredita que o grande problema ambiental esteja ligado à superprodução de bens em função da acumulação do capital, independentemente das necessidades de consumo. Outra característica desta liderança é a crença de que a educação é a solução definitiva para o planeta. Todas estas características influenciaram alguns pontos históricos de atuação e desenvolvimento institucional da entidade.

A fundação da ONG foi iniciada por meio de um levantamento histórico no município, em um projeto conjunto com alunos da Faculdade de Artes do Paraná, em que foram coletadas informações sobre os aspectos culturais de Antonina. Os resultados demonstraram a grande influência do Porto na história de vida local, e a partir deste marco, a entidade iniciou sua atuação na cidade, principalmente nas questões portuárias e socioambientais.

Outro fato marcante, anterior à fundação, foi a participação de “futuros” membros da entidade no movimento contra a construção de uma usina termoelétrica no município de Paranaguá, intitulado “**USINA NÃO**”, no final da década de 90. Os primeiros artigos contra o projeto foram feitos por militantes

da ADEMADAN, denotando que na região já haviam pessoas interessadas e preocupadas com as questões ambientais.

c. O que Faz e Como Faz a ADEMADAN?

i. Ações e Projetos

A atuação da ADEMADAN caracteriza-se pelo envolvimento com o Porto de Antonina, e a comunidade e grupos sociais do município de Antonina, desenvolvendo ações de gestão ambiental portuária, manejo de recursos naturais e projetos sociais de apoio e capacitação.

As ações de gestão ambiental portuária foram configuradas pela parceria institucional feita com o Porto de Antonina, por meio de um programa técnico de pesquisa e monitoramento, revisão da legislação específica (Resolução CONAMA 344²⁰) e outros projetos pontuais que a ONG prestou para o terminal portuário. Além disto, a ONG promove capacitações na área e o “Seminário sobre Dragagens Portuárias no Brasil”, que já teve 4 edições até o momento, e reúne atores e especialistas de todo o país.

As ações relativas ao manejo de recursos naturais são realizadas nas áreas urbanas e rurais da cidade, por meio de projetos de base comunitária, com diagnósticos socioambientais, geração de alternativas de renda, educação ambiental, monitoramentos, elaboração de planos de ação e constituição de parcerias institucionais.

As ações dos projetos sociais de apoio e capacitação são desenvolvidas com assentados da reforma agrária, artesãos, catadores de lixo reciclável e munícipes de Antonina. Foram realizadas ações de pesquisa, capacitação, apoio, educação ambiental, registro e resgate da cultura local.

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

A entidade é membro do Conselho Estadual de Meio Ambiente desde sua criação, mas não participa efetivamente, segundo a liderança. Esta também alega que em conselhos municipais locais, as prefeituras nunca

²⁰ RESOLUÇÃO CONAMA No. 344, DE 25 DE MARÇO DE 2004. Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

permitiram a participação da ADEMADAN nas discussões e reuniões técnicas oficiais, mas, apesar disto, houve participação em algumas instâncias, tais como a comissão de construção da estrada de acesso ao Porto de Antonina, pois a entidade conduziu os estudos de licenciamento ambiental da dragagem. A instituição realiza seminários, eventos e publicações como instrumentos de manifestação e discussão de problemas, sejam estes de caráter técnico-científico ou até mesmo político.

A única instância relativa à definição de políticas públicas que a ADEMADAN participa é no grupo de trabalho que avalia o processo de licenciamento ambiental das dragagens portuárias, na câmara técnica federal que esta revisando a resolução CONAMA 344.

d. Como esta Organizada a ADEMADAN?

A ADEMADAN esta hierarquizada a partir de uma Assembleia Geral de associados, de frequência anual, logo abaixo a instituição está organizada a partir de uma cúpula diretora constituída por 9 pessoas: presidente, vice-presidente, secretário, vice-secretário, tesoureiro, vice tesoureiro, e um conselho fiscal formado por 3 membros. Existe um coordenador técnico-científico que é responsável pelos projetos, e cada projeto possui um coordenador específico externo à cúpula diretora. Em cada projeto existe uma equipe específica adequada às necessidades e possibilidades do projeto.

Os processos decisórios são divididos em duas formas dentro da associação: decisões relativas a projetos, e decisões relativas a prestação de contas. As decisões relativas aos projetos são realizadas pela equipe de cada projeto e as decisões relativas à prestação de contas são tomadas pelo presidente e pela diretoria.

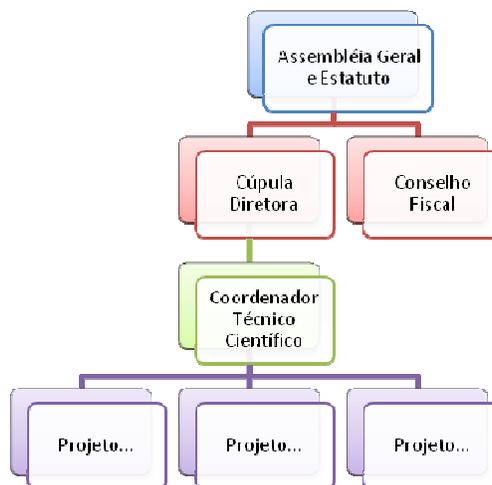


Figura 16: Organograma da Estrutura Organizacional da ADEMADAN.
Fonte: O AUTOR (2011).

A entidade não realiza planejamento estratégico plurianual, somente planejamentos anuais, mas, segundo a própria gestora, ocorrem muitas mudanças em função de novas oportunidades de projetos, editais ou serviços de demanda espontânea. Esta informação revela que ocorrem alguns frequentes imprevistos gerenciais na ONG, e algumas metas e objetivos acabam mudando ou não são totalmente atingidos.

A principal dificuldade enfrentada é econômica, segundo a liderança, devido à falta de recursos monetários para a execução de ações e projetos. A entidade realiza projetos ou busca convênios no governo ou em universidades para suplantar estas dificuldades.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

A ADEMADAN possui apenas 9 membros permanentes, correspondentes à cúpula diretora e conselho fiscal, que participam nas diversas instâncias da organização. Em geral, a ONG funciona em regime de voluntariado, as pessoas são contratadas dependendo dos recursos que são conseguidos por meio de projetos, e atualmente possui 2 funcionários permanentes, uma gestora e um contador, em que ambos recebem um salário mensal. Existe uma previsão de contratação de 10 funcionários e 1 estagiário

com carteira assinada, além de uma consultoria externa para a coordenação geral do projeto, devido à aprovação de um projeto em um grande edital financiador²¹.

Analisando a composição dos membros permanentes, verifica-se uma relativa variação na formação profissional da equipe e ausência de profissionais da área ambiental (Tabela: Composição da Cúpula Diretora e do Conselho Fiscal), com 1 professora, 1 massagista, 1 mergulhador, 1 aposentada, 1 pediatra, 1 funcionário público, 1 estudante/estagiária da ADEMADAN, e mais duas pessoas sem formação definida. Cabe citar que a última presidente da instituição era pedagoga e possuía especialização em gestão ambiental portuária.

Tabela 20: Composição atual da Cúpula Diretora e do Conselho Fiscal da ADEMADAN.

Cargo	Nome	Formação
Presidente	Sabrina Giovanelli Carvalho	Professora
Vice-Presidente	Alda Cecília de Oliveira Martins	Massagista
Primeiro Tesoureiro	João Carlos Baptista Serra	Mergulhador
Segundo Tesoureiro	Erothilde Maia de Lima	Aposentada
Primeiro Secretário	Dinarte Araujo Netto	Pediatra
Segundo Secretário	Rafaela da Silva Ramos	Sem informação disponível
Conselheiro Fiscal	Cristiano da Costa Cordeiro	Funcionário Público
Conselheiro Fiscal	Carlos Alberto Carvalho	Sem informação disponível
Conselheiro Fiscal	Carolina Beê Araújo	Estudante/Estagiária

ii. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros da ADEMADAN são relativamente diversificados e descontínuos, sendo provenientes de financiamentos de projetos, prestação de serviços, doações, e promoção de eventos. A tabela e o figura abaixo apresentam os valores e os percentuais, estimados pela gestora, dos recursos financeiros entre os anos de 2004 a 2008.

Tabela 21: Recursos Financeiros da ADEMADAN de 2004 a 2008.

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Recursos Financeiros	5.000,00	50.000,00	100.000,00	300.000,00	200.000,00	655.000,00

²¹ PETROBRAS AMBIENTAL.

A ONG movimentou cerca de R\$ 655.000,00, entre 2004 e 2008, variando entre um máximo de R\$ 300.000,00, em 1997, e um mínimo de R\$ 5.000,00, em 2004, apresentando uma média anual de R\$ 131.000,00 e mensal de R\$ 10.916,67 no período.

As fontes dos recursos financeiros da ADEMADAN demonstram a predominância do Setor Privado (50%) em relação às outras, sendo 10% provenientes de doações (donativos da Receita Federal), 30% de organização de eventos (Seminário de Dragagens Portuárias), e apenas 10% proveniente do Setor Público.

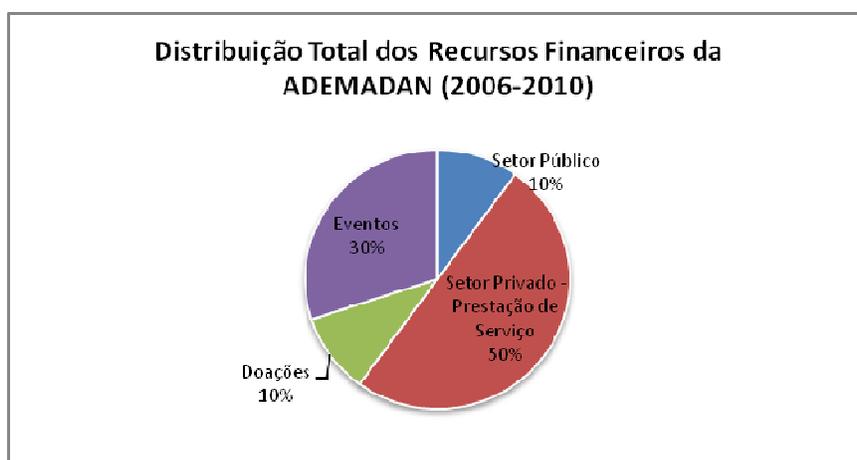


Figura 17: Distribuição Total Estimada dos Recursos Financeiros da ADEMADAN segundo fontes de financiamento entre 2006 e 2010.

Fonte: O AUTOR (2011).

iii. Recursos Materiais

A instituição possui uma sede própria localizada na região central do município de Antonina, a qual tem um centro de educação, uma biblioteca e um laboratório de geoprocessamento. Segundo a gestora, a organização possui sistema de informação adequado às necessidades de trabalho atuais, assim como outros equipamentos, mas não possui nenhum tipo de veículo. A ONG não tem um levantamento detalhado do valor de seus bens materiais, mas através de avaliações de valores de imóveis na região e visita à sede estima-se que a ADEMADAN possua um Ativo Permanente Imobilizado de aproximadamente R\$ 200.000,00.



Figura 18: Sede da ADEMADAN
Fonte: ADEMADAN – Site Oficial

f. Com quem se relaciona?

A ADEMADAN se relaciona e participa de diversas instâncias e setores, tais como o estado (prefeitura e agências estaduais), terminais portuários, academia (FIES, UFPR, UTP, FEPAR, Universidade de Ferrara/Itália e Universidade de Sorbonne/França), escolas técnicas, associações comunitárias locais. Esta variedade de relações se deve à estratégia da ONG em estabelecer parcerias institucionais para realizar seus projetos e ações, exclusivamente no município de Antonina. A promoção dos Seminários de Dragagens Portuárias e a revisão da Resolução CONAMA No. 344 (25/03/2004) ampliam as relações da entidade para além do município, ganhando projeção nacional, mas específica aos setores portuários e de dragagens.

6.2.3 Fundação Grupo Boticário de Proteção a Natureza – FGBPN

a. Quem é a FGBPN?

A FGBPN é uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é promover e realizar ações de conservação da natureza, e expressa a política de investimento e responsabilidade social do Grupo Boticário²². Esta entidade difere das demais por ser a única fundação²³ entre as ONGs ambientalistas

²² O Grupo Boticário destina 1% de seu faturamento líquido para a FGBPN.

²³ O funcionamento das fundações é regulado pelo Ministério Público. Nele há um órgão responsável pela fiscalização das fundações, a Promotoria ou Curadoria de fundações, que tem por atribuições a aprovação dos estatutos fundacionais, deferimento das contas relativas aos exercícios financeiros, análise da gestão dos administradores, realização de auditorias,

atuantes no litoral do PR. Devido a isto, em sua criação foi necessária a reserva de bens livres (propriedades, créditos ou dinheiro) legalmente disponíveis, além de seu modo de administração e fim lícito. A FGBPN atua nacionalmente protegendo áreas naturais, apoiando projetos de outras organizações e sensibilizando a sociedade para a causa conservacionista.



Figura 19: Logotipo da FGBPN
Fonte: FGBPN – Site Oficial

b. Qual a origem, o Histórico e o Tempo de Atuação?

A Fundação foi criada em 1990, por iniciativa de Miguel Krigsner, fundador de O Boticário que, desde a época de estudante, mantinha o desejo de empreender ações em prol da conservação da natureza. Após visita a uma organização israelense que recuperava áreas degradadas por meio do plantio de árvores, Miguel Krigsner procurou uma consultoria, que o orientou sobre a melhor maneira de contribuir para a conservação da natureza, resultando na criação da Fundação O Boticário, chamando-se atualmente de Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

c. O que Faz e Como Faz a FGBPN?

i. Ações e Projetos

A FGBPN atua em sete áreas distintas relacionadas a sua missão: criação e manutenção de reservas naturais (Salto Morato em Guaraqueçaba/PR e Serra do Tombador em Cavalcante/GO), pagamento por serviços ecossistêmicos, apoio a projetos, eventos e publicações, sensibilização da sociedade e mudanças climáticas.

As reservas naturais (Reserva Particular do Patrimônio Natural-RPPN) criadas objetivam a própria conservação das áreas, incentivo à visitação,

entre outras incluídas na atribuição constitucional de velar pelas fundações (ARAÚJO ET AL. 2009).

voluntariado, cursos de capacitação, recuperação de áreas degradadas, inventário de estoque de carbono, educação ambiental e pesquisas científicas. A reserva do Salto Morato foi a primeira a ser criada, no ano de 1992, com implantação em 1994, localizada no bioma da Mata Atlântica no município de Guaraqueçaba, litoral norte do estado do Paraná. A reserva da Serra do Tombador, criada em 2007, possui praticamente os mesmos objetivos, mas está localizada no bioma do Cerrado, no município de Cavalcante, estado de Goiás.



Figura 20: Localização da RPPN Salto Morato
Fonte: STRAUBE; URBEN-FILHO, 2005.

O pagamento por serviços ecossistêmicos é uma iniciativa da FGBPN para proteger mananciais estratégicos e garantir o abastecimento de água, por meio do incentivo à proteção de remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, através da remuneração a proprietários de terras que conservarem as matas e nascentes de suas propriedades. Esta iniciativa serve de exemplo e estímulo para governos e outras instituições investirem em programas similares.

O programa de apoio a projetos, realizado desde 1991, seleciona e acompanha projetos de conservação da natureza em todo o território nacional. A entidade incentiva pesquisadores e organizações a gerarem resultados efetivos para a proteção da biodiversidade brasileira, com 1.218 projetos de pesquisa em ecologia e conservação, educação ambiental e ações efetivas de

proteção a natureza já realizados até 2010. Segundo o último relatório institucional publicado (FGBPN, 2009) foram doados aproximadamente U\$ 9,3 milhões a 390 instituições de todo o território nacional. Dentro desta linha de apoio a projetos há uma área dedicada exclusivamente a busca de modelos de Ecodesenvolvimento, que privilegiou 12 ações que associam a conservação da natureza com iniciativas de melhoria de qualidade de vida de comunidades.

As ações relacionadas a eventos e publicações configuram-se nas atividades relativas à promoção anual do Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, doações para outros eventos da área de conservação e biodiversidade, e publicações de livros revistas e periódicos de temas relacionados.

As atividades relativas à sensibilização da sociedade caracterizam-se pela parceria institucional em eventos culturais e pelas Estações Natureza, que são um meio utilizado para disseminar o conhecimento conservacionista, com linguagem atraente e acessível ao público em geral. As estações são exposições interativas sobre a biodiversidade brasileira, e procuram sensibilizar a população urbana sobre a questão ambiental. Atualmente existem três (3) Estações Natureza: uma em Curitiba/PR, outras em Corumbá/MS, e a terceira em São Paulo/SP.

As ações relativas às Mudanças Climáticas configuram-se em iniciativas e multiplicação de conceitos e práticas em prol da diminuição das causas e efeitos negativos das mudanças climáticas globais. A FGBPN participou em publicações e legislações federais específicas sobre o tema, além de ser um dos membros fundadores do Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas.

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

A ONG participa do Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba e do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi. A entidade também se manifesta divulgando informações através de seus informes e publicações institucionais.

Tabela 22: Instâncias Deliberativas que a FGBPN participa.

Instância Deliberativa
Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba
Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi
Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas

A ação da FGBPN no que diz respeito às políticas públicas configura-se principalmente em suas ações relativas às Mudanças Climáticas, onde participou em publicações e legislações federais específicas sobre o tema, além de ser um dos membros fundadores do Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas.

d. Como esta Organizada a FGBPN?

A instituição esta estruturada a partir de uma diretoria formada por um diretor-presidente, uma diretora executiva, um Conselho Curador e um Conselho Fiscal. O Conselho Curador possui dez (10) conselheiros, e o Conselho Fiscal composto por três (3) conselheiros, todos são voluntários, dos quais três são dirigentes do Grupo Boticário e os demais são conservacionistas de renome e profissionais que atuam nas áreas de comunicação, gestão e jurídica e que têm ligação com a conservação da natureza. As principais decisões da entidade são tomadas pelo Conselho Curador, juntamente com a Diretoria e a Gerência de Projetos.

Além desta estrutura existem setores específicos tais como: Conservação de Biodiversidade, Estratégias de Conservação, Áreas Protegidas, Reserva Natural Salto Morato, Reserva Natural Serra do Tombador, Estação Natureza, Desenvolvimento Institucional, Comunicação e Administração e Finanças. A FGBPN realiza planejamentos estratégicos anualmente.

O principal obstáculo que vive a Fundação O Boticário está relacionado com o contexto atual brasileiro, pois esta acredita que vivemos, atualmente, um cenário completamente desfavorável para a conservação da natureza, em virtude de um governo que não prioriza o tema e da falta de compreensão da sociedade, que continua pensando que proteção à natureza é um assunto que “pode ficar para depois”. Por outro lado, há também a necessidade de ampliar a disponibilidade de recursos humanos e financeiros – a Fundação O Boticário

tem projetos e capacidade técnica para ampliar sua atuação, mas em um país de dimensões continentais como o Brasil, depende de conquistar mais e novos apoios para reforçar o seu trabalho.

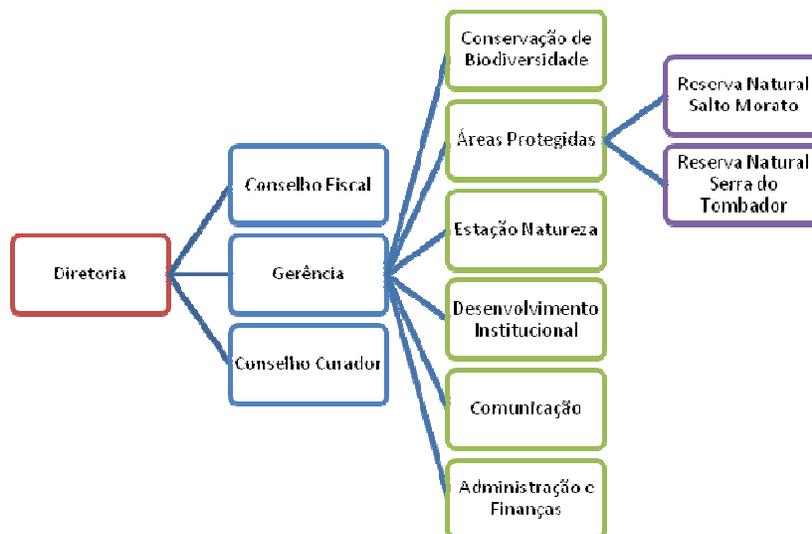


Figura 21: Organograma da Estrutura Organizacional da FGBPN.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

A FGBPN possui 49 funcionários permanentes e 4 temporários. Possui cerca de 53 membros, incluindo o Conselho Curador e o Conselho Fiscal, além de 100 consultores voluntários. Existem outras formas possíveis de participação tais como estágio, voluntariado e contratos em projetos.

ii. Recursos Financeiros

A fonte de financiamento da entidade com maior regularidade é a doação anual de parte do lucro líquido (1%) do grupo mantenedor Boticário. Outras fontes também são importantes tais como Convênio internacionais, doações de franquias, patrocínios e apoios de empresas e outras organizações nacionais e internacionais. Salvo a fonte proveniente da mantenedora, as outras doações ou financiamentos são destinados a projetos específicos, sejam eles de projetos próprios ou apoiados, sempre de acordo

com a parceria firmada. O gestor citou que a entidade não possui dificuldades financeiras, diferentemente das outras instituições entrevistadas.

A entidade movimentou R\$ 36.760.113,46, entre 2006 e 2010, variando entre um máximo de R\$ 9.681.698,23, em 2008, e um mínimo de R\$ 5.643.527,99, em 2009, apresentando uma média anual de movimentação financeira de R\$ 7.352.022,69 no período. Nestes recursos financeiros de origem variada verifica-se que os rendimentos permanentes correspondem anualmente a uma média de R\$ 4.800.000,00 e os eventuais a uma média de R\$ 1.200.000,00.

Tabela 23: Fonte dos Recursos Financeiros da FGBP entre os anos de 2006 e 2010

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Recursos Financeiros	6.347.906,54	8.059.621,21	9.681.698,23	5.643.527,99	7.027.359,49	36.760.113,46

iii. Recursos Materiais

A entidade possui uma sede própria em Curitiba/PR e quatro filiais para seus projetos e ações, sendo uma em Curitiba/PR, duas Reservas em Guaraqueçaba/PR e Cavalcante (GO) e mais uma base em Corumbá (MS). A instituição possui uma biblioteca em sua sede, e na Reserva Natural Salto Morato, há trilhas interpretativas, quiosques, aquário natural para banho, camping, laboratório, alojamento para pesquisadores e centro de capacitação. Já na Reserva Natural Serra do Tombador, estão sendo construídas as estruturas físicas para o atendimento ao público. O gestor citou que as propriedades da instituição estão estimadas em cerca de R\$ 4 milhões.

Segundo o questionário de gestão a organização possui sistema de informação e equipamentos adequados as suas necessidades de trabalho atuais, com valor estimado superior a R\$ 100.000,00. A entidade possui 3 camionetes, 2 kombis e 1 reboque estimados em R\$ 350.000,00. O Ativo Permanente Imobilizado da FGBP é de R\$ 6.121.964,53.

f. Com quem se relaciona?

A FGBP reconhece publicamente a importância da realização de parcerias entre pessoas, empresas, organizações e governo; e as promove

através de seu website pelo incentivo de alianças corporativas promovendo campanhas de marketing e patrocínio de empresas. A instituição se relaciona e participa de diversas instâncias e setores, tais como o estado (prefeitura de Curitiba e São Paulo, Ministério da Cultura e Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo), organizações internacionais (Fundação Interamericana, Fundação MacArthur, Rede Interamericana Avistar, Mitsubishi Corporation Foundation, World Wildlife Foundation e The Nature Conservancy), empresas, estabelecimentos comerciais, a rede de franquias do Boticário, academia e ONGs.

Um dos principais vínculos que a FGBPN mantém é o programa de apoio a projetos na área de conservação da natureza. Esta relação estratégica possui dois aspectos: o direcionamento de ações conservacionistas, formatados pelo edital do programa; e o financiamento propriamente dito de outras entidades ambientalistas e científicas espalhadas pelo país.

6.2.4 Associação Mar Brasil

a. Quem é a Mar Brasil?

A Associação Mar Brasil é uma organização civil sem fins lucrativos, foi criada para atuar na zona costeira brasileira, iniciando seus trabalhos no litoral do Paraná, segundo a liderança, e busca soluções para harmonizar o desenvolvimento econômico, o aumento da qualidade de vida e a conservação do ambiente marinho. Formula como objetivo principal “contribuir para a proteção, preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do ambiente costeiro, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais da costa brasileira”, segundo sua missão institucional. A entidade acredita que com este propósito, devem-se promover ações voltadas aos ecossistemas marinhos e costeiros, buscando a substituição de práticas impactantes por atividades sustentáveis que visem à melhoria de vida das comunidades pesqueiras tradicionais e a manutenção e conservação da biodiversidade.



Figura 22: Logotipo da MarBrasil
Fonte: MARBRASIL – Site Oficial

b. Qual a Origem, o Histórico e o Tempo de Atuação?

A criação da Mar Brasil esta vinculada a um de seus fundadores, o Prof. Dr. Frederico Brandini (ex-CEM/UFPR), que trabalhava com projetos de extensão universitária. Este realizou projetos com recifes artificiais no litoral do Paraná, em parceria com o Instituto ECOPLAN, e o projeto acabou atingindo a grande mídia, onde ficou conhecido por todo o país. A Fundação AVINA, outra ONG internacional que trabalha no desenvolvimento de lideranças através do fomento e criação de novas ONGs, contatou o Prof. Frederico Brandini e sugeriu a criação de uma ONG, e assim foi criada, no ano de 2004, a Associação Mar Brasil.

c. O que Faz e Como o Faz a Mar Brasil?

i. Ações e Projetos

A atuação da MarBrasil caracteriza-se, até o momento, pelo seu principal programa que é de implantação de recifes artificiais. A entidade realiza outras ações tais como projetos de pesquisa, educação ambiental, maricultura, apoio e inclusão social, parcerias institucionais e prestação de serviços, localizados principalmente no município de Pontal do Paraná e no restante do litoral paranaense.

As ações relativas à gestão de recursos naturais configuram-se principalmente no programa PREAMAR (Programa de Extensão e Apoio à Pesca e a Maricultura no Paraná), principal projeto desenvolvido pela instituição, com a utilização dos recifes artificiais como ferramentas de conservação e gestão pesqueira. A implantação de Recifes Artificiais Marinhos

que possam atuar como sistemas anti-arrasto, visa proteger a biodiversidade marinha e agregar biomassa pesqueira, e ainda funcionar como anteparos de instalação de maricultura em mar aberto.

O projeto PROMERO visa levantar informações científicas sobre o peixe Mero (*Epinephelus itajara*) e auxiliar na conservação da espécie que esta ameaçada de extinção. As ações de educação ambiental foram desenvolvidas com crianças deficientes visuais, e alunos do ensino fundamental e médio, em Pontal do Paraná e outros municípios da região.

As ações na área de maricultura caracterizam-se por iniciativas de realocação dos parques de cultivo e pela promoção e utilização de tecnologias alternativas. As iniciativas de apoio e inclusão social são caracterizadas por parcerias institucionais com outra ONG do município (EDUCAPONTAL) e com o poder público federal (MPA), em ações de capacitação profissional e instalação de infraestrutura para este fim. A prestação de serviços consiste em administração de projetos, monitoramento ambiental e licenciamento ambiental.

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

A MarBrasil participou na reativação do Conselho Gestor do Terminal de Embarque da Ilha do Mel, e é membro ativo do Conselho de Meio Ambiente da Prefeitura de Pontal do Paraná. A entidade também participa da Rede Costeira Hídrico-marinha da Fundação AVINA, composta por 33 ONGs ao longo da costa brasileira. Além destes participa também da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Comitê Gestor do Parque Natural Municipal do Rio Perequê (Pontal do Paraná/PR) e do Colegiado do Território da Pesca e Aquicultura do Litoral do Paraná (COTEPAL).

Tabela 24: Instâncias Deliberativas em que a Mar Brasil Participa.

Instância Deliberativa	Período
Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)	Desde setembro de 2006
Comitê Gestor do Parque Natural Municipal do Rio Perequê	Desde dezembro de 2007
Conselho Municipal de Meio Ambiente de Pontal do Paraná	Desde junho de 2008
Colegiado do Território da Pesca e Aquicultura do Litoral do Paraná (COTEPAL)	Desde novembro de 2009

A única participação em definição de políticas públicas da Mar Brasil foi na Instrução Normativa N^o. 125 do CONAMA, que estabelece os procedimentos para implantação de recifes artificiais no âmbito da gestão dos recursos pesqueiros, onde a sua principal liderança, o Prof. Dr. Brandini, participou ativamente na sua elaboração com início anterior à própria criação da entidade.

d. Como esta Organizada a MarBrasil?

A MarBrasil esta organizada segundo níveis estatutários hierárquicos. Possui em sua estrutura organizacional um Conselho Diretor, composto por: presidente, vice-presidente, secretário(a), vice-secretário(a), e outros conselheiros. Dentro deste conselho está o Conselho Fiscal. Subordinado ao Conselho Diretor está um Diretor Executivo, que é responsável pela implementação das atividades da ONG. As instâncias que governam a entidade são a Assembleia Geral e o Conselho Diretor, cabendo a este último a responsabilidade geral pelo direcionamento institucional, sendo que ao Conselho Fiscal lhe cabe avaliar a prestação de contas da direção executiva. A Assembleia Geral ocorre uma vez ao ano e é a instância máxima na entidade uma vez que esta pode aprovar novos membros ou até destituir o próprio conselho.

Abaixo do Diretor Executivo existem as Gerências Técnica e de Desenvolvimento Institucional. A Gerência Técnica possui 4 coordenações divididas em áreas temáticas: Educação Ambiental, Socio-economia, Biodiversidade e Comunicação Social. A Gerência de Desenvolvimento Institucional possui também 4 coordenações divididas em áreas temáticas: Marketing, Relações Institucionais, Finanças e Contabilidade, e Administração e Recursos Humanos.

Foi elaborado no ano de 2005 o único planejamento estratégico com metas de curto, médio e longo prazo. Segundo o gestor entrevistado, o acompanhamento do cumprimento destas metas não foi sistematicamente conduzido, e, no momento da entrevista 12 de janeiro de 2010, estudava-se a elaboração de uma nova rodada. As principais decisões da entidade são tomadas pelo Diretor Executivo, com as devidas consultas ao Conselho Diretor, Conselho Fiscal e equipes técnicas, conforme a situação. Apesar da pouca idade institucional a Mar Brasil já enfrentou três breves “ciclos” administrativos,

com lideranças, perfis de atuação e organização totalmente distintos, que refletiram em mudanças internas e dificuldades administrativas constantes, além de descontinuidades em ações específicas.

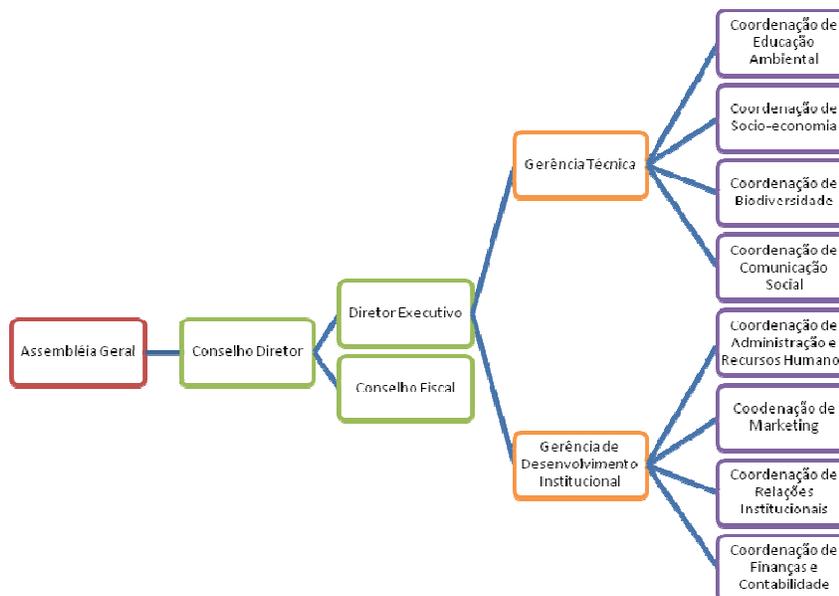


Figura 23: Organograma da Estrutura Organizacional da Mar Brasil (2010).

O principal problema da entidade está na captação de recursos e na sustentabilidade financeira. A liderança atribui este problema à própria natureza não lucrativa das ONGs. Segundo o gestor, este problema iniciou-se no ano de 2007 devido à interrupção de financiamento da Fundação AVINA, causado porque a MarBrasil não atingiu as metas estipuladas para a manutenção do mesmo, o que acabou forçando uma redução da equipe. Quanto a este problema, a Mar Brasil apostou, em 2008, em pessoas voluntárias que puderam colaborar na submissão de projetos aos editais na área de conservação. Alguns destes foram aprovados, representando nesse momento, mais dois anos com garantia de recursos. Assim, atualmente, com dinheiro em caixa, a entidade está contratando especialistas de áreas diversas.

O segundo problema está relacionado aos recursos humanos. Tratando-se de uma instituição criada a partir de professores e alunos da Universidade Federal do Paraná, a equipe sempre contou basicamente com biólogos e oceanógrafos que tinham que se desdobrar para dirigir toda a instituição. Assim, as áreas administrativas e financeiras foram sendo tocadas por profissionais de outras áreas que acumularam essas funções. Apesar

disso, o Conselho Diretor reúne engenheiros, advogados, sociólogos e administradores, mas ocorre certo distanciamento do Conselho Diretor na prática cotidiana da ONG. Este envolveu, no início, pessoas muito próximas do convívio pessoal dos sócios fundadores e que residem quase na totalidade, em Curitiba. Isto resulta, na prática, em uma falta de comprometimento ou de atitude proativa deste conselho, ou seja, não existe um acompanhamento pleno e que envolva cobrança, ficando esta tarefa para dois dos fundadores e um ou dois conselheiros que trabalham na universidade e podem estar mais próximos da instituição.

Segundo o gestor, os conselhos diretor e fiscal precisam ser reestruturados, novos contatos precisam ser feitos para agregar novos e comprometidos conselheiros. A instituição está atingindo a maturidade e o conselho deve ser composto por pessoas comprometidas com a identidade da associação, de maneira ideológica e prática. Outro problema identificado é a carência de um articulador que consiga fazer o marketing da instituição buscando apoio financeiro. No momento da entrevista se estudava a contratação de um captador de recursos e se apostava na maior agilidade do diretor executivo para a busca de recursos para médio e longo prazo.

Uma questão que dificulta a atuação da ONG é o seu isolamento geográfico, ou seja, uma instituição que escolhe o litoral paranaense como sede acaba por sofrer mais com o distanciamento do centro econômico e administrativo do estado. No geral, é mais custoso ter que realizar deslocamentos para a capital para realizar reuniões e se perdem encontros que poderiam ser importantes ocasiões para fechar parcerias. Outro problema relatado foi a dificuldade de atualização do *website* com as notícias e acontecimentos relativos à Mar Brasil.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

A equipe principal de funcionários, no momento da entrevista, girava em torno de 25 pessoas, e a permanência de contratação variava conforme a demanda dos projetos aprovados. Havia 18 funcionários contratados, divididos em cargos de direção, coordenação e técnico-executivos. Além destes ainda

há a possibilidade de participação como consultores, estagiários e prestadores de serviço (colaboradores).

Analisando a composição da equipe principal, verifica-se a presença maciça de profissionais da área ambiental (15 de 18), em especial oceanógrafos(a) (8), biólogos(a) (6) e geógrafos (1). Além destes existem 1 jornalista, 1 engenheiro agrônomo e 1 administradora. A pós-graduação na equipe foi atingida por 3 doutores, 9 mestres e 2 especialistas, entre os quais predominam formações na área ambiental. Esta composição deve-se, principalmente, ao forte vínculo institucional com o CEM/UFPR, pois muitos alunos e membros atuais da equipe participaram dos projetos da entidade durante a graduação e a pós-graduação, além do aproveitamento que a ONG faz da oferta de mão de obra especializada em assuntos relacionados à região costeira de alunos egressos do CEM.

ii. Recursos Financeiros

As fontes dos recursos financeiros da Mar Brasil são relativamente diversificadas e o fluxo descontínuo, sendo provenientes de prestação de serviços, doações, promoção de eventos e financiamento de projetos. A tabela e a figura abaixo apresentam, respectivamente, os valores movimentados e a distribuição percentual segundo suas fontes entre os anos de 2004 e 2009.

A ONG movimentou R\$ 1.026.106,28 nos últimos seis anos, variando entre um máximo de receita de R\$ 307.706,90 e um mínimo de R\$ 46.270,32, equivalendo a uma média anual de R\$ 171.017,71 de receitas e R\$ 134.206,12 de despesas. O gráfico demonstra que houve períodos em que a instituição apresentou prejuízos, em decorrência de ter perdidos os recursos da AVINA e de fatores internos, segundo o gestor, tal como a falta de capacitação técnico-administrativa dos membros.

Tabela 25: Receitas e despesas anuais da MarBrasil. 2004 a 2009.

Receitas Anuais	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Receitas	149.962,33	203.104,13	46.270,32	171.556,48	147.506,12	307.706,90	1.026.106,28
Despesas	5.266,90	77.602,45	148.509,10	216.548,97	156.061,55	201.247,76	805.236,73
Saldo	144.695,43	125.501,68	- 102.238,78	- 44.992,49	- 8.555,43	106.459,14	220.869,55

A distribuição das fontes de renda da Mar Brasil, segundo as fontes de financiamento, demonstra a predominância da origem dos recursos na prestação de serviços (68%) para o setor público (35%) e privado (33%), seguido dos recursos governamentais (14%). As outras fontes correspondem a promoção de eventos (8%), doações (6%), recursos de instituições nacionais (3%) e outras fontes (1%), tais como aplicações financeiras de curto prazo.

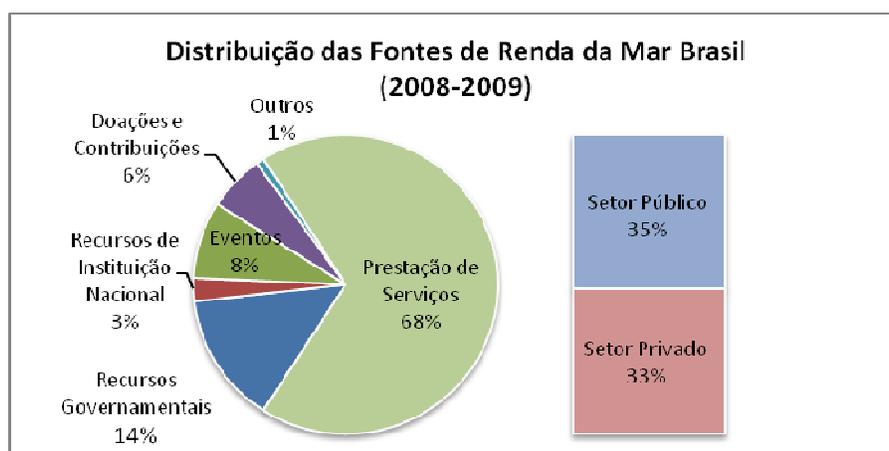


Figura 24: Distribuição das receitas da MarBrasil segundo fontes de financiamento (2008 e 2009).

Fonte: O AUTOR (2011).

iii. Recursos Materiais

A entidade possui uma sede, em imóvel alugado, localizada no balneário de Pontal do Sul, município de Pontal do Paraná/PR. Esta possui uma biblioteca, uma sala de reuniões, um pequeno laboratório e duas salas de trabalho. Segundo o gestor, as instalações atuais são inadequadas às necessidades da ONG. Além da sede, a entidade possui, em comodato, um terreno com um imóvel abandonado, no mesmo município, cujo valor estimado é de R\$ 96.704,90.

A entidade possui um sistema de informação adequado às suas necessidades de trabalho atuais, estimado no valor de R\$ 10.500,00. Outros equipamentos de trabalho tais como GPS, câmeras fotográficas, filmadoras, equipamentos de campo, etc, também são julgados adequados às necessidades atuais, e seu valor está estimado em R\$ 17.500,00. A entidade

possui um automóvel, de valor estimado de R\$ 25.000,00. O relatório institucional indica que a Mar Brasil possui um Ativo Permanente Imobilizado de R\$ 129.560,59.

f. Com quem se relaciona?

A Mar Brasil se relaciona com diversos setores, tais como o estado (governo e municípios litorâneos), empresas, ONGs ambientalistas, Terceiro Setor, academia, e participa em diversas instâncias, tais como conselhos municipais e redes temáticas, além de ter ações de caráter social, como apoio a estudantes e à comunidade de Pontal do Paraná. Verifica-se uma estreita relação da ONG com os professores e pesquisadores do CEM/UFPR, pois seu fundador e muitos de seus conselheiros e consultores são provenientes da mesma.

6.2.5 Sociedade de Proteção à Vida Selvagem – SPVS

a. Quem é a SPVS?

A SPVS é uma associação sem fins lucrativos, com título de OSCIP, e segundo sua liderança, sua missão é “trabalhar pela conservação da natureza, através da proteção de áreas nativas, de ações de educação ambiental e no desenvolvimento de modelos para o uso racional de recursos naturais”. A entidade focaliza suas ações nos biomas de Florestas de Araucárias e Campos Naturais, e no maior remanescente da Mata Atlântica, especificamente na região de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná.



Figura 25: Logotipo da SPVS
Fonte: SPVS – Site Oficial

b. Qual a Origem, o Histórico e o Tempo de Atuação?

A Sociedade de Proteção à Vida Selvagem foi constituída em 19/11/1984, por um grupo de jovens que trabalhavam no Museu de História Natural de Curitiba (Museu do Capão da Imbuia). A iniciativa surgiu como uma oportunidade de trabalho em um período em que poucos pensavam em trabalhar com conservação da natureza, e este desejo de fazer algo pela conservação uniu os estudantes na fundação da SPVS. No início se trabalhou basicamente com educação ambiental em parques, alguns projetos em escolas e pesquisas científicas. Atualmente a atuação esta focada em projetos técnicos, onde a parte de educação ambiental esta mais inserida no contexto destes projetos.

O desenvolvimento institucional da SPVS pode ser verificado em sua história através de parcerias estratégicas. No ano de 1989, a SPVS recebeu apoio da Fundação Ashoka²⁴, que investiu na proposta da entidade, dando fôlego financeiro para a execução de seus projetos e ações. Em 1991 foi estabelecida uma parceria com a ONG norte-americana The Nature Conservancy (TNC), possibilitando a ampliação da capacidade de atuação. A partir desta parceria o foco de atuação estabeleceu-se na região de Guaraqueçaba, litoral norte do Paraná. Devido à experiência adquirida nesta região, a entidade conquistou novas fontes de financiamento para a efetivação de outros trabalhos.

Outra parceria de destaque na história da SPVS foi junto com a Fundação Avina, no ano de 1998, que auxiliou na consolidação institucional, fornecendo estímulo à capacidade e habilidade na captação de recursos junto ao setor privado. A década de 90 foi um período de intenso crescimento da entidade, onde se estabeleceu como uma das principais entidades do Terceiro Setor ambientalista na região sul do país.

No ano de 1999, surgiu a oportunidade de mais uma parceria com a TNC, de onde surgiram projetos de seqüestro de carbono. Os recursos captados pela TNC possibilitaram a compra de 19 mil hectares de áreas

²⁴ A Ashoka é uma organização mundial, sem fins lucrativos, pioneira no campo da inovação social, trabalho e apoio aos empreendedores sociais – pessoas com ideias criativas e inovadoras capazes de provocar transformações com amplo impacto social. Criada em 1980 pelo norte americano Bill Drayton, a Ashoka teve seu primeiro foco de atuação na Índia. A Ashoka é pioneira na criação do conceito e na caracterização do empreendedorismo social como campo de trabalho, estando presente em mais de 60 países, dentre eles o Brasil, desde 1998. Fonte: www.ashoka.org.br.

degradadas e de elevada importância biológica na APA de Guaraqueçaba. Um horizonte de 40 anos de duração nesta parceria foi estabelecido, permitindo o sequestro de carbono e o combate ao aquecimento global, mas a SPVS possui como objetivo principal a recuperação destas áreas.

c. O que Faz e Como Faz a SPVS?

i. Ações e Projetos

A área de atuação da SPVS possui um caráter regional, uma vez que seu objetivo é preservar e conservar os biomas da Floresta Atlântica e da Mata de Araucárias e Campos Naturais. Seus principais projetos são relativos à preservação de áreas naturais e créditos de carbono, gestão de recursos naturais e biodiversidade, criação de alternativas de renda compatíveis à conservação para as comunidades adjacentes as UCs, e conscientização e educação ambiental.

As ações relativas à preservação de áreas naturais são desenvolvidas principalmente por aquisição de áreas naturais degradadas e criação de RPPNs, por meio de programas de crédito de carbono e recuperação de áreas degradadas, e projetos de desmatamento evitado. Atualmente a entidade possui cerca de 19mil hectares de áreas florestais nesses programas, distribuídas em três reservas privadas: uma propriedade em Antonina/PR e duas em Guaraqueçaba/PR, com um horizonte de financiamento de 40 anos. Os projetos de desmatamento evitado possuem objetivos parecidos, mas tem como foco a proteção de remanescentes de áreas naturais, exclusivamente a Floresta de Araucária e seus ecossistemas associados nos estados do Paraná e Santa Catarina, e buscam auxiliar proprietários de áreas bem conservadas a continuar preservando estas áreas por meio de apoio financeiro de empresas interessadas em compensar suas emissões de gases de efeito estufa.

As ações relativas à gestão de recursos naturais e biodiversidade, configuram-se em diversas iniciativas da entidade no planejamento integrado da APA de Guaraqueçaba, no envolvimento da comunidade lindeira, e em projetos de conservação de fauna, com destaque para o Papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*). As ações de criação de alternativas de renda compatíveis com a conservação são coniventes às áreas preservadas pela SPVS, pois procuram compatibilizar desenvolvimento e preservação através de

promoção de meliponicultura nativa, produção e comercialização de banana orgânica, e apoio à criação de cooperativas de ecoturismo, todos na região de Guaraqueçaba.

As ações de conscientização e educação ambiental são realizadas por meio de campanhas de comunicação, filiação, publicações, marketing e promoção de ações dos outros projetos, além do próprio centro de educação ambiental sediado em uma das reservas da entidade, servindo de espaço de uso comunitário e recebimento de grupos de visitantes.



Figura 26: Localização das RPPNs da SPVS
Fonte: SPVS – Site Oficial

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

A SPVS participa dos Conselhos da APA de Guaraqueçaba e do Parque Nacional do Superagüi. A entidade também participa do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática (Plataforma Climática Latino-Americana), da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Conselho Deliberativo do FUNBIO e da Rede Pró-Unidades de Conservação. Muitos membros da SPVS também participam de outros grupos que discutem questões ambientais. A entidade já foi representante do Paraná no CONAMA no Paraná e participou do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Tabela 26: Instâncias Deliberativas em que a SPVS participa.

Instância Deliberativa
Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba
Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi
Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática
Rede de ONGs da Mata Atlântica
Conselho Deliberativo do FUNBIO
Rede Pró-Unidades de Conservação
CONAMA – Representante do Paraná
Conselho Estadual de Meio Ambiente

A SPVS participa em políticas públicas, com destaque na região em Guaraqueçaba. Participou de um projeto de fortalecimento da gestão da APA de Guaraqueçaba, culminando na criação do Conselho Gestor da APA e também editou um documento, em 1991, que é o Plano Integrado de Conservação para a APA de Guaraqueçaba. Este documento é um instrumento de política pública, elaborado pela instituição, mas não foi utilizado pelo poder público.

O programa de adoção de áreas naturais para conservação, iniciado em 2003, recebe destaque especial dentro da entidade, uma vez que os responsáveis acreditam que possa ser um modelo de política pública de pagamentos de serviços ambientais para áreas remanescentes, onde se objetiva um reconhecimento do poder público e um atendimento de escala para replicação do projeto.

d. Como esta Organizada a SPVS?

A SPVS é formada por um quadro de sócios, que compõe a Assembleia Geral, que se reúne uma vez ao ano, e é o órgão supremo dentro da estrutura organizacional da instituição. Para se tornar um associado é preciso ter contribuído de forma relevante para a causa da conservação da natureza, receber indicação de um dos sócios e ser aprovado pelo quadro associativo. A Assembleia Geral tem a responsabilidade de eleger os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal.

O presidente da SPVS é membro do Conselho Deliberativo, formado por mais 5 conselheiros. Este órgão se reúne uma vez ao mês para discutir

metas, diretrizes, indicadores de desempenho, auxiliar no desenvolvimento de programas de captação de recursos, decidir sobre aquisição de patrimônio e indicar o Diretor Executivo. O Diretor Executivo possui papel fundamental no cotidiano da instituição, pois acaba sendo a pessoa que toma as principais decisões dentro da entidade, transferindo as resoluções estabelecidas nas reuniões da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal é composto por três membros, e é responsável por emitir os pareceres sobre os balanços enviados pela diretoria executiva, opinar sobre a realização de operações financeiras e fiscalizar o cumprimento do estatuto da instituição. Abaixo da Diretoria Executiva estão três gerências específicas: a Técnica, responsável pela execução dos projetos técnicos; a de Parcerias Estratégicas, responsável pela comunicação externa e por apoiar os projetos em relação à captação de recursos; e a Administrativo-Financeira.

A Gerência Técnica, juntamente com o Diretor Executivo, é o órgão que toma as principais decisões operacionais da entidade. Se for uma decisão estratégica o Conselho Deliberativo é acionado. Existem algumas questões relacionadas à tomada de decisão no Estatuto da SPVS, como por exemplo o uso de um grande volume financeiro para a compra ou venda de terras, que somente pode ser autorizado em Assembleia Geral.

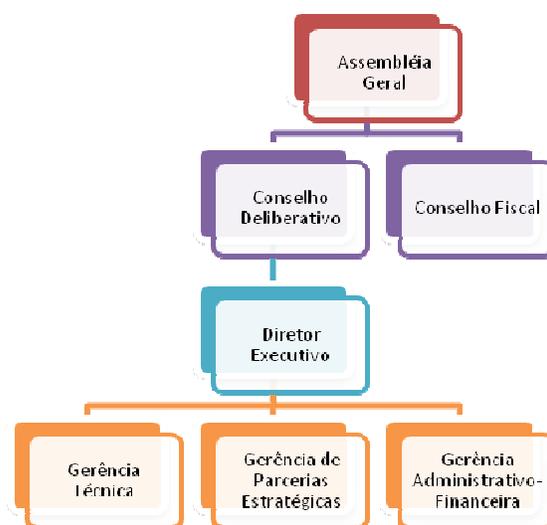


Figura 27: Organograma da Estrutura Organizacional da SPVS.

A SPVS realiza planejamentos estratégicos, iniciados no ano de 1998, com auxílio da Fundação Avina e com revisões anuais e metas até 2008. Em 2009 foi consolidado o atual planejamento até o ano de 2013, com apoio de outra entidade a Ashoka Mackinsey²⁵, parceira entre o Terceiro Setor e a iniciativa privada que auxilia na gestão de ONGs.

Uma das dificuldades apontadas pela gestora entrevistada foi o desconhecimento do público em geral em relação à conservação da natureza. Segundo ela, apesar de que algumas pessoas conhecem sobre o assunto, ainda há um hiato entre o conhecer e o agir. Outra dificuldade apontada é em relação à parcerias com a iniciativa privada, pois meio ambiente e conservação muitas vezes não são prioridades, pois, em épocas de crise a primeira coisa a ser cortada do orçamento é a parte de responsabilidade social e ambiental. A gestora acredita que há uma grande dificuldade na captação de recursos por causa disto.

A instituição procura criar ideias novas para superar estes problemas, tais como campanhas e projetos de desmatamento evitado. Este projeto, sinteticamente, é um acordo entre a SPVS, uma empresa privada, e um proprietário de uma área bem conservada, onde é realizado um contrato de conservação da área. Um técnico da ONG fornece assistência nos problemas e no manejo da área, e a empresa dá apoio financeiro ao proprietário. Este tipo de projeto gera uma ponte de interação com o proprietário onde novos projetos de alternativa de renda são propostos, a fim de se evitar o desmate destas áreas bem conservadas. A idéia foi desenvolvida no período em que houve bastante divulgação na mídia sobre o aquecimento global e o protocolo de Kyoto, onde a entidade procurou vender a campanha aproveitando uma tendência de mercado e a exposição da mídia.

O *marketing* realizado na entidade procura tornar os projetos mais atrativos para a iniciativa privada, visando buscar novos recursos e ampliar sua rede de proteção de áreas naturais. Em relação ao desconhecimento sobre a

²⁵ Parceria Ashoka-McKinsey: Criada no Brasil em 1996, a parceria global Ashoka e McKinsey&Comapny, empresa global líder em consultoria de gestão, resultou na criação pioneira do Centro de Competência para Empreendedores Sociais (CCES) que tem como missão fortalecer a inovação e a profissionalização do empreendedorismo social por meio da criação de uma comunidade de líderes inter-setoriais, programas e inovações. Informações disponíveis em: <<http://www.ashoka.org.br/visao/moradia-para-todos/parceria-ashoka-mckinsey-2/>>.

conservação da natureza, procura-se desenvolver campanhas de educação ambiental, e parcerias com cursos de educação ambiental em empresas.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

A composição de funcionários da entidade é de 37 pessoas trabalhando nas reservas, mais 15 pessoas da parte técnica (projetos) e 10 na administrativa que são funcionários em Curitiba, totalizando 62 pessoas. As principais funções na entidade estão distribuídas nas áreas técnicas e, administrativa, sendo que ainda existem os funcionários das reservas que consistem em guarda-parques, capatazes e administradores de reserva. Existem também 3 estagiários, 3 voluntários e um funcionário temporário. A parte do financeiro é terceirizada.

Aproximadamente 70% do quadro de profissionais são homens, principalmente devido às funções relativas ao manejo das reservas. O quadro de sócios é composto por 98 pessoas, e alguns deles são funcionários da própria entidade. Na equipe técnica existem 7 engenheiros florestais e 5 biólogos, sendo que vários tem pós-graduação: 4 especialistas, 3 mestres e 3 doutores.

ii. Recursos Financeiros

Historicamente os projetos técnicos são a fonte principal de financiamento da SPVS, e a instituição busca diversos financiamentos e recursos que se adequem à missão principal, tais como editais nos ministérios federais e fontes internacionais. Segundo a gestora, nos últimos anos tem havido um grande esforço em relação a continuidade dos projetos, sendo que atualmente buscam-se mais parcerias com a iniciativa privada relacionadas a questões de responsabilidade socioambiental corporativa.

A SPVS movimentou R\$ 19.518.102,00 entre 2005 e 2009, com uma média anual de R\$ 3.903.620,40 e mensal de R\$ 325.301,70. As fontes de receitas da SPVS são variadas, mas 77% provem de uma única fonte, que é o convênio com a TNC para a administração e manutenção das RPPN's criadas para obtenção de créditos de carbono por grandes corporações, que auditam todo o processo e possuem um horizonte de tempo de execução de 40 anos.

Tabela 27: Receitas da SPVS segundo fontes de financiamento. 2005 a 2009.

Fontes das Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Convênios (doações exterior)	3.171.861,0	2.565.266,0	2.565.266,0	2.363.321,0	4.314.791,0	14.980.505,0
Doações (Filiação)	28.347,0	210.078,0	66.829,0	375.849,0	909.728,0	1.590.831,0
Associados Corporativos	24.000,0	7.000,0	33.111,0	18.667,0	7.000,0	89.778,0
Projeto Papagaio-de-cara-roxa	89.864,0	183.029,0	119.353,0	102.434,0	81.403,0	576.083,0
Desmatamento Evitado	123.690,0	270.077,0	243.519,0	302.912,0	234.299,0	1.174.497,0
Receitas NEA	57.441,0	60.306,0	120.120,0	175.589,0	68.603,0	482.059,0
Administração de projetos	12.663,0	146.360,0	126.820,0	23.395,0	2.285,0	311.523,0
Aplicações Financeiras	30.754,0	28.895,0	28.895,0	104.193,0	80.379,0	273.116,0
Fontes Diversas	2.235,0	8.822,0	25.014,0	3.380,0	259,0	39.710,0
Total	3.540.855,0	3.479.833,0	3.328.927,0	3.469.740,0	5.698.747,0	19.518.102,0

O restante das fontes correspondem a menos de 10% do faturamento da ONG e são descontínuas na maioria. Contudo percebe-se um grande percentual de doações por meio de filiações (8,15%) e associados corporativos (0,46%), correspondendo a 86,5% das fontes da instituição provendo exclusivamente de doações. As receitas referentes ao Desmatamento Evitado (6,02%) correspondem ao apoio financeiro de empresas que compensam suas emissões de gases de efeito estufa. O projeto do Papagaio-de-cara-roxa (2,95%) é financiado pela FGBPN e pela Fundación Loro-Parque²⁶, e as receitas do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) da SPVS (2,47%) são provenientes de cursos, eventos e capacitações de educação ambiental. As outras receitas são referentes à administração de projetos (1,60%), aplicações financeiras do fundo institucional (1,40%) e outras receitas diversas (0,20%).

²⁶ A Fundación Loro Parque (LPF), localizada em Tenerife – Espanha, opera internacionalmente para conservar espécies ameaçadas e seus habitats, através de educação, pesquisa aplicada, programas de procriação responsáveis, e atividades de conservação de base comunitária que usam as espécies como embaixadores da natureza. Informações disponíveis em: <<http://www.loroparque.com>>.

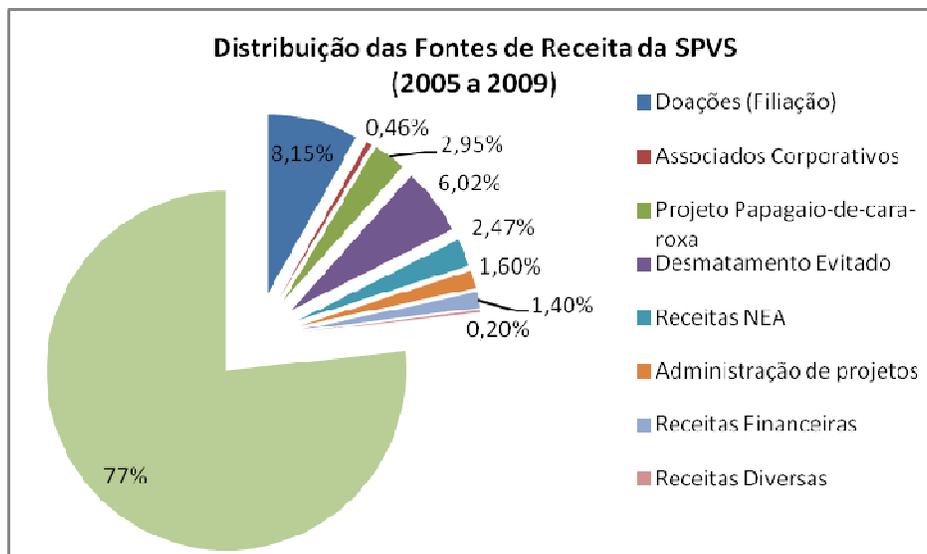


Figura 28: Distribuição das Receitas da SPVS por fonte de financiamento (2005 a 2009).
Fonte: O AUTOR (2011).

iii. Recursos Materiais

A entidade não possui uma sede própria, sendo as duas sedes, localizadas em Curitiba, alugadas. As três reservas naturais (RPPNs) existentes são de propriedade da SPVS, sendo que em uma delas há um centro de treinamento e educação ambiental. Existem 4 bibliotecas na entidade: uma na sede principal e as outras nas reservas naturais.

A entidade possui sistemas de informação julgados adequados às necessidades atuais pelo gestor entrevistado, estimados em cerca de R\$ 20.000,00. Os materiais de trabalho, tais como GPS, câmeras fotográficas, filmadoras e equipamentos de campo são também julgados suficientes para as necessidades atuais da entidade, apesar de que muitos deles precisam de atualização ou troca por equipamentos novos.

Todas estas propriedades, infraestrutura, veículos, equipamentos e materiais correspondem a um Ativo Permanente Imobilizado de R\$ 9.728.174,00, segundo quantidade publicada no último relatório institucional de 2009 da SPVS.

f. Com quem se relaciona?

A SPVS relaciona-se com uma ampla diversidade de atores governamentais, empresarias e institucionais, tais como o MMA e o FNMA em

nível federal; a SEMA, o IAP, a PROVOPAR-PR, a Polícia Florestal e a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente em nível estadual; e as Prefeituras Municipais de Curitiba e de Antonina. Além destes, já participou em mais de 40 parcerias com empresas e o setor privado sem fins lucrativos, tais como ASHOKA, AVINA, FGBPN, Mater Natura, Natural Partners, PNUD Brasil, S.O.S. Bicho, UFPR, Universidade Tuiuti do Paraná, Loro Parque Fundación e Fauna e Flora International (FFI). Destaca-se a parceria por convênio com a The Nature Conservancy (TNC). Outras parcerias são estabelecidas com proprietários de terra interessados em preservar suas áreas naturais e comunidades adjacentes às RPPNs da organização.

6.2.6 Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ

a. Quem é o IPÊ?

Segundo a liderança entrevistada, o IPÊ é uma instituição dedicada à conservação da biodiversidade em bases científicas, sem fins lucrativos, com título de OSCIP, e atua em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião.



Figura 29: Logotipo do IPÊ
Fonte: IPÊ – Site Oficial

b. Qual a Origem, o Histórico e o Tempo de Atuação?

A história do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) é parte da história do seu fundador, Cláudio de Pádua, que era diretor de uma multinacional farmacêutica no Rio de Janeiro, com formação em administração de empresas, e com 30 anos de idade teve uma epifania pela qual não queria trabalhar mais atrás de uma mesa de escritório e sim trabalhar com biologia. O seu irmão

José Augusto Pádua, um historiador ambiental, trabalhava, na época, com o Greenpeace e o influenciou neste movimento. A partir deste momento mudou de vida para cursar biologia no período noturno e trabalhar no Centro de Primatologia do Rio de Janeiro, segundo relato da liderança entrevistada.

Em 1986 houve uma oportunidade de trabalho, junto com seu orientador Ademar Coimbra Filho, no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, onde a Companhia Elétrica de São Paulo (CESP) estava construindo a hidrelétrica de Rosana em Porto Primavera, e no EIA-RIMA foi redescoberta uma espécie de primata, o mico leão preto, que tinha sido considerada extinta até então na região. Foram constatados vários problemas no EIA e Cláudio de Pádua foi indicado para auxiliar no problema relacionado a espécies extremamente ameaçadas de extinção. Posteriormente ele acabou fazendo sua monografia de graduação, sua dissertação de mestrado e a tese de doutorado com essa problemática no local. Nesse meio tempo, sua família acabou indo morar na região também, e até sua esposa, que é atualmente presidente do IPE, começou a trabalhar com Educação Ambiental.

A partir do início de sua pesquisa, constatou-se que para conservar uma espécie não adiantava somente estudar a ecologia, saúde ou genética animal, e sim trabalhar com a situação do entorno, com as comunidades e as práticas que ali acontecem. Após alguns anos trabalhando na região ocorreu a ECO 92 no Rio de Janeiro, e no marco do movimento histórico gerado por este encontro, foi fundado o IPE pelo Claudio, sua esposa e por um grupo de estagiários, que atualmente são pesquisadores da instituição.

A instituição foi fundada oficialmente em Nazaré Paulista/SP no ano de 1991, iniciando seus trabalhos no estado na região da sede e do Pontal do Paranapanema. Também foi criado um centro de capacitação, que é o Centro Brasileiro de Biologia da Conservação. Posteriormente ocorreram oportunidades de trabalho na Amazônia, onde foram realizados planos de manejo de unidades de conservação, e a partir disto o IPÊ foi ganhando projeção nacional, onde pesquisadores da instituição foram mobilizados para trabalhar com estes planos e oportunidades.

c. O que Faz e Como Faz o IPÊ?

i. Ações e Projetos

As áreas de atuação do IPÊ podem ser divididas em gestão e manejo de recursos naturais, pesquisa-ação em conservação da biodiversidade, educação ambiental, capacitação e extensão socioambiental, influência em políticas públicas, promoção de negócios sustentáveis e responsabilidade socioambiental corporativa (IPÊ, 2008).

As ações relacionadas à gestão e manejo dos recursos naturais englobam o restante das ações desenvolvidas pelo IPÊ, tais como fomento, criação e gestão de UCs, elaboração de planos de manejo, incentivo de práticas sustentáveis e recuperação de áreas naturais (IPÊ, 2008).

As ações de pesquisa-ação em conservação de biodiversidade, geralmente, iniciadas pela identificação de espécies ameaçadas de extinção desencadeiam todas as outras atividades do IPÊ, pois devido à experiência adquirida pela instituição foi criado um “*modus operandi*” no desenvolvimento de programas nos locais de atuação do IPÊ, chamado de “Modelo IPÊ de Conservação”. Este modelo estabelece uma integração das ações em um programa único de atuação. As ações de pesquisa-ação em conservação de biodiversidade são as ações referentes a projetos de pesquisa sobre a biologia das espécies de fauna ameaçadas e dos habitats associados. A figura a seguir ilustra as etapas de ação nos programas da entidade.

As ações de educação ambiental são de caráter formal (escolas e cursos de capacitação) e informal (comunidades), e estão inseridas em todos os programas do IPÊ com o objetivo de estimular e consolidar o envolvimento comunitário e a organização social.



Figura 30: Modelo IPÊ de Conservação
Fonte: IPÊ – Site Oficial

As ações de capacitação são amplas pois a entidade possui uma escola de cursos de curta duração e o mestrado da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS), além dos cursos de capacitação nos Sites do IPÊ.

As ações de extensão socioambiental²⁷, termo desenvolvido pela própria instituição, são realizadas por meio de diagnósticos participativos com a comunidade e usuários nos Sites, difusão de técnicas agrofloretais, valorização de outros recursos naturais disponíveis nas propriedades locais por meio de princípios e valores da agricultura orgânica, exploração controlada e sustentável de produtos naturais, e adoção de novas práticas que possam contribuir ao aumento de renda e da qualidade de vida das comunidades atendidas pelos programas.

As ações do IPÊ que visam influenciar políticas públicas configuram-se na realização de planos de manejo e participação em conselhos gestores de Unidades de Conservação e Bacias Hidrográficas, além do papel de influência e articulação que a instituição exerce nas comunidades onde atua.

As ações de promoção de negócios sustentáveis e responsabilidade socioambiental corporativa são realizadas pela “Unidade de Negócios Sustentáveis”, que desenvolve parcerias estratégicas empresariais que gerem recursos (sem restrição de uso), maior visibilidade institucional, e comercialização de produtos e serviços sustentáveis, feitos por comunidades residentes em áreas prioritárias à conservação onde o IPÊ realiza seus projetos, diminuindo impactos socioambientais e criando alternativas de renda. Outra ação foi a criação da “Arvorar” que é uma empresa especializada na prestação de serviços na área de sequestro e neutralização de emissões de carbono, restauração florestal, e certificação ambiental, sendo que os lucros e rendimentos desta empresa são direcionados ao Fundo de Endowment IPÊ²⁸.

²⁷ Conceito IPÊ de Extensão Socioambiental: Processo contínuo de construção coletiva de conhecimentos, habilidades e atitudes, buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais em harmonia com os princípios da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade (IPÊ, 2008).

²⁸ Um Fundo de *Endowment* investe os recursos capitalizados da instituição em aplicações tais como títulos, ações, imóveis, e desembolsa somente os rendimentos gerados a partir desses investimentos, mantendo o principal intacto. Esta abordagem troca a disponibilidade de dinheiro pelo comprometimento de longo prazo. Esse tipo de fundo requer uma escala financeira mínima para ser vantajoso: quando o capital investido é pequeno, os seus

ii. Participação em Instâncias Deliberativas e Políticas Públicas

O IPÊ participa em diversos conselhos e fóruns. Praticamente todos os locais de atuação que são próximos a UCs possuem alguma instância deste tipo onde a entidade participa. O IPÊ participa da Rede de ONGs da Mata Atlântica, do Conselho da Estação Ecológica de Anavilhanas (AM), do Conselho do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema (MS), Conselhos Municipais de Turismo (Nazaré Paulista/SP e Manaus/AM); e do Conselho de Educação da região do Pontal do Paranapanema.

A entidade também faz parte da Wild Life Trust, ONG internacional de cientistas dedicados à conservação da biodiversidade, que atua há mais de 35 anos, e tem seu foco e esforços na conservação. Atualmente esta é conhecida pela sua pesquisa inovadora da relação entre vida selvagem, ecossistemas e saúde humana.

No litoral do Paraná a organização participa do Conselho da APA de Guaraqueçaba; do Conselho do Parque Nacional do Superagüi, e das Câmaras Técnicas de Pesca de ambos os conselhos citados.

Tabela 28: Instâncias Deliberativas em que o IPÊ participa.

Instância Deliberativa
Conselho Gestor da APA de Guaraqueçaba
Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagüi
Conselho da Estação Ecológica de Anavilhanas
Rede de ONGs da Mata Atlântica
Conselho do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema
Conselhos Municipais de Turismo (Nazaré Paulista/SP e Manaus/AM)
Conselho de Educação da região do Pontal do Paranapanema
Wild Life Trust

O IPÊ participou na criação de diversas políticas públicas, principalmente em planos de manejo de estações ecológicas (Anavilhanas/AM); criação de Unidades de Conservação (Estação Ecológica do Mico Leão Preto/SP e Parque Estadual do Lagamar/SP); participação em conselhos gestores de UCs e Bacias Hidrográficas; e em termos de adequação

rendimentos serão insuficientes para cobrir os custos administrativos e o objetivo-fim. Como contrapartida, ele garante a perenidade dos projetos e foco da equipe nas atividades fim (SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE-SP, 2009).

de APPs e Reserva Legal em propriedades rurais e assentamentos nos municípios de Teodoro Sampaio - SP e Nazaré Paulista - SP, junto ao Ministério Público Estadual.

Na região costeira, o IPÊ participou da criação do Parque Estadual do Lagamar, região do Ariri, no município de Cananéia/SP; na ampliação do PARNA Superagüi (Lei Nº 9513 de 20/11/97) e da elaboração do Zoneamento Marinho do Litoral do Paraná.

d. Como está Organizado o IPÊ?

O IPÊ está organizado a partir de seu Conselho gestor composto pelo presidente, vice-presidente, Conselho de administração (8 membros), Conselho Fiscal (3 membros) e Diretor Executivo (1 membro), todos membros fundadores ou com muito tempo na entidade.

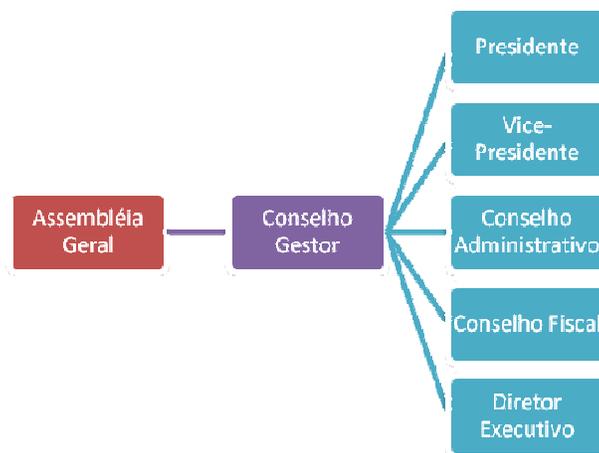


Figura 31: Organograma da Estrutura Organizacional do IPÊ.

O processo específico de tomada de decisão na entidade se dá por meio de reuniões trimestrais onde são discutidos e decididos os principais caminhos da instituição em um processo horizontal com todos os membros da entidade. As principais decisões são tomadas pela diretoria junto com os coordenadores e pesquisadores, e as decisões de cunho político ou mais estratégicas são tomadas geralmente pelo Conselho Gestor.

A estrutura institucional da entidade divide-se em três blocos, a partir do Conselho Gestor: (1) os Programas (Sites), que significam a atuação em

campo, com 7 áreas em três biomas (Mata Atlântica, Amazônia e Pantanal) ; (2) a Educação, com uma escola de cursos de curta duração (CBBC) e o mestrado (ESCAS); e (3) a Unidade de Negócios Sustentáveis, que cuida dos produtos comunitários, da relação com as empresas parceiras e a empresa de prestação de serviços (Arvorar) (FIGURA).

O IPÊ realiza planejamento estratégico com revisões de 5 em 5 anos. Outro aspecto destacado pela liderança foi a constante preocupação da entidade quanto ao seu desenvolvimento institucional e a sustentabilidade dos programas, projetos e ações da ONG, refletindo uma cultura institucional de criatividade, superação e empreendedorismo.

A principal dificuldade enfrentada é a falta de recursos financeiros. Esta gerou uma iniciativa interna para ter fontes de recursos próprios. A partir desta iniciativa, a entidade criou o fundo de *endowment*; parcerias estabelecidas com empresas, tais como as Havaiana, onde 7% do lucro das vendas das havaianas, modelo IPÊ, são repassados à instituição, e outras recentes com a Vivo e Faber-Castell; a criação da Unidade de Negócios Sustentáveis; e a criação da Arvorar que é uma empresa especializada na prestação de serviços na área de meio ambiente.

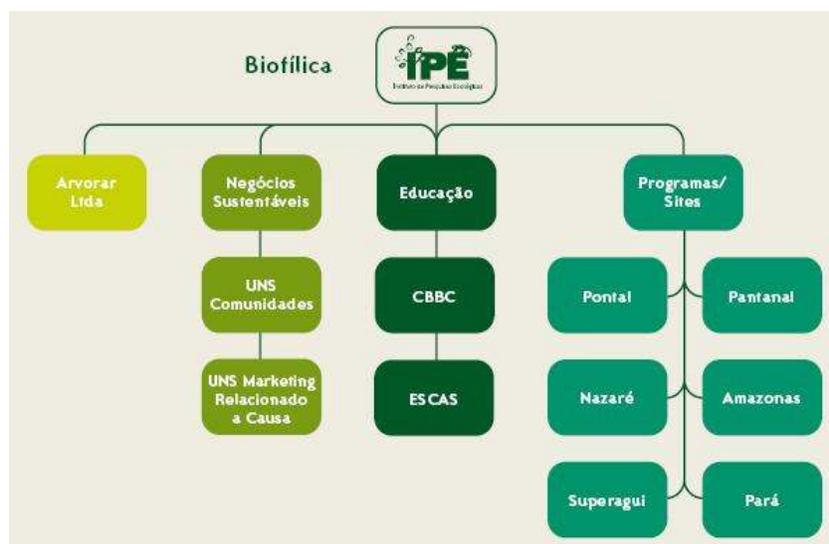


Figura 32: Estrutura Institucional do IPÊ
Fonte: IPÊ, 2008

Outra dificuldade relatada foi no processo de gestão de pessoas, pois com o crescimento da instituição houve um conseqüente aumento de funcionários que acabam se envolvendo no IPÊ como um intenso projeto de vida, e as relações internas ficam muito pessoais o que acarreta algumas dificuldades. Isto acaba virando um desafio para a instituição que procura capacitar e manter pessoal qualificado com potencial de liderança, motivado pela missão institucional e não tanto pela remuneração.

Um centro de capacitação interdisciplinar foi criado pelo IPÊ em 1996, o Centro Brasileiro de Biologia da Conservação (CBBC), que auxilia na sustentabilidade financeira da organização. Outra iniciativa que surgiu a partir do CBBC foi à criação da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS) no ano de 2007.

e. O que possui (Recursos Humanos, Financeiros e Materiais)?

i. Recursos Humanos

Verifica-se que os recursos humanos do IPÊ totalizam cerca de 101 pessoas, onde 11 destes são classificados como sênior, que representam as pessoas que estão desde a fundação da entidade; 7 pesquisadores associados; 4 funcionários da Arvorar; e mais 79 pessoas divididas entre os organismos estruturais.

Quanto a sua formação profissional, na equipe principal são 20 biólogos, 10 assistentes de campo, 5 administradores, 5 veterinários, 5 engenheiros florestais, 3 engenheiros agrônomos, 3 tripulantes, 2 turismólogos, 2 oceanógrafos, 2 geógrafos, 2 técnicos, 2 assistentes administrativos, além de uma pessoa de cada uma das seguintes profissões: ecólogo, diretor científico, tecnólogo florestal, publicitário, barqueiro, economista, viveirista e estagiário.

Quanto ao nível de formação nesta equipe, existem 6 Pós-doutores, 2 doutores, 16 mestres, 7 educadores ambientais, e 2 profissionais com MBA. A distribuição por sexo, esta dividida em 31 mulheres e 48 homens, sendo que número de homens é maior devido às funções de assistente de campo, barqueiro e tripulantes que são profissões que requerem alto esforço físico.

O IPÊ desenvolveu um plano de carreira para seus membros, onde a experiência, a formação, o grau acadêmico, o tempo na instituição, a habilidade

de captação de recursos, a orientação de novos membros e a coordenação de projetos são índices para se definir o nível salarial e o cargo do funcionário.

ii. Recursos Financeiros

Os primeiros projetos de biologia da conservação tinham mais fonte e editais de financiamento específicos para espécies ameaçadas, mas este padrão tem mudado, segundo Rodríguez *et al* (2007), e privilegiado as grandes ONGs internacionais e o foco da aplicação das verbas mudou conforme as estratégias traçadas por elas, e estas acabam terceirizando seus serviços com outras ONGs menores.

A criação do Fundo de *Endowment* do IPÊ, as parcerias na criação de produtos e divulgação da marca por meio de iniciativas e projetos de responsabilidade socioambiental corporativa, a Unidade de Negócios Sustentáveis, a empresa especializada na prestação de serviços na área de meio ambiente (Arvorar), e o centro de capacitação interdisciplinar (CBBC), retratam o alto grau de desenvolvimento institucional e a grande preocupação relativa aos problemas de sustentabilidade financeira. Além disto a instituição busca diversos editais de financiamento que se adequem a missão principal, em ministérios nacionais e fontes internacionais.

O IPÊ obteve R\$ 14.564.068,62 em receitas nos último cinco anos, com uma média anual de R\$ 2.912.813,72 e mensal de R\$ 242.734,48. As fontes de receitas são variadas, mas cerca de 70% provem de Financiadores e Doadores, compostos por empresas nacionais e internacionais, governos, organismos internacionais, agências de fomento internacional, pessoas físicas nacionais e internacionais. O restante das fontes corresponde à prestação de serviços (25,7%), compostos pelos rendimentos da unidade de negócios, planos de manejo, gestão de UC's, cursos do CBBC e pelo Barco Maíra²⁹; e vendas de produtos (4,3%) das parcerias institucionais.

²⁹ Embarcação utilizada na execução do Programa no site de Anavilhanas/AM.

Tabela 29: Receitas do IPÊ por fontes de financiamento 2005 a 2009.

Fontes	2005	2006	2007	2008	2009	Total
Financiadores e Doadores	4.501.426,79	4.012.670,20	484.081,00	856.658,00	332.988,00	10.187.823,99
Prestação de Serviços	306.039,03	896.531,28	736.471,00	661.451,00	1.147.764,00	3.748.256,31
Vendas de Produtos	111.454,07	244.910,21	128.080,00	73.046,00	70.498,00	627.988,28
Total	4.918.919,89	5.154.111,69	1.348.632,00	1.591.155,00	1.551.250,00	14.564.068,58

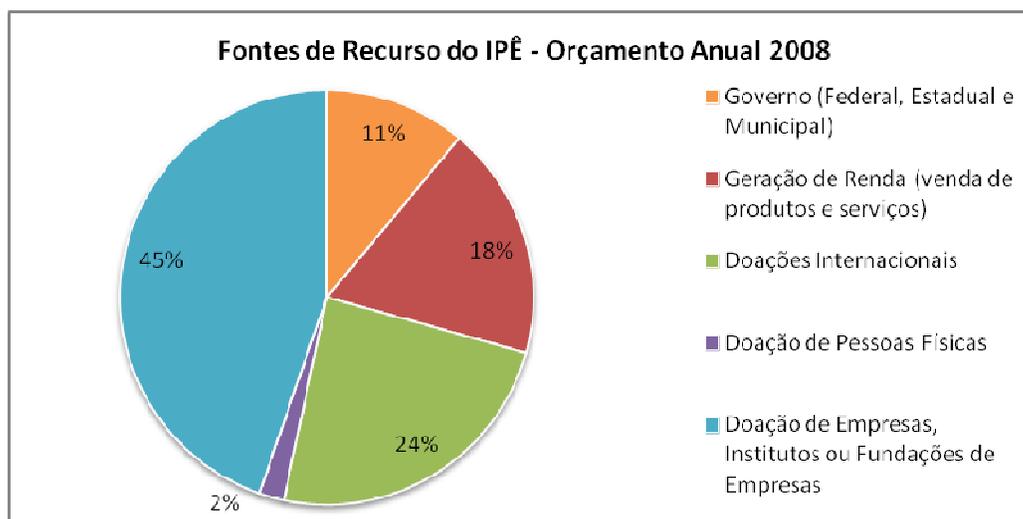


Figura 33: Receitas do IPÊ segundo Fontes dos Recursos. 2008.
Fonte: O AUTOR (2011).

A figura 33 sobre as fontes de receita no ano de 2008 permite verificar que cerca de 45% dos recursos foram provenientes de fontes privadas, empresas, institutos e fundações empresariais, fato que denota a articulação e eficiência do IPÊ em captar recursos do empresariado. As fontes internacionais (24%) foram a segunda fonte principal, composta de ONGs, fundações, fundos conservacionistas e zoológicos; a terceira fonte principal foi a de geração de renda (18%) dividida em prestação de serviços e cursos de capacitação. As receitas provenientes do governo (federal, estadual e municipal) corresponderam a 11% do orçamento total e apenas 2% de doações de pessoas físicas nacionais e internacionais.

iii. Recursos Materiais

A entidade possui uma sede própria, localizada em Nazaré Paulista/PR, que funciona juntamente com o CBBC e o ESCAS. Estes espaços também são disponibilizados para reuniões e pequenos encontros de outras instituições, possuem salas de reunião, hospedaria, restaurante, sala de descanso e de audiovisual, biblioteca e toda a estrutura acadêmica.

A entidade possui sistemas de informação (*hardware* e *software*) e materiais de trabalho, tais como GPS, câmeras fotográficas, filmadoras e equipamentos adequados às necessidades atuais. Todas estas propriedades, infraestrutura, veículos, embarcações, equipamentos e materiais correspondem a um Ativo Permanente Imobilizado de R\$ 12.097.295,00 (IPÊ, 2009).

f. Com quem se relaciona?

O IPÊ possui diversos tipos de vínculos com atores governamentais (federais, estaduais e municipais), atores empresariais, academia e Terceiro Setor nacional e internacional, por meio de financiamentos, doações, prestação de serviços e parcerias. Além disto, participa de diversas instâncias tais como redes temáticas e conselhos e câmaras técnicas de UCs; e influencia políticas públicas na criação de UCs e nas parcerias técnicas com o Ministério Público, principalmente no estado de São Paulo.

6.3 Comparação entre as ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná

6.3.1 Criação e Histórico

As entidades avaliadas possuem basicamente dois tipos de históricos de criação, o formado por estudantes e o formado por uma liderança. A Mater Natura e a SPVS foram criadas por grupos de estudantes universitários de Curitiba na primeira metade da década de 80, justamente em um momento que grandes movimentos sociais e estudantis ganharam força e estavam em voga no país.

A ADEMADAN, a FGBPN, e o IPÊ foram criados na década de 90, período em que a democracia já estava estabelecida no país, mas os agentes

sociais e estatais estavam redefinindo seus papéis e limites (MENDES, 1999) oportunizando o surgimento de novos atores sociais, somente a Mar Brasil foi criada em período posterior no início do século atual, e todas estas foram fundadas por meio de um líder, que idealizou ou aglutinou pessoas para formarem uma ONG ambientalista, e também todas estas lideranças fundadoras desenvolvem até hoje algum papel nas entidades.

Algumas entidades foram influenciadas diretamente por outras entidades pré-existentes em sua criação, tais como Mater Natura, FGBPN e Mar Brasil. O IPÊ e a Mater Natura foram entidades que só foram oficializadas depois de algum tempo de existência, em 1986 e 1983 respectivamente. A FGBPN é a única fundação entre as ONGs ambientalistas do litoral paranaense, as restantes são todas associações civis, este fato determina a legislação, os recursos financeiros e a forma administrativa incidentes nas instituições.

A idade das ONGs ambientalistas avaliadas varia entre 7 e 28 anos de existência, onde apenas a MARBRASIL (7 anos) e a ADEMADAN (14 anos) possuem menos de 20 anos de idade, o restante das entidades possuem, pelo menos, mais de vinte anos de criação.

Tabela 30: Data de Criação e Idade das ONGs Ambientalistas do litoral do PR.

Entidade	Data de Criação	Idade
Mater Natura	1983	28
ADEMADAN	1997	14
FGBPN	1990	21
Mar Brasil	2004	7
SPVS	1984	27
IPÊ	1991	20

Fonte: O AUTOR (2011).

6.3.2 Escalas, Áreas e Formas de Atuação

A Escala de atuação das ONGs estudadas varia da abrangência Nacional a Municipal, com a SPVS e a Mater Natura atuando exclusivamente

na escala do Estado do Paraná, a Mar Brasil atuando na região costeira paranaense, a ADEMADAN atuando principalmente no município de Antonina e o IPÊ a FGBPN atuando em escala federal.

Tabela 31: Escala de Atuação das ONGs Ambientalistas estudadas.

Escala de Atuação	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	Mar Brasil	SPVS	IPÊ
Municipal		X				
Regional				X		
Estadual	X				X	
Nacional			X			X

Fonte: O AUTOR (2011).

A análise das atuações das ONGs ambientalistas, segundo os biomas brasileiros, demonstra que a Mar Brasil é a única que atua em apenas um bioma, Costeiro e Marinho; a Mater Natura, o IPÊ e a ADEMADAN também realizam projetos neste bioma. Esta última realiza ações de gestão ambiental portuária por meio da prestação de serviços ao Terminal do Félix (Porto de Antonina), e as restantes executam ações relacionadas a gestão pesqueira, envolvendo utilização de recifes artificiais como instrumentos de exclusão e proteção de áreas de pesca, monitoramento de desembarques e gestão co-participativa, respectivamente.

A Mata Atlântica é a região em que a maioria das instituições estudadas atua, provavelmente por ser o bioma mais ameaçado no país. A FGBPN atua diretamente também no Cerrado, com uma reserva natural na região, cabe citar que na verdade ela acaba atuando indiretamente em todos os biomas do país, por meio de apoio financeiro a outras instituições em projetos de conservação. O IPÊ é a única associação que desenvolve ações no bioma amazônico, também atua no Pantanal e Zonas Úmidas juntamente com a Mater Natura. A SPVS e a Mater Natura são as únicas que atuam no bioma da Mata de Araucárias e Campos Gerais.

Tabela 32: Regiões de Atuação (Biomass) das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná.

Região de Atuação	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	Mar Brasil	SPVS	IPÊ
Bioma Amazônico						X
Bioma Cerrado			X			
Bioma Pantanal e Zonas Úmidas	X					X
Bioma Mata Atlântica	X	X	X		X	X
Bioma Mata de Araucárias e Campos Gerais	X				X	
Bioma Costeiro e Marinho	X	X		X		X

Fonte: O AUTOR (2011).

Comparando-se as áreas de atuação verifica-se que todas as entidades trabalham com pesquisa científica, conscientização e educação ambiental, e gestão e manejo de recursos naturais e biodiversidade. A ADEMADAN é a única ONG que realiza projetos sociais de apoio e capacitação, e gestão ambiental portuária. A FGBPN é a única que apoia financeiramente projetos conservacionistas e ecodesenvolvimento de outras instituições, inclusive das estudadas (SPVS, Mater Natura e Mar Brasil). A Mater Natura é a única que realiza ações relacionadas ao Etnoconhecimento. O IPÊ é o único que realiza extensão socioambiental e promoção de negócios sustentáveis, e juntamente com a Mar Brasil são as únicas ONGs que promovem utilização de tecnologias alternativas, exclusivamente em projetos de Maricultura no litoral do Paraná.

Tabela 33: Áreas de Atuação das ONGs Ambientalistas do Litoral do Paraná.

Área de Atuação	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	MarBrasil	SPVS	IPÊ
Gestão e Manejo de Recursos Naturais e Biodiversidade	X	X	X	X	X	X
Pesquisa Científica	X	X	X	X	X	X
Produção e Difusão de Informações	X	X	X		X	X
Gestão Ambiental Portuária		X				
Projetos Sociais de Apoio e Capacitação		X				

Pagamento por Serviços Ambientais			X		X	X
Apoio a Projetos Conservacionistas			X			
Promoção de Eventos		X	X			
Mudanças Climáticas	X		X		X	X
Apoio a Projetos de Ecodesenvolvimento			X			
Conscientização e Educação Ambiental	X	X	X	X	X	X
Capacitação	X	X	X		X	X
Prestação de Serviços		X		X		X
Criação de Alternativas de Renda		X			X	X
Promoção de Negócios Sustentáveis						X
Responsabilidade Socioambiental Corporativa	X		X		X	X
Extensão Socioambiental						X
Utilização de Tecnologias Alternativas				X		X
Etnoconhecimento	X					

Fonte: O AUTOR (2011).

Ações relativas a criação de alternativas de renda são executadas pela ADEMADAN, SPVS e IPÊ. As ações relacionadas a pagamento por serviços ambientais são executadas apenas pela FGBPN, SPVS e o IPÊ. As atividades de mudanças climáticas e responsabilidade socioambiental corporativa são realizadas pela Mater Natura, SPVS, FGBPN e IPÊ, e este último tipo de ação expressa uma maior tendência atual das ONGs Ambientalistas estabelecerem parcerias e vínculos com a iniciativa privada empresarial. Exceto a Mar Brasil, todas as outras entidades produzem e difundem informação, e executam ações de capacitação. A ADEMADAN e a FGBPN são as únicas entidades que promovem eventos, congressos e seminários regularmente. Ações de prestação de serviço são realizadas pela ADEMADAN, Mar Brasil e IPÊ, mas apenas este último define claramente o escopo e o objetivo destas atividades relacionadas a missão institucional.

Apesar da grande similaridade em algumas áreas de atuação, há uma grande divergência nas formas de atuação entre as ONGs estudadas, principalmente na continuidade das ações em que alguns projetos são apenas de caráter pontual e outros fazem parte de programas de longo prazo e mais integrados as missões institucionais, como por exemplo as ações do IPÊ que elegem um local de atuação em que os projetos iniciais vão dando suporte e se integrando a um programa de maiores horizontes temporal e espacial, ou ainda os projetos das reservas naturais da FGBPN e SPVS que possuem horizonte

de ação permanente ou de 40 anos ou mais, respectivamente. O projeto PREAMAR da Mar Brasil também possui um horizonte maior de tempo e algumas ações integradas com outras ações da ONG.

Esta integração das ações é corroborada, muitas vezes, pela autonomia na proposição dos projetos, condicionados a um programa de médio a longo prazo em uma região específica, onde a ONG tem certo poder de barganha em diversas instituições (públicas ou privadas) para captar principalmente recursos financeiros na execução de seus objetivos ou missão institucional, ao contrário disto muitas ONGs acabam funcionando apenas como meros prestadores de serviço, tanto estatal como privado, esquecendo de sua missão institucional e papel social.

O primeiro fato verifica-se nos programas do IPÊ, nas reservas naturais do FGBPN e SPVS, no projeto PREAMAR de recifes artificiais como instrumentos de gestão pesqueira executado pela Mar Brasil, ou nos projetos de pesquisa de fauna ameaçada executados pela Mater Natura, SPVS, Mar Brasil e IPÊ. O segundo fato é verificado na própria descontinuidade ou pontualidade das ações das ONGs estudadas, isto pode refletir três coisas: (1) falta de capacidade programática das instituições; (2) um lapso quanto ao papel social (e não “empresarial”) da ONG; e (3) dificuldade de captação de recursos financeiros.

Os projetos e ações relacionadas a pagamento por serviços ambientais, responsabilidade socioambiental corporativa e mudanças climáticas caracterizam-se por serem ações relativamente integradas uma vez que todas as ONGs que as executam tem um escopo de neutralização de emissões de carbono de empresas e indústrias através de créditos de carbono ou proteção de mananciais e preservação de áreas naturais, tal como o projeto de Desmatamento Evitado em Mata de Araucária da SPVS, que na mesma linha metodológica existe os serviços da Arvorar do IPÊ, ou no caso da FGBPN que premia financeiramente proprietários de terras a manterem seus remanescentes de Mata Atlântica protegidos para conservarem mananciais da região do Guarapiranga na Grande São Paulo. As ações da Mater Natura relacionadas às mudanças climáticas é um projeto que ainda esta em execução, que esta avaliando as políticas de gestão ambiental e pesqueira e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas.

A FGBPN é a única a ter ações de cunho mais político em relação as mudanças climáticas pois participou de publicações e na elaboração da legislação federal específica sobre o tema, além de ser um dos membros fundadores do Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas.

As ações de criação de alternativas de renda executadas diferenciam-se pela abordagem metodológica de cada entidade, na ADEMADAN foram realizados projetos de base comunitária com diagnósticos socioambientais e promoção de alternativas de renda de piscicultura e cerâmica em um assentamento rural numa região ecologicamente sensível no município de Morretes/PR; a SPVS realiza suas ações por meio de compatibilização de desenvolvimento e conservação através de projetos de promoção de meliponicultura nativa, produção e comercialização de banana orgânica e apoio a criação de cooperativas de ecoturismo na região de Guaraqueçaba; o IPÊ realiza suas ações por meio de diagnósticos participativos, difusão de técnicas agroflorestais e princípios da agricultura orgânica configurados principalmente nas ações de extensão socioambiental.

6.3.3 Recursos Humanos

A análise qualitativa dos recursos humanos permitiu a constatação de que a maioria das ONGs possui membros com pós-graduação e a presença maciça de profissionais da área ambiental, exceto a ADEMADAN que não possui nenhum profissional com graduação atualmente nesta área em sua equipe principal, porém a presidente possui especialização em gestão ambiental portuária. Observa-se uma pequena diversificação das áreas profissionais, necessárias ao Terceiro Setor, principalmente no IPÊ, SPVS e FGBPN. A Mater Natura possui muitos biólogos em seu plantel, sendo 17 biólogos de 25 membros principais. A única entidade que possui plano de carreira para os funcionários é o IPÊ.

Tabela 34: Recursos Humanos das ONGs Ambientalistas estudadas.

Recursos Humanos	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	Mar Brasil	SPVS	IPÊ
Equipe de Trabalho						
Equipe Principal	25	9	53	25	63	101
Membros	70		53		98	
Funcionários	12	2	49	18	63	101
Pós-graduação						
Especialistas	2	0	*	2	4	7
Mestres	8	0	*	9	3	18
Doutores	2	1	*	3	3	2
Pós-Doutores	0	0	*		0	6
Sexo						
Mulheres	15	5	*	8	19 [#]	31
Homens	10	4	*	10	44 [#]	48

*informações não disponibilizadas; [#]estimativa.

As mulheres são maioria na ADEMADAN e Mater Natura, no IPÊ e SPVS também há um grande número de mulheres, mas a maioria são homens devido ao grande número de funções de assistentes de campo e/ou guarda parques, que requer grande vigor físico para a execução das tarefas. Os profissionais com pós-graduação no IPÊ correspondem a cerca de um terço (1/3) de todos os membros, na Mar Brasil este índice corresponde a cerca de 78%, na Mater Natura 48%, na SPVS 16% e apenas 10% na ADEMADAN.

Verifica-se que há um importante papel desenvolvido por voluntários que encoraja a participação dos membros e também configura uma estratégia para compensar limitações profissionais, principalmente nas ONGs mais novas, tais como ADEMADAN e Mar Brasil. Na Mater Natura há uma preponderância de biólogos, cuja algumas funções acabam sendo generalistas, indicando a falta de técnicos em outras áreas do conhecimento, inclusive na área ambiental. Na ADEMADAN verifica-se uma discrepância entre a missão e o mandato da organização e o perfil de seus profissionais. Apenas nas equipes principais da SPVS, IPÊ e Mar Brasil verifica-se a presença de profissionais

formados, ou com pós-graduação, na área de oceanografia ou assuntos costeiros.

6.3.4 Recursos Financeiros

Os recursos financeiros das ONGs foram comparados segundo o total das receitas entre os anos de 2004 e 2010. Verificou-se grande diferença no volume dos recursos financeiros arrecadados entre os objetos, observa-se quatro patamares distintos de arrecadação: de R\$ 500.000,00 a R\$ 1.500.000,00 (ADEMADAN e MarBrasil), de R\$ 1.600.000,00 a R\$ 4.800.000,00 (Mater Natura), de R\$ 4.900.000,00 a R\$ 14.700.000,00 (IPÊ) e acima de R\$ 14.800.000,00 (SPVS e FGBPN).

A FGBPN administrou entre 2006 e 2010 R\$ 24.089.225,98. A SPVS e o IPÊ administraram entre 2005 e 2009 valores acima de 10 milhões de Reais, com volumes de R\$ 19.518.102,00 e R\$ 14.564.068,58 respectivamente. A ADEMADAN administrou cerca de R\$ 655.000,00 entre os anos de 2004 e 2008, no mesmo período a Mater Natura administrou R\$ 3.619.481,76, e entre os anos de 2004 e 2009 a Mar Brasil obteve receitas de R\$ 1.026.106,28. Analisando ano a ano a progressão das receitas entre as entidades, verifica-se uma tendência de aumento dos recursos, exceto no IPÊ que diminuiu sua arrecadação de um máximo de R\$ 5.114.111,00 no ano de 2006 para R\$ 1.551.150,00 em 2009; e na FGBPN que apresentou oscilações em suas receitas.

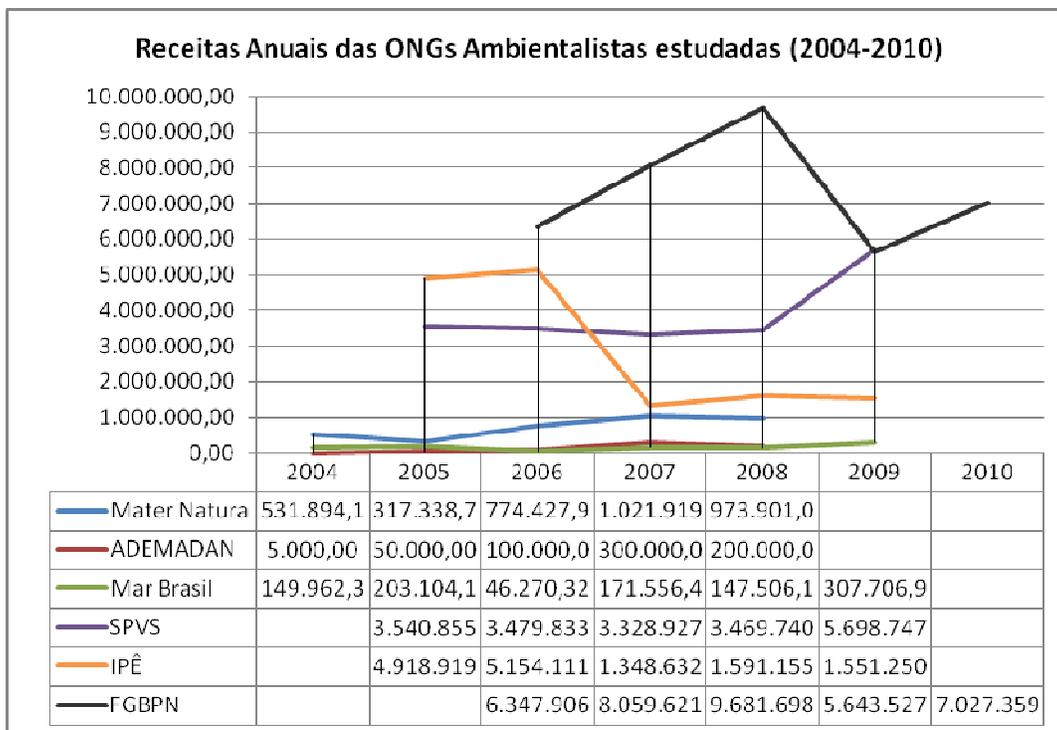


Figura 34: Receitas Anuais das ONG estudadas entre os anos de 2004 e 2010.
Fonte: O AUTOR (2011).

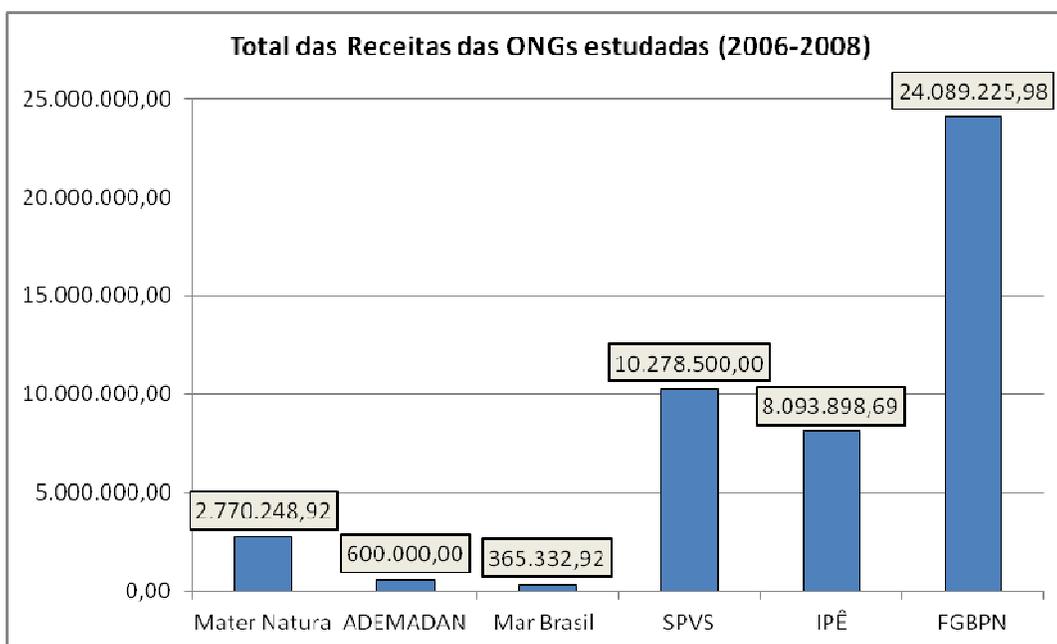


Figura 35: Comparação das Receitas totais das ONGs Ambientalistas entre os anos de 2006 e 2008.
Fonte: O AUTOR (2011).

A origem das fontes de receita e financiamento dos projetos e ações das ONGs analisadas demonstra que todas recebem doações de pessoas físicas e jurídicas e possuem fontes diversificadas de recursos, com destaque para a variedade de fontes de renda da Mater Natura. O IPÊ também merece destaque pois é a única entidade que possui geração de renda própria, por meio de venda de produtos e serviços, e tem uma vasta gama de atores do empresariado apoiando e patrocinando seus programas.

O Gráfico das fontes de receitas e financiamentos das ONGs analisadas permite identificar qual a fonte principal de cada entidade, a SPVS tem nos Recursos Internacionais sua principal fonte de renda (77%), a ADEMADAN (50%) e o IPÊ (45%) tem nas fontes empresariais a principal fonte de renda, este tipo de recurso foi a segunda maior fonte da Mater Natura (20%), mas nesta organização o primeiro lugar foram os Recursos Governamentais (49%). A Mar Brasil tem na prestação de serviços, tanto para o estado como empresas, sua principal fonte de renda (68%).

Verifica-se um alto nível de dependência de doadores e financiadores entre as ONGs, pois apenas o IPÊ e FGBPN possuem outras fontes de rendas. A SPVS também possui um fundo mas os rendimentos ainda são inexpressivos em relação às necessidades da entidade. A Mater Natura possui previsão deste instrumento em seu estatuto, mas ainda não está em funcionamento. Observam-se esforços de diversificação da base de doadores e principalmente financiadores em todas as entidades. As limitações financeiras geram concorrência entre as ONGs por recursos governamentais. Algumas crises de financiamentos podem gerar abordagens mais oportunistas que comprometam a visão e as metas institucionais. Os impactos crônicos da falta de financiamento podem comprometer a estabilidade institucional e os resultados de programas das ONGs.

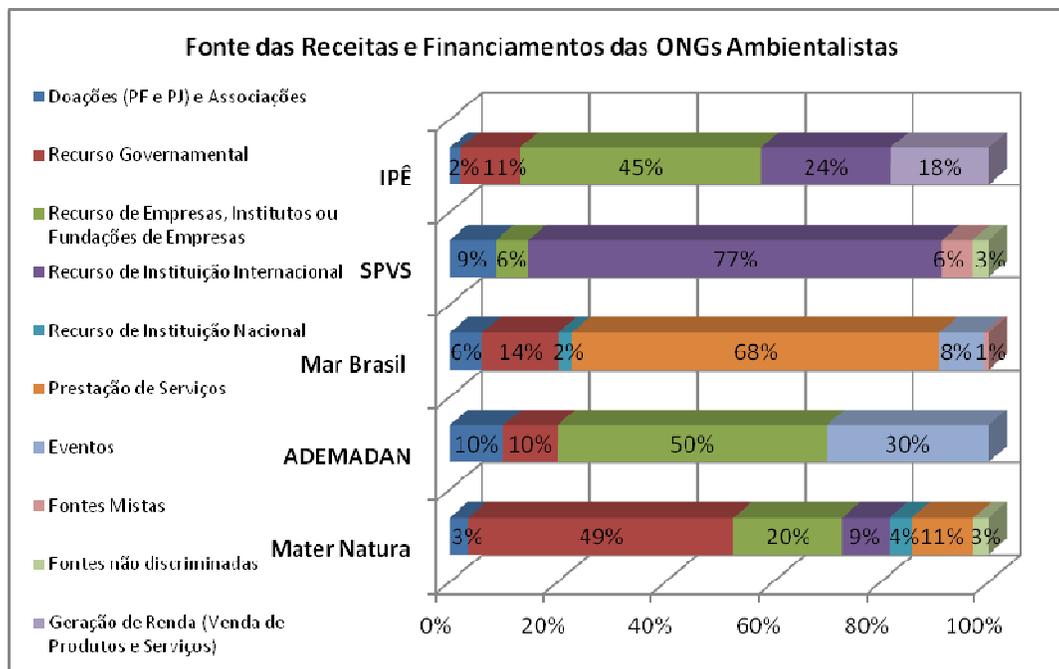


Figura 36: Fontes das Receitas das ONGs Ambientalistas.
Fonte: O AUTOR (2011).

6.3.5 Recursos Materiais

Observa-se grandes diferenças em termos de recursos materiais, propriedades e infraestrutura entre as ONGs, por meio da comparação do Ativo Permanente Imobilizado (API) das instituições. Cabe citar que uma parte dos recursos materiais da ADEMADAN foram estimados, a fim de se estabelecer comparações. O IPÊ possui o maior valor monetário de recursos materiais com R\$ 12.097.295,00 distribuídos em seus 6 locais de atuação, no centro de capacitação e na sede do mestrado da entidade, a SPVS possui o segundo maior montante com R\$ 9.728.174,00, principalmente devido às três RPPNs da instituição. A FGBPN possui API de R\$ 6.121.964,53, devido principalmente às suas duas RPPNs.

As outras ONGs possuem APIs bem reduzidos em comparação com os três maiores valores, em destaque para a Mater Natura que apesar de movimentar valores elevados de recursos financeiros, possui apenas R\$ 33.386,00 de API, pois não possui sede própria, veículos ou outro tipo de infraestrutura, apenas móveis e itens de escritório, computadores e equipamentos de campo. A ADEMADAN possui cerca de R\$ 200.000,00

distribuídos em sua sede no centro do município de Antonina e seus recursos materiais, e a Mar Brasil possui R\$ 129.560,59 distribuídos em um edifício abandonado cedido pela União, mobília e equipamentos. Cabe citar que esta possui sede alugada.

Tabela 35: Ativo Permanente Imobilizado das ONGs estudadas.

Entidade	Ativo Permanente Imobilizado
Mater Natura	33.386,43
MarBrasil	129.560,59
ADEMADAN	200.000,00
FGBPN	6.121.964,53
SPVS	9.728.174,00
IPÊ	12.097.295,00

6.4 Descrição e Análise das Percepções das ONGs sobre os problemas ambientais da Região Litorânea, as ONGs e a Gestão Costeira

6.4.1 Percepção sobre os Problemas Ambientais do Litoral e seus responsáveis

Neste item se descreve a percepção das lideranças das ONGs sobre quais seriam os principais problemas ambientais do litoral e quem seriam os principais responsáveis. Em alguns casos não foram identificados responsáveis.

A liderança da Mater Natura considera que a destruição e contaminação dos ecossistemas litorâneos e seus efeitos sobre a biodiversidade seriam os principais problemas na região costeira, identificados pela degradação dos manguezais, os impactos da pesca, o uso inadequado do solo, falta de planejamento, e a poluição orgânica, mas não identifica um responsável específico, indicando que seria a sociedade, como um todo, a culpada da situação.

A fundadora da ADEMADAN concebe as práticas inadequadas de ocupação fundiária, as políticas impróprias na resolução dos problemas

ambientais, e a falta da criação de instrumentos políticos de concessão e outorga de utilização de recursos naturais, como as causas diretas dos principais problemas ambientais do litoral, identificados no assoreamento das baías, na perda de solo, nos agrotóxicos, nos lixões, na falta de tratamento de esgoto, na poluição e na falta de incentivo a criação de alternativas de renda para a população.

A FGBPN não respondeu diretamente ao questionamento, mas através de sua visão institucional, pode-se inferir que a falta de conhecimento, e sensibilidade da sociedade brasileira perante a conservação da natureza e da biodiversidade seria a causa dos principais problemas ambientais vigentes.

A liderança da MarBrasil identifica a pesca predatória e a postura das pessoas em explorar o mar sem sustentabilidade, principalmente a pesca de arrasto industrial; a poluição em todas as suas formas; e o desenvolvimento imobiliário sem controle, que causa desmatamentos e perdas de habitats, como os principais problemas ambientais do litoral. E aponta a falta de consciência da comunidade litorânea sobre estas questões e a importância de se preservar os ambientes costeiros e sua biodiversidade associada.

A SPVS identifica a precária conservação da biodiversidade como o principal problema, e destaca que, no caso da região sul e sudeste do país, continuam-se a perder os últimos remanescentes naturais. No litoral paranaense, a liderança reconhece que ainda há um cenário de bom estado de conservação, apesar da falta de monitoramento e controle do estado, e reconhece dois cenários distintos: no norte, onde existe um desafio ou oportunidade de se estabelecer um modelo de desenvolvimento compatível com a conservação, e no sul onde há uma situação mais sensível, com muitas pressões e situações de degradação.

O IPÊ, originalmente, identificava a extinção de espécies, ou perda de biodiversidade, como um dos principais problemas ambientais, mas verificou a impossibilidade de se trabalhar isoladamente neste problema para resolvê-lo, e ampliou sua visão dando relevância à recuperação de áreas degradadas e ao envolvimento comunitário. A liderança do IPÊ no Paraná atribui ao modelo econômico mundial e à separação entre ser humano e natureza as principais causas dos problemas ambientais vigentes. Por sua vez, identifica vários problemas no litoral tais como: as atividades antrópicas de grandes grupos

comerciais (extração de palmito, madeira e criação de búfalos) sem fiscalização ambiental adequada; pouco diálogo e troca de informações entre os órgãos gestores e protetores do meio ambiente e as comunidades tradicionais; o funcionamento do Porto de Paranaguá de forma pouco regulada e fiscalizada por programas ambientais; o turismo desordenado; e a pesca predatória.

Comparando verifica-se certa homogeneidade na percepção dos problemas ambientais entre as ONGs ambientalistas, exceto a ADEMADAN que identificou a erosão e o assoreamento de corpos hídricos, juntamente com a poluição como os principais problemas ambientais. Este último problema também foi identificado pela Mater Natura, MarBrasil e IPÊ. Os outros principais problemas identificados foram a destruição de habitats e a perda de biodiversidade.

Observa-se que na hora de identificar os problemas ambientais nenhuma das pessoas entrevistadas relatou problemas sociais e econômicos, indicando uma tendência de se pensar os problemas ambientais apenas exclusivamente bio-físicos.

Todavia as causas e os responsáveis por estes problemas são percebidos de maneira distinta entre as instituições e lideranças entrevistadas. A Mater Natura, a FGBPN e a MarBrasil creditam à sociedade em geral a culpa pelos problemas ambientais, corroborando com a concepção preservacionista original de cada uma, em que concebem a sociedade humana como um bloco homogêneo frente à natureza. Já a SPVS, o IPÊ e a ADEMADAN contextualizaram mais politicamente as causas dos problemas, indicando em comum ao governo como responsável de políticas inadequadas de gestão e fiscalização. A ADEMADAN também referiu indiretamente ao governo ao destacar a falta de instrumentos políticos de outorga e uso dos recursos naturais e de incentivos à criação de alternativas de renda para a população. E ao falar de outras questões, a sua liderança se posicionou crítica ao capitalismo, ao qual atribui as responsabilidades últimas dos problemas ambientais e sociais. Já a liderança consultada do IPÊ também referiu ao modelo econômico mundial e à separação homem-natureza como causas radicais da crise ambiental, e secundariamente citou questões atribuíveis principalmente ao governo, como a falta de integração e diálogo entre os

órgãos gestores, as ONGs ambientalistas e as comunidades tradicionais no litoral do estado. Observa-se que nenhuma das pessoas entrevistadas relatou diretamente problemas sociais e econômicos na região, indicando uma tendência de se pensar apenas exclusivamente os problemas ambientais.

6.4.2 Percepção do papel das ONGs ambientalistas no litoral

a) Mater Natura

A liderança da entidade identifica aspectos positivos relativos ao potencial das ONGs ambientalistas trabalharem em cima de políticas públicas, e também na execução de serviços e projetos mais próximos à base ou à realidade das comunidades, onde as próprias instituições podem identificar necessidades e demandas reais da população e orientar o governo sobre onde aplicar seus recursos. Outro aspecto levantado pela liderança é o crescimento global da importância do Terceiro Setor, configurando possivelmente uma nova forma de desenvolvimento para o próximo século, atuando paralelamente às questões das empresas e governos.

Um aspecto negativo das ONGs ambientalistas identificado pela liderança é a questão da falta de continuidade dos projetos, por problemas de financiamento, que repercute na perda de legitimidade frente à comunidade, devido à oscilação temporal dos projetos e ações.

b) ADEMADAN

A liderança afirma o reconhecimento do esforço idealista de muitas entidades, mas apenas das pequenas organizações, onde muitas destas não possuem nem mesmo CNPJ, e também não possuem sustentabilidade financeira para suas ações. Por outro lado a liderança critica o oportunismo de algumas ONGs ambientalistas no estado que aproveitam para realizar consultorias, ganhar dinheiro, ou ainda se autopromover, e alega que estas atitudes desqualificam o trabalho das outras ONGs.

A liderança relatou que enfrentou alguns problemas, onde a ADEMADAN sofreu acusações desqualificantes nos trabalhos de revisão da resolução CONAMA 344, por ONGs de outras regiões do país. A liderança acredita que a maioria esmagadora das ONGs ambientalistas não possui uma

crítica profunda ao capitalismo, pois muitas fazem apenas um discurso moral, enquanto suas práticas são incorporadas no próprio sistema, onde nada acaba mudando efetivamente. O discurso moral se propõe fazer a coisa certa mediante conscientização, findando tudo na educação, enquanto a questão fundamental do sistema não aparece, que seria a mudança radical da estrutura econômica vigente.

No entanto a liderança reconhece que a própria ADEMADAN enfrenta este risco e não esta imune a esta crítica, e atesta que as tecnologias, pesquisas e estudos realizados são apenas possibilidades de melhoramento produtivo e diminuição de impactos e passivos ambientais. Acredita também que enquanto não mude radicalmente a estrutura econômica irão se utilizar os recursos da terra até a exaustão, pois no sistema atual não há possibilidade de solução.

c) MarBrasil

Apesar de identificar poucas entidades atuantes no litoral, a MarBrasil reconhece a qualificação da SPVS, Mater Natura e do IPeC, e atesta que seus objetivos de preservar o meio ambiente e apoiar questões sociais são muito parecidos. A liderança não reconhece aspectos negativos, mas apenas o mesmo tipo de dificuldades na sustentabilidade financeira. Outro fato em destaque é que a MarBrasil gostaria que houvesse mais ONGs e pessoas com iniciativa trabalhando nas questões costeiras e marinhas.

d) SPVS

A liderança da SPVS acredita que há muito pouco contato entre as ONGs no litoral paranaense, inclusive as que trabalham com conservação. A entidade possui contatos regulares com a Mater Natura e a MarBrasil, mas acredita que há ainda muita dificuldade em se construir uma agenda comum e integrada entre as ONGs, ou até mesmo com o setor privado, pois os fatores de desagregação são muito maiores que os fatores de agregação.

e) IPÊ

A liderança do Paraná entrevistada acredita que devido ao histórico de desenvolvimento do Paraná, com um altíssimo percentual de desmatamento, as ONGs ambientalistas que surgiram no estado têm um viés muito mais preservacionista, que preconiza a proteção integral da natureza, do que conservacionista, que busca integrar os usos dos recursos com a conservação. A liderança alega que o IPÊ enfrentou algumas dificuldades e preconceitos relacionados a isto, pois já havia um histórico de conflitos de interesses entre as ONGs preservacionistas e as populações tradicionais, principalmente no litoral norte do estado. Este fato dificultou, inicialmente, a legitimidade de algumas ações do IPÊ, que teve de mostrar as diferenças filosóficas de suas concepções, em relação às outras ONGs ambientalistas paranaenses, através de suas práticas. Um aspecto positivo levantado pela liderança foi o bom estado de conservação do litoral norte do estado, onde as ONGs ambientalistas paranaenses tiveram um papel preponderante neste processo.

Comparativamente observa-se uma variada percepção sobre o Terceiro Setor e as ONGs do litoral entre as lideranças entrevistadas, que reconhecem algumas similaridades entre as entidades e destacam pontos singulares quanto à realidade do setor. A Mater Natura destaca o potencial das parcerias do setor com o governo, e a dificuldade de se realizar projetos de médio e longo prazo, que compromete a legitimidade perante as comunidades atendidas. A ADEMADAN critica o oportunismo de algumas entidades do setor, e também que a maioria das ONGs ambientalistas não possui uma crítica profunda do capitalismo que seria a principal causa dos problemas ambientais vigentes. A MarBrasil reconhece a dificuldade na sustentabilidade financeira do setor, e qualifica e destaca algumas similaridades de objetivos com a SPVS, Mater Natura e IPeC. A SPVS critica o pouco contato entre as ONGs no litoral, mas reconhece a dificuldade de se estabelecer uma agenda comum e integrada de trabalho entre as entidades. A liderança do IPÊ destaca o bom estado de conservação do litoral paranaense, e identifica fortes posturas preservacionistas entre as outras entidades do litoral.

6.4.3 Percepção sobre o Gerenciamento Costeiro

As lideranças entrevistadas têm conhecimentos e percepções diferenciados sobre a Gestão Costeira, sendo que apenas a FGBPN não respondeu a estas questões.

O PNGC é conhecido superficialmente pelas lideranças de ADEMADAN, Mater Natura e SPVS e não estão familiarizadas com as ações executadas no Paraná, enquanto as lideranças da MarBrasil e do IPÊ têm maiores conhecimentos sobre a questão e o PNGC, pois possuem pós-graduação na área e atuam diretamente na região costeira e marinha.

Acerca dos princípios, verifica-se que praticamente todos os líderes reconhecem empiricamente alguns princípios do PNGC e do GCI, principalmente a necessidade de integração e sustentabilidade. Quanto à legislação do PNGC, nenhuma ONG a utiliza, nem como suporte teórico aos projetos e ações. A liderança do IPÊ acredita que os princípios de participação, conservação, assistência técnica socioambiental e capacitação, todos instrumentos de trabalho da ONG, que são preconizados em suas ações e projetos possuem praticamente o mesmo escopo teórico do PNGC. A liderança da Mater Natura citou que utiliza principalmente a legislação do SNUC e outras derivadas de serviços de demanda espontânea.

A percepção da efetividade do PNGC entre as entidades foi homogênea, ou seja, todos os entrevistados a acham ineficiente ou incipiente, devido à falta de ações concretas na região litorânea e pelo próprio desconhecimento sobre a legislação, no entanto o IPÊ e a MarBrasil reconhecem alguns poucos avanços, tais como as intenções de integração, os desdobramentos da lei nacional na criação de outras leis estaduais, no projeto ORLA, em alguns zoneamentos marinhos, e a conscientização de um segmento da sociedade, formando opinião e alertando às autoridades. O entrevistado do IPÊ ressalta que o PNGC apenas dá diretrizes, mas não estabelece concretamente a própria operacionalização, e a liderança da MarBrasil complementa que o PNGC não necessita ser melhorado, apenas sua efetivação é que deveria ocorrer, e conclui com as seguintes críticas:

do ponto de vista da legislação, ela é ótima, ela é perfeita! A grande dificuldade é a prática, a fiscalização e isso aí permeia desde a formação básica, a educação, e até a ética e a honestidade das pessoas. (...) O plano é ótimo! A constituição brasileira também é boa. O problema é estar escrito na constituição que você não pode matar, não pode roubar e tantos fazem isso todo dia! É um problema além da lei! Um problema cultural, psicológico, de personalidade!

A mesma pessoa conclui que o PNGC foi feito inicialmente para alertar sobre a situação costeira, sendo, por enquanto, apenas uma política de cima para baixo (top-down). Alega que quando a política chega bem próxima à base da pirâmide social (prefeitos, vereadores e seus representados), não há informação e entendimento básico sobre as questões, acarretando na falta de ações concretas. E ressalta que a própria sociedade é que deveria executar o PNGC, numa perspectiva de baixo para cima (bottom-up), e deveria haver mais divulgação nas escolas e outras instâncias da sociedade.

A líder da ADEMADAN queixa-se da falta de disponibilização de bancos de dados que possam ser consultados para nortear ações, e critica também a falta de financiamentos e recursos estatais específicos para a agenda costeira. O IPÊ identifica que os Conselhos das UC's podem ser considerados ações de GC, mas não são reconhecidos legalmente como tais, aduzindo a uma falha do próprio PNGC.

A percepção das lideranças das ONGs estudadas sobre o PEGC é similar ao do PNGC. Apesar do conhecimento sobre a legislação estadual, e do parco intercâmbio de informações com os executores no estado, também não identificam ações concretas neste âmbito. Estes intercâmbios entre as ONGs e o estado ocorreram em alguns eventos, prestação de serviços e disponibilização de informações, mas percebem como insuficientes. O representante do IPÊ criticou a realização do zoneamento marinho paranaense, pois mesmo após a conclusão da parte técnica e da divulgação deste em audiências públicas e eventos oficiais, não houve publicação e regulamentação oficial da lei. A liderança da MarBrasil participou nestas ações de ordenamento do espaço aquático marinho, por meio da realização de diagnóstico e zoneamento marinho do Paraná, e indicou que ainda falta uma melhor capacitação técnica dos órgãos governamentais, estaduais e, principalmente, municipais.

O COLIT é conhecido pelas lideranças de todas as ONGs estudadas, porém os representantes da MarBrasil e ADEMADAN disseram não conhecer os detalhes de seu funcionamento. Apesar da maioria dos entrevistados das ONGs reconhecerem a oportunidade da participação democrática no conselho e do espaço que existe para entidades ambientalistas, identificam a pouca representação e espaço para questões relacionadas à conservação, uma vez que o COLIT possui um viés de desenvolvimento urbano, onde as questões relacionadas à região rural (mais preservada) e ao meio ambiente são deixadas em segundo plano, ou não são conciliadas juntamente a outras matérias e agendas.

Os entrevistados afirmam que as ONGs não possuem nenhum vínculo com o COLIT, e muito menos conhecem ou trocam informações com o representante das ONGs ambientalistas no conselho. Apenas os representantes da ADEMADAN e o IPÊ manifestaram-se quanto à efetividade da instância, relativizando as ações e os efeitos desta na qualidade socioambiental da zona costeira. A líder da ADEMADAN acredita que o órgão deveria participar mais em processos de licenciamento ambiental na região. O entrevistado do IPÊ reconhece os aspectos positivos na discussão realizada no COLIT para aprovar os planos diretores dos municípios litorâneos e do macrozoneamento da região litorânea do estado.

Diversas críticas foram levantadas por todas as ONGs na pergunta referente ao Processo de Gestão Formal ou do governo, no litoral do Paraná, apontando deficiências no fluxo e difusão das informações e na divulgação das políticas de gestão do estado, devido a processos burocráticos morosos e padrões hierárquicos, e que muitas vezes são carregados de vieses políticos e interesses escusos. Este vício institucional é identificado também na falta de integração, ou vontade desta, com outros atores da esfera social, prejudicando ações participativas e o estabelecimento de uma agenda comum entre as partes interessadas. Além disso, os entrevistados perceberam a carência técnica e de infraestrutura necessária para a gestão costeira, e a pouca vontade política do estado para se resolver isto.

No entanto o anterior, a Mater Natura reconheceu um aumento de prioridades para a região. A ADEMADAN criticou as contradições existentes na própria legislação e a realidade de ocupação, e a falta de claras definições dos

nichos de atuação das agências governamentais no litoral, mas sugeriu que o COLIT poderia funcionar como um órgão que aglutinasse informações sobre a região costeira, divulgando as ações de todos os atores do litoral, e gerenciasse um fundo para projetos específicos na região. A SPVS reconhece que as ONGs ambientalistas não devem apenas criticar, mas apontar os problemas e se posicionar como atores participantes do processo. E devem assumir responsabilidades compartilhadas, por meio da aproximação e diálogo com as instâncias de governo, iniciativa privada, academia, buscando uma agenda comum de ação. O IPÊ identifica a descontinuidade das ações, e acredita que os Conselhos de UCs são muito mais efetivos na gestão da região do que qualquer outra instância ou instrumento estatal de meio ambiente, e destaca que existe uma busca de fortalecimento das ações do COLIT dentro do Conselho da APA de Guaraqueçaba.

As percepções quanto ao Processo de Gestão Informal, realizada pelas ONGs e os demais setores da sociedade civil organizada, do litoral do Paraná partem de uma representação relativamente homogênea, em que todas as ONGs avaliam positivamente a questão, destacando a boa vontade e o papel das entidades em alertar a sociedade sobre as questões ambientais, porém criticam a falta de articulação entres estes atores, tanto nas ações como em projetos, em que muitas vezes ocorre sobreposição de projetos e competição por recursos.

A Mater Natura reconhece o trabalho das ONGs principalmente como um alerta para a sociedade dos problemas da região, pois apesar de graus distintos de efetividade de cada ONG, não há como atestar grandes impactos em todo o litoral, principalmente devido à baixa quantidade de recursos de cada ONG, em comparação ao estado. Mas ressalta que cada foco de atuação das entidades serviu para chamar a atenção das demandas da sociedade, principalmente em comunidades carentes, onde há décadas não tinham nenhum tipo de atenção especial, mesmo com o pouco que foi feito em alguns casos. A entidade cita como exemplo a própria APA de Guaraqueçaba, que ao analisar os últimos vinte anos, se identifica um progresso desde que existem atualmente diversas instituições atuando tanto na parte ambiental como social, faltando apenas mais integração, pois é comum ter várias instituições executando as mesmas coisas. Este comportamento afeta até a competição

por recursos, onde ocorrem reproduções de projetos que outras entidades já realizaram. A Mater Natura já participou efetivamente de uma iniciativa de criação de um banco de projetos, juntamente com a PUC/PR, a SPVS e outras instituições na região de Guaraqueçaba.

A ADEMADAN critica que não há um direcionamento conjunto das ações das ONGs no litoral, onde acaba se formando uma colcha de retalhos de projetos e ações, onde muitas vezes recursos valiosos e legitimidade, perante a comunidade litorânea, são desperdiçados. Poderia haver uma rede de parcerias mais forte e integrada no litoral para que este tipo de situação fosse evitado.

A MarBrasil enxerga como positivo a organização da sociedade civil em preencher lacunas onde o governo não consegue resolver problemas. Apesar da existência de muitas lideranças no governo, que ocupam cargos públicos, que são muito bem intencionadas e facilitam o processo, o papel das ONGs, das associações de bairro, a divulgação na mídia e a conscientização da população são essenciais na gestão informal do litoral. E destaca o voluntariado como sendo peça chave no processo, pois muitas vezes, essa atitude prescinde de interesses personalistas e objetiva a melhoria da qualidade de vida para as futuras gerações. Mas a entidade se queixa de que há muitas pessoas mal intencionadas no processo da gestão informal, que agem como predadores de recursos públicos ou ambientais, onde muitas vezes são os primeiros atores a atrapalhar o andamento das ações e projetos de outras ONGs. Outro problema seria a omissão da grande maioria da sociedade nestes assuntos, onde muitos não conhecem os problemas da sociedade e outro restante simplesmente não ajuda no processo.

O líder da SPVS reconhece apenas ações pontuais e desagregadas em geral, algumas até causando impactos negativos, mas reconhece a boa vontade e a relevância destas. Não se possui um dispositivo que interligue as ações entre os atores tais como as ONGs ou até mesmo a academia. A liderança critica a falta de instrumentos para se utilizar as pesquisas e informações geradas pela academia, as quais seriam fundamentais para se melhorar a gestão. Reconhece também um grande isolamento entre os organismos devido à falta de diálogo e ações entre ambos (academia e

Terceiro Setor), e a um mecanismo que divulgue as ações de todos os atores para que se planejem ações conjuntas, e evitar sobreposições de projetos.

O representante da SPVS faz uma autocrítica quanto a isto, pois reconhece que é difícil este tipo de relação, uma vez que é necessário investimento de dinheiro, dedicação, tempo e disponibilidade, e que muitas vezes ocorrem atritos e conflitos naturais dentro desta dinâmica, gerando desgastes entre as partes, ficando complicado assumir responsabilidades perante a uma gestão integrada entre os atores, pois depende de um esforço qualificado de longo prazo e competente.

A liderança do IPÊ reconhece que através dos próprios fóruns participativos realizados pelas ONGs ambientalistas ocorre o desenvolvimento de diversas ações que acabam promovendo o desenvolvimento sustentável do litoral, sejam ações de capacitação, assistência técnica, fomento de atividades sustentáveis ou até simplesmente a informação e pesquisa.

7. DISCUSSÃO

7.1 ANÁLISE DOS TIPOS DE ONGS AMBIENTALISTAS NO LITORAL DO PARANÁ

Em base ao marco conceitual sobre as ONGs, verifica-se que as ONGs estudadas caracterizam-se por ser um movimento de ação de grupo identitário que luta por direitos culturais (ambientais), propondo um desenvolvimento alternativo mediante o respaldo de ações e projetos científicos específicos, e adaptação de tecnologias apropriadas.

Estas organizações são compostas por atores não estatais (particulares) que se reúnem para resolver um problema particular de interesse público que geralmente foram criadas por grupos de indivíduos, muitas vezes profissionais e estudantes que trabalhavam diretamente na área ambiental, que compartilhavam uma visão e/ou interesse comum.

Verifica-se também que as ONGs Ambientalistas do Paraná, exceto a ADEMADAN, participam de redes e movimentos globais, articulados principalmente por ONGs internacionais que captam recursos para o terceiro mundo a fim de viabilizar políticas ambientais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos, etc..

O histórico das ONGs indicou que, nos primeiros anos de atividade da Mater Natura e da SPVS, se trabalhava para alcançar diferentes reivindicações relacionadas com o melhoramento do entorno físico, combate à poluição e uso de agrotóxicos, e campanhas conservacionistas, através de vigilância e denúncia, constituindo elementos de pressão política.

Observam-se 4 perfis de atuação entre as ONGs ambientalistas do litoral Paraná, segundo a tipologia proposta por Tormo (1994), e algumas entidades se encaixam em mais de uma categoria:

- a) O primeiro perfil corresponde ao The Nature Conservancy que é uma organização internacional que atua regionalmente mediante grupos nacionais, neste caso configurado na criação das RPPNs que são geridas pela SPVS e pela FGBPN, e em outros projetos realizados em conjunto com a Mater Natura, todos localizados no litoral paranaense.

- b) O segundo perfil equivale às organizações estruturadas em torno de uma área geográfica especialmente ameaçada. Praticamente todas as entidades estudadas se enquadram neste perfil, realizando ações conservacionistas em variados biomas e regiões geográficas específicas no território nacional e paranaense, principalmente na Mata Atlântica (SPVS, Mater Natura, FGBPN, IPÊ), na baía de Antonina (ADEMADAN), e na região costeira (MarBrasil).
- c) O terceiro perfil corresponde às organizações estabelecidas para proteger espécies animais em perigo de extinção, configurado nas ações relacionadas em prol da preservação do papagaio-de-cara-roxa (SPVS), do Mero (MarBrasil), do mico-leão-de-cara-preta (IPÊ), e do bicudinho-do-brejo e da maria-catarinense - ambos projetos do Mater Natura.
- d) O quarto perfil é caracterizado por grupos especializados em educação ambiental, orientados a um público urbano, que atuam como grupos de pressão e líderes de opinião com o objetivo de modificar políticas governamentais. Se enquadram aqui as ações da SPVS e Mater Natura contra a construção da porção paranaense da BR-101, e as ações da ADEMADAN em relação ao licenciamento do Porto de Antonina.

Por último, observa-se que há uma marcante ausência de organizações de base comunitária entre as principais organizações de conservação e gestão de recursos naturais na região.

7.2 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES AMBIENTALISTAS

Pode-se inferir, a partir de um conjunto de elementos, que as ONGs ambientalistas mais antigas surgidas no estado do Paraná (Mater Natura, SPVS e FGBPN) possuem uma raiz ideológica preservacionista, possivelmente estimulada pelo contexto histórico do desenvolvimento do estado. Além disto, as ações iniciais de manifestação contra grandes projetos de infraestrutura no estado, especificamente no litoral, tais como a mobilização contra a construção

do trecho paranaense da BR-101 que passaria pela APA de Guaraqueçaba, onde ainda existe o maior trecho de remanescente de Mata Atlântica preservado no país, corroboram a classificação.

A Mater Natura cita esta ação popular em seu website e a liderança da SPVS também confirmou a participação na mesma manifestação. A FGBPN surgida no começo da década de 90 iniciou suas ações com a criação da RPPN Salto Morato no ano de 1994, também na região da APA de Guaraqueçaba, cuja função é proteger os remanescentes naturais de Mata Atlântica, este tipo de prática é um instrumento característico de ação preservacionista, pois restringe bastante o uso da terra e as atividades de recreação, ecoturismo, educação e pesquisas são permitidas somente com autorização do órgão ambiental responsável.

A MarBrasil também possui uma raiz ideológica preservacionista, pois apesar de sua missão institucional pregar ações conservacionistas, os relatos de pessoas ligadas diretamente a esta instituição, gestor e conselheira, denotaram posturas preservacionistas nas primeiras lideranças da entidade. Nesse sentido o principal projeto (PREAMAR) foi concebido com a idéia de se erradicar quase “totalmente” a pesca de arrasto, mas com o desenvolvimento do projeto houve adequações contingenciais à realidade, principalmente durante a etapa de licenciamento ambiental do projeto, onde a postura inicial teve de ser reavaliada, e as ações tiveram de ser “flexibilizadas” quanto aos objetivos iniciais de erradicação da arte de pesca de arrasto no litoral do Paraná. Portanto em sentido prático o projeto é conservacionista, apesar de que as dimensões sociais e econômicas estarem subordinadas à dimensão ambiental.

O IPÊ possui uma raiz ideológica conservacionista, pois mesmo antes do surgimento da instituição o fundador constatou que para se conservar espécies ameaçadas não adiantaria trabalhar apenas com a biologia, mas trabalhar com a situação de entorno, juntamente com a comunidade e suas práticas de exploração do ambiente. Os trechos citados abaixo da finalidade institucional no estatuto social (IPÊ, 2010) corroboram a classificação adotada:

- II. Promover, gerir, coordenar e executar projetos de pesquisas e estudos científicos que fomentem a conservação da biodiversidade biológica e manejo sustentado dos ecossistemas;

VIII. Elaborar e executar projetos de desenvolvimento sustentado do meio ambiente comprometidos com a promoção da cidadania de comunidades carentes e a conservação da biodiversidade;

IX. Desenvolver projetos de geração de renda alternativa para comunidades carentes que habitam as áreas naturais ameaçadas por ações predatórias desses agentes, juntamente com programas de educação ambiental e extensão agroecológicas;

XII. Desenvolver, implementar e disseminar ações de conservação e proteção da biodiversidade, dos recursos hídricos e das demais formas de recursos socioambientais.

A abordagem do IPÊ caracteriza-se por reconhecer a ação antrópica nas áreas naturais e não criar barreiras ou restrições de uso dos recursos ou das áreas naturais, pautando-se por um envolvimento comunitário e participativo no processo.

A ADEMADAN, por sua parte, tem uma raiz ideológica edodesenvolvimentista, pois, apesar da fundadora se autodenominar marxista, as ações da ONG são ações de resgate cultural e capacitação em ecoturismo com a comunidade, e posteriormente ações de prestação de serviço ao porto de Antonina, pautadas pela integração do ambiental ao processo de desenvolvimento do porto, por meio de pesquisas ambientais e monitoramento das dragagens.

A auto-definição marxista da liderança é difícil de constatar na prática, devido à complexidade de se realizar ações que denotem essa visão, e também à falta de elementos discursivos constantes nas informações dos projetos disponibilizadas, que referem essa concepção ou às relações classistas e sua relação com a questão ambiental. Portanto assume-se uma identidade ecodesenvolvimentista devido ao teor comunitário e sociocultural das propostas de trabalho iniciais, e pela percepção da liderança que acredita que o desenvolvimento do porto esta intimamente ligado ao desenvolvimento de Antonina, e que este deve estar integrado a uma perspectiva ecológica de desenvolvimento. Este fato é corroborado no trecho, retirado da entrevista em que se falava sobre os problemas ambientais do litoral, apresentado abaixo: *“Então qual é o grande desafio ambiental? É econômico! O grande desafio econômico é fazer o Porto (de Antonina) assumir sua parcela de culpa nesta história!”*.

Outro indício verificado foi a mudança de objetivos dos projetos realizados na baía de Antonina, pois a ADEMADAN mudou gradativamente seu

foco de atuação, inicialmente trabalhou com a comunidade, passando a trabalhar com questões portuárias, seguido de programas e projetos relacionados aos impactos da dragagem, os resultados observados indicaram que um dos problemas na baía era o assoreamento decorrente da exposição do solo nú (inapropriado) pelas técnicas agrícolas adotadas na porção das vertentes e rios tributários da baía, culminando no último projeto desenvolvido pela entidade, que consiste na recomposição de áreas degradadas ou expostas através do plantio de mudas nestas áreas e/ou na mata ciliar.

Tabela 36: Raiz Ideológica Ambientalista das ONGs estudadas.

Entidade	Raiz Ideológica Ambientalista
Mater Natura	Preservacionista
ADEMADAN	Ecodesenvolvimentista
FGBPN	Preservacionista
MarBrasil	Conservacionista
SPVS	Preservacionista
IPÊ	Conservacionista

Fonte: O AUTOR (2011).

O processo de desenvolvimento das ações das ONGs ambientalistas, por meio de ações concretas na realidade e contextos específicos, muitas vezes determina mudanças nas estratégias de atuação e na percepção dos problemas ambientais, o que pode acarretar em mudanças na própria ideologia da instituição ou de suas lideranças. Portanto cabe analisar a progressão das ações de cada entidade quanto a estas especificidades.

A Mater Natura (2010) apresenta outros textos de conteúdo ideológico ambientalista em seu estatuto social, onde se constata a presença de elementos discursivos referentes a ações conservacionistas e ecodesenvolvimentistas, constantes no “Capítulo II: Dos Objetivos” reproduzido no trecho abaixo:

- f) realizar e divulgar pesquisas e estudos para maior conhecimento científico sobre recursos naturais e conservação de ecossistemas, com vistas ao seu manejo adequado, bem como à recomposição de áreas degradadas;

g) realizar e divulgar pesquisas e estudos para maior conhecimento científico sobre as dinâmicas socioculturais que caracterizam as populações humanas residentes no entorno e interior das unidades de conservação, suas interações com os ecossistemas nativos e transformados, sua organização social e projetos de ecodesenvolvimento, sempre na perspectiva da etnoconservação;

h) formular, coordenar e executar estudos e projetos orientados para a produção e difusão de tecnologias alternativas que promovam um desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente adequado e economicamente viável, com ênfase no uso múltiplo da pequena unidade familiar rural, no ecoturismo e no manejo dos recursos florestais;

Observa-se referências ao uso e manejo dos recursos naturais, e a perspectivas de etnoconservação e ecodesenvolvimento denotando um posicionamento antropocentrismo, diferindo de seu posicionamento inicial. Alguns projetos executados pela entidade também possuem os mesmos elementos, tais como:

- Resgate do Etnoconhecimento da Região de Castro (07/2002 a 09/2004);
- Elaboração do Inventário Etnobotânico da APA de Guaraqueçaba: Comunidades Adjacentes ao Parque Nacional do Superagui (09/1997 a 09/1998);
- Diagnóstico socioeconômico e Ambiental para o Plano Estratégico para a Conservação e Uso Sustentável da Floresta Ombrófila Mista – PICUS Araucária (09/2004 a 06/2005);
- Plano de Ação para a Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros na APA de Guaraqueçaba (09/2005 a 09/2007);
- Monitoramento da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná – Promopesca (02/2010 a 01/2012);
- Políticas de gestão ambiental e pesqueira e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas (10/2010 a 10/2011).

Contudo ocorre ainda uma forte tendência da entidade em desenvolver ações de caráter preservacionista, identificadas na quantidade de projetos executados e também no próprio discurso institucional constante nos objetivos do estatuto social, reproduzido nos trechos abaixo:

- a) incentivar, criar e/ou manter unidades de conservação, contribuindo para a proteção do patrimônio natural, cultural e da diversidade biológica nos ecossistemas;
- b) promover atividades que contribuam para o equilíbrio dos ecossistemas, manutenção da diversidade biológica, preservação de espécies raras, endêmicas ou em declínio populacional, em especial, daquelas ameaçadas de extinção.

A listagem abaixo de projetos executados ou em execução em UCs de proteção integral e áreas naturais corroboram a afirmação:

- Fortalecimento de capacidade Institucional para a consolidação dos sítios RAMSAR brasileiros (05/2007 a 07/2008);

- Elaboração do plano de manejo para a RPPN ITÁYTYBA (05/2007 a 05/2008);
- Plano de manejo do Parque Nacional de Ilha Grande (06/2002 a 06/2008);
- Restauração de Floresta com Araucária no Parque Estadual de Campinhos (05/2008 a 12/2008);
- Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Rica, Fênix (PR) (06/2002 a 01/2004;)
- Curso de Capacitação de Voluntários na Estação Ecológica do Caiuá (01/2006 a 03/2006);
- Inclusão e ampliação da proteção da Floresta Ombrófila Mista – Floresta Ombrófila Densa em quatro UCs de Proteção Integral na Serra do Mar Paranaense (12/2010 a 05/2012);
- Fortalecimento e Consolidação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (03/2010 a 03/2011).

Cabe citar que o próprio objetivo geral da entidade, constante no estatuto social, fornece indicativos de um posicionamento ecocentrista, pois o seguinte cita:

Artigo 2º - O Mater Natura tem por finalidade trabalhar pela proteção, preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, visando a melhoria da qualidade da vida (MATER NATURA, 2010).

E a liderança durante a entrevista reforçou que este trecho “da vida” refere-se a todas as formas de vida, indicando que apesar de apresentar projetos de cunho conservacionista ou iniciativas de ecodesenvolvimento a instituição permaneceu fiel a suas raízes preservacionistas continuando a ter uma valoração ética da natureza de caráter ecocentrista.

A ADEMADAN demonstrou o conteúdo ideológico ambientalista em suas ações tais como movimentos pró-qualidade de vida, pois realizaram ações na área urbana de Antonina no “Projeto *MORROS: APPS, Deslizamentos, Uso e Ocupação do Solo no Morro do Bom Brinquedo*” e o local é circundado por bairros populosos, cuja ocupação irregular afetou as Áreas de Preservação Permanente, gerando riscos de erosão e deslizamentos, afetando ainda os recursos hídricos locais. Assim um dos objetivos da ONG era desenvolver projetos de monitoramento e recuperação das áreas afetadas, além do interesse da defesa da segurança, qualidade de vida e bem-estar da população local.

Não obstante verifica-se que a entidade permanece atrelada a sua ideologia antropocentrista crítica, apesar da descontinuidade de alguns projetos

e limites institucionais, pois sua atuação é marcada principalmente em projetos de gestão socioambiental portuária, em que procura integrar aspectos ambientais e sociais ao desenvolvimento do terminal portuário do município, envolvendo ações de pesquisa e monitoramento ambiental. Outras ações comunitárias de apoio a associações de catadores de lixo reciclável e a assentados da reforma agrária (*Associação Prosperidade Gleba Pantanal – Morretes/PR*) reforçam a permanência ideológica. Este último projeto caracteriza o exposto, pois busca adequar os usos dos recursos naturais e a ocupação do solo em assentamentos localizados em áreas de preservação permanente, através da construção de parcerias que ofereçam alternativas de renda e formação profissional em projetos de piscicultura e cerâmica, contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

A Fundação Boticário (FGBPN) realiza projetos com ideologias diferentes da original, sucedidos nas ações de apoio a projetos de ecodesenvolvimento, e o pagamento de serviços ambientais. Este caracteriza uma ação ecocapitalista, pois premia financeiramente proprietários de terras que mantêm remanescentes da Mata Atlântica protegidos, contribuindo para a conservação de mananciais no estado de São Paulo e Paraná, cada proprietário recebe, por ano, até R\$ 370,00 por hectare de área natural conservada, pela capacidade de produção e manutenção da qualidade da água. O apoio a projetos de ecodesenvolvimento é outro programa da entidade que auxilia iniciativas de melhoria de qualidade de vida de comunidades e busca de novos modelos de desenvolvimento.

Todavia identifica-se que a FGBPN permaneceu fiel a sua ideologia original, pois suas principais ações são a criação e manutenção de RPPNs, e o apoio a projetos conservacionistas, onde constata-se um direcionamento a ações preservacionistas, verificado em algumas linhas temáticas do próprio edital disponível no website, tais como:

- Ações e pesquisa para a conservação de espécies e comunidades silvestres em ecossistemas naturais;
- Ações para implementação de políticas voltadas à conservação de ecossistemas naturais;
- Ações para a restauração de ecossistemas naturais.

Percebe-se a frequente referência às palavras “natureza” e “áreas naturais”, indicando uma forma de discurso que reverencia o natural, e também

um certo “imediatismo” ou “urgência” quanto a questões de preservação, indicando um teor “quase” catastrófico e irreversível da ação humana, conseqüentemente, caracterizando uma ideologia preservacionista.

A MarBrasil, apesar de sua pouca idade, esta no seu terceiro ciclo administrativo, o que acarretou em mudanças na composição de suas lideranças e equipe principal, concomitante a isto o Programa REBIMAR (antigo PREAMAR) foi se desenvolvendo e se adequando a realidade, devido a vários fatores contingentes externos, o que proporcionou mudanças na visão e abordagem executiva do projeto e o estabelecimento de maiores vínculos participativos com a comunidade de pescadores. Estes fatores contribuíram para uma mudança ideológica na instituição que a aproximou de uma visão ambientalista mais conservacionista, com conceitos mais utilitaristas (recursos) do ponto de vista ético em relação ao meio ambiente. O trecho abaixo, extraído do item “Andamento dos Projetos” no relatório institucional de 2009, corrobora o exposto:

REBIMAR - Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (...) Em 2009 foram realizadas atividades focadas na participação pública no processo, um desafio aos gestores do Programa que seguem crescendo no tamanho do desafio de se encontrar alternativas a situação da pesca atual (MARBRASIL, 2010).

No entanto o gestor entrevistado acredita que devido a processos hierárquicos de lideranças atuais, a concepção preservacionista ainda permanece com peso dentro da instituição.

A SPVS realiza projetos com ideologias distintas da original, tais como projetos de desmatamento evitado, com adoção de áreas preservadas por empresários ou pessoas físicas, e projetos de conservação e desenvolvimento, tais como promoção de meliponicultura nativa, educação ambiental comunitária, produção e comercialização de banana orgânica, e incubação de cooperativas de ecoturismo, e gestão compartilhada da floresta nacional de Irati/PR. Estes projetos de conservação e desenvolvimento tem um caráter exclusivamente conservacionista pois concebem a utilização sustentável de recursos naturais, e os projetos de desmatamento evitado são ações de ideologia ecocapitalista, pois instrumentalizam a preservação de áreas naturais pelo agenciamento de empresas e pessoas físicas, que pagam aos

proprietários das terras pelos serviços ambientais prestados. No último relatório institucional (2009) pode-se extrair um trecho que reforça esta classificação:

Os incontáveis processos ecológicos gerados a partir da existência de áreas naturais conservadas são responsáveis pela geração de serviços ambientais dos quais dependemos. As alterações e intervenções nos ambientes significam, ao mesmo tempo, comprometimento da qualidade de vida e sérios prejuízos econômicos aos negócios e a toda a sociedade (SPVS, 2009).

No entanto verifica-se que a maior ação da SPVS tem um caráter preservacionista, pois os projetos contra o aquecimento global e créditos de carbono que são desenvolvidos em suas RPPNs, com um plano de trabalho de 40 anos, desenvolvido em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), objetivam contabilizar créditos de carbono aos investidores (American Electric Power, Chevron e General Motors), restaurar a Mata Atlântica em uma área de 18.600 hectares, e transformar todo este espaço em um mosaico de RPPNs. Somado a isto outras ações, com o mesmo caráter preservacionista, vem sendo desenvolvidas pela entidade, tais como a integração das UCs do litoral do estado do Paraná e sul do estado de São Paulo (Lagamar), e fortalecimento deste mosaico, em que a SPVS apoiou a criação de oito RPPNs pela Aliança da Mata Atlântica³⁰, totalizando 2.100 hectares na região. Além disto a principal liderança da entidade tem um discurso contrário em relação a regimes de uso e exploração de recursos naturais, identificado na entrevista, em que alerta para o conceito de florestas vazias ou meio vazias, onde esforços de caça e extrativismo descontrolado, mesmo com a manutenção da floresta e habitats, podem causar resultados extremamente negativos em termos de perda de biodiversidade.

O IPÊ realiza outras ações também distintas da ideologia original, principalmente pelos projetos com metodologias de pagamento de serviços ambientais, agenciados por parcerias com empresas ou instituições empresariais que financiam a proteção e a recuperação de áreas naturais e

³⁰ A Aliança para a Conservação da Mata Atlântica é uma parceria das ONGs Conservação Internacional e SOS Mata Atlântica para potencializar esforços e acelerar as ações a favor da conservação do Bioma. Criada em 1999, as ações da Aliança têm como objetivo mudar o cenário de fragmentação e ampliar o conhecimento sobre essa floresta, e criar novos padrões de atuação no cenário do movimento ambientalista brasileiro para acelerar as mudanças em favor da proteção e conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Informações disponíveis em: <<http://www.aliancamataatlantica.org.br>>.

matas ciliares. A Unidade de Negócios Sustentáveis auxilia a reforçar esta classificação, realizado também nos discursos do relatório institucional de 2009:

No campo dos negócios inovadores, estamos trabalhando na criação de novos paradigmas em uma série de produtos que podem abrir as portas para um 'ecocapitalismo'. De modo a responder a tais demandas, criamos uma Unidade de Negócios Sustentáveis que desenvolve projetos com comunidades, visando melhorar a vida das pessoas com alternativas que favorecem a natureza. Temos buscado, através da organização fortalecimento de grupos comunitários, a criação, melhoria e comercialização de produtos criativos e sustentáveis (IPÊ, 2009).

A relação com o mundo corporativo, principalmente pela Unidade de Negócios Sustentáveis e modelos de marketing relacionados a causa do IPÊ, gerou demandas que culminaram na criação da empresa "Arvorar" que, segundo o relatório institucional de 2009, visa:

(...) criar e implementar de maneira criativa, negócios que colocam a natureza no fluxo de uma economia ecológica, promovendo reflorestamentos em grande escala e outros serviços ambientais, incluindo aqueles que visam compensar as emissões de efeito estufa (IPÊ, 2009).

A criação deste braço empresarial da instituição, somado à Unidade de Negócios Sustentáveis, caracteriza esta ideologia ambientalista. No mesmo relatório observa-se outros trechos que se aproximam da ideologia ecocapitalista:

Nesse começo de século fica cada vez mais clara a necessidade de nos engajarmos numa nova economia que garanta a nossa sobrevivência no planeta Terra. Ela deve ser 'descarbonizada', sustentável e com a biodiversidade no centro do fluxo econômico (IPÊ, 2009).

Entretanto confirma-se que o IPÊ permanece fiel a sua ideologia conservacionista inicial pois o "Modelo IPÊ de Conservação" continua sendo aplicado em seus locais de atuação, como declarado no último relatório institucional (2009):

Deve, também, ser base para cidades sustentáveis, harmônica com o meio rural, com a criação de paisagens e o desenvolvimento de políticas públicas que permitam a convivência entre o agronegócio, a sustentabilidade familiar e a coexistência pacífica com o restante da biodiversidade de cada região. Foi por esse motivo que nossa instituição desenvolveu o Modelo IPÊ de Conservação, e o tem aplicado em cinco regiões do Brasil (IPÊ, 2009).

A tabela a seguir resume a classificação das concepções ideológicas existentes em cada ONG ambientalista, apresentadas em sua progressão de origem, ações e projetos, e a mais forte na atualidade. Todas as entidades mantiveram suas raízes ideológicas, mas verifica-se que existe o desenvolvimento de práticas com tipos ideológicos distintos na progressão das atividades, e muitas vezes ideologias distintas “convivem” ao mesmo tempo na mesma instituição.

Tabela 37: Síntese das Tipologias Ambientalistas presentes nas ONGs analisadas.

Entidade	Ideologia Ambientalista		
	Original	Incursoes Metodológicas	Principal
Mater Natura	Preservacionista	Conservacionista	Preservacionista
		Ecodesenvolvimentista	
ADEMADAN	Ecodesenvolvimentista	Pró-Qualidade de Vida	Ecodesenvolvimentista
FGBPN	Preservacionista	Ecodesenvolvimentista	Preservacionista
		Ecocapitalista	
MarBrasil	Conservacionista	Preservacionista	Conservacionista
SPVS	Preservacionista	Conservacionista	Preservacionista
		Ecocapitalista	
IPÊ	Conservacionista	Ecocapitalista	Conservacionista

Fonte: O AUTOR (2011).

7.3 ANÁLISES DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A análise de desenvolvimento institucional reflete principalmente o grau de organização interna das entidades e a capacidade destas de atingirem seus objetivos administrativos e programáticos estabelecidos. Os elementos

selecionados foram avaliados segundo a metodologia adaptada, que estabelece uma graduação de sistemas de organização, cujos valores vão de 1 a 5, ou seja, de um nível sem sistematização, em que as coisas são feitas de forma relativamente espontânea pelos membros da instituição, a um nível de constante otimização, em que os processos são totalmente padronizados e periodicamente reavaliados pela instituição e seus membros. Posteriormente uma escala comparativa foi realizada, por meio do somatório dos valores estipulados e pela divisão desta soma pela máxima pontuação possível.

Tabela 38: Análise do Grau de Desenvolvimento Institucional das ONGs Ambientalistas estudadas.

Áreas Institucionais	Aspectos Organizacionais	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	MatBrasil	SPVS	IPÉ
Planejamento Estratégico	Missão Organizacional	4	1	5	2	5	5
	Plano Estratégico	3	1	5	2	5	5
Processo de Tomada de Decisão, Liderança e Representatividade Social	Processo de Tomadas de Decisão	4	2	4	2	4	5
	Composição do Conselho	2	1	4	2	5	5
	Gerenciamento de Mudanças Organizacionais	3	2	4	2	4	5
Administração Organizacional, Legal e Financeira	Estrutura da Organização	4	1	5	2	5	5
	Enquadramento Legal, Títulos e Certificados	5	2	5	2	5	5
	Sistemas de Contabilidade	5	2	5	2	5	5
Capacidade Programática	Identificação e Planejamento de Projetos e Programas	4	3	5	3	5	5
	Monitoramento dos Progressos e Impactos	4	3	5	2	4	5
	Capacitação e Serviços	4	2	5	3	4	4
Sustentabilidade Econômica	Plano para Captação de Recursos e Desenvolvimento	4	2	5	2	5	5
	Diversificação de Fontes de Financiamento	4	2	2	2	2	5
	Geração de Renda de Uso Irrestrito	2	1	5	1	3	4
	Investimento de Longo Prazo	2	1	5	1	5	5
Relações Externas	Relações de Trabalho com Outras Organizações	4	3	3	5	4	4
	Relações Governamentais	5	3	5	3	5	5
	Legitimidade na Área de Atuação	4	3	5	3	5	5
Total		67	35	82	41	80	87
Pontuação Máxima		90	90	90	90	90	90
Grau de Desenvolvimento Institucional		74,4%	38,9%	91,1%	45,6%	88,9%	96,7%

Fonte: O AUTOR (2011).

Analisando o Grau de Desenvolvimento Institucional entre as instituições estudadas verifica-se que apenas a ADEMADAN e a MarBrasil, as ONGs de criação mais recente, obtiveram resultados menos expressivos, com 38,9% e 45,6% respectivamente. As demais instituições apresentaram maior grau de desenvolvimento institucional, com o IPÊ, a FGBPN e a SPVS apresentando os maiores valores, 96,7%, 91,1% e 88,9% respectivamente, e a Mater Natura obtendo um valor um pouco menor com 74,4%.

Analisando as Áreas Institucionais separadamente, pela média dos índices dos Aspectos Organizacionais correspondentes, observa-se que o Planejamento Estratégico; da Administração Organizacional, Legal e Financeira; e Sustentabilidade Econômica apresentaram o mesmo ordenamento no Grau de Desenvolvimento supracitado (IPÊ, FGBPN, SPVS, Mater Natura, MarBrasil e ADEMADAN). O Processo de Tomada de Decisão, Liderança e Representatividade Social; e as Relações Externas apresentaram o IPÊ e a SPVS como sendo as entidades mais desenvolvidas nesta área, seguidas da FGBPN, Mater Natura, MarBrasil e ADEMADAN. A Capacidade Programática das ONGs estudadas foi liderada pela FGBPN, seguido do IPÊ, SPVS, Mater Natura, ADEMADAN e MarBrasil.

Tabela 39: Médias do Grau de Desenvolvimento Institucional por Áreas Institucionais.

Grau de Desenvolvimento Institucional Média por Área Institucional	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	MarBrasil	SPVS	IPÊ
Planejamento Estratégico	3,50	1,00	5,00	2,00	5,00	5,00
Processo de Tomada de Decisão, Liderança e Representatividade Social	3,00	1,67	4,00	2,00	4,33	5,00
Administração Organizacional, Legal e Financeira	4,67	1,67	5,00	2,00	5,00	5,00
Capacidade Programática	4,00	2,67	5,00	2,67	4,33	4,67
Sustentabilidade Econômica	3,00	1,50	4,25	1,50	3,75	4,75
Relações Externas	4,33	3,00	4,33	3,67	4,67	4,67

Fonte: O AUTOR (2011).

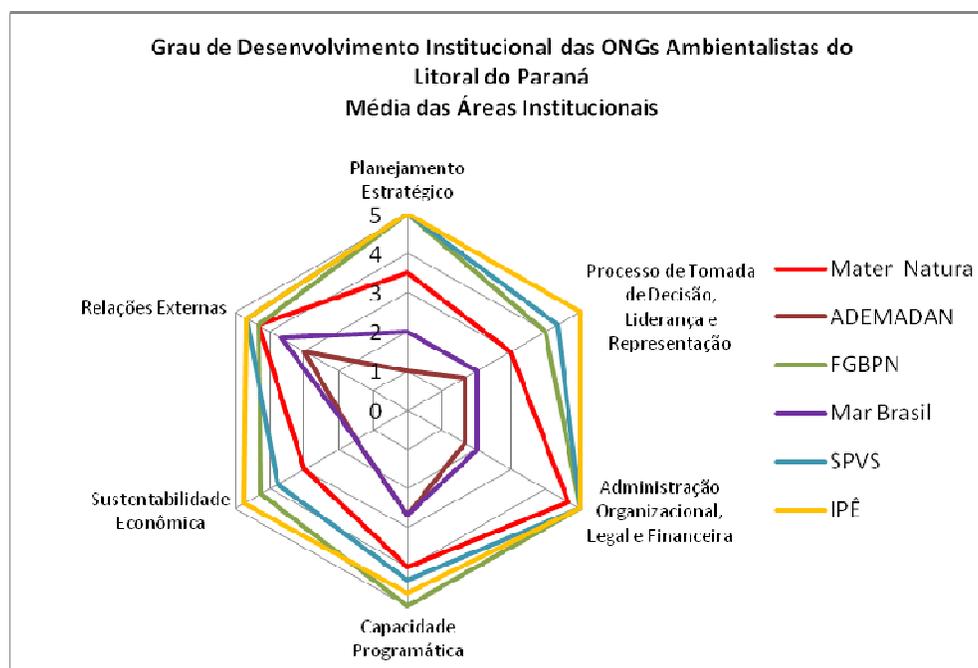


Figura 37: Grau de Desenvolvimento por Área Institucional nas ONGs Ambientalistas avaliadas.

Fonte: O AUTOR (2011).

Pode-se observar que há uma estrita relação entre a escala de atuação e a idade das ONGs ambientalistas com o grau de desenvolvimento institucional, onde instituições de escala menor (municipal e regional) e mais novas apresentam menor desenvolvimento (ADEMADAN e MarBrasil), e instituições de escala nacional e mais velhas apresentam maior grau de desenvolvimento institucional (FGBPN e IPÊ). As instituições de escala estadual estudadas (SPVS e Mater Natura) estão numa escala intermediário-superior no grau de desenvolvimento. Também se pode correlacionar com os recursos financeiros de cada instituição, pois as que possuem maior desenvolvimento institucional também são as que movimentam maiores valores de financiamento e recursos.

Analisando área a área verifica-se que os aspectos relacionados com a sustentabilidade econômica é a área que a maioria das ONGs tem mais dificuldade em se desenvolver, exceto IPÊ e FGBPN que tem alta eficiência neste quesito. A SPVS também possui um bom desenvolvimento, mas depende de apenas 1 financiador, o que pode refletir certa dificuldade em diversificar suas fontes de financiamento, pois esta fonte corresponde a 77%

de toda a renda da entidade; e a sua geração de renda de uso irrestrito, que constitui menos de 50% de seu custo operacional. A FGBPN apesar de apresentar pouca diversificação das fontes, possui renda irrestrita proveniente do grupo mantenedor da fundação. Este último aspecto também é deficiente nas outras ONGs de menor grau de desenvolvimento, a ADEMADAN e a MarBrasil apresentaram baixos índices nos aspectos de investimento de longo prazo, pois não começaram a estabelecer mecanismos de sustentabilidade financeira de longo prazo. A Mater Natura apresentou valores intermediários praticamente em todos os aspectos. O plano para captação de recursos e desenvolvimento foi o aspecto com os maiores índices entre as entidades, pois todas já começaram a sistematizar as atividades de geração de recursos e a delegar contatos com doadores e esforços de captação de recursos.

O Processo de Tomada de Decisão, Liderança e Representação Social foi a segunda área que as instituições apresentaram mais deficiências no desenvolvimento, pois mesmo com promoção de trabalho em equipe as lideranças internas (presidentes, diretores, gerentes ou conselheiros) exercem um papel muito forte nas tomadas de decisão, tanto operacionais como estratégicas, a única exceção é o IPÊ que promove reuniões trimestrais com todos os membros da entidade para decidir democraticamente os rumos da organização. Este fato afeta também o gerenciamento de mudanças organizacionais pois algumas lideranças, apesar de reconhecer a necessidade de mudanças na organização, preferem manter o “*status quo*” e resistem a idéias de mudanças internas e externas da organização.

A composição do conselho apresenta certa polaridade nas organizações estudadas, com o IPÊ, a FGBPN e a SPVS apresentando conselhos compostos por representantes destacados de setores importantes da sociedade local e que possuem requisitos necessários de participação, efetividade e direção da organização. A ADEMADAN, a MarBrasil, e a Mater Natura possuem conselhos que representam um só ou poucos setores da sociedade local, além de não serem selecionados adequadamente para os requisitos necessários para direcionar a organização.

Analisando a área de planejamento estratégico verifica-se que apenas a MarBrasil e a ADEMADAN apresentaram baixos índices, no aspecto de missão organizacional e avaliação de impacto a ADEMADAN nem possui uma

missão ou orientação clara da entidade e uma avaliação do progresso para o alcance da missão. Este último aspecto na MarBrasil também não foi verificado, apesar de já haver uma baixa organização nos outros aspectos. As demais ONGs obtiveram valores elevados o que reflete processos mais gerenciados e previsíveis internamente.

A Capacidade Programática traduz o quanto os programas e projetos das ONGs estão alcançando seus objetivos, por meio do desenvolvimento da capacidade de monitorar o progresso de seus projetos, fazer correções de acordo com as circunstâncias, e habilidade de medir o impacto de seu trabalho em relação à missão institucional, auxiliando na obtenção de recursos para seus programas. As ONGs mais antigas (Mater Natura, FGBPN, SPVS e IPÊ) apresentaram condições bem gerenciadas e otimizadas em todos os aspectos, pois elas desenvolveram mecanismos para envolver beneficiários ou clientes de projetos no processo, desde a fase de planejamento até a fase de avaliação, onde verifica-se forte coerência e consistência entre os programas e a missão das entidades. A MarBrasil e a ADEMADAN demonstraram algumas divergências no conjunto de programas executados com a missão institucional, e inconsistência na implementação de projetos, incluindo monitoramento dos progressos em relação aos objetivos do projeto ou programa, além de dificuldades em avaliar os impactos, relevância e extensão de seus programas e beneficiários dos projetos.

O aspecto relacionado à Capacitação e Serviços demonstra que as ONGs mais antigas (Mater Natura, FGBPN, SPVS e IPÊ) mantêm contatos regulares com outras ONGs e atores principais, tomando a iniciativa de compartilhar suas melhores práticas com o propósito de constantemente desenvolver capacidades, além de priorizar suas deficiências de conhecimento e a de outros atores principais. Fato não encontrado ou se encontrado representou ações incipientes na ADEMADAN e MarBrasil. Cabe destacar que a FGBPN criou e desenvolveu um programa de Trainees em ONGs ambientais, fornecendo bolsas e capacitação relacionada ao Terceiro Setor para membros das instituições apoiadas.

A Administração Organizacional, Legal e Financeira das ONGs foi a segunda área que obteve os maiores índices. O aspecto da estrutura da organização demonstra que o organograma e os fluxos reais de comunicação,

delegação e subordinação são familiares à maioria da equipe das instituições. O enquadramento legal, títulos e certificados entre as instituições expressa também o quanto as ONGs estão organizadas em sua documentação e certificados, com a MarBrasil e a ADEMADAN apresentando os índices mais baixos. Os sistemas de contabilidade são amplamente utilizados e otimizados nas ONGs maiores e mais velhas (Mater Natura, SPVS, FGBPN e IPÊ), verificado principalmente nos relatórios de atividades publicados pelas instituições, mas na MarBrasil e ADEMADAN há uma carência maior no aprimoramento destes sistemas, esta última ONG não apresenta ou disponibiliza seus relatórios de atividades anuais em seu website.

A área de relações externas demonstra que todas as ONGs têm relativa habilidade em estabelecer relações mutuamente proveitosas com entidades externas, incluindo outras ONGs, agências governamentais, organizações internacionais, academia, grupos comunitários e setor privado. O aspecto das relações de trabalho com outras organizações mostra que todas as entidades avaliadas possuem parcerias e relações de trabalho regulares com uma variedade de organizações parceiras e estratégicas, seja por projetos em conjunto, financiamento ou redes temáticas. As relações governamentais são mantidas por meio de relações de trabalho com algumas agências governamentais relevantes e na participação de eventos oficiais e comissões específicas as áreas de atuação das ONGs.

O aspecto da legitimidade na área de atuação demonstra que as entidades mais antigas e experientes são altamente respeitadas por vários atores em suas áreas de atuação em escala estadual e nacional, expressado também pelo número de prêmios e certificados ganhos, e seus eventos geralmente atraem grande atenção, já as mais novas (MarBrasil e ADEMADAN) tem esse efeito mais pronunciado apenas na escala regional, mesmo executando eventos de caráter nacional e internacional, provavelmente devido a pouca experiência, idade e prestígio menores.

Em síntese, verifica-se que todas as organizações possuem estruturas definidas e procedimentos para assegurar sua governança interna e sua prestação de contas. Adverte-se que as dificuldades de se garantir a participação de membros nas organizações podem comprometer a governança interna e o impacto tanto da participação como das responsabilidades na

entidade. A institucionalização expressada na criação de mais organizações estruturadas também corre o risco de aumentar a distância entre a associação e a estrutura executiva interna das entidades. Em algumas entidades foi verificado que há uma insuficiente atenção prestada às necessidades de se desenvolver uma boa governança interna, a fim de se fundamentar e legitimar exigências de uma melhor governança na arena pública.

7.4 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROJETOS DAS ONGS AMBIENTALISTAS NA ZONA COSTEIRA DO PARANÁ

7.4.1 Mater Natura

A Mater Natura tem um histórico de atuação no litoral paranaense de mais de 20 anos, iniciado por ações de manifestação e pressão política contra o trecho paranaense da BR-101, que iria passar pelo município de Guaraqueçaba/PR, em meados da década de 80.

Posteriormente realizou seu primeiro projeto de etnoconhecimento botânico na região da APA de Guaraqueçaba, entorno do Parque Nacional de Superagüi, entre setembro de 1997 a setembro de 1998. Os resultados deste projeto embasaram a divulgação das práticas etnobotânicas e etnofarmacológicas entre as comunidades estudadas, agentes de saúde, professores e estudantes locais.

Na seqüência, em novembro de 1998, a ONG iniciou pesquisas bioecológicas sobre o bicudinho-do-brejo (*Stymphalornis acutirostris*), uma ave endêmica da região entre o litoral norte de Santa Catarina e a Baía de Antonina/PR. Os resultados demonstraram que a espécie está ameaçada de extinção, devido à distribuição restrita de seu habitat e pela influência antrópica. Ações de conservação da espécie estão sendo realizadas, tais como a proposição de aumentar os limites do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange que é limítrofe à região que abriga a maior população da espécie. Em janeiro de 2006 foi iniciado um novo projeto para o levantamento de novos dados, fundamentais para complementar as ações de conservação.

Outro projeto de conservação de fauna foi realizado, entre julho de 2008 e dezembro de 2009, intitulado de “Subsídios à conservação da Maria-

catarinense (*Hemitrircus kaempferi*): distribuição geográfica e caracterização de ambiente de ocorrência”. O mesmo foi elaborado e executado pela Mater Natura, e financiado pela FGBPN. Esta ave é considerada criticamente ameaçada e uma das que mais requerem esforços conservacionistas no litoral sul do país, devido a maior parte de seu habitat ter sido convertida em áreas de habitação, pastagens e culturas diversas durante a ocupação do litoral brasileiro. O objetivo do projeto foi aumentar os conhecimentos sobre a espécie e contribuir com políticas públicas voltadas à conservação em 26 municípios do litoral do Paraná e Santa Catarina.

No ano de 2002, entre os meses de setembro e dezembro, foi prestada uma assessoria técnica ao IBAMA e a outras instituições atuantes na APA de Guaraqueçaba, para implementar o seu Conselho Deliberativo. Através de Diagnóstico Rápido Interpretativo (DRP) foram auxiliadas 40 comunidades, que vivem na UC, a escolher, em plenárias de indicação, seus representantes junto ao conselho, e se elaborou um código de ética e responsabilidades, assim como capacitação das pessoas indicadas para o exercício do cargo (titulares e suplentes).

Durante o verão de 2004, entre 17 de janeiro a 15 de fevereiro, a Mater Natura executou a primeira fase do Projeto “De Olho no Ambiente” da Petrobras, realizando ações de comunicação no Balneário Flamingo, município de Matinhos-PR, com o objetivo de identificar os principais problemas de saneamento básico e conservação ambiental e suas possíveis soluções, apontados pelas comunidades litorâneas e veranistas. Neste período, aproximadamente 9.000 visitantes participaram de atividades educativas, culturais e recreativas. A segunda etapa deste projeto, entre abril de 2006 e dezembro de 2007, também foi realizada pela Mater Natura, e pretendeu sensibilizar e mobilizar comunidades de baixa renda, localizadas no entorno das Unidades de Negócios da Petrobrás, para a construção de suas Agendas 21 locais e comunitárias. A entidade trabalhou em 16 comunidades no Paraná, nos municípios de Araucária, São Mateus do Sul, Paranaguá e Matinhos. Foram aplicados 7.000 questionários (socioeconômico-ambiental) aos moradores, por 20 jovens agentes comunitários que foram capacitados em oficinas específicas. Os resultados foram apresentados aos moradores em reuniões temáticas consideradas prioritárias pelas comunidades, para

discussão e indicação de propostas de melhorias e parceiros para a implementação das mesmas. A criação de um Fórum da Agenda 21, em cada comunidade, foi realizada objetivando a discussão das propostas, juntamente com diversos parceiros locais, representantes dos municípios e empresas, para a aprovação de um plano de ação com prazos e responsabilidades para cada eixo temático elegido.

O primeiro projeto elaborado e executado pela entidade relacionado diretamente com a pesca foi o Plano de Ação para a Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros na APA de Guaraqueçaba, realizado entre setembro de 2005 e setembro de 2007, e financiado pela antiga Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP). O objetivo do projeto era contribuir no processo de construção de um programa de gestão dos recursos pesqueiros com base comunitária, por meio da consolidação de metodologias de gestão participativa e compartilhada, na elaboração do plano de ação e viabilizando espaços de discussão e difusão de informação envolvendo os diferentes atores da pesca artesanal (gestores, comunidades e representantes dos pescadores).

Atualmente mais dois projetos relacionados ao tema pesqueiro foram elaborados e estão sendo executados pela entidade. O primeiro projeto, denominado “Monitoramento da Pesca Artesanal do Litoral do Paraná (Promopesca)”, iniciado em fevereiro de 2010 e com previsão de encerramento em janeiro de 2012, está financiado pelo Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA), e visa analisar, monitorar e gerar informações sobre a dinâmica da pesca artesanal dos principais portos de desembarque do litoral paranaense, e realizar uma análise através da estatística pesqueira, além de buscar o subsídio de ações conjuntas e integradas de gestão dos estoques pesqueiros.

O segundo projeto intitula-se “Políticas de gestão ambiental e pesqueira e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas”. Foi iniciado em outubro de 2010 e termina em outubro de 2011, e é financiado pelo Instituto HSBC Solidariedade. Realizado em parceria com o programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (MADE/UFPR), tem como objetivo geral analisar a vulnerabilidade de ambientes e populações pesqueiras às mudanças climáticas e o impacto das políticas de gestão pesqueira e conservação sobre vulnerabilidade, gerando subsídios para o seu

aprimoramento e para a melhoria da capacidade adaptativa das populações e ecossistemas costeiros. O local de estudo está sendo desenvolvido em três áreas estuarinas no litoral dos estados do Paraná e Santa Catarina, onde coexistem ambientes de elevada importância ecológica, significativas populações de pescadores e unidades de conservação de diferentes categorias.

O Projeto “Jovem, mostre a sua cara!”, elaborado pela Mater Natura, financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), e executado entre dezembro de 2004 e junho de 2008, teve como objetivo desenvolver um processo de planejamento e gestão participativa com os jovens das comunidades da Ilha do Mel, através de atividades que abordassem as interdependências das questões socioambientais locais. A expectativa do projeto era construir um cenário futuro, com a inclusão de jovens nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de uma nova postura comportamental com vistas à valorização do patrimônio histórico, natural e cultural da ilha. Os jovens eram convocados a participar, observar, discutir e refletir a realidade socioambiental das comunidades da Ilha do Mel, por meio de diagnósticos, coleta de dados e indicadores, palestras, e oficinas de instrumentalização (jardinagem sustentável, paisagismo solidário, manutenção residencial, softwares, internet, redação e oratória). Algumas atividades de educação ambiental de caráter experimental foram realizadas no ensino de 5ª a 8ª séries, visando integrar os conteúdos curriculares às atividades práticas.

Um segundo projeto dentro da mesma temática chamado “Ecofalantes da Ilha do Mel” foi desenvolvido e executado pela Mater Natura, entre março de 2008 e março de 2009, e financiado pelo Instituto Sadia de Sustentabilidade. O objetivo foi contribuir para a criação e manutenção de sociedades sustentáveis na ilha, mobilizando a população da região e criando produtos de comunicação ambiental de caráter educativo, desenvolvidos pelos jovens locais e transmitidos, em linguagem radiofônica, aos mais de 150 mil visitantes e turistas anuais. A educação e comunicação social (educomunicação) foi utilizada como principal instrumento na realização das ações, promovendo princípios de democratização, autonomia e emancipação, oferecendo condições de inclusão social e de direito à comunicação, não apenas pelo acesso à informação, mas também na participação, criação e gestão de meios

de comunicação. Para tanto foi criado um núcleo de comunicação, onde foram promovidas oficinas de comunicação ambiental e pesquisa-ação com os jovens, a fim de se elaborar temas socioambientais para divulgação.

Complementando estas ações, outro projeto foi elaborado e esta em execução pela entidade, iniciado em janeiro de 2008 com previsão de término em julho de 2011, onde ações de resgate e valorização da identidade cultural da Ilha do Mel são realizadas por meio de pesquisa etnocientífica e de linguagem artística, trabalhadas na criação teatral, audiovisual e digital. O projeto chama-se “Cultura Viva da Ilha do Mel” e é financiado pelo Ministério da Cultura/Fundo Nacional da Cultura, e busca criar um ponto de cultura que valorize e impulse ações pré-existentes ou estimule novas ações, e estas se integrem a ações desenvolvidas em outros núcleos (650) espalhados pelo país, dentro do mesmo programa federal, formando uma rede articulada de gestão cultural. No mesmo projeto objetiva-se a integração com artistas, escolas, instituições e tradições locais, contribuindo para a recuperação, caracterização e manutenção da cultura da ilha. Além disto, visa registrar os produtos em meios audiovisuais e digitais, através de tecnologia de comunicação e democratização do conhecimento em uma gestão cultural compartilhada, operacionalizada em oficinas específicas (jornalismo comunitário, rádio, audiovisual, animação digital e fotografia) e difundida em redes virtuais e reais.

Outro estudo da Mater Natura é o projeto “Avaliação da vulnerabilidade de extinção das espécies da Floresta Atlântica mediante o uso de redes de interação mutualística entre plantas zoocóricas e aves frugívoras” que esta em execução, desde janeiro de 2011 e com termino previsto para dezembro de 2012, e é financiado pela FGBPN. O projeto visa determinar a estruturação da rede de interação entre as aves frugívoras e as plantas, e definir a vulnerabilidade de extinção das espécies e sua participação no equilíbrio da comunidade. As informações geradas irão subsidiar novas ações de conservação e mitigação dos impactos gerados pela degradação da floresta atlântica do sul e sudeste brasileiro. O projeto esta sendo desenvolvido no litoral norte do Paraná (Antonina e Guaraqueçaba).

O Projeto “Inclusão e ampliação da proteção da Floresta Ombrófila Mista – Floresta Ombrófila Densa em quatro UCs de Proteção Integral na Serra do Mar Paranaense” esta em execução pela organização. Foi iniciado em

dezembro de 2010 e irá terminar em maio de 2012, e é financiado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). O objetivo deste projeto é ampliar a área protegida por quatro UCs de proteção integral (Parque Estadual Pico Paraná, Parque Estadual Roberto Ribas Lange, Parque Estadual Serra da Graciosa e Parque Estadual do Marumbi) localizadas na Serra do Mar paranaense, em área de ecótono entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Mista, visando estabelecer um corredor contínuo de proteção entre elas. O projeto foi elaborado em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e vai de encontro com o interesse deste órgão em proteger integralmente as vertentes oriental e ocidental da Serra do Mar do estado, pois existem pressões crescentes de urbanização, loteamentos, usos agrossilvopastoris e mineração em toda a região.

Outras ações do Mater Natura, em nível estadual e ou executadas em outras regiões, estão relacionadas indiretamente ao litoral paranaense ou a questões marinhas respectivamente, pois a entidade realiza parcerias em projetos e/ou em redes temáticas, tais como com a Rede Semente Sul, que visa criar e desenvolver um banco de sementes de espécies da Mata Atlântica no sul do país. Outras parcerias são: REASul, que visa integrar as ações em Educação Ambiental no Sul do país; o projeto “Capacitação em Gestão Participativa de Unidades de Conservação na Região Sul e Mato Grosso do Sul”, que buscava instrumentalizar os diversos atores relacionados às UCs dos estados da região sul e Mato Grosso do Sul para contribuir efetivamente na gestão participativa dessas unidades; e a revisão e publicação da Lista Vermelha das Espécies da Fauna Ameaçada de Extinção no Estado do Paraná.

O projeto “Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais” também serve como exemplo de ação relacionada a questões marinhas, e foi executado no litoral nordeste do país, entre abril e setembro de 2007. O mesmo tinha o objetivo de conservar os recifes de coral diminuindo a exploração, impacto e destruição de estruturas coralíneas. Ações de divulgação buscavam ampliar o alcance da campanha, mostrando a importância da proteção dos recifes de coral para o turista, em programas ao alcance do público. Foi financiado pelo National Fish and Wildlife Foundation (NFWF-EUA).

Considerando o conjunto das ações do Mater Natura, verifica-se que a partir de setembro de 1997 a ONG já desenvolveu 14 projetos em todo o litoral do Paraná, sendo 3 projetos sobre fauna e ambientes ameaçados, 3 sobre gestão pesqueira, 2 projetos relacionados a gestão e ampliação de UCs, 5 projetos de base comunitária, em ações de capacitação, comunicação e mobilização social, e educação ambiental; e apenas 1 sobre levantamento etnobotânico. A tabela a seguir sintetiza as ações do Mater Natura no Litoral do Paraná.

Tabela: Projetos Executados ou em Execução pelo Mater Natura no Litoral do PR.

N	Projeto	data		Objetivo	localização	Participação	Financiador
		inicio	fim				
1	Inventário etnobotânico da APA de Guaraqueçaba-PR, populações tradicionais adjacentes ao Parque Nacional de Superagui	set/97	set/98	Efêuar levantamento dos usos que a população tradicional das ilhas do município de Guaraqueçaba fazem dos produtos florestais da Mata Atlântica.	APA de Guaraqueçaba	Proponente e Executor	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) / Ministério do Meio Ambiente (MMA).
2	Distribuição, biologia e conservação do bicudinho-do-brejo (<i>Stymphalotis scutirostris</i>): uma ave recentemente descoberta para a ciência	nov/98	abr/00	Desenvolver estudos técnicos, visando a apropriação de conhecimentos desta espécie ameaçada de extinção com vistas a subsidiar ações de conservação.	Ilha do PR	Executor	Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) / Ministério do Meio Ambiente (MMA); Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (FBN); Fundação MacArthur, American Bird Conservancy.
3	Assessoria técnica para implantação do Conselho Deliberativo da APA de Guaraqueçaba	set/02	dez/02	Implantar técnicas e metodologias dinâmicas e participativas para auxiliar as 40 comunidades que vivem na APA de Guaraqueçaba a escolherem seus representantes junto ao Conselho Deliberativo da APA.	APA de Guaraqueçaba	Executor	IBAMA
4	Projeto De Olho no Ambiente	jan/04	fev/04	Ações de comunicação no Balneário Flamingo, município de Matinhos-PR, com o objetivo de identificar os principais problemas de saneamento básico e conservação ambiental e suas respectivas soluções, apontados pelas comunidades litorâneas e veranistas.	Matinhos	Executor	Petroléo Brasileiro S.A. (PETROBRAS).
5	Plano de Ação para a Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros na APA de Guaraqueçaba	set/05	set/07	Contribuir com a primeira etapa do processo de construção do programa de gestão dos recursos pesqueiros da APA de Guaraqueçaba com bases comunitárias	APA de Guaraqueçaba	Proponente e Executor	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP
6	De Olho no Ambiente - Construindo a Agenda 21 Local de Comunidades	abr/06	dez/07	Mobilizar comunidades de baixa renda localizadas no entorno das Unidades de Negócio da Petrobrás para a construção de suas Agendas 21 Locais de Comunidades	Paranaguá e Matinhos	Proponente e Executor	Petroléo Brasileiro S.A. (PETROBRAS).
7	"Jovem, mostre a sua cara!"	dez/04	jun/08	Desenvolver um processo de planejamento e gestão participativa, através de atividades que abordem as interdependências das questões socioambientais locais.	Ilha do Mel	Proponente e Executor	Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA
8	Ecofalantes da Ilha do Mel	mar/08	mar/09	Contribuir para a criação e manutenção de sociedades sustentáveis na Ilha do Mel	Ilha do Mel	Proponente e Executor	Instituto Sadia de Sustentabilidade

Figura 38: Projetos Executados ou em Execução pelo Mater Natura no Litoral do PR (I)

9	Subsídios à conservação da maria-catarinense (Hémitticus kaempferi): distribuição geográfica e caracterização de ambiente de ocorrência	jul/08	dez/09	realização de levantamentos para identificar e caracterizar novos locais de ocorrência da espécie. O presente projeto, ao aumentar os conhecimentos sobre a espécie, espera contribuir com as políticas públicas governamentais voltadas à sua conservação.	litoral do PR	Proponente e Executor	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza - FBPN
10	Cultura Viva da Ilha do Mel	jan/08	jul/11	resgatar e valorizar a identidade cultural da Ilha do Mel por meio da pesquisa etnocientífica e da linguagem artística, trabalhada na criação teatral, como também materializar esta criatividade em produtos audiovisuais e digitais, usando a tecnologia como forma de difusão.	Ilha do Mel	Proponente e Executor	Ministério da Cultura do Governo Federal / Fundo Nacional da Cultura - FNC
11	Avaliação da vulnerabilidade de extinção das espécies da Floresta Atlântica mediante o uso de redes de interação mutualística entre plantas zocóricas e aves frugívoras	jan/11	dez/12	definição da vulnerabilidade de extinção das espécies e sua participação no equilíbrio da comunidade	litoral norte do PR	Proponente e Executor	Fundação O Boticário de Proteção à Natureza - FBPN
12	Inclusão e ampliação da proteção da Floresta Ombrófila Mista - Floresta Ombrófila Densa em quatro UCs de Proteção Integral na Serra do Mar Paranaense	dez/10	mai/12	ampliar a área protegida por quatro Unidades de Conservação de Proteção Integral (Parque Estadual Pico do Paraná, Parque Estadual Roberto Ribas Lange, Parque Estadual Serra da Graciosa e Parque Estadual do Marumbi) localizadas na Serra do Mar paranaense, em área de ecótono entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Mista, visando estabelecer um corredor contínuo de proteção entre elas.	Serra do Mar	Proponente e Executor	FUNBIO
13	Políticas de gestão ambiental e pesqueira e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas	out/10	out/11	analisar a vulnerabilidade de ambientes e populações pesqueiras às mudanças climáticas e o impacto das políticas de gestão pesqueira e de conservação sobre essa vulnerabilidade, gerando subsídios para o aprimoramento das políticas e para a melhoria da capacidade adaptativa das populações e dos ecossistemas costeiros.	Guarapuaba	Proponente e Executor	Instituto HSBC Solidareidade
14	Monitoramento da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná - PromoPesca	fev/10	jan/12	analisar, monitorar e gerar informações sobre a dinâmica da pesca artesanal no litoral do Paraná	litoral do PR	Proponente e Executor	Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Figura 39: Projetos Executados ou em Execução pelo Mater Natura no Litoral do PR (II)

A análise das Ações do Mater Natura no litoral do Paraná identificou que a maioria das abordagens dos projetos são de governança ecossistêmica, e o restante dos projetos relacionados à proteção ambiental são de caráter extremamente técnico. A análise de continuidade dos projetos identificou apenas duas ações de maior prazo: o projeto sobre o bicudinho-do-brejo (proteção ambiental), e as ações de gestão participativa na Ilha do Mel, configurada nos três projetos: “Jovem, mostre a sua cara”, “Ecofalantes da Ilha do Mel” e “Cultura Viva Ilha do Mel” (governança ecossistêmica).

O restante das ações foi realizada de forma pontual ou fragmentada. O tipo iniciativa das ações foram principalmente de terceiros, tais como ONGs e Empresas, e do estado (execução de políticas públicas); apenas duas ações foram consideradas mistas: o projeto do bicudinho-do-brejo e o projeto “Políticas de gestão ambiental e pesqueira e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas”. Isto indica que a Mater Natura não mostra uma missão ou objetivo de ação claros e definidos no litoral do Paraná, pois a maioria dos projetos responde por iniciativas de terceiros ou é uma execução de políticas públicas.

A Mater Natura não tem contatos diretos com ONGs do litoral, exceto através dos conselhos da APA de Guaraqueçaba e do Parque Nacional de Superagüi, e de uma parceria no programa de monitoramento pesqueiro do litoral do Paraná em que uma parte é realizada em conjunto com a MarBrasil. A entidade possui vínculos com algumas instituições que trabalham com ecoturismo na região de Morretes. Outro vínculo seria com a Fundação Boticário (FGBPN), mas somente através do financiamento de projetos, e acaba sendo uma relação difusa, pois muitos editais da FGBPN não são exclusivos ao litoral do Paraná. A entidade participou da organização do I, II e III Workshop: Guaraqueçaba, Conservação e Rumos do Desenvolvimento em abril, maio e agosto de 1998), e atualmente também é um dos representantes do Conselho de Desenvolvimento do Litoral do Paraná, desde o final de dezembro de 2010.

A entidade apresenta duas formas de participação, definidas pela sua concepção ambientalista e pelos principais projetos da entidade, sendo a participação como meio, utilizada principalmente em suas abordagens de

proteção ambiental, e a participação como um meio e como um fim, principalmente nos projetos de gestão participativa na Ilha do Mel.

Em síntese, verifica-se que a Mater Natura desempenha principalmente um papel de executor de políticas públicas e iniciativas de terceiros (ONGs e empresas) no litoral do Paraná, pois boa parte dos projetos é proveniente de múltiplos editais de financiamento, que na maioria das vezes já possuem objetivos formatados e propósitos definidos, e não foi verificado indícios de uma agenda específica para a região costeira.

A ideologia predominante é a preservacionista, mas verifica-se que pela execução de vários projetos com abordagem de governança ecossistêmica no litoral existe outra corrente ideológica mais conservacionista dentro da entidade. Todavia fica difícil estabelecer qual seria a corrente ideológica principal, talvez devido à falta de uma missão clara e abordagem mais profunda sobre a realidade da região costeira paranaense.

Tabela 40: Análise das Ações do Mater Natura no Litoral do Paraná.

Análise das Ações do Mater Natura no Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecossistêmica	Contínua	Fragmentada	Pontual	Própria de Terceiros	Execução de Política Pública	Mista
Inventário etnobotânico da APA de Guaraqueçaba-PR: populações tradicionais adjacentes ao Parque Nacional de Superagüi		X			X		X	
Distribuição, biologia e conservação do bicudinho-do-brejo (<i>Stymphalornis acutirostris</i>): uma ave recentemente descoberta para a ciência	X		X					X
Assessoria técnica para implantação do Conselho Deliberativo da APA de Guaraqueçaba		X			X		X	
Projeto De Olho no Ambiente		X		X			X	
Plano de Ação para a Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros na APA de Guaraqueçaba		X			X		X	
De Olho no Ambiente - Construindo a Agenda 21 Local de Comunidades		X		X			X	
"Jovem, mostre a sua cara!"		X	X				X	
Ecofalantes da Ilha do Mel		X	X					X

Subsídios à conservação da maria-catarinense (<i>Hemitriccus kaempferi</i>): distribuição geográfica e caracterização de ambiente de ocorrência	X			X			X		
Cultura Viva da Ilha do Mel		X	X					X	
Avaliação da vulnerabilidade de extinção das espécies da Floresta Atlântica mediante o uso de redes de interação mutualística entre plantas zocóricas e aves frugívoras	X				X		X		
Inclusão e ampliação da proteção da Floresta Ombrófila Mista - Floresta Ombrófila Densa em quatro UCs de Proteção Integral na Serra do Mar Paranaense	X				X		X		
Políticas de gestão ambiental e pesca e a vulnerabilidade de populações e ambientes costeiros às mudanças climáticas		X			X				X
Monitoramento da Pesca Artesanal no Litoral do Paraná – PromoPesca		X			X			X	

Fonte: O AUTOR (2011).

7.4.2 ADEMADAN

Devido à localização e escala de atuação da ADEMADAN todos os seus projetos são realizados no litoral do Paraná, especificamente no município de Antonina. Atualmente a estrutura dos projetos da entidade esta amarrada ao projeto LAGEAP (Laboratório de Geoprocessamento Aplicado). Trata-se da criação de um laboratório de Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica, que fornece sustentabilidade técnica aos demais projetos desenvolvidos. A demanda na produção de mapas e análises espaciais em outros projetos fundamentou a criação deste laboratório, uma vez que a entidade utilizava outras instalações e equipamentos de parceiros.

As principais ações da ADEMADAN são relacionadas à Gestão Ambiental Portuária, exclusivamente do Terminal Portuário da Ponta do Félix em Antonina/PR, empresa que é o principal financiador dos projetos relacionados ao tema executados pela entidade. Um programa foi desenvolvido para prestar serviços ao porto visando incluir a perspectiva ambiental nas operações relacionadas a este. Trata-se do “Programa CAD (Contaminantes, Assoreamento e Dragagem)” que procura investigar a dinâmica do processo de assoreamento na Baía de Antonina, e visa desenvolver planos de ação que venham atenuar o processo e mitigar os impactos ambientais e os custos das dragagens portuárias em médio prazo.

A primeira e segunda fase do programa, desenvolvidas entre março de 2005 e abril de 2006, consistiu no diagnóstico do meio biofísico, relacionado às dragagens e às bacias hidrográficas adjacentes, com dados secundários, confecção de mapas, e alguns estudos mais específicos.

Na terceira etapa, realizada entre maio de 2006 e julho de 2007, os estudos incorporaram as exigências da legislação específica³¹, juntamente ao refinamento dos dados relativos ao meio físico (geologia, geomorfologia, pedologia, climatologia, hidrologia e fitogeografia), com ações mitigadoras relativas ao assoreamento nas bacias hidrográficas e baías de Antonina e Paranaguá; e o estudo dos impactos sobre a pesca artesanal e ações compensatórias decorrentes.

A quarta fase do programa, realizada no segundo semestre de 2007, teve como objetivo desenvolver uma metodologia científica para o diagnóstico, recuperação e o monitoramento das bacias hidrográficas, como ação mitigadora do assoreamento e da poluição no estuário de Paranaguá.

A quinta fase, executada no primeiro semestre de 2008, procurou estimar a contribuição de eventos de deslizamentos (movimentos de massa) a fim de compreender a dinâmica destes processos, e contribuir com o desenvolvimento de ações que venham minimizar tais ocorrências. Todas estas etapas contribuíram para o processo de licenciamento ambiental das dragagens portuárias no Paraná.

Outra ação de destaque que derivou do “Programa CAD” foi a criação do 1º Seminário sobre Dragagens Portuárias no Brasil, que já esta na sua 4ª edição, e reúne atores e especialistas do ramo de todo o país. Outra derivação deste programa foi uma parceria que a ADEMADAN fez com as Faculdades Integradas Espíritas do Paraná, onde realizou duas edições da Pós-graduação em Gestão Socioambiental Portuária. Verifica-se que a entidade desenvolveu expertise no assunto, e também buscou reunir e divulgar conhecimento através destes seminários.

Outro projeto derivado da relação da entidade com a atividade portuária foi o Projeto “Água de Lastro”, realizado no ano de 2005, que tem por

³¹ Resolução CONAMA N.º 344, de 25/03/2004 – Estabelece diretrizes gerais e os procedimentos mínimos para a avaliação do material a ser dragado em águas jurisdicionais brasileiras, e dá outras providências.

objetivo monitorar a troca das águas de lastreamento de navios que atracam nos terminais do município, identificando riscos de bioinvasão e desenvolvendo a conscientização dos respectivos comandantes sobre a necessidade da troca de lastro em regiões oceânicas como medida preventiva, ao invés da água estuarina.

A ADEMADAN desenvolveu também o “Projeto Junco” em parceria com os Terminais Portuários da Ponta do Félix (Porto de Antonina), onde incentivou a implantação de um tratamento de esgoto alternativo por zona de raízes na empresa, que funcionou entre 2004 e 2008, além de servir como um projeto piloto para replicação em comunidades rurais ou costeiras. O tratamento foi monitorado por meio de coletas de amostras para análises químicas e os resultados demonstraram a eficiência do sistema.

Atualmente, no fim do ano de 2010, a entidade recebeu patrocínio do programa PETROBRAS AMBIENTAL para o projeto “RAPPs”, que irá trabalhar na recuperação de áreas degradadas em áreas de preservação permanente nas bacias hidrográficas adjacentes à baía de Antonina, por meio da produção de mudas em viveiro para posterior plantio, monitoramento, e conservação da floresta e de áreas naturais. Este projeto é uma continuidade do programa CAD, em que a entidade identificou a necessidade de se mitigar os problemas de assoreamento na baía de Antonina.

A associação desenvolveu também o projeto “Morros Urbanos”, no ano de 2009, que trabalha com áreas de preservação permanente, deslizamentos, e uso e ocupação do solo no Morro do Bom Brinquedo (área urbana de Antonina). O objetivo deste trabalho é caracterizar a ocupação do local segundo a realidade sócio-ambiental de seus moradores, a fim de desenvolver projetos de monitoramento e recuperação de áreas de sensibilidade ambiental com riscos de erosão e deslizamentos. A Prefeitura Municipal foi o principal financiador deste projeto.

A instituição também está realizando o Projeto “Rede Pantanal”, que visa o desenvolvimento local da Gleba Pantanal no Assentamento Nhundiaquara, município de Morretes. A Gleba Pantanal está situada na bacia hidrográfica do Rio do Pinto, uma região de alta sensibilidade ambiental, com remanescentes da Floresta Atlântica e com geomorfologia suscetível à erosão e deslizamentos. Em função disto o assentamento é composto principalmente

por Áreas de Preservação Permanente protegidas pela legislação federal e estadual, o que limita as possibilidades da comunidade obter renda pelo uso da terra. O projeto objetiva construir uma rede de parcerias a fim de oferecer alternativas de renda e formação profissional, por meio de técnicas de piscicultura e cerâmica integradas ao meio ambiente. Diversas parcerias institucionais com universidades foram feitas a fim de obter auxílio financeiro na execução deste projeto.

A ADEMADAN auxiliou, em 2008, na organização da cooperativa de artesãos e catadores de lixo reciclável do município, e também realizou projetos de pesquisa histórica e resgate cultural no município. A definição das ações principais destes projetos, segundo a liderança, foram estabelecidos através de reuniões e pesquisas com os atores envolvidos.

Recuperando o conjunto de ações da ADEMADAN desde a sua criação observa-se que desenvolveu um programa de ação inédito de médio a longo prazo nas questões portuárias do município, derivado em diversas etapas (5) e em projetos complementares (3), além da criação de um evento específico sobre a questão de abrangência nacional (4 edições). Outros projetos (2) mais pontuais relacionados a questões de risco ambiental urbano e criação de alternativas de renda foram desenvolvidos aproveitando o conhecimento adquirido nas ações anteriores e a estrutura fornecida pelo Laboratório de Geoprocessamento Aplicado criado pela entidade. Os financiadores das ações dividem-se principalmente em entidades privadas (Porto de Ponta de Félix de Antonina e PETROBRAS), entidades estatais (federal e municipal) e parcerias institucionais (universidades públicas e privadas).

Tabela 41: Listagem dos Projetos da ADEMADAN e ano de execução.

Projeto ou Programa	Período de Execução
Projeto "Junco"	2004 e 2008
Programa "CAD (Contaminantes, Assoreamento e Dragagem)"	2005 a 2008
Projeto "Água de Lastro"	2005
Seminários sobre Dragagens Portuárias no Brasil	2006 a 2009
Projeto "Morros Urbanos"	2009
Projeto "Rede Pantanal"	2009
Projeto "RAPPs"	2010 a 2011

Fonte: O AUTOR (2011).

A análise das Ações da ADEMADAN no litoral do Paraná identificou que a maioria das abordagens dos projetos é de proteção ambiental, e apenas um projeto de governança ecossistêmica. A continuidade dos projetos identificou que o Programa CAD foi realizado em um horizonte maior de prazo, em que outros projetos derivaram deste programa, tais como os seminários sobre dragagem, o projeto de água de lastro, a prestação de serviço do Projeto Junco, e o projeto RAPPs de recuperação de áreas degradadas na baía de Antonina. Isto identifica que a ADEMADAN possui como principal pauta de melhorar a qualidade ambiental da baía de Antonina. Na iniciativa das ações foi própria ou mista, na iniciativa de ações mistas verifica-se que é uma prática comum da entidade estabelecer parcerias e convênios, discutindo propostas de projetos com as partes financiadoras, e as iniciativas próprias foram verificadas nos projetos de água de lastro e projeto morros urbanos.

Atualmente a organização não possui nenhum vínculo regular com outras ONGs do litoral. O principal canal de comunicação com outras instituições, segundo a liderança, é o website da ADEMADAN, onde se gerenciam os contatos e trocas de informações com outras pessoas ou instituições.

A entidade apresenta duas formas de participação, definidas pelos projetos desenvolvidos, sendo a participação como meio, utilizada principalmente em suas abordagens de proteção ambiental, e a participação como um meio e como um fim, em seu projeto com os assentados na Gleba Pantanal em Morretes/PR.

Verifica-se que a ADEMADAN desempenha principalmente um papel de agente municipal que busca melhorar a qualidade socioambiental da região da baía de Antonina. A análise das concepções ideológicas verifica que a principal corrente presente é a ecodesenvolvimentista, contudo, os projetos executados na região são marcadamente de proteção ambiental, configurados em ações de gestão ambiental portuária, o que denota que a intenção e o discurso da entidade podem ser o melhoramento conjunto de todos os ecossistemas e comunidades associadas à baía de Antonina, mas suas ações são mais de índole técnica e com baixa participação popular nas tomadas de decisão dos projetos e ações da ONG.

Tabela 42: Análise das Ações da ADEMADAN no Litoral do Paraná.

Análise das Ações da ADEMADAN no Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecosistêmica	Contínua	Fragmentada	Pontual	Própria de Terceiros	Execução de Política Pública	Mista
Programa “Contaminantes, Assoreamento e Dragagem”	X		X					X
Projeto Água de Lastro	X				X	X		
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Baía de Antonina	X		X					X
Projeto Morros Urbanos	X				X	X		
Projeto Rede Pantanal		X			X			X

Fonte: O AUTOR (2011).

7.4.3 FGBPN

A FGBPN tem uma atuação diferenciada das outras entidades ambientalistas do Terceiro Setor no litoral do Paraná, pois atua principalmente com financiamentos de projetos de conservação, e também na gestão da RPPN Salto Morato em Guaraqueçaba/PR. A Reserva Natural Salto Morato, com uma área de 2.340 hectares, é considerada referência em manejo de reserva natural, serve de campo para pesquisas científicas e recebe anualmente cerca de 7 mil visitantes (FGBPN, 2009). Além dos remanescentes naturais possui infraestrutura composta por trilhas interpretativas, centro de visitantes, quiosques, camping, alojamento para pesquisadores e centro de capacitação. O local foi criado e é mantido pela FGBPN, sendo que a compra da área foi realizada com o apoio financeiro da The Nature Conservancy (TNC).

O apoio a projetos é realizado desde 1991, e seleciona, acompanha e avalia projetos de conservação da natureza em todo o território nacional.

Possui como principal parceiro a Fundação Mac Arthur³² e a Rede Interamericana Avistar. Entre 1991 e 2010, foram apoiados 1.176 projetos em todos os biomas brasileiros; 36 novas espécies foram descobertas e/ou descritas; 158 espécies ameaçadas foram contempladas com projetos que permitiram a melhoria de sua proteção na vida silvestre; 208 unidades de conservação (federais, estaduais e municipais) no país contaram com projetos que contribuíram para sua criação, proteção ou manejo. Especificamente no bioma marinho foram apoiados 140 projetos, em todo o território nacional, nesse mesmo período.

No litoral do Paraná foram apoiados 12 projetos de conservação, entre 1991 e 2010, com predominância de projetos no bioma Mata Atlântica (10) e estudos de fauna (9). Observa-se que outras ONGs Ambientalistas estudadas foram apoiadas em 5 projetos distintos, tais como a SPVS, a Mater Natura e a MarBrasil (TABELA X). E o restante dos projetos foram realizados pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná; UFPR; Fundação da UFPR para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura; e o Instituto Eco-solidário, em projetos de flora, fauna e ambientes litorâneos.

Tabela 43: Projetos Apoiados pela FGBPN no litoral do Paraná.

Ano	Título	Instituição Apoiada	Bioma	Local
1991	Caracterização e proposta de manejo na Serra da Baitaca.	Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná	Mata Atlântica	Serra do Mar
1991	Distribuição, biologia e status de conservação do mico-leão-de-cara-preta (<i>Leontopithecus caissara</i>).	Apresentado como pessoa física	Mata Atlântica	Superagüi
1999	O comportamento da vegetação em uma área de recuperação ambiental - Reserva Natural Salto Morato - Guaraqueçaba - PR.	Universidade Federal do Paraná – UFPR	Mata Atlântica	Guaraqueçaba
2004	Biologia e bases para o manejo do bagre-africano, <i>clarias gariepinus</i> (Burchell, 1822): espécie introduzida no rio Guaraguaçu, Paranaguá, Paraná.	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura	Mata Atlântica	Paranaguá

³² A MacArthur Foundation trabalha com: a defesa de direitos humanos, avanços na conservação e segurança global, promoção de melhores cidades para se viver e entendimento de como a tecnologia afeta as crianças e a sociedade.

2005	Monitoramento do papagaio-de-cara-roxa (<i>amazona brasiliensis</i>), através de radiotelemetria, nos sítios reprodutivos do litoral do Paraná.	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental-SPVS	Mata Atlântica	Litoral
2005	Ictiofauna em ecótonos dos setores mesohalino, oligohalino e límnico da baía de Antonina, Paraná.	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura	Mata Atlântica, Ecossistemas Costeiros (Restinga, Mangue, Ilhas)	Antonina
2005	Ecologia e comportamento do bicudinho-do-brejo (<i>stymphalornis acutirostris</i>).	Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais	Mata Atlântica, Ecossistemas Costeiros (Restinga, Mangue, Ilhas)	Litoral
2005	Conservação e uso sustentável das praias arenosas do parque nacional de Superagüi.	Fundação da Universidade Federal do Paraná para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e da cultura	Mata Atlântica	Superagüi
2006	Estudo populacional e monitoramento de <i>Epinephelus itajara</i> , através de marca e reavistagem no litoral do paraná (Programa de conservao e manejo de meros no litoral do Paraná - PROMERO).	Associao MarBrasil	Marinho	Litoral
2007	Estudo comparado da fauna de hidrozorios em rios do complexo estuarino de Cananéia-Iguape-Paranaguá.	Instituto Eco-Solidario	Marinho	Paranaguá
2007	Ecologia e comportamento do bicudinho-do-brejo (<i>stymphalornis acutirostris</i>).	Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais	Mata Atlântica	Litoral
2007	Monitoramento e manejo de ninhos do papagaio-de-cara-roxa, <i>amazona brasiliensis</i> , no estado do Paraná.	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educao Ambiental-SPVS	Mata Atlântica	Litoral

Além destas aos a FGBPN realiza alguns projetos socioambientais de base comunitária. No litoral do Paraná a instituio apoiou a criao e desenvolvimento de uma associao de artesãos em Guaraqueçaba-PR, comunidade do entorno da Reserva Natural Salto Morato, que têm vendido seus produtos para grandes redes de supermercado em Curitiba/PR.

A análise das Aos da FGBPN no litoral do Paraná identificou que sua principal abordagem  de proteo ambiental, e apenas possui um projeto pontual de governança ecossistêmica. As principais aos de apoio a projetos conservacionistas e o manejo da RPPN Salto Morato são contínuas. A iniciativa das aos partiu da própria FGBPN.

O principal vínculo que a FGBPN mantém com outras entidades do Terceiro Setor ambientalista é seu programa de apoio a projetos na área de conservação da natureza e ecodesenvolvimento. Esta vinculação pode ter dois aspectos: primeiramente, seria a própria formatação do edital do programa, que direciona as ações segundo a filosofia da entidade; e, secundariamente, seria somente a parte financiadora dos projetos em outras entidades espalhadas pelo país. A FGBPN também participa dos conselhos gestores da APA de Guaraqueçaba e do Parque Nacional de Superagüi.

A entidade apresenta apenas uma forma de participação, definida pelos dois principais programas desenvolvidos e pela principal ideologia ambientalista, a participação como um meio, pois tem um foco primário em requerimentos técnicos para a conservação da natureza.

O papel principal desempenhado pela FGBPN no litoral é de um agente financiador de projetos preservacionistas na região. A existência da RPPN também desempenha uma função de proteção de remanescentes da Mata Atlântica, gera informações científicas para a conservação, e possibilita a participação nos principais conselhos gestores de UCs no litoral norte do Paraná.

Tabela 44: Análise das Ações da FGBPN no Litoral do Paraná.

Análise das Ações da FGBPN no Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecosistêmica	Continua	Fragmentada	Pontual	Própria de Terceiros	Execução de Política Pública	Mista
Apoio a Projetos Conservacionistas	X		X			X		
RPPN Salto Morato	X		X					X
Apoio a criação e desenvolvimento de uma associação de artesãos em Guaraqueçaba/PR		X			X	X		

Fonte: O AUTOR (2011).

7.4.4 Associação MarBrasil

A MarBrasil tem no Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (REBIMAR), antigo PREAMAR, a sua principal atuação no litoral do Paraná. O objetivo principal, como já dito, é recuperar a biodiversidade da plataforma marinha rasa do estado, por meio da utilização de recifes artificiais que criem zonas de exclusão de pesca de arrasto, principalmente industrial, que ofereçam novos nichos e habitats a fauna marinha. Concomitante a isto os recifes artificiais podem contribuir na criação de novas áreas para cultivos aquícolas em mar aberto.

Este programa é um conjunto de ações, com horizonte de tempo de médio e longo prazo, pois desde o início da ONG as ações de implementação vem sendo realizadas, e provavelmente, em mais um ou dois anos todos os recifes artificiais do projeto já tenham sido colocados no fundo do mar. Outro objetivo deste programa é que os recifes artificiais implantados sirvam como ferramentas na gestão pesqueira, pois podem mudar o esforço e o impacto da pesca de arrasto e oportunizar novas práticas de exploração, tais como coleta de espécies ornamentais, pesca de espécies demersais ou condução de pescadores amadores aos novos pesqueiros criados.

A concepção inicial do projeto tinha como área de atuação toda a plataforma rasa do estado, no entanto isso mudou e atualmente apenas a região central do litoral será utilizada na instalação, entre os balneários de Pontal do Sul e Caiobá. Outras ações estão sendo realizadas no programa, tais como educação ambiental, e monitoramento ambiental e socioeconômico (pescadores artesanais). O programa foi elaborado pela própria organização e recebeu financiamentos do governo estadual e do programa PETROBRAS AMBIENTAL.

O projeto Maricultura em Mar Aberto objetiva uma readequação da estrutura produtiva regional do cultivo de moluscos, através da criação de novas oportunidades com áreas de cultivo em mar aberto para as comunidades locais, principalmente os pescadores artesanais que convivem com um contexto de pobreza e exclusão social. O projeto procura gerar novas alternativas de renda compatíveis com a vocação conservacionista das áreas de exclusão de pesca estabelecidas pelo programa REBIMAR. O projeto teve

várias discontinuidades em sua execução, devido a carências de financiamentos e problemas em sua execução. No entanto esta readequação de uso, que poderá descongestionar o uso das baías para aquicultura, possui algumas limitações técnicas e operacionais, pois as novas estruturas devem ser adaptadas à dinâmica hidrológica da região com tecnologia apropriada, além da nova demanda por juvenis de mariscos a ser gerada, pois o litoral paranaense carece da oferta de larvas devido à baixa quantidade de costões rochosos e à grande dispersão larval na plataforma. O projeto encontra-se ainda em fase embrionária, com uma área piloto que está sendo implantada no balneário de Ipanema. O SEBRAE é o principal apoiador financeiro atual do projeto.

O projeto Caiçara é uma ação de educação ambiental que desenvolve várias atividades tais como oficinas culturais, científicas, de artesanato, trilhas monitoradas, exposições e produção de material gráfico. A iniciativa do projeto foi da Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Paraná (SEMA/PR) e se propôs atuar nos três municípios praianos, isto é Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, com o objetivo de apoiar e divulgar a cultura caiçara e as belezas naturais do litoral paranaense. O projeto foi efetivado mediante uma parceria com diversas instituições governamentais e não governamentais. A MarBrasil iniciou suas atividades no projeto atuando em Pontal do Sul na temporada 2008/2009. Devido à aprovação do público, a parceria foi renovada na temporada 2009/2010 contemplando ainda o município de Matinhos, e com cada município recebendo atividades distintas, condizentes com as necessidades e características locais.

Outro projeto de Educação Ambiental de destaque foi o “Abrindo os Olhos para a Natureza”, realizado no ano de 2009, que possuía como objetivo promover a inclusão da educação ambiental nas atividades educativas de crianças deficientes visuais, através de aulas expositivas e saídas a campo. O projeto foi feito em parceria com o Instituto Paranaense de Cegos por meio da escola de educação especial Professor Osny Macedo Saldanha, e o financiamento veio de doações feitas por parceiros institucionais da ONG e por pequenas empresas locais. As atividades foram desenvolvidas com alunos entre 7 e 15 anos e buscaram estimular o desenvolvimento da percepção e da

sensibilidade ambientais nas crianças, o seu interesse pelas questões ambientais e estimular ao desenvolvimento de habilidades de orientação e mobilidade junto à natureza.

O projeto Patrulha Ambiental Mirim e Sênior foi desenvolvido no segundo semestre de 2007, envolvendo 30 crianças e 30 senhores da comunidade de Pontal do Sul tornando-os sentinelas do meio ambiente, por meio de seminários, oficinas e saídas a campo. Tinham como objetivo aproximá-los a ser cidadãos mais críticos e transformadores da sociedade.

Em junho de 2008 a MarBrasil promoveu a 1ª Semana Municipal de Meio Ambiente de Pontal do Paraná, para comemorar o dia mundial do meio ambiente (5 de junho) e o dia mundial dos oceanos (8 de junho). Foram trabalhados temas de biodiversidade, saneamento ambiental, unidades de conservação e oceanos; e realizados oficinas, palestras, exposições e gincanas. Participaram diversos atores e cerca de 300 alunos do município e 200 adultos (visitantes da Ilha do Mel e moradores locais).

Outra parceria da MarBrasil é o projeto “Inter Mar” que configura-se numa ação conjunta com o Laboratório de Ecologia e Conservação da UFPR, que tem como patrocínio a FGBPN, e busca integrar a pesca artesanal e a conservação de cetáceos e tartarugas marinhas no litoral do Paraná. O projeto tem como objetivo caracterizar as espécies incidentalmente capturadas pela pesca artesanal, avaliar a intensidade e mortalidade desta captura por petrechos e espécies, divulgar as informações obtidas ao público alvo, e subsidiar ações conservacionistas junto às autoridades, comunidades e atores envolvidos.

O programa de Conservação e Manejo dos Meros no litoral do Paraná (PROMERO) visa levantar mais informações sobre o Mero (*Epinephelus itajara*) na região e auxiliar esforços de conservação da espécie. Esta espécie está incluída na lista vermelha de espécies em extinção da IUCN, categorizada como criticamente ameaçada, e sua pesca é proibida em todo o território nacional por meio da Portaria N^o 121 do IBAMA de 2002, que foi renovada em 2007. O projeto foi financiado pela FGBPN e teve apoio logístico da operadora de mergulho local Scubasul Atividades Subaquáticas. As ações deste projeto foram o estudo populacional da espécie; marcação e monitoramento de indivíduos; educação ambiental com mergulhadores, caçadores subaquáticos,

pescadores artesanais e público em geral; e capacitação de agentes para fiscalização no litoral do Paraná e identificação da espécie.

A MarBrasil também prestou serviços técnicos à empresa italiana Techint Engenharia e Construção S/A, que possui um centro de construção de plataformas de exploração petrolífera em Pontal do Paraná. Foi realizado o Plano de Controle Ambiental (PCA), documento exigido no processo de licenciamento ambiental, com uma equipe multidisciplinar envolvendo a área de influência e a realização de audiência pública no ano de 2010.

Outra parceria institucional foi realizada através de um convênio com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), entre os anos de 2007 e 2009, em que a MarBrasil administrou o terminal público de acesso à Ilha do Mel. Foram realizados atendimentos qualificados aos visitantes, com cerca de 300 mil pessoas, e à população local. Ações de educação ambiental foram realizadas pela equipe executora e houve reativação do Conselho Gestor do Terminal.

Observa-se que a MarBrasil executou 10 ações e projetos no litoral do Paraná, sendo 2 destes com horizonte de tempo de realização de médio a longo prazo (REBIMAR e Maricultura em Mar Aberto), e com os restantes sendo ações de caráter mais pontual. Verifica-se que 3 projetos foram de prestação de serviços: dois ao estado (Caiçara e Terminal de Embarque da Ilha do Mel) e o restante a empresas (PCA Empresa Techint).

Tabela 45: Listagem dos Projetos da SPVS e período de execução.

Projeto ou Programa	Período de Execução
Programa REBIMAR	2004 a 2011
Projeto Maricultura em Mar Aberto	2005 a 2010
Projeto Caiçara	2008 a 2010
Projeto “Abrindo os Olhos para a Natureza”	2009
Projeto Patrulha Ambiental Mirim e Sênior	2007
Semana Municipal de Meio Ambiente de Pontal do Paraná	2008
Projeto Inter Mar	2009 a 2011
Programa PROMERO	2006 a 2007
Plano de Controle Ambiental – Techint	2009 a 2070
Administração do Terminal de Embarque da Ilha do Mel	2007 a 2009

A análise das Ações da MarBrasil no litoral do Paraná identificou as duas abordagens possíveis, com 4 projetos de governança ecossistêmica e 3 de proteção ambiental. A continuidade foi verificada em três projetos: o REBIMAR, o Maricultura em Mar Aberto e o Caiçara, porém, este último era um convênio anual que foi prorrogado e ampliado. A iniciativa das ações foram, em sua maioria mistas, com proposta de outras pessoas e agentes externos que foram adequadas à organização da entidade. Os projetos PREAMAR e Maricultura em Mar Aberto foram iniciativas próprias, e apenas o projeto Caiçara foi uma execução de política pública da SEMA/PR.

A iniciativa das ações foram próprias, mistas, de terceiros e execução de políticas públicas. Na iniciativa de ações mistas verifica-se que é uma prática comum da entidade estabelecer parcerias e convênios, discutindo propostas de projetos com as partes financiadoras e também com outros proponentes de projetos.

A instituição tem apenas uma parceria atualmente com a Mater Natura no programa de monitoramento pesqueiro do litoral do Paraná. A entidade participa do Comitê Gestor do Parque Municipal do Rio Perequê e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ambos de Pontal do Paraná/PR, também participa do Colegiado do Território da Pesca e Aquicultura do Litoral do Paraná (COTEPAL).

A entidade apresenta duas formas de participação, definidas pelos projetos desenvolvidos e pela ideologia ambientalista, sendo a participação como meio, utilizada principalmente em suas abordagens de proteção ambiental, e secundariamente a participação como um meio e como um fim, em seu projetos de educação ambiental e no projeto Maricultura em Mar Aberto.

Verifica-se que a MarBrasil desempenha dois papéis distintos, primeiramente como um agente de proteção ambiental. Apesar de conceber a utilização dos recursos naturais e pesqueiros da região, sua ideologia principal é preservacionista, e seu principal projeto (REBIMAR) foi concebido neste contexto. Secundariamente se desempenha um executor regional de políticas públicas e serviços ambientais, talvez devido a problemas de orçamento e

organização, e também a falta de uma visão mais abrangente sobre a missão institucional.

Tabela 46: Análise das Ações da MarBrasil no Litoral do Paraná.

Análise das Ações da MarBrasil No Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecosistêmica	Contínua	Fragmentada	Pontual	Própria de Terceiros	Execução de Política Pública	Mista
REBIMAR	X		X			X		
Maricultura em Mar Aberto		X		X		X		
Projeto Caiçara		X	X				X	
Abrindo os Olhos para o Meio Ambiente		X			X	X		
Patrulha Ambiental Mirim e Sênior		X			X			X
Intermar	X				X	X		
PROMERO	X				X			X

Fonte: O AUTOR (2011).

7.4.5 SPVS

A atuação da SPVS no litoral paraense iniciou-se na região de Guaraqueçaba, no ano de 1991, quando estabeleceu uma parceria com a ONG internacional “The Nature Conservancy (TNC)” para atuar com preservação no maior remanescente da floresta atlântica brasileira, sendo a primeira região que a SPVS estabeleceu como prioridade em suas ações estratégicas de conservação da natureza.

A partir deste marco derivaram outras ações tais como a elaboração do “Plano Integrado de Conservação para a APA de Guaraqueçaba”, que não obteve apoio político para se implementar ou operacionalizar, e ações de integração com a comunidade tais como fomento ao associativismo, oferta de

cursos de capacitação e promoção de alternativas de geração de renda. Para se ter uma idéia da abrangência destas ações com a comunidade, a SPVS chegou a realizar pequenos cursos de como votar com os moradores locais³³.

No ano de 1999 foram criadas 3 RPPNs (Reserva Natural do Cachoeira, Reserva Natural do Morro da Mina e Reserva Natural Serra do Itaqui), nos municípios de Antonina e Guaraqueçaba, para compensação de créditos de carbono de grupos empresarias internacionais (American Electric Power, Chevron Texaco e General Motors), por meio da compra de propriedades e recuperação florestal das áreas degradadas. O projeto foi financiado pela TNC, com horizonte de tempo de 40 anos. Todas as ações e despesas são auditadas anualmente para aprovação do orçamento do ano seguinte. As três RPPNs correspondem a uma área com cerca de 19 mil hectares inseridas na APA de Guaraqueçaba. As ações do projeto configuram-se no plantio de árvores nativas da Floresta Atlântica e da regeneração natural assistida, além da prevenção da caça e da extração de recursos naturais, por meio da ação de guarda-parques. Os municípios de Antonina e Guaraqueçaba receberam incrementos em seu ICMS Ecológico, pois pela lei quanto maiores e mais bem preservados os remanescentes naturais, mais recursos os municípios tem direito. Outros serviços fornecidos pelas áreas preservadas são a manutenção do abastecimento de água na região e a geração de empregos diretos e indiretos. Assim em Antonina a SPVS é o terceiro maior empregador da cidade, com cinquenta funcionários empregadas nas reservas. A entidade possui um centro de educação ambiental, localizado dentro da Reserva Cachoeira, no município de Antonina, inaugurado em 2003. O local possibilita ações com vários públicos, tais como escolas da região ou visitantes em excursões organizadas a partir de Curitiba.

A conservação de espécies ameaçadas também é um dos focos no litoral do Paraná. O Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) representa as principais ações da entidade neste campo, e vem sendo realizado desde 1998. Esta ave endêmica da região esta sob-risco de extinção, devido à perda de habitat causada pelo desmatamento,

³³ Comunicação Pessoal de José Milton Andriguetto Filho, em outubro de 2010, durante saída de campo da disciplina de Gerenciamento Costeiro Integrado do curso de Pós-graduação em Sistemas Costeiros e Oceânicos, no Centro de Estudos do Mar, Universidade Federal do Paraná.

extração de árvores e plantas que são utilizados como alimento e abrigo pela espécie, além da captura de filhotes e adultos para o comércio ilegal. O objetivo do projeto é assegurar a conservação de populações geneticamente viáveis, eliminando as ameaças de extinção e sensibilizando à comunidade da importância da preservação da espécie. Os financiadores atuais do projeto são a Audi do Brasil, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), Fundación Loro Parque, FGBPN, e conta com apoio de voluntários e doadores.

O projeto de Apoio à Conservação no Entorno do Parque Nacional do Superagüi, iniciado em 2005, tem como finalidade contribuir para a proteção da UC por meio de ações dirigidas à comunidade de Vila das Peças (Ilha das Peças), vizinha ao Parque Nacional. Estas ações são de educação ambiental, busca de alternativas de renda para a comunidade local e apoio a um grupo de teatro da região. O monitoramento da população de papagaios-de-cara-roxa é o principal indicador utilizado no projeto. Estas aves dependem de ambientes bem protegidos para sobreviver e tem no entorno da UC a sua principal área de sobrevivência. O projeto é financiado pela Philip Morris Brasil.

A SPVS também desenvolve ações pautadas na integração da conservação e do desenvolvimento, que tem como objetivo estimular formas de desenvolvimento compatíveis com a conservação da natureza na APA de Guaraqueçaba e a formação e crescimento individual e coletivo de cidadãos que vivem na região, especificamente para as comunidades localizadas no entorno das reservas naturais onde a ONG desenvolve seus projetos. Estas ações são configuradas nos projetos: Promoção da Meliponicultura, Educação Ambiental em Comunidades Locais, Produção e Comercialização de Banana Orgânica, e Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo no Litoral norte do Estado do Paraná.

O projeto de Promoção da Meliponicultura (criação de meliponídeos) vem sendo desenvolvido desde 2002, por meio de cursos a funcionários da instituição e pequenos produtores do entorno das reservas. Os meliponídeos são uma família de insetos que engloba várias espécies de abelhas nativas sem ferrão, como a Jataí (*Tetragonisca angustula*), que produz cerca de 1,5 kg de mel por colmeia/ano. A primeira colheita realizada foi feita entre dezembro de 2006 e março de 2007, com a produção de 31 kg de mel de abelha jataí. Em dezembro de 2007 foi formada a Associação de Criadores de Abelhas Nativas

da APA de Guaraqueçaba (ACRIAPA), composta de 22 associados. A partir destes resultados cria-se a expectativa de replicação do modelo para outros produtores dentro da APA de Guaraqueçaba, juntamente com a agregação da produção de própolis entre os beneficiados pelo projeto.

As ações dos projetos de Educação Ambiental com as comunidades locais referem-se ao trabalho educativo realizado nas comunidades do entorno das reservas naturais da SPVS. Estas procuram sensibilizar moradores da região para a questão ambiental, por meio de mobilização e qualificação voltadas para o desenvolvimento pessoal e social, e também na busca de alternativas de geração de renda compatíveis à missão da entidade. Este trabalho vem sendo desenvolvido com grupos organizados existentes nas comunidades tais como o projeto “Horta Orgânica como Ferramenta para Educação Ambiental” desenvolvido na maior escola rural do município de Guaraqueçaba, beneficiando aproximadamente 400 alunos; o projeto “Corte e Costura” que busca fortalecer um grupo de mulheres da comunidade, por meio da organização e gerenciamento de um projeto próprio, e desenvolver e aperfeiçoar técnicas de costura empregadas na comercialização de peças; e apoio à consolidação de um grupo de 30 jovens na comunidade Rio do Nunes (Antonina), que busca a implantação de atividades turísticas na região. A entidade acredita que o desenvolvimento destas ações auxilia na formação de lideranças comunitárias capacitadas para o trabalho em grupo, na resolução de conflitos e na busca de interesses coletivos, e que passem a considerar a conservação da biodiversidade como parte essencial do exercício consciente de cidadania.

O projeto de Produção e Comercialização de Banana Orgânica foi desenvolvido, entre 1999 e 2004, em parceria com as instituições que compunham o Pólo de Agroecologia do Litoral do Paraná, com ações de acompanhamento técnico e certificação de produtos agroecológicos. Foram envolvidos diretamente mais de 130 pequenos produtores de 12 comunidades pertencentes à APA de Guaraqueçaba, onde aproximadamente 100 toneladas de banana-passa orgânica foram exportadas. Atualmente a SPVS não possui vínculo direto ao projeto, pois este vem sendo desenvolvido pelas próprias associações de produtores na maioria das comunidades trabalhadas durante o período de execução.

O projeto Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo no litoral norte do estado do Paraná teve apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio do subprograma Projetos Demonstrativos (PD/A). Vem sendo desenvolvido desde março de 2006 e procurou criar e implantar um modelo de ecoturismo com base em sistema cooperativo, focado na consolidação de roteiros ecoturísticos. Apesar da região dos municípios de Antonina, Guaraqueçaba e Morretes já oferecer atividades pontuais de turismo, há uma relativa fragmentação das instituições e serviços ofertados, portanto buscou-se implementar uma cooperativa de ecoturismo que potencializa-se a geração de renda, fortalecesse os empreendimentos e serviços, que trabalhavam de forma isolada, e que servisse como ferramentas para a conservação de ambientes naturais. O modelo tem como preceito a atividade turística que envolva o desenvolvimento do capital humano e social, através de: diagnósticos de infra-estrutura e serviços; identificação de atores locais com potencial para integrar a cooperativa; formação da cooperativa de ecoturismo; capacitação de atores envolvidos; identificação e formação de roteiros; e incubação da cooperativa. Um dos resultados esperados é o que o desenvolvimento deste modelo para a região contribua para os outros esforços de conservação ambiental do litoral, e também possa ser replicado e adaptado em outros locais.

Verifica-se, então, que a SPVS desenvolveu mais de 12 projetos e ações no litoral do Paraná, principalmente na região norte próxima à APA de Guaraqueçaba e o PARNA de Superagüi. As três RPPNs criadas são projetos excepcionais pois contemplam ações de 40 anos na região. Além disto estas UCs oportunizaram o desenvolvimento de outros 6 projetos correlacionados, tais como as ações pautadas na integração da conservação e do desenvolvimento, que contribuem na criação de uma zona de “amortecimento” conservacionista no entorno das reservas. O papagaio-de-cara-roxa também aparece em duas iniciativas distintas, uma de conservação da espécie e outra como indicador de sucesso em ações de educação ambiental e geração de alternativas de renda na Ilha das Peças. A elaboração, em 1991, do documento “Plano Integrado de Conservação para a APA de Guaraqueçaba” expressa a vontade da instituição em trabalhar na região com uma expectativa de longo prazo, fato já consumado pela criação das RPPNs.

Tabela 47: Listagem dos Projetos da SVPS e período de execução.

Projeto ou Programa	Período de Execução
Plano Integrado de Conservação para a APA de Guaraqueçaba	1991
Reserva Natural do Cachoeira	1999 a 2039
Reserva Natural do Morro da Mina	1999 a 2039
Reserva Natural Serra do Itaqui	1999 a 2039
Projeto de Conservação do Papagaio-de-cara-roxa	1998-2011
Projeto de Apoio à Conservação no Entorno do Parque Nacional do Superagüi	2005
Promoção da Meliponicultura	2002 a 2011
Educação Ambiental em Comunidades Locais	2003 a 2011
Produção e Comercialização de Banana Orgânica	1999 a 2004
Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo	2006 a 2011

A análise das Ações da SPVS no litoral do Paraná identificou as duas abordagens possíveis, com 4 projetos de governança ecossistêmica e 5 de proteção ambiental. A continuidade foi verificada em praticamente todos os projetos. O projeto Produção e Comercialização de Banana Orgânica foi desenvolvido durante alguns anos, mas não é mais executado pela entidade.

A maioria das iniciativas da SVPS são próprias ou mistas. Nas mesmas foram estabelecidos convênios de trabalho entre instituições internacional do Terceiro Setor, no caso das reservas naturais, ou com o estado e usuários de recursos da região da APA de Guaraqueçaba.

A entidade possui contatos regulares com a Mater Natura e a MarBrasil, e participa do Conselho da APA de Guaraqueçaba e do Parque Nacional do Superagüi. A entidade apresenta duas formas de participação, definidas pelos projetos desenvolvidos e pela ideologia ambientalista, sendo a participação como meio, utilizada principalmente em suas abordagens de proteção ambiental, e a participação como um meio e como um fim, em seu programa de conservação e desenvolvimento e ações de educação ambiental. Contudo a participação como meio foi mais expressiva quantitativamente.

Verifica-se que a SPVS desempenha papel de protetor de remanescentes da Mata Atlântica, e de agente preservacionista que busca compatibilizar ações socioeconômicas das comunidades adjacentes às suas reservas, com a conservação da natureza.

Tabela 48: Análise das Ações da SPVS no Litoral do Paraná.

Análise das Ações da SPVS no Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecosistêmica	Contínua	Fragmentada	Pontual	Própria de Terceiros	Execução de Política Pública	Mista
Reserva Natural do Cachoeira	X		X					X
Reserva Natural do Morro da Mina	X		X					X
Reserva Natural Serra do Itaqui	X		X					X
Papagaio-de-cara-roxa	X		X			X		
Apoio à Conservação no Entorno do Parque Nacional do Superagüi	X		X			X		
Promoção da Meliponicultura		X	X			X		
Educação Ambiental em Comunidades Locais		X	X			X		
Produção e Comercialização de Banana Orgânica		X	X					X
Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo		X	X					X

Fonte: O AUTOR (2011).

7.4.6 IPÊ

O IPÊ iniciou suas ações no litoral do Paraná no ano de 1995, no Parque Nacional de Superagüi, e buscava as primeiras informações do micoleão-da-cara-preta (*Leonthopithecus caissara*) que tinha sido descoberto em

1990. Trata-se de uma das espécies mais ameaçadas do mundo, pois, segundo os resultados do projeto, estima-se que existam apenas 400 indivíduos na natureza, distribuídos em uma estreita faixa litorânea entre o sul do estado de São Paulo e norte do Paraná que corresponde a cerca de 300 km² de extensão. A partir do ano de 1996 foi iniciado o programa de conservação desta espécie, tendo um horizonte de longo prazo, com diversas ações que abrangiam além das pesquisas aplicadas, atividades de extensão comunitária, educação ambiental e geração de alternativas de renda. Os resultados gerados até 2004 tornaram possível a elaboração do 1º Plano de Ações Conservacionistas para o mico-leão-de-cara-preta, em parceria com o IBAMA e a IUCN, que expandiu as ações para a área continental de ocorrência da espécie, passando a concentrar as ações na região do Ariri, município de Cananéia/SP, devido a indícios que no continente encontram-se as mais sérias ameaças ao mico e seus habitats.

A partir das ações de educação ambiental do programa do mico-leão-de-cara-preta surgiu, em 2001, o Programa de Manejo de Pesca e Maricultura, que objetiva diminuir a falta de atividades ambientalmente sustentáveis na região, reduzindo as pressões sobre os habitats do mico. Através do contato com a comunidade identificou-se a prática de caça, possível tráfico de animais, perda de habitat e pesca predatória, todas atividades insustentáveis que poderiam prejudicar de alguma forma a espécie alvo do programa. A partir deste enfoque o programa amplia seu âmbito de apenas proteger a espécie para a conservação dos recursos naturais da região e estímulo a atividades de geração de renda compatíveis. Atualmente o objetivo do programa visa a melhoria da qualidade de vida das comunidades e a extensão pesqueira, ambos voltados para a conservação dos recursos pesqueiros, marinhos e terrestres indiretamente.

As ações de manejo visavam ainda valorizar as práticas tradicionais e a cultura caiçara paranaense, com atuação em 11 vilas do entorno do Parque Nacional do Superagüi, atingindo cerca de 500 famílias. As diversas atividades de pesquisa e extensão são norteadas pelos princípios de co-manejo, pelo capítulo 17 da Agenda 21 que trata da proteção dos oceanos e do uso racional dos seus recursos vivos e pelo Código de Conduta para a Pesca Responsável – FAO. O Programa tem duas linhas de ação que se complementam: Manejo de

Pesca e Maricultura. As principais atividades das duas linhas envolvem pesquisa, extensão socioambiental e capacitação. O Manejo de Pesca foca-se no ordenamento pesqueiro participativo, através de instrumentos de gestão participativa como o Conselho Gestor do Parque Nacional de Superagüi e a Câmara Técnica de Pesca. A Maricultura foca-se no fortalecimento da maricultura familiar como pratica econômica sustentável para a região, melhorando a renda familiar e a segurança alimentar das comunidades envolvidas.

Dentre as ações do programa, destacam-se: fortalecimento dos Conselhos Gestores da APA de Guaraqueçaba, PARNA Superagüi e Câmara Técnica de Pesca através do fomento de reuniões e capacitações para os membros; assistência técnica e extensão socioambiental para pescadores e maricultores; pesquisas aplicadas ao ordenamento pesqueiro e resolução de conflitos; e pesquisas aplicadas à exploração sustentável de ostras (*Crassostrea rhizophora*) e mexilhão (*Perna perna*) e seus canais de comercialização.

Os principais resultados alcançados até agora são: a avaliação da pesca do camarão-sete-barbas *Xiphopenaeus kroyeri* realizada pelas vilas de Barra do Superagüi e Peças, entre o período de novembro de 2001 e fevereiro de 2005; o mapeamento dos sítios pesqueiros de 11 comunidades e seus conflitos de uso; a caracterização dos petrechos e artes de pesca utilizadas pelas comunidades do entorno do Parque; a realização de curso de mecânica a diesel para pescadores artesanais; o auxílio na construção e encaminhamento de 66 processos de requerimento para aquisição de licenças de pesca de camarão-sete-barbas; a construção e encaminhamento de mais de 200 carteiras de pescador profissional e 10 licenças para pesca de peixes diversos; a capacitação de 60 pescadores no Curso de Formação de Aqüaviários em parceria com a Capitania dos Portos do Paraná; o levantamento das principais espécies capturadas por comunidade; a construção conjunta do Plano de Ação para o Ordenamento da Pesca Artesanal Paranaense; o diagnóstico da pesca amadora no entorno do Parque Nacional do Superagüi; a implementação de cultivos de maricultura junto às comunidades do Parque; e a avaliação da qualidade da água como subsidio para a implantação dos cultivos de ostra e mexilhão.

Este programa teve um montante de recursos de R\$ 750.000,00, de 2001 até 2010, onde foram envolvidos 30 pesquisadores e estagiários; 29 monitores de pesca e barqueiros. A demanda do projeto surgiu dos pescadores da comunidade de entorno do PARNA Superagüi nos primeiros diagnósticos do IPÊ e de literatura que descrevia a realidade local. Segundo a liderança, os principais problemas do projeto foram às dificuldades de se trabalhar de forma interdisciplinar; brigas internas dentro da equipe; e a tentativa de se atender muitas comunidades ao mesmo tempo. O programa de Educação ambiental esta permeado entre os dois primeiros programas.

Verifica-se que o IPÊ desenvolveu três programas no litoral do Paraná, em quinze anos de atuação, que foram configurados em uma série de ações e projetos de apelo comunitário e científico, todos seguindo as diretrizes de atuação do modelo de conservação da ONG. Atualmente o IPÊ cessou suas ações no litoral do Paraná.

Tabela 49: Listagem dos Projetos do IPÊ e período de execução.

Projeto ou Programa	Período de Execução
Programa de Conservação do Mico-leão-de-cara-preta	2004 a 2011
Programa de Manejo de Pesca e Maricultura	2005 a 2010
Programa de Educação Ambiental	2008 a 2010

A análise das Ações do IPÊ no litoral do Paraná identificou somente a abordagem de governança ecossistêmica, devido ao seu modelo de conservação. A continuidade das ações foi verificada em todos os projetos, e também a iniciativa própria na proposição dos programas. Atualmente o programa de conservação do mico-leão-da-cara-preta esta trabalhando mais ao norte, na região sul do litoral paulista, e os programas de manejo de pesca e maricultura, e educação ambiental não estão sendo mais executados na região, devido ao deslocamento do principal executor destes projetos para Atibaia/SP.

O principal vínculo com as outras ONGs no litoral do Paraná é através dos Conselhos Gestores das UC's (Guaraqueçaba e Superagüi), e destaca-se que, nestes, os planos de ação são elaborados em conjunto, portanto, não há

sobreposição de trabalhos e esforços. Além disso, há bastante complementariedade nas atividades entre os membros do conselho nestas instâncias. O IPÊ mantém vínculos com a SPVS, a Mater Natura e a FGBPN. Algumas trocas de informações e aprendizado com a Mar Brasil foram realizadas devido à liderança estar envolvida com o Programa REBIMAR, como um dos consultores que avaliam os efeitos na pesca causados pela instalação das Unidades Anti-Arrasto e Recifes de Recrutamento Larval.

A entidade apresenta apenas uma forma de participação, definida pelos projetos desenvolvidos, pela ideologia ambientalista e seu modelo de conservação, sendo a participação como um meio e um fim utilizada, principalmente, em suas abordagens de governança ambiental.

Verifica-se que o IPÊ desempenha um papel de agente conservacionista, pois busca proteger espécies ameaçadas (mico-leão-da-cara-preta) e manejar os recursos naturais (Pesca e Maricultura) através de programas de educação ambiental, extensão e formação de espaços de participação comunitária, onde os usuários dos recursos são consultados e podem participar de decisões relativas ao manejo dos mesmos.

Tabela 50: Análise das Ações do IPÊ no Litoral do Paraná.

Análise das Ações do IPÊ no Litoral do Paraná	Ação		Continuidade			Iniciativa		
	Proteção Ambiental	Governança Ecosistêmica	Continua	Fragmentada	Pontual	Própria	de Terceiros	Execução de Política Pública Mista
Programa de Conservação do Mico-leão-da-cara-preta		X	X			X		
Programa de Educação Ambiental		X	X			X		
Programa de Manejo de Pesca e Maricultura		X	X			X		

7.5 SÍNTESE E COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS

As ONGs ambientalistas estudadas não executam nenhum projeto relacionado diretamente ao Gerenciamento Costeiro, estipulado segundo os moldes governamentais. No entanto exercem diversos papéis e projetos fora do âmbito governamental que podem ser considerados ações de Gestão Costeira. Isto se deve à constatação de diversas ações desenvolvidas pelas ONGs para se resolver problemas ambientais e socioambientais, além da criação de oportunidades, todas formuladas e orientadas segundo suas concepções, somado ao cuidado de que as próprias instituições (governamentais ou privadas) lhe permitiram ou possibilitaram estas oportunidades.

No entanto, se considerarmos os aspectos relativos a ações de longo prazo, todas desenvolvem pelo menos uma ação ou programa de médio e longo prazo, tais como a criação e manejo das reservas naturais (RPPNs) da FGBPN e SPVS, o REBIMAR da MarBrasil, as ações na Ilha do Mel e o projeto de conservação do bicudinho-do-brejo da Mater Natura, o programa de conservação do mico-leão-da-cara-preta e o programa de manejo da pesca e da maricultura do IPÊ, e as ações relativas a conservação da baía de Antonina da ADEMADAN.

Um problema detectado foi a falta de continuidade de vários projetos em todas as ONGs, devido, principalmente, à falta de financiamentos contínuos, ou ainda, à falta de financiamentos menos restritivos do ponto de vista executivo, ou seja, em que a entidade ganhadora do edital pode eleger o que deveria ser realizado na região; e também a pouca geração e captação de recursos de uso irrestrito pelas ONGs.

A integração deve ser relativizada, pois as ações são geralmente setoriais, pois como vimos na análise da participação, somente em algumas das ONGs esta foi preconizada. Além disso, existe a dificuldade da ONG representar homogeneamente as vontades dos públicos alvos atendidos ou de toda uma comunidade. Apesar disto verifica-se uma forte integração entre as ONGs TNC, SVPS, Mater Natura e FGBPN nas questões relacionadas à conservação das florestas do litoral, sendo que a ADEMADAN é a única ONG com um posicionamento mais isolado das outras. A MarBrasil desenvolve

parceria com a Mater Natura no projeto de gestão e monitoramento pesqueiro do litoral do Paraná.

Contudo, verifica-se que existe uma relativa integração de ações com o estado, em todas as suas escalas (federal, estadual e municipal), já que as ONGs executam projetos do estado, principalmente políticas públicas. Especificamente a Mater Natura, a SPVS, a MarBrasil, e o IPÊ no litoral do Paraná. A ADEMADAN também executou diversos projetos integrados com a empresa privada do Terminal Portuário de Antonina.

A proposição dos projetos no litoral do Paraná pelas ONGs e agências estatais é difusa, pois apesar de relativa integração entre estes atores, verifica-se que não há uma agenda comum entre as instituições e seus objetivos relativos à região costeira do estado. Algumas lideranças entrevistadas até citam isto como um problema e propõem a criação de uma coordenação ou uma espécie de banco de projetos para que ações e esforços não se repliquem e conseqüentemente se desperdicem energias valiosas no esforço da gestão ambiental costeira do Paraná.

Sintetizando todos os resultados obtidos, verifica-se que há uma presença marcante de ideologias preservacionistas entre as entidades estudadas, principalmente na SPVS, FGBPN e Mater Natura, apesar de haver outras tendências ideológicas em vários projetos desenvolvidos por elas, que podem ser diferentes devido aos próprios editais de financiamento, como também indicar alguns contrastes ideológicos internos nas ONGs. O IPÊ e a MarBrasil foram as únicas entidades que apresentaram ideologia conservacionista e a ADEMADAN também foi a única que apresentou uma ideologia codesenvolvimentista em seus discursos.

O desenvolvimento institucional das ONGs encontra-se em estados diferenciados em cada entidade, com o IPÊ, a FGBPN e a SPVS apresentando maior grau de desenvolvimento e evolução organizacional e administrativa, seguidos da Mater Natura com valores também elevados na análise realizada. Já a MarBrasil e ADEMADAN apresentam baixo grau de desenvolvimento institucional. Estes resultados podem estar refletindo a maturidade das organizações, com ONGs mais velhas e de maior abrangência apresentando elevado desenvolvimento institucional, e as mais novas e de menor abrangência (municipal e regional) apresentando baixo desenvolvimento.

As relações externas das ONGs foi o aspecto mais desenvolvido, indicando que a articulação institucional e a legitimidade na área de atuação das ONGs são essenciais no desenvolvimento institucional neste tipo de organização. A capacidade programática também foi outro aspecto bem desenvolvido entre as ONGs estudadas indicando a eficiência das entidades em realizar suas missões, juntamente com os aspectos de administração organizacional, legal e financeira.

A área relativa ao planejamento estratégico das entidades é um setor essencial para se avaliar o desenvolvimento institucional, pois se verifica que as ONGs mais maduras e eficientes utilizam constantemente planos estratégicos e revisam periodicamente sua missão organizacional. Os aspectos do processo de tomada de decisão, liderança e representação também refletem a consistência dos discursos e práticas das entidades relacionadas ao tema, assim como a composição de seus conselhos e a gestão interna das mudanças organizacionais, pois se verifica em alguns casos a permanência e influência de lideranças em todo o direcionamento das ações das ONGs, juntamente aos limites inerentes de se representar diversos setores da sociedade, que é marcado justamente pelos contrastes de opiniões e interesses do ser humano.

Os aspectos relativos à sustentabilidade econômica das ONGs demonstraram o menor desenvolvimento, devido principalmente as características do Terceiro Setor, em que organizações privadas com sentido de ação pública tem uma grande dependência de financiamentos e patrocínios externos. Apenas o IPÊ obteve altos índices pois desenvolve uma série de ações e projetos que garantem a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento de novos recursos para a entidade.

As ações das ONGs ambientalistas no estado são configuradas principalmente na gestão de recursos naturais, criação e manutenção de RPPNs, projetos de pesquisa com espécies ameaçadas, programas de gestão pesqueira e aquícola, educação ambiental, divulgação de informações, criação de alternativas de renda e apoio para as populações locais, prestação de serviços, gestão ambiental portuária, recuperação de áreas degradadas, gestão participativa, extensão tecnológica e socioambiental. Estas ações estão mais concentradas na porção norte do litoral do Paraná, especificamente na

região da APA de Guaraqueçaba. As ONGs ambientalistas atuantes no litoral do Paraná possuem diversas escalas de atuação, desde ações municipais até ações de escala internacional.

As principais atividades desenvolvidas pelas ONGs Ambientalistas no litoral do Paraná são a gestão de recursos naturais e unidades de conservação, gestão ambiental portuária, e a gestão de áreas naturais. Os principais biomas e ecossistemas que as entidades desenvolvem suas ações são a Mata Atlântica, principalmente na porção norte do litoral; as baías, principalmente de Antonina; e o ambiente marinho costeiro; principalmente na plataforma rasa do estado.

A percepção das lideranças sobre o PNGC, PEGC, COLIT e a Gestão Costeira foi diferente entre as entidades, com uma visão mais crítica das entidades que lidam diretamente com o ambiente costeiro (MarBrasil, IPÊ e ADEMADAN) e mais superficial nas restantes. Além disto, nenhuma ONG mantém contato direto com o representante das associações conservacionistas dentro do COLIT, seja por deliberações ou mesmo troca de informações. No final de dezembro de 2010 a Mater Natura participou da 59ª reunião ordinária do COLIT em Paranaguá, marcando sua posse juntamente com a ONG ANOÉ de Matinhos/PR como conselheiros representantes das entidades ambientalistas do litoral do Paraná.

Observa-se que a Mater Natura é a entidade com a mais alta participação em instâncias deliberativas entre as ONGs estudadas, expressando forte articulação e representação institucional na discussão de políticas públicas e colegiados, destacadamente no estado do Paraná. As outras ONGs também participam em políticas públicas e instâncias deliberativas, mas com menor intensidade.

O IPÊ foi a única entidade que realizou um trabalho de médio e longo prazo, com as comunidades de pescadores do litoral, criando espaços participativos para se discutir a legislação pesqueira vigente no estado, mas, devido a outros fatores, a entidade suspendeu estas ações no litoral. Estes espaços e contatos criados podem ser aproveitados por outras ONGs que lidam com a questão pesqueira, tais como a MarBrasil e a Mater Natura.

A SPVS, a MarBrasil, a ADEMADAN e o IPÊ foram as únicas entidades em que foram identificadas agendas específicas para a região costeira.

Contudo apenas o IPÊ e a SPVS declaram isto abertamente seja nas entrevistas, seja através das características de seus programas. A ADEMADAN e a MarBrasil apesar da escala e localização de suas ações incidirem diretamente sobre a região costeira, não indicaram claramente uma agenda para a região costeira do Paraná, devido, provavelmente, ao baixo desenvolvimento institucional e à revisão de suas missões organizacionais.

O tempo de atuação em projetos destas entidades no litoral do Paraná já esta completando 20 anos com a SPVS e FGBPN, o IPÊ com 16 anos, a Mater Natura e a ADEMADAN com 14 anos, e a Mar Brasil com apenas 7 anos de atuação na região.

No período entre 2005 e 2008 a SPVS, o IPÊ, a Mater Natura, a ADEMADAN e a Mar Brasil movimentaram cerca de 31 milhões R\$, distribuídos em todas as suas ações, dentro e fora do litoral do Paraná, sem contabilizar os recursos financeiros da FGBPN, expressando o poder de mobilização de recursos financeiros deste tipo de entidade. As principais fontes de receitas das ONGs avaliadas são provenientes de recursos governamentais, recursos internacionais, empresas e fundações empresariais, e prestação de serviços, tanto para o governo como para empresas.

A tipologia proposta por Mangonés (2004) demonstra que a participação é tratada diferenciadamente entre as ONGs entrevistadas, e dois tipos de participação em relação à conservação e preservação dos recursos naturais foram identificados: a participação como meio, e a participação como um meio e como um fim. Apesar de todas as ONGs analisadas utilizarem estas duas abordagens de participação, algumas tendências foram verificadas. A tendência do tipo “participação como meio” faz o perfil da SPVS, Mar Brasil, ADEMADAN e FGBPN; e a tendência do tipo “participação como um meio e fim” faz principalmente o perfil do IPÊ e da Mater Natura.

Os papéis desempenhados pelas ONGs Ambientalistas no litoral do Paraná são diferenciados, com um maior número de entidades com tendências preservacionistas, com variadas escalas de atuação e concentração de ações na região norte do litoral. Observa-se atores que financiam projetos na região (FGBPN), agentes executores de políticas públicas e de terceiros, entidades que gerenciam extensas áreas naturais, e atores com agendas específicas para a região.

Tabela 51: Síntese dos papéis desempenhados pelas ONGs Ambientalistas na costa do Paraná.

ONG	Papel Principal na Gestão Costeira do Paraná
Mater Natura	Agente preservacionista executor de políticas públicas e iniciativas de terceiros
ADEMADAN	Agente municipal que busca melhorar a qualidade socioambiental da região da baía de Antonina.
FGBPN	Agente financiador de projetos preservacionistas na região e protetor de remanescentes da Mata Atlântica
MarBrasil	Agente preservacionista e executor de políticas públicas e serviços ambientais
SPVS	Agente preservacionista que busca compatibilizar outras ações socioeconômicas das comunidades da região da APA de Guaraqueçaba com a conservação da natureza, e protetor de remanescentes da Mata Atlântica.
IPÊ	Agente conservacionista que cria espaços participativos e promove formas de manejo comunitário

Tabela 40: Síntese dos Resultados.

Síntese dos Resultados	Mater Natura	ADEMADAN	FGBPN	Mar Brasil	SPVS	IPÉ
Ideologia Ambientalista Principal	Preservacionista	Ecodesenvolvimentista	Preservacionista	Preservacionista	Preservacionista	Conservacionista
Grau de Desenvolvimento Institucional	Médio a Alto	Baixo	Alto	Baixo	Médio a Alto	Alto
Escala de Atuação	Estadual	Municipal	Nacional	Regional	Estadual	Nacional
Principal Atuação na Zona Costeira do Paraná	Gestão de Unidades de Conservação	Gestão Ambiental Portuária	Gestão de Áreas Naturais	Gestão Recursos Naturais	Gestão de Áreas Naturais	Gestão Recursos Naturais
Principal Bioma de Atuação no Litoral	Mata Atlântica	Estuarino	Mata Atlântica	Marinho	Mata Atlântica	Mata Atlântica
Participação em Políticas Públicas e Instâncias Deliberativas	Alta	Média	Média	Baixa	Média	Média
Anos de Atuação em Projetos no Litoral do Paraná	14	14	20	7	20	16
Número de Projetos e Programas no Litoral do Paraná	14	9	2+12*	10	12	3

* Projetos financiados pela FGBPN no Litoral do Paraná.

Figura 40: Síntese dos Resultados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que as ONGs Ambientalistas aumentaram a preocupação relativa ao meio ambiente e a proteção dos remanescentes naturais do litoral paranaense, tanto por suas ações individuais como pelo cumprimento de políticas públicas pelo estado. A influência destas entidades, na formulação de políticas públicas e instâncias deliberativas, foi aumentando gradativamente com o desenvolvimento do movimento ambientalista no país e pelos resultados de seus próprios esforços.

Observa-se que as ONGs ambientalistas se desenvolveram em meio à histórica adoção de leis inadequadas ao cotidiano das comunidades costeiras e a tendência de implantar políticas conservacionistas e punitivas pelo estado, que geraram conflitos de uso e acesso aos recursos naturais do litoral paranaense. Muitas ações preservacionistas das ONGs reforçaram este quadro, porém, nos últimos anos, verificou-se o aumento de projetos e utilização de metodologias participativas, mas ainda com baixo compartilhamento de responsabilidades entre as entidades e as comunidades litorâneas.

Apesar desta tendência crescente de participação popular, a maioria das ONGs manteve suas ideologias originais de cunho preservacionista, refletindo uma postura de se priorizar exclusivamente as questões ecológicas em detrimento de aspectos sociais e econômicos. Isto também dificulta a adoção de outras ideias que permitam uma visão mais crítica quanto à realidade social das comunidades litorâneas, e conseqüentemente, a realização de projetos que contribuam para atingir as dimensões fundamentais da sustentabilidade. Esta permanência de postura apenas reforça os contrastes e iniquidades socioeconômicas, em que a população continua à margem das principais decisões da região. Portanto conclui-se que a forma de Gestão Costeira realizada, tanto pelas ONGs como pelo estado, no litoral paranaense não é integrada.

A mudança de comportamento no setor, em meados da década de 80 e início dos anos 90, para um multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável (VIOLA; LEIS, 1995a) obrigou as ONGs

Ambientalistas a aperfeiçoar sua gestão organizacional e melhorar suas estruturas administrativas, o que contribuiu na diversificação de papéis internos às entidades, em que novos profissionais tais como administradores, contadores, jornalistas, profissionais de relações públicas e publicitários se engajassem nelas. Foi clara a contribuição que isso representou para melhorar os processos internos, a eficiência e controle dos projetos, e conseqüentemente, a ampliação das ações das ONGs e o desenvolvimento de novos recursos, através da ampliação e diversificação da captação, tanto do governo como de grupos empresariais.

Isto também contribuiu na expansão do movimento ambientalista, que ainda esta em crescimento, e na consolidação desta pauta nas principais discussões da sociedade, que ficou cada vez mais crítica e alerta em relação às ações das ONGs ambientalistas. Esta preocupação também contribui na revisão constante das missões e objetivos institucionais, e dos impactos gerados na sociedade e região costeira.

A RIO 92 desempenhou papel histórico fundamental no movimento ambientalista nacional, pois verificou-se então o crescimento maciço de entidades ambientalistas do Terceiro Setor a partir da década de 1990, onde cerca de mais de 40% das entidades atualmente existentes foram criadas no período. Esta tendência verifica-se até hoje, pois ainda há um crescimento expressivo nesta última década de 2001 a 2010, fato corroborado principalmente pelo estudo do IBGE de 2008.

A região Sul e o estado do Paraná acompanham o cenário nacional, principalmente na composição relativa das ONGs por suas áreas de atuação. As ONGs Ambientalistas do Paraná correspondem a cerca de 8% das entidades de todo o país, este número é considerável, pois se verifica que o valor é maior que em outras regiões inteiras tais como o Norte e o Centro-Oeste.

Outro fato importante é que o estado sempre possuiu representantes do CNEA, desde sua criação, no Colegiado do CONAMA. Além disto, teve a primeira iniciativa, em escala nacional, de propiciar o intercâmbio e a visibilidade de EATS através de um banco de dados, disponível na internet (ECOLISTA) que agrega informações, onde se pode verificar quais entidades atuam na área ambiental no Brasil, em suas respectivas regiões ou estados.

Através da análise dos resultados verifica-se que o litoral do Paraná possui diversas ONGs Ambientalistas atuando na região, com distintos objetivos e percepções da mesma. Suas ações e posicionamentos sócio-políticos refletem de certa maneira suas ideologias ambientalistas e seu desenvolvimento institucional. Sua articulação com o estado se dá principalmente pelo financiamento de projetos. Contudo verifica-se que não há uma agenda comum entre os dois setores, nem entre as próprias ONGs ambientalistas, apesar de haver relacionamentos institucionais com trocas de informações e o estabelecimento de parcerias em projetos, ações e instâncias deliberativas.

As ideologias ambientalistas encontradas nas ONGs foram a preservacionista, a ecodesenvolvimentista, a conservacionista, e a ecocapitalista. Isto também denota as tendências e abordagens utilizadas no estabelecimento de programas e projetos na região costeira do Paraná. Na região, que possui a menor linha de costa do país, verifica-se que a escala de atuação das ONGs vai desde a esfera municipal até ações de caráter global. Observa-se que as ONGs desenvolvem três tipos principais de ações no litoral do estado: Gestão de Recursos Naturais (biodiversidade e pesca), Gestão de Áreas Naturais e Gestão Ambiental Portuária. A maioria das ações foi desenvolvida na porção norte do litoral que corresponde à região mais preservada da região e com o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica do Brasil.

O desenvolvimento institucional das ONGs através da análise identificou que as organizações mais novas e de menor escala de ação apresentam estágios institucionais menos desenvolvidos e organizados, e as mais antigas e de maior abrangência apresentam elevado grau de desenvolvimento institucional, com revisão constante de seus objetivos e missão organizacional. Estas características refletem tanto na eficiência dos projetos como nos impactos das ações. No entanto esta avaliação não traduz valor das experiências e práticas das organizações estudadas, nem seu nível de conhecimento do contexto em que estão inseridas e vem se desenvolvendo através da superação dos confrontos e desafios que aparecem em seus percursos.

Existem duas tendências de ações das ONGs relativas à Gestão Costeira no Paraná: uma tendência mais pronunciada, na maioria das ONGs, em focar nos aspectos técnicos do manejo de recursos naturais, ou seja, uma abordagem similar à proteção ambiental, evidenciada nos objetivos e teores discursivos dos atores; e uma tendência menor e mais difusa, entre algumas das ONGs, em focar em questões de desenvolvimento, com novas perspectivas de governança ecossistêmica, em que a participação torna-se um fim em si.

As ONGs ambientalistas do litoral do Paraná têm desenvolvido vários tipos de vínculos com outros atores da sociedade civil dentro de suas sociedades. Todavia existem diferenças marcantes dentro da amostra, tanto em relação aos vínculos com usuários de recursos, como organizações de base comunitária, e no que diz respeito a outras ONGs, tanto dentro como fora do movimento ambientalista. As articulações em nível comunitário podem não representar todos os diversos grupos de interesse dentro dessas comunidades.

A articulação com outras organizações da sociedade civil tende a limitar-se a outras organizações que trabalham diretamente na área de gestão de recursos naturais e questões ambientais. As fracas ligações com outros atores sociais limitam as possibilidades de desenvolver uma visão mais ampla das questões de gestão dos recursos naturais e a integração destas preocupações em outros setores da sociedade civil.

Verifica-se também que as ONGs participam ativamente na elaboração e revisão de políticas públicas, e participam de diversas instâncias deliberativas de meio ambiente em todas as escalas estatais (municipal, estadual e federal), e também de redes de trabalho internacionais.

Os indicadores de participação sugerem uma grande variedade nos níveis de participação nos projetos realizados pelas ONGs estudadas, no entanto verifica-se que a participação mais recorrente é a transmissão de informação aos usuários ou beneficiamento passivo da sociedade, ao invés de consultas ou tomadas de decisões mais equitativas. Em geral, isso sugere que muito trabalho precisa ser feito para se por em prática políticas e mecanismos que institucionalizam a participação, não apenas como mecanismos de informação ou consulta, mas também como uma forma de integrar as partes interessadas nos processos decisórios da gestão costeira do estado.

Verifica-se que a governança costeira na região não apresenta ainda o conjunto de mecanismos e procedimentos, oficiais e não oficiais, suficientes para que a sociedade e as comunidades costeiras possam realmente tomar e executar suas decisões de forma integrada e participativa. Recomenda-se o aprofundamento de análises referentes a estas questões, especificamente em projetos e programas que sejam avaliados segundo o grau de participação e o compartilhamento de responsabilidades.

As ONGs ambientalistas no Paraná não executam nenhum projeto relacionado diretamente ao Gerenciamento Costeiro nos moldes estipulados pelo governo brasileiro. No entanto exercem diversos papéis e projetos fora deste âmbito que podem ser considerados ações de Gestão Costeira. Isto se deve a constatação de diversas interações (ações, projetos e programas) tomadas pelas ONGs para se resolver problemas ambientais e socioambientais da região.

Observa-se que, praticamente, todas as ONGs entrevistadas têm dificuldades em avaliar a Gestão Costeira, devido à falta de resultados e ações concretas executadas no litoral do Paraná por parte do governo, e também por não se relacionarem ou trocarem informações diretas com o representante do COLIT, que seria a principal instância responsável pela gestão costeira na região. Contudo assinalam positivamente os outros projetos desenvolvidos fora da esfera governamental, executados pelas ONGs ambientalistas, mas reconhecem a falta de uma agenda comum entre as entidades, denotando falta de integração entre todos os atores da gestão de recursos naturais do litoral.

Os papéis desempenhados pelas ONGs Ambientalistas no litoral do Paraná são diferenciados, com variadas escalas de atuação, porém com concentração de ações na região norte do litoral. Verificam-se atores que financiam projetos na região, agentes executores de políticas públicas, entidades que gerenciam extensas áreas naturais, e atores com agendas específicas para a região.

Verifica-se que o papel desempenhado pelas ONGs ambientalistas no estado do Paraná, atrelado às disposições governamentais da legislação e à ação dos agentes estatais, configurou o estado atual da Gestão Costeira da região, polarizado em dois tipos de ações: com poucas ações de caráter mais integrado e participativo; e uma maior tendência de ações de caráter

preservacionista e com baixa participação popular, tanto na elaboração das propostas como na execução das ações. Todavia verifica-se um câmbio gradual nas abordagens de gestão de recursos naturais na região costeira para processos mais conscientes e participativos.

A reduzida governança da região costeira no Paraná, configurada principalmente pelas ações fragmentadas de gestão do estado, possibilitou a criação de novas iniciativas de proteção ambiental e gestão de recursos naturais pelas ONGs ambientalistas, seja por iniciativa própria ou através de parcerias institucionais. Este fato reforça a importância destas entidades, formada por um grupo de pessoas extremamente comprometidas e preocupadas com a manutenção da vida, no litoral do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. **Ação das ONGs no Brasil: Perguntas e Respostas**. São Paulo, 2005.

ADEMADAN - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO DE ANTONINA. Disponível em: <<http://www.ademadan.org.br>>. Acesso em: 10/03/2010.

ALBUQUERQUE, A. C. C. Sociedade Civil Ambientalista e as Relações Internacionais. In: **III Encontro Nacional das ANPPAS**. Brasília, DF, 2006.

ALEXANDRE, A. F. O papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do Estado brasileiro: Um estudo de caso a partir da análise sobre as diretrizes políticas de investimentos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente (1990-2001). **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.

ALMEIDA, J. G. A. **Políticas Públicas e Gestão Ambiental**. Disponível em: <<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/JulianAlmeida.pdf>>. Acesso em: 20/02/2011.

ALVES, M. A. Terceiro Setor: as origens do conceito. In: Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 26, 2002, Salvador. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2002. 1 CD-ROM.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Country Report on System of Environment Management On Enclosed Coastal Seas - Brazil**. Kobe: Japan International Cooperation Agency, 1990.

_____. Dinâmicas naturais dos ambientes costeiros: “usos e conflitos”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, 2004.

ANGELOTTI, R.; NOERNBERG, M.A.; ARAÚJO, A.D.; LAUTERT, L.F.C. Elaboração de um banco de dados georreferenciado como subsídio à análise da evolução e dinâmica da costa paranaense. In: Evento de Iniciação Científica – EVINCI, 9, 2002, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2002, p. 39.

ARAUJO, O.; CARRENHO, A. C. B. P.; SCHNEIDER, J. G. **Diferenças entre Associação e Fundação**. Instituto Para o Desenvolvimento do Investimento Social, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/>>. Acesso em: 20/02/2010.

ASHOKA H.; MCKINSEY & COMPANY, Inc. **Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

ASMUS, M.; KITZMANN, D. **Gestão Costeira no Brasil: estado atual e perspectivas**. EcoPlata – Programa de Apoyo a la Gestión Integrada en la Zona Costera Uruguay; Preprint, 2004. Disponível em: <www.ecoplata.org/estudios/Ecoplata_Est-Gest-CostBrasil.pdf>. Acesso em: 12/10/2008.

BATISTA, P. C. de S.; MATTOS, P. H. W.; NETO, J. C.; ALMEIDA, F. E. B. de. Análise da Implantação do Balanced Scorecard em Organização Sem Fins Lucrativos. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção: A energia que move a produção: um diálogo sobre integração, projeto e sustentabilidade, 27, 2007, Foz do Iguaçu/PR. **Anais**. Foz do Iguaçu/PR, 2007.

BIGARELLA, J.J.; **Contribuição ao Estudo da Planície Litorânea do Estado do Paraná**. Brazilian Archives of Biology and Technology. Jubilee Volume (1946-2001), 2001.

BILLÉ, R. A dual-level framework for evaluating integrated coastal management beyond labels. **Ocean & Coastal Management** 50, pg 796–807, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988a.

_____. Lei nº. 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 1988b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sqa/projeto/gerco/planocac.html>>. Acesso em: 23/09/2010.

BOEIRA, S. L. Política & Gestão Ambiental no Brasil: da Rio-92 ao Estatuto da Cidade. Alcance. **UNIVALI**, vol.10, n.3, p. 525-558, Set./ Dez., 2003.

BORSATTO, R.S.; ALTHAUS-OTTMANN, M.M.; DA FONTE, N.N.; CIDADE JÚNIOR, H.N.; ALANO, E. R.C.; CAVALLET, V.J. Problemas Agrários do Litoral Paranaense: Abordagem Histórica. **Scientia Agraria**, vol. 8, n. 4, p. 421-430, 2007.

BURBRIDGE, P. R. A generic framework for measuring success in integrated coastal management. **Ocean & Coastal Management**, vol. 37, n. 2, p. 175-189, 1997.

CACCIA BAVA, S. As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático. **RSP**, Brasília, ENAP, ano 45, v.118, n. 3, p.97-100, 1994.

CARDOSO, R. C. L. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo; Rio de Janeiro: Gife; Paz e Terra, 1997.

CASTELLA, R. M. B.; CASTELLA, P. R.; FIGUEIREDO, D. C. dos S.; QUEIROZ, S. M. P. (orgs.) **Subsídios ao Ordenamento das Áreas Estuarina e Costeira do Paraná : Projeto Gestão Integrada da Zona Costeira do Paraná com ênfase na Área Marinha**. Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II. Curitiba: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA, 2006.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHANG, M. Y. **Seqüestro Florestal de carbono no Brasil: Dimensões políticas, socioeconômicas e ecológicas**. São Paulo: Annablume; IEB, 2004.

CHRISTIE, P. Is Integrated Coastal Management Sustainable? **Ocean & Coastal Management**, vol. 48, 2005.

CHUENPAGDEE, R. **Interactive Coastal Governance**. Memorial University. Department of Geografia, Canadá, 2006. Disponível em: <http://www.mun.ca/geog/research/coastal_governance.php>. Acesso em: 15/02/2011.

_____ ; JENTOFT, S. Governability Assessment for Fisheries and Coastal Systems: A Reality Check. **Human Ecology**, vol. 37, p.109–120, 2009.

CICIN-SAIN B, KNECHT R. **Integrated coastal and ocean management: concepts and practices**. Washington, DC: Island Press, 1998.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CONSELHO DO LITORAL. **Coletânea de Legislação**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, Curitiba, vol. 1, 2002.

CRESPO, S. B. S.; CARNEIRO, L. P. **O Perfil das Instituições Ambientais do Brasil**. Ecolista Cadastro Nacional das Instituições Ambientais Brasileiras, Rio de Janeiro, p. 15-27, 1997.

DENARDIN, V.F.; LOUREIRO,W.; SULZBACH, M.T. Distribuição de benefícios ecossistêmicos: o caso do ICMS ecológico no litoral paranaense. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 2, p. 184 - 198, mai/ago., 2008.

DEVINE, R.; HITZ-SÁNCHEZ, A.; LEÓN, P.; MACLEOD, P.; KEENAN, J.; McGEAN, B.; MOLFFAT; B.; RUST, S. **Auto-Avaliação Institucional. Uma ferramenta para o fortalecimento de organizações sem fins lucrativos**. Arlington, Virginia, USA: The Nature Conservancy, 2001.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 3 ed. São Paulo: PIONEIRA, 1994.

FALCONER, A. P. **A Promessa do Terceiro Setor: um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações sem fins lucrativos e do seu Campo de Gestão**. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, 1999.

FERREIRA, L. da C. Conflitos Sociais Contemporâneos: Considerações sobre o Ambientalismo Brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, Ano II, n. 5, 1999.

FGBPN – FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO A NATUREZA. **Relatório Anual**, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br>>. Acesso em: 15/05/2011.

_____. **Relatório Anual**, Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacaogrupoboticario.org.br>>. Acesso em: 15/05/2011.

FISCHER, R. M.; FALCONER, A. P. **Desafios da Parceria Governo Terceiro Setor**. Escola de Serviço Social da UFRJ, 1998.

FOLADORI, G.; PIERRI, N.; TOMASSINO, H.; CHANG, M.Y. (Orgs.). **Sustentabilidade?** Discordâncias sobre o desenvolvimento sustentável. 1. ed. Vol. 1. Blumenau: EDIFURB, 2005a.

_____. Una tipología del pensamiento ambientalista. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N.; TOMASSINO, H.; CHANG, M.Y. (Orgs.). **Sustentabilidade?** Discordâncias sobre o desenvolvimento sustentável. 1. ed. Vol. 1. Blumenau: EDIFURB, 2005b.

GABALDÓN, A. J. Del informe Brundtland a Nuestra Propria Agenda. In: GARCIA-GUADILLA, Maria Pilar. **Retos para el desarrollo y la democracia: movimientos ambientales em América Latina y Europa**. Fundacion Friedrich Ebert de México. Caracas, Venezuela: Editorial Nueva Sociedad, 1994.

GESAMP (IMO/F AO/UNESCO-IOC/WMO/WHO/IAEA/UN/UNEP Joint Group of Experts on the Scientific Aspects of Marine Environmental Protection). The Contributions of Science to Integrated Coastal Management. **GESAMP Reports and Studies**, n. 61, 1996.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. (Org.) **Movimentos sociais no século XXI**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

GROHMANN, P. Los movimientos sociales y el medio ambiente urbano. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 149, p.147, Maio-Junho, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As Fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005**. Gerência do Cadastro Central de Empresas. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPARDES. **Padrões e normas técnicas para a ocupação e uso do solo no litoral paranaense**. Curitiba, 1980.

_____. **Zoneamento do Litoral Paranaense**. Curitiba, 1989.

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. Disponível em: <<http://www.ipê.org.br>>. Acesso em 23/10/2010.

_____. **Relatório Anual**, Nazaré Paulista, 2006. Disponível em: <www.ipê.org.br>. Acesso em: 23/10/2010.

_____. **Relatório Anual**, Nazaré Paulista, 2007. Disponível em: <www.ipê.org.br>. Acesso em: 23/10/2010.

_____. **Relatório Anual**, Nazaré Paulista, 2008. Disponível em: <<http://www.ipê.org.br>>. Acesso em: 23/10/2010.

_____. **Relatório Anual**, Nazaré Paulista, 2009. Disponível em: <<http://www.ipê.org.br>>. Acesso em: 23/10/2010.

JABLONSKI, S.; FILET, M. Coastal management in Brazil: A political riddle. **Ocean & Coastal Management**, vol. 51, p. 536–543, 2008.

JENTOFT, S. Beyond Fisheries Management: The Phronetic Dimension. **Marine Policy**, vol. 30, p. 671–680, 2006.

_____.; CHUENPAGDEE, R. Fisheries and Coastal Governance as a Wicked Problem. **Marine Policy**, vol. 33, p. 553–560, 2009.

KALIKOSKI, Daniela C. (org.) **Gestão da Pesca de Pequena Escala: Diretrizes e Métodos Alternativos**. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2007.

LACKEY, R. T. Axioms of Ecological Policy. **Fisheries**, vol. 31, n. 6, Junho 2006.

LANDIM, L. Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONGs. **Lusotopie**, p. 215-239, 2002.

LEAL, C. T. Conselho do Litoral: Gestão Democrática do Espaço Costeiro. **R. paran. Desenv.**, Curitiba, n. 99, p. 83-95, jul./dez. 2000.

LEITE, M. A. S. **O Terceiro Setor e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs**, 2003. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/tecnico/TerSet.pdf>>. Acesso em: 20/03/2010.

MACHADO, A. C. M.; PREDEBON, E. A. Reflexões sobre o Voluntariado e o Voluntarismo na Perspectiva de Gênero no Estado do Paraná. SEMEAD – Seminários em Administração, 11, 2008, São Paulo. **Anais**. São Paulo: FEA-USP, 2008.

MANGONÉS, K. Governance and Civil Society Participation in Natural Resource Management in the Caribbean: Study of Partner Organisations. **Caribbean Natural Resources Institute**, Technical Report, n. 331, 2004.

MARBRASIL – ASSOCIAÇÃO MARBRASIL. Disponível em: <<http://www.marbrasil.org.br>>. Acesso em: 20/02/2011.

_____. **Relatório Anual**, Pontal do Paraná, 2007. Disponível em: <<http://www.marbrasil.org.br>>. Acesso em: 20/02/2011.

_____. **Relatório Anual**, Pontal do Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.marbrasil.org.br>>. Acesso em: 20/02/2011.

_____. **Relatório Anual**, Pontal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.marbrasil.org.br>>. Acesso em: 20/02/2011.

MATER NATURA. Instituto de Estudos Ambientais. Disponível em: <www.maternatura.org.br>. Acesso em: 12 jan. 2011.

MATTOS, S. M. da S. N.; DRUMMOND, J. A. O Terceiro Setor como Executor de Políticas Públicas: ONGs Ambientalistas na Baía de Guanabara (1990-2001). **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, vol. 24, p. 177-192, jun. 2005.

- MENDES, L. C. A. Visitando o Terceiro Setor (ou parte dele). **Publicações IPEA**, n. 647, Brasília, 1999.
- MENDES, L. C. A. Cultura Organizacional no Terceiro Setor. In: MEREGE, L. C. (coord.); BARBOSA, M. N. L. (org.) **Terceiro Setor: reflexões sobre o marco legal**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MENDES, L. C. A. **Para onde vão as ONGs? De Assessorias Informais de Apoio a Organizações Formais Estruturadas**. Brasília, 1997. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília.
- MIGUEL, L. A.; ZANONI, M.M. **Práticas agroflorestais, políticas públicas e meio ambiente: o caso do litoral norte do estado do Paraná**. Extensão Rural, DEAR/CPGExR – CCR – UFSM, Ano V, p. 9-23. jan-dez 1998
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MORAES, A. C. R. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. 1996. In: **Contribuições Para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- _____. Beira do mar, lugar comum? A valorização e a valoração dos espaços litorâneos. 1997. In: **Contribuições Para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- _____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1999.
- _____. O Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro: uma síntese. 1998. In: **Contribuições Para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- MUÑOZ, J. B. La ordenación del espacio litoral brasileño: El Plan Nacional de Gestión Costera (PNGC). Congreso de Geografía de La Universidad Complutense, 18, 1998, Madrid. **Anales**. Madrid, Espanha, 1998, p. 89-114.
- NOERNBERG, M.A. **Processos morfodinâmicos no complexo estuarino de Paranaguá – Paraná – Brasil: um estudo a partir de dados in situ e Landsat-TM**. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- _____; LAUTERT, L. F. C.; ARAÚJO, A. D.; MARONE, E.; ANGELOTTI, R.; NETTO JR., J. P. B.; KRUG, L. A. Remote Sensing and GIS Integration for Modelling the Paranaguá Estuarine Complex –Brazil. **Journal of Coastal Research**, Special Issue, vol. 39, 2004.
- OLIVEIRA, A. E. S. **ONGs Ambientalistas: Desafios e Gestão de Agentes Voluntários de Políticas Ambientais**. Brasília, 2006. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade de Brasília, Brasília.

OLSEN, S. B. Educating for the Governance of Coastal Ecosystems: the Dimensions of the Challenge. **Ocean & Coastal Management**, vol. 43, p. 331-341, 2000.

_____; CHRISTIE, P. What Are We Learning from Tropical Coastal Management Experiences? **Coastal Management**, vol. 28, p. 5–18, 2000.

PEREIRA, H. J. **Os Novos Modelos de Gestão: Análise e Algumas Práticas em Empresas Brasileiras**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado). FGV/EAESP, São Paulo.

PIERRI, N. Alternativas filosóficas, éticas y políticas frente a la crisis ambiental. **Revista Mediações**, (UEL), Londrina, v. 5, n. 2, p. 153-174, 2000.

_____. Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, (UFPR), Curitiba, n. 8, p. 25-41, 2003.

_____. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (Orgs.). **Sustentabilidade? Discordâncias sobre desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Blumenau: EDIFURB, 2005a.

_____. O processo que conduz à proposta hegemônica de desenvolvimento sustentável e as alternativas em discussão. In: FOLADORI, Guillermo; PIERRI, Naina. (Orgs.). **Sustentabilidade? Discordâncias sobre desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Blumenau: EDIFURB, 2005b.

_____; ANGULO, R.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K. A ocupação do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), v. 13, p. 137-167, 2006.

PIGNATTI, M. G. **As ONGs e a Política Ambiental nos anos 90: Um Olhar sobre o Mato Grosso**. UFMG Instituto de Saúde Coletiva, São Paulo: Anna Blume, 2005.

PIZZI, P. (coord.). MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais. **ECOLISTA – Cadastro Nacional de Instituições Ambientais**. 2ª ed. Curitiba: WWF, 1996. Disponível em: <<http://www.ecologista.com.br>>. Acesso em: 13/05/2011.

_____. MATER NATURA - Instituto de Estudos Ambientais. **Relatório Anual**. Curitiba, 2009. Disponível em:<<http://www.maternatura.org.br>>. Acesso em: 13/05/2011.

POLETTE, M. **A Zona Costeira em Crise: Opções de Gestão Integrada e Participativa**. 2008. Disponível em: <http://www.nmd.ufsc.br/seminario/1a_zona_costeira_em_crise_1_polette.pdf>. Acesso em: 25/11/2010.

_____; VIEIRA, P. F.; FILARDI, C. L.; REBOUÇAS, G. G **Análise das Parcerias entre os Programas Estaduais de Gerenciamento Costeiro e as Instituições de Pesquisas que atuam no Litoral Brasileiro**. [s.d.]. Disponível em <<http://www.ecocostas.org>>. Acesso em: 16/04/2009.

_____; _____; _____; _____; WARLICH, R. Uma análise da Política Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil em relação ao manejo comunitário. In: KALIKOSKI, Daniela C. (org.) **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande, RS: Ed. FURG, 2007.

_____; PAGETTI, L. GESAMP, ICAM E PNGC - Análise Comparativa entre as Metodologias de Gerenciamento Costeiro Integrado. **Ciência e Cultura**, vol. 55, n. 4, 2003.

QUINTAIROS, P. C. R.; SILVA, M. A. V. R. da; COSTA, E. da S.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q. Aplicação do Balanced Scorecard a uma Organização do Terceiro Setor. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador/BA, Ano XI, n. 19, 2009.

RAYNAUT, C. ; ZANONI, M. ; FERREIRA, A. D. ; LANA, P. C. Sustainability: Where, When, for Whom? Past, present and future of a local rural population in a protected natural area (Guaraqueçaba, Brazil). In: MAIDA, Carl (Org.). **Sustainability and Communities of Place**. Vol. 5. Studies in environmental anthropology and ethnobiology. Oxford: Berghan Books, 2007.

RODRÍGUEZ, J. P.; TABER, A. B.; DASZAK, P.; SUKUMAR, R.; VALLADARES-PADUA, C.; PADUA, S.; AGUIRRE, L. F.; MEDELLÍN, R. A.; ACOSTA, M.; AGUIRRE, A. A.; BONACIC, C.; BORDINO, P.; BRUSCHINI, J.; BUCHORI, D.; GONZÁLEZ, S.; MATHEW, T.; MÉNDEZ, M.; MUGICA, L.; PACHECO, L. F.; DOBSON, A. P.; PEARL, M. Globalization of Conservation: A View from the South. **Science**, vol. 317, 2007.

RODRIGUES, A.; TOMMASINO, H.; FOLADORI, G.; GREGORCZUK, A.; É correto pensar a sustentabilidade a nível local? **Ambiente & Sociedade**, vol. V, n. 2, ago./dez. 2002; vol. VI, n. 1, jan./jul. 2003.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa**. 31.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

SALOMON, L. Desafios para o Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). **3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo; Rio de Janeiro: Gife; Paz e Terra, 1997.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Itajaí: Editora da UNIVALI, 2000.

_____. **Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações**. Blumenau: EDIFURB, 2010.

SANTOS, L. R. dos. Gestão da Maturidade de Processos Essenciais: Convergências para o Futuro. **RAE-eletrônica**, vol. 2, n.1, jan-jun. 2003.

SIQUEIRA, J. **O Modelo de Maturidade de Processos: como maximizar o retorno dos investimentos em melhoria da qualidade e produtividade**. [s.d.]. Disponível em:
<http://www.ibqn.com.br/htm_artigos_links/Jairo_Siqueira_Artigo_Modelo%20de%20Maturidade.pdf>. Acesso em: 20/12/2010.

SCHERER-WARREN, I. Organizações Não-Governamentais na América Latina seu Papel na Construção Civil. **Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v.8, n.3, p.6-14, jul./set. 1994.

SHULT, S. I. M.; EDUARTE, M.; BOHN, N. **Conselho Municipal de Meio Ambiente: Um Guia Prático**. Comitê do Itajaí, Projeto Piava. Blumenau, 2006.

SILVA, C. P.; **Gestão Litoral: Integração de Estudos de Percepção da Paisagem e Imagens Digitais da Capacidade de Carga de Praias. O Troço Litoral S. Torpes – Ilha do Pessegueiro**. Portugal, 2002. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

SPVS - SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Relatório Anual**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br>>. Acesso em: 20/01/2011.

_____. **Relatório Anual**. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br>>. Acesso em: 20/01/2011.

_____. **Relatório Anual**. Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br>>. Acesso em: 20/01/2011.

_____. **Relatório Anual**. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.spvs.org.br>>. Acesso em: 20/01/2011.

_____. The Nature Conservancy. Plano integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba. **Relatório Anual**, Curitiba, 1992.

STOJANOVIC, A. T.; BALLINGERA, B. C.; LALWANI, C. S. Successful Integrated Coastal Management: Measuring it with Research and Contributing to Wise Practice. **Ocean & Coastal Management**, vol. 47, p. 273–298, 2004.

STRAUBE, F. C.; URBEN FILHO, A. Avifauna da Reserva Natural Salto Morato (Guaraqueçaba, Paraná). **Atualidades Ornitológicas**, n.124, Mar./Abr. 2005.

TACHIZAWA, T. **Organizações Não-Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e Estratégias de Atuação**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

TORMO, C. G. O. El papel de las organizaciones no gubernamentales ambientales antes la politica ambiental. **El socialismo del futuro**, n. 8, p. 99-106, 1993.

TUDE, J.; RODRIGUES, G. K. M. Organizações Não Governamentais: Uma Discussão sobre suas Peculiaridades Organizacionais. Conferência Regional de ISTR para a América Latina y el Caribe, 6, 2007, Salvador. **Anais**. Salvador: UFBA, nov. 2007.

VACCAROA, I.; NORMANB, K. Social Sciences and landscape analysis: Opportunities for the improvement of conservation policy design. **Journal of Environmental Management**, vol. 88, p. 360–371, 2008.

VARGAS, R. El Rol de Interfase de las Organizaciones no Gubernamentales. In: MAX-NEEF; Manfred, ELIZALDE; Antonio; et. al. **Sociedad Civil y Cultura Democrática: Mensajes y Paradojas**. Chile: Ed CEPUR, 1989.

VIEIRA, P. F. Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento. In: CAVALCANTI, C. (Org.); FURTADO, A; STAHEL, A; RIBEIRO, A; MENDES, A; SEKIGUCHI, C; CAVALCANTI, C; MAIMON, D; POSEY, D; PIRES, E; BRÜSEKE, F; ROHDE, G; MAMMANA, G; LEIS, H.; ACSELRAD, H; MEDEIROS, J; D'AMATO, J.L.; LEONARDI, M. L.; TOLMASQUIM, M; SEVÁ FILHO, O; STROH, P; FREIRE, P; MAY, P; DINIZ, R; MAGALHÃES, A. R. **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministerio de Educação, Governo Federal. Recife, 1994.

VIOLA, E.; LEIS, H. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, J.; VIEIRA, P. F. (orgs.) **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995a.

_____; _____. O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: O desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, E. J.; LEIS, H. R.; SCHERER-WARREN, I. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: Desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995b.

ANEXOS

ANEXO A – Entrevista Semi-Estruturada – Liderança da Entidade.

Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos do Mar		
Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceanicos		
Aluno: Cleiton Luiz Foster Jardeweski		
Análise das Entidades Ambientalistas do Terceiro Setor no Litoral do Paraná, sob a Ótica do Gerenciamento Costeiro Integrado.		
Entrevista Semi-Estruturada: Liderança de Entidade		
Data: _____		Local: _____
1. Identificação do Entrevistado		
Nome: _____		
Cargo:	Cargos Anteriores	na Entidade:

Tempo na Entidade:	Fone: _____	
Formação:	Email: _____	
2. Dados da Entidade		
Nome: _____		
Endereço:	Município:	UF:
Bairro:	Data de Criação:	
CEP:	Fone/Fax:	
Homepage:	Email:	
3. Principal Responsavel (presidente/fundador):		
Cargo Atual:	Formação:	
Fone:	Email:	
4. Histórico de Constituição da Entidade		
Você poderia contar como foi o Histórico de Criação da Entidade? (Gravação)		
5. Você poderia descrever:		
a) Qual é o Objetivo Geral da Entidade?		
b) E Quais são os Objetivos Especificos?		
c) Qual(is) é o problema(s) ambiental (is) que a Entidade identifica como desafio(s) principal(is) na Preservação e Conservação Ambiental? Quais os Responsáveis?		
d) Quais são os principais problemas ambientais que a Entidade verifica no litoral do Paraná?		
6. Estrutura Organizacional		
a) Existe algum processo específico de tomada de decisão na Entidade?		
() Não () Sim, Especifique:		
b) Quem toma as principais decisões da Entidade? (p.ex: presidente; diretoria; fundador; etc)		
c) A Entidade possui ou realiza Planejamento Estratégico? () Sim () Não		
7. Enquadramento Legal:		
ONG ()	Fundação ()	OSCIP ()
Instituto ()	Outro () Qual? :	
8. Escala de Atuação:		

Municipal()	Regional ()	Estadual ()	Federal ()	Internacional ()
9. a) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Entidade?				
b) O que a Entidade faz perante esses problemas?				
c) Como avalia as perspectivas futuras de sua Entidade?				
10. Quais são as principais qualidades e/ou pontos fortes que a sua Entidade possui?				
11. Qual o público alvo dos projetos e ações da entidade? Especifique				
12. Áreas de Atuação				
a) Quais são suas áreas de atuação?				
b) Destas áreas qual(is) seria a principal área de expertise da entidade?				
c) A entidade realiza algum tipo de manifestação? Assinale com um X				
Passeatas () Abaixo Assinados () Abaixo Assinados Virtuais ()				
Panfletagem () Divulgação de Informações () Protestos ()				
Outros () Especifique:				
d) E no Litoral do Paraná, quais são suas áreas de atuação?				
e) Dentro destas áreas, qual seria o objetivo(s) principal(is) que a Entidade têm no Litoral do PR?				
13. Histórico no Litoral do PR:				
a) Você poderia contar o Histórico de Atuação da sua Entidade no Litoral do PR?				
(Gravação)				
14. Projetos				
Você poderia construir uma lista dos principais projetos realizados pela Entidade?				
a) Título:			Duração	
			De	Até
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
b) Título:			Duração	
			De	Até
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
c) Título:			Duração	
			De	Até
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		

		Parceiros:		
d) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
e) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
f) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
15. Você poderia descrever os principais projetos da sua entidade no litoral paranaense?				
a) Título:		Duração		
		De		
Objetivo:		Até		
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?				
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?				
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?				
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?				
Quais foram os principais problemas deste Projeto?				
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?				
A entidade poderia fornecer copias do relatório final e outros materiais específicos deste projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não				
b) Título:		Duração		
		De		
Objetivo:		Até		
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?				
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?				
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?				
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?				
Quais foram os principais problemas deste Projeto?				
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?				
A entidade poderia fornecer copias do relatório final e outros materiais específicos deste				

projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não	
c) Título:	Duração
	De
Objetivo:	Até
Atividade Específica:	Local:
Resultados Obtidos:	Financiador:
	Parceiros:
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?	
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?	
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?	
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?	
Quais foram os principais problemas deste Projeto?	
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?	
A entidade poderia fornecer cópias do relatório final e outros materiais específicos deste projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não	
16. Projetos Socio-Ambientais, Culturais ou de Base Comunitária:	
a) Vocês realizam, ou realizaram, projetos sócio-ambientais e/ou de base comunitária? () Sim Não () Citar se possível:	
E no Litoral do Paraná? () Sim Não () Citar se possível:	
b) Se positivo, Você poderia detalhar como foi a elaboração e a definição das ações prioritárias destes Projetos?	
c) Quais os espaços e formas metodológicas que a entidade realizou para ouvir as pessoas beneficiadas/atingidas diretamente pelo Projeto? (Cite exemplos se possível)	
d) Qual foi a regularidade em que este processo ocorreu?	
17. Durante este período de Atuação no Litoral, Quais foram as principais mudanças e aprendizados da Entidade em relação a região costeira do Paraná? (Gravação)	
18. Espaços de Pertinência	
A Entidade participa de algum Fórum, Conselho, Rede, Câmara Técnica ou outro espaço de pertinência no qual discute de forma permanente questões relacionadas ao Meio Ambiente? Especifique qual(is) o(s) espaço(s), seu objetivo e desde quando participa.	
E no litoral do Paraná? Especifique qual(is) o(s) espaço(s) ou vínculo (s), seu objetivo e desde quando participa.	
19. A Entidade já participou da criação e/ ou (re)elaboração de uma Política Pública Ambiental (Lei, Resolução, Portaria, Adendo, etc.)? () Não () Sim, Especifique:	
E para a região costeira? () Não () Sim, Especifique:	

20. Como a sua entidade avalia a atuação das outras entidades ambientalistas do Terceiro Setor no litoral do PR? (Gravação)
Quais os aspectos positivos?
E os aspectos negativos?
Algum outro aspecto importante sobre as entidades ambientalistas do Terceiro Setor?
21. Que tipo de vínculos, ações e trocas vocês tem regularmente com as outras Ongs do litoral do PR?
22. Gerenciamento Costeiro
a) Os responsáveis pela Entidade conhecem o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC)?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já ouviu falar
b) e os Princípios do PNGC?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já ouviu falar <input type="checkbox"/> Sim
Se afirmativo, Qual considera mais importante?
c) a Entidade utiliza a lei do PNGC em seus projetos e ações no litoral do PR?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Se afirmativo, Como utiliza?
d) Como a Entidade avalia a efetividade do PNGC no Brasil nestes 20 anos de existencia? (Gravação)
Quais foram os aspectos positivos?
Quais foram os aspectos negativos?
Oque deveria ser melhorado?
23. Gerenciamento Costeiro Estadual
a) Os responsáveis pela Entidade conhecem o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC)?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já ouviu falar
b) e as Diretrizes do PEGC?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já ouviu falar <input type="checkbox"/> Sim
Se afirmativo, Qual considera mais importante para o litoral do PR?
c) a Entidade utiliza a lei do PEGC em seus projetos e ações no litoral?
<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Se afirmativo, Como utiliza?
d) Como a Entidade avalia a efetividade do PEGC no PR nestes 7 anos de existencia? (Gravação)
Quais foram os aspectos positivos?
Quais foram os aspectos negativos?
Oque deveria ser melhorado?
24. Conselho de Desenvolvimento do Litoral do Paraná
a) A Entidade conhece o Conselho de Desenvolvimento do Litoral - PR (COLIT)?
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Já ouviu falar
b) Conhece a sua dinâmica de funcionamento?

() Sim () Não () Já ouviu falar
c) A Entidade possui algum vínculo com o COLIT?
() Sim, Qual?
() Não
d) A Entidade participa ativamente das reuniões e/ou discussões do COLIT?
() Sim () Não
Se afirmativo: Regular () Eventualmente ()
e) Se a Entidade não participa diretamente, ela se sente representada dentro do COLIT?
() Sim
() Não, Porque?
f) O representante das ONGs no COLIT desce e sobe informação do que ali acontece para a sua Entidade?
() Sim
() Não
d) Como a Entidade avalia a efetividade do COLIT no PR? (Gravação)
Quais foram os aspectos positivos?
Quais foram os aspectos negativos?
O que deveria ser melhorado ou modificado?
25. a) Como a Entidade Avalia o processo FORMAL de Gestão Costeira no Litoral do Paraná? (Gravação)
b) E a Gestão Costeira INFORMAL (a que acontece de fato, fora da arbitragem do estado)? (Gravação)

ANEXO B – Questionário Estruturado – Gestor da Entidade.

Universidade Federal do Paraná - Centro de Estudos do Mar Mestrado em Sistemas Costeiros e Oceanicos Aluno: Cleiton Luiz Foster Jardeweski Análise das Entidades Ambientalistas do Terceiro Setor no Litoral do Paraná, sob a Ótica do Gerenciamento Costeiro Integrado. Questionário Estruturado – Gestor da Entidade			
Data: _____		Local: _____	
Identificação do Entrevistado			
Nome: _____			
Cargo:	Cargos	Anteriores	na Entidade:
Tempo na Entidade:			
Fone: _____		Email: _____	
Formação: _____			
Dados da Entidade			
Nome: _____			
Endereço: _____			
Bairro: _____	Município: _____	UF: _____	
CEP: _____	Data de Criação: _____		
Homepage: _____	Fone/Fax: _____		Email: _____
Filiais			
Possui Filial: () Não () Sim - Quantas: ()			
Localização			
Mesmo Município: () Não () Sim - Quantas: ()			
Mesmo Estado: () Não () Sim - Quantas: ()			
Mesma Região: () Não () Sim - Quantas: ()			
Mesmo Bioma: () Não () Sim - Quantas: ()			
Sedes no Exterior: () Não () Sim - Quantas: ()			
Principal Responsavel (presidente/fundador): _____			
Cargo Atual: _____		Formação: _____	
Fone: _____		Email: _____	
A Entidade possui ou realiza Planejamento Estratégico? () Sim () Não			
Se Afirmativo, Qual a frequencia de elaboração do planejamento? () Anual () Semestral () Outra, Especifique: _____			
Você poderia descrever:			
a) Qual é a Visão da Entidade?			
b) Qual é a Missão da Entidade?			
c) Quais são os Valores da Entidade?			
d) Qual é o Objetivo Geral da Entidade?			
e) E Quais são os Objetivos Especificos?			
Estrutura Organizacional			
a) Quantos e Quais cargos existem na Diretoria da Entidade? (Obs.: Marque a quantidade dentro dos parenteses)			
() Presidente () Vice-Presidente () Secretario(a) () Vice-Secretario(a)			
() Tesoureiro (a) () Vice-Tesoureiro (a) () Outros, Especifique: _____			
b) A Entidade Possui algum(s) tipo de Conselho/Coordenação? Qual(is)? (p.ex: conselho			

consultivo; fiscal; pesquisadores, etc.) Especifique e Enumere				
c) Existe algum processo específico de tomada de decisão na Entidade? Especifique				
d) Quem toma as principais decisões da Entidade? (p.ex: presidente; diretoria; fundador; etc)				
Enquadramento Legal:				
ONG ()	Fundação ()	OSCIP ()		
Instituto ()	Outro () Qual? :			
Escala de Atuação:				
Municipal ()	Regional ()	Estadual ()	Federal ()	Internacional ()
Quais as principais dificuldades enfrentadas pela Entidade?				
O que a Entidade faz perante esses problemas?				
Quais são as principais qualidades e pontos fortes que a sua Entidade possui?				
Áreas de Atuação				
a) Quais são suas áreas de atuação?				
c) No Litoral do Paraná, quais são as áreas de atuação?				
d) Seguindo a pergunta acima, qual seria o objetivo(s) principal(is) que a Entidade têm no Litoral do PR?				
Projetos				
Você poderia construir uma lista dos principais projetos realizados pela Entidade?				
a) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
b) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
c) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
d) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		
e) Título:		Duração		
		De	Até	
Objetivo:				
Atividade Específica:		Local:		
Resultados Obtidos:		Financiador:		
		Parceiros:		

f) Título:		Duração	
		De	Até
Objetivo:			
Atividade Específica:		Local:	
Resultados Obtidos:		Financiador:	
		Parceiros:	
Você poderia descrever os principais projetos da sua entidade no litoral paranaense?			
a) Título:		Duração	
		De	
Objetivo:		Até	
Atividade Específica:		Local:	
Resultados Obtidos:		Financiador:	
		Parceiros:	
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?			
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?			
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?			
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?			
Quais foram os principais problemas deste Projeto?			
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?			
A entidade poderia fornecer cópias do relatório final e outros materiais específicos deste projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não			
b) Título:		Duração	
		De	
Objetivo:		Até	
Atividade Específica:		Local:	
Resultados Obtidos:		Financiador:	
		Parceiros:	
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?			
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?			
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?			
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?			
Quais foram os principais problemas deste Projeto?			
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?			
A entidade poderia fornecer cópias do relatório final e outros materiais específicos deste projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não			
c) Título:		Duração	
		De	
Objetivo:		Até	
Atividade Específica:		Local:	
Resultados Obtidos:		Financiador:	
		Parceiros:	
Qual foi o Montante de Recursos Financeiros deste Projeto?			
Número de profissionais envolvidos na Execução do Projeto?			
De quem/onde surgiu a demanda deste Projeto?			
Quais foram os Principais Resultados deste Projeto?			
Quais foram os principais problemas deste Projeto?			
Porque a Entidade elegeu este Projeto como uma das principais ações no Litoral do PR?			
A entidade poderia fornecer cópias do relatório final e outros materiais específicos deste projeto para esta pesquisa? (Ex.: Panfletos, Cartazes, Publicações, Artigos e Publicações). () Sim () Não			

() Sim () Não					
Recursos Financeiros:					
a) Historicamente, quais tem sido as fontes de Financiamento da Entidade?					
b) Atualmente quais e como são estas fontes especificamente? (% ou R\$)					
		Permanente:		Eventual:	
Setor Público:					
Setor Privado:					
Terceiro Setor:					
Fontes Internacionais:					
Próprios:					
Membros e Associados:					
Doações:					
Outros - Especifique:					
Como estas se diferenciam na Entidade (Qual o fim de cada uma, por exemplo)?					
d) Qual o valor aproximado que a Entidade administra de dinheiro por mês e ano?					
MÊS	Permanente:		Eventual:		
ANO	Permanente:		Eventual:		
e) Você poderia fornecer os valores aproximados dos últimos 5 anos destes recursos?					
Sim () Não ()					
Ano	2008-2007	2007-2006	2006-2005	2005-2004	2004-2003
Total					
f) E para o Litoral do Paraná - Você poderia fornecer os dados aproximados nos últimos 5 anos destes recursos direcionados para a região costeira? Sim () Não ()					
Ano	2008-2007	2007-2006	2006-2005	2005-2004	2004-2003
Total					
g) Foram encontradas/encontram-se dificuldades na Sustentabilidade Econômica da Entidade? () Sim () Não					
O que a Entidade fez perante a estas dificuldades econômicas?					
Que tipo de vínculos, ações, trocas e parcerias vocês tem regularmente com as outras Ongs do litoral do PR?					
Qual a situação legal da Entidade? (Marque com um X)					
	Em dia		Não		
CNPJ					
Estatuto					
Regulamento					
Alvará					
Possui título de utilidade pública? (Marque com um X)					
	Municipal	Estadual	Federal		
Título					
Possui inscrição na Associação Brasileira de ONG's (ABONG)?					
() Sim () Não					
Possui inscrição no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas (CNEA)?					
() Sim () Não					
Possui inscrição em outro fórum, conselho ou espaço do Terceiro Setor?					
() Não () Sim, Qual (is)?					
Recursos Materiais e Infra-Estrutura					
a) Quantos Imóveis a instituição possui ou aluga? Marque com um X					
Sede Própria	()	Quantidade	()		
Alugada	()	Quantidade	()		

ANEXO C – Indicadores utilizados na Análise Institucional

A Missão Organizacional das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Uma missão imprecisa ou muito ampla, que não oferece orientação clara para a organização.
2	Uma missão específica e enfocada expressa claramente o propósito central da organização.
3	Uma missão específica e enfocada vem sendo articulada pela equipe.
4	Uma missão específica e enfocada vem sendo articulada pela equipe e membros do conselho, orientando as atividades da organização.
5	Uma missão específica e enfocada vem sendo articulada pela equipe e membros do conselho, orientando as atividades da organização, sendo amplamente reconhecida pelo público e revisada periodicamente.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

O Plano Estratégico das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Não existe plano estratégico
2	Plano estratégico obsoleto ou em preparação
3	Plano estratégico existente. A equipe tem alguma familiaridade com o plano.
4	O plano estratégico, incluindo o plano financeiro institucional de longo prazo, é utilizado pela equipe, para orientar as decisões mais importantes do programa, incluindo apresentação de propostas para a obtenção de recursos.
5	O plano estratégico, incluindo o plano financeiro institucional de longo prazo (> 3 anos), é atualizado periodicamente como resultado de um processo participativo envolvendo a equipe, membros do conselho e conselheiros externos.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

O Processo de Tomadas de Decisão das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Gerentes gerais não estão dispostos a delegar autoridade a outros níveis da organização e não promovem o trabalho em equipe.
2	Gerentes gerais ocasionalmente delegam responsabilidade a outros níveis da organização e promovem trabalho em equipe.
3	Gerentes gerais estão cientes sobre a importância da delegação para as tomadas de decisão e dos trabalhos em equipe.
4	Gerentes gerais desenvolvem plano, estratégias ou estruturas que permitem a delegação de autoridade e responsabilidade aos níveis mais apropriados da organização e incentivam o trabalho em equipe.

5	Gerentes gerais valorizam o trabalho em equipe e procuram delegar autoridade e responsabilidade na tomada de decisão aos níveis apropriados da organização, assegurando que tais níveis estejam bem informados e as decisões seja feitas em tempo hábil.
---	--

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

A Composição do Conselho das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização não distingue claramente as funções dos voluntários e as da equipe; os membros do conselho são selecionados sem levar em conta as necessidades da organização ou representação de setores relevantes da sociedade local.
2	A maioria dos membros do conselho da organização representa um só setor (universidade, comércio, mídias, outras ONGs, etc.) da sociedade local e não são selecionados para preencher adequadamente os requisitos necessários para direcionar a organização.
3	Os membros do conselho da organização representam poucos setores da sociedade local e possuem alguns dos requisitos necessários para direcionar a organização.
4	Os membros do conselho da organização prestam serviços por prazos fixos, representam diversos setores da sociedade local e possuem os requisitos necessários para direcionar a organização.
5	Convocam-se ativamente representantes destacados de setores importantes da sociedade local, que possuam requisitos adequados para substituir membros existentes ou que estejam deixando o conselho.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

O Gerenciamento de Mudanças Organizacionais das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A liderança abertamente prefere manter o status quo e resiste a idéias de mudanças internas e externas da organização.
2	A liderança tende a favorecer a inércia na organização e se envolve no planejamento estratégico quando absolutamente necessário.
3	A liderança reconhece a necessidade de mudanças na organização e regularmente se envolve no planejamento estratégico.
4	A liderança conduz mudanças de forma ativa e periodicamente revisa e atualiza seu plano estratégico.
5	A liderança da ONG incentiva mudanças e inovações na organização e periodicamente revisa e atualiza suas estratégias, estrutura e procedimentos conforme necessário.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

A Estrutura da Organização das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Não há uma estrutura organizacional clara que facilite os fluxos corretos de comunicação, delegação e subordinação.
---	---

2	A maioria da equipe não esta familiarizada com o organograma. Os fluxos reais de comunicação, delegação e subordinação freqüentemente seguem caminhos distintos.
3	Parte da equipe esta familiarizada com o organograma, e este reflete os fluxos reais de comunicação, delegação e subordinação ocasionalmente seguem caminhos distintos.
4	Toda a equipe esta familiarizada com o organograma, e este reflete os fluxos reais de comunicação, delegação e subordinação.
5	Toda a equipe esta familiarizada com o organograma e este reflete os fluxos reais de comunicação, delegação e subordinação. O organograma e atualizado regularmente, conforme necessário.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

O Enquadramento legal e títulos jurídicos das entidades foram avaliados segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Associação sem titulo jurídico.
2	Associação com pelo menos 1 titulo de utilidade publica (municipal ou estadual).
3	Associação com pelo menos 2 títulos de utilidade publica (municipal e estadual).
4	Associação com 3 títulos de utilidade publica (municipal, estadual ou federal).
5	Associação com titulo de OSCIP ou Fundação.

Os Sistemas de Contabilidade das entidades foram avaliados segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A contabilidade e feita através das despesas
2	A contabilidade e feita por projetos ou doador, nenhum plano completo da organização e gerado.
3	A contabilidade e feita por projetos ou doador, todos os projetos estão incluídos no plano financeiro da organização.
4	O plano de contas da organização permite a analise financeira de todos os projetos de forma conjunta.
5	A informação contábil e utilizada no processo de tomada de decisão.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

A Identificação e Planejamento de Projetos e Programas das entidades foram avaliados segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização tem um conjunto de programas que geralmente são inconsistentes com sua missão, a maioria dos quais não são administrados profissionalmente, e quando são realizados raramente geram resultados relevantes e concretos.
2	A organização tem um conjunto de programas que geralmente divergem de sua missão, muitos dos quais não são administrados profissionalmente, raramente gerando resultados relevantes e concretos.

3	A organização tem um conjunto de programas que não estão de acordo com sua missão, alguns dos quais administra profissionalmente, gerando ocasionalmente resultados relevantes e concretos.
4	A organização tem um conjunto de programas razoavelmente coerentes com sua missão, que administra profissionalmente na sua maior parte, geralmente gerando resultados relevantes e concretos.
5	A organização tem um conjunto de programas coerentes com sua missão, que administra profissionalmente, gerando resultados relevantes e concretos.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

O Monitoramento dos Progressos e Impactos das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização não é capaz de avaliar o impacto, relevância e extensão de seus programas e os beneficiários de seus projetos
2	A organização tem dificuldades de avaliar o impacto, relevância e extensão de seus programas e os beneficiários de seus projetos
3	A organização às vezes é capaz de avaliar o impacto, relevância e extensão de seus programas e os beneficiários de seus projetos
4	A organização é geralmente capaz de avaliar o impacto, relevância e extensão de seus programas e os beneficiários de seus projetos
5	A organização é capaz de avaliar o impacto, relevância e extensão de seus programas e os beneficiários de seus projetos

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

A Capacitação e Serviços das entidades foram avaliados segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização tem pouco ou nenhum conhecimento de outros atores principais nem meios de identificar ou avaliar suas melhores práticas e não toma nenhuma iniciativa para compartilhar informação com os outros.
2	A organização tem contato esporádico com alguns atores principais e ocasionalmente compartilha informação com outros.
3	A organização reconhece a importância de identificar e compartilhar suas melhores práticas com outros atores principais, identifica informalmente algumas deficiências de conhecimento e toma a iniciativa de compartilhar esta informação.
4	A organização mantém contato regular com outros atores principais, priorizando suas deficiências de conhecimento e a de outros atores principais, e toma a iniciativa de compartilhar suas melhores práticas com o propósito de constantemente desenvolver capacidades.
5	A organização tem um papel de liderança como intermediária para aprendizado e ensinamento, sistematicamente identificando e priorizando deficiências de conhecimentos e a de outros atores principais, e tem institucionalizada uma estratégia e mecanismos para melhorar constantemente a capacidade dos principais atores.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

O Plano para Captação de Recursos e Desenvolvimento das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Não há atividade de geração de recursos em andamento.
2	Uma única pessoa é responsável por quase toda a geração de recursos.
3	A organização começou a sistematizar as atividades de geração de recursos e a delegar contatos com doadores e esforços de captação de recursos.
4	Os objetivos de captação de recursos foram claramente definidos no Plano e desenvolvidos com base nos planos financeiros e estratégicos da organização. As responsabilidades são compartilhadas entre vários indivíduos como parte de um processo sistemático.
5	O processo de obtenção de recursos está integrado aos sistemas administrativo e financeiro e são monitorados e ajustados continuamente.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

A Diversificação de Fontes de Financiamento das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	Uma fonte de financiamento (doador) constitui mais de 80% da renda da organização.
2	Uma fonte de financiamento (doador) constitui mais de 60% da renda da organização.
3	Uma fonte de financiamento (doador) constitui mais de 40% da renda da organização pelo menos quatro outras fontes contribuem para os 60% restantes.
4	Pelo menos cinco fontes de financiamento (doadores) constituem 60% do orçamento geral da organização; nenhuma fonte contribui mais do que 25% para a renda da organização.
5	A organização tem uma base ampla de financiamento que consiste em pelo menos oito fontes (doadores); nenhuma fonte contribui mais do que 25% do total anual da renda.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.* (2001).

A Geração de Renda de Uso Irrestrito das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização não gera renda sem restrições de uso.
2	Renda sem restrições de uso constitui menos de 50% do custo operacional anual da organização;
3	Renda sem restrições de uso constitui mais de 50% do custo operacional anual da organização;
4	Renda sem restrições de uso constitui mais de 20% do orçamento total anual da organização;
5	Renda sem restrições de uso constitui mais de 40% do orçamento total anual da

	organização;
--	--------------

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

O Investimento de Longo Prazo das entidades foi avaliado segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A ONG não começou a estabelecer mecanismos de sustentabilidade financeira de longo prazo.
2	A ONG esta em processo de estabelecer um mecanismo de sustentabilidade financeira de longo prazo.
3	O conselho de diretores esta em processo de desenvolver uma estratégia financeira de longo prazo.
4	O conselho de diretores esta oferecendo orientação na criação e administração de uma estratégia financeira de longo prazo.
5	O conselho de diretores estabeleceu e implementou uma estratégia para orientar na criação e administração de mecanismos financeiros de longo prazo (fundos permanentes, imobiliários, estratégias comerciais, etc.).

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

As Relações de Trabalho com Outras Organizações das entidades foram avaliadas segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização raramente colabora com outras organizações.
2	A organização ocasionalmente faz parcerias e desenvolve projetos com outras organizações de forma irregular.
3	A organização mantém relações de trabalho e tem pelo menos um projeto em andamento com organizações parceiras.
4	A organização mantém relações de trabalho solidas e ou tem projetos em andamento com diversas organizações parceiras e estratégicas.
5	A organização mantém relações de trabalho solidas e ou tem projetos conjunto com uma variedade de organizações parceiras e estratégicas.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

As Relações Governamentais das entidades foram avaliadas segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização não mantém boas relações de trabalho com agencias governamentais relevantes e nunca participou em eventos oficiais e comissões especificas a sua área de atuação.
2	A organização mantém poucas relações de trabalho com agencias governamentais relevantes e raramente participa em eventos oficiais e comissões especificas a sua área de atuação.
3	A organização mantém relações de trabalho com algumas agencias governamentais relevantes, e ocasionalmente participa em eventos oficiais e comissões especificas a sua área de atuação.

4	A organização mantém relações de trabalho construtivas com agencias governamentais relevantes e participa periodicamente em eventos oficiais e comissões especificas a sua área de atuação.
5	A organização mantém relações de trabalho construtivas com relevantes agencias governamentais em vários níveis, e participa regularmente em eventos oficiais e comissões especificas a sua área de atuação.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).

A Legitimidade na Área de Atuação das entidades foi avaliada segundo os indicadores na escala abaixo:

1	A organização não e bem respeitada por atores na sua área de atuação e seus eventos atraem pouca atenção.
2	A organização e respeitada por poucos atores na sua área de atuação e seus eventos atraem pouca atenção.
3	A organização e moderadamente respeitada por alguns atores na sua área de atuação e seus eventos atraem alguma atenção.
4	A organização e altamente respeitada por vários atores na sua área de atuação e seus eventos geralmente atraem atenção.
5	A organização e altamente respeitada por diversos atores na sua área de atuação e seus eventos geralmente atraem muita atenção.

Fonte: Adaptado de Devine *et al.*(2001).